

POR ESTE PADRÃO

A AUTORIDADE DA LEI DE DEUS
NOS DIAS DE HOJE



GREG L. BAHNSEN

POR ESTE PADRÃO

A AUTORIDADE DA LEI DE DEUS
NOS DIAS DE HOJE

GREG L. BAHNSEN

Tradução

Daniel P. Rodrigues

pm
POS-MILENISMO
PRODUÇÕES

Copyright © 1985 de Institute for Christian Economics
Publicado originalmente em inglês sob o título
By This Standard: The Authority of God's Law Today
Institute for Christian Economics – Tyler, TX, EUA
Traduzido e publicado mediante permissão de *Covenant Media Foundation*

É permitida a livre reprodução e distribuição do presente material,
sem necessidade de permissão, desde que não o seja para fins comerciais

Pós-Milenismo Produções
www.posmilenismo.com.br
editor@posmilenismo.com.br

1ª Edição: 2025
ISBN: 978-65-01-87428-9

Tradução: Daniel P. Rodrigues
Diagramação: Daniel P. Rodrigues

Citações bíblicas foram extraídas da Bíblia King James Fiel 1611,
salvo indicação do contrário
Copyright © 2017 por BKJ 1611 Editora LTDA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bahnsen, Greg L.

Por este padrão : a autoridade da lei de Deus nos dias de hoje /
Greg L. Bahnsen ; tradução Daniel P. Rodrigues. -- Sumaré, SP :
Ed. do Autor, 2026.

Título original: By this standard
ISBN 978-65-01-87428-9

1. Deus (Cristianismo) - Estudo e ensino I. Rodrigues, Daniel P.
II. Título.

26-327482.0

CDD-231.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Deus : Cristianismo 231.6

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Este livro é afetuosamente
dedicado aos meus pais

Robert e Virgina Bahnsen

os primeiros a me ensinarem
o respeito pela lei

SUMÁRIO

PRÓLOGO	9
PREFÁCIO	21
INTRODUÇÃO	25
1. Especificação de Propósito e Posição.....	25
Parte I: A AUTORIDADE DA LEI DE DEUS	35
A. O Padrão Todo-Abrangente da Escritura	35
2. A Palavra de Deus é a Nossa Norma	35
3. A Bíblia Inteira é o Padrão para Hoje.....	41
4. O Escopo da Verdadeira Obediência	47
B. Doutrinas Cardeais da Fé	53
5. O Padrão Uniforme de Certo e Errado do Pacto.....	53
6. A Lei e Santidade Imutável do Pai.....	59
7. A Justiça Exemplar do Filho	65
8. A Dinâmica do Espírito Para o Viver	71
C. Perspectivas Motivacional e Consequencialista	77
9. Uma Ética Motivacional Endossa a Lei.....	77
10. Uma Ética Consequencialista Endossa a Lei.....	83
D. A Lei do Antigo Testamento na Era do Novo Testamento	89
11. O Novo Testamento Respalda Explicitamente a Lei.....	89
12. Os Temas Éticos do Novo Testamento Endossam a Lei.....	95
13. Os Juízos Morais do Novo Testamento Endossam a Lei.....	113
14. As Categorias da Lei de Deus.....	123
E. Resumo das Visões da Lei de Deus do Antigo e do Novo Testamento	129
15. Continuidade Entre os Pactos na Lei	129
16. Descontinuidade entre os Pactos na Lei	141
F. As Funções da Lei de Deus.....	153
17. Os Mandamentos de Deus São Uma Regra de Obediência Não-Legalista	153
18. Oposição do Novo Testamento ao Abuso da Lei de Deus.....	159
19. O Que a Lei Não Pode Fazer	165

20. O Que a Lei Pode e Deve Fazer	171
21. Os “Três Usos” Tradicionais da Lei.....	179
Parte II: APLICAÇÃO DA LEI DE DEUS PARA	
FINS POLÍTICOS	187
22. As Implicações Políticas do Evangelho Abrangente	187
23. Lei e Política no Israel do Antigo Testamento.....	197
24. Lei e Política nas Nações ao redor de Israel	205
25. Lei e Política no Novo Testamento	213
26. Crime e Punição.....	231
27. Igreja e Estado	241
Parte III: ANTAGONISMO À LEI DE DEUS	247
28. Autonomia e Antinomianismo.....	247
29. Argumentos Contra a Validade Geral da Lei	255
30. Argumentos Contra o Uso Político da Lei.....	267
CONCLUSÃO	283
31. A Autoridade da Lei de Deus nos Dias de Hoje.....	283
GLOSSÁRIO	291

ABREVIACÕES

Versões Bíblicas

ACF – Almeida Corrigida e Fiel

Copyright © 1994, 1995, 2007, 2011

Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil

ARC – Almeida Revista e Corrigida

Copyright © 2009 Sociedade Bíblica do Brasil

TB – Tradução Brasileira

Copyright © 1917, 2010 Sociedade Bíblica do Brasil

KJC – King James Clássica

Copyright © 2017 de Editora Hagnos LTDA.

NVI – Nova Versão Internacional

Copyright © 1993, 2000, 2011 por Biblica, Inc.

NVT – Nova Versão Transformadora

Copyright © 2016 por Editora Mundo Cristão

BTX – Bíblia Textual

Copyright © 2019 de BV Films Editora

PRÓLOGO

por Gary North

O livro que você tem em mãos é uma espécie de peça jurídica. É rigorosamente estruturado, porém claro. Ele apresenta o esboço básico do argumento baseado no Novo Testamento para a validade contínua da lei do Antigo Testamento. Ponto por ponto, o Dr. Bahnsen refuta os supostos argumentos bíblicos contra a validade contínua da lei de Deus.

O fato de que hoje há uma necessidade urgente *e não-reconhecida* por um livro como esse testifica da deficiência teológica que a Igreja de Jesus Cristo tem sofrido por quase dois milênios desde a morte de seu Fundador. Todavia, o fato de tal livro surgir agora no que aparenta ser a crise final da era humanista da civilização ocidental indica que o momento para tal é quase perfeitamente oportuno. A visão de pelo menos uma minoria dos líderes eclesiásticos americanos começou a mudar. Existe um mercado para este livro (em minha visão empreendedora) que não existia duas décadas atrás. De fato, mesmo cinco anos atrás, este mercado mal existia. Mudanças fundamentais de perspectiva ocorreram dentro da comunidade cristã americana, e estão se tornando mais acentuadas – mudanças que meios de comunicação cristãos reconhecem ainda menos claramente que a imprensa secular.

Há numerosas razões para essa mudança de perspectiva. Nos EUA, o incidente histórico mais importante nesta mudança foi a decisão da Suprema Corte dos EUA de anular as leis estaduais contra o aborto, a infame decisão *Roe v. Wade* de 1973. Essa decisão fez da filosofia uma questão de vida ou morte. Ela trouxe à tona a realidade inescapável de uma posição filosófica que o Dr. Bahnsen e outros defensores da lei bíblica têm sustentado desde muito tempo, a saber, a de que *não existe neutralidade*. A questão do aborto ilustrou de forma vívida a verdade dessa conclusão. Ou a criança não-nascida será deixada em paz para crescer no ventre, ou será executada – neste caso, por um profissional médico licenciado pelo Estado (É ilegal, atualmente, realizar um aborto por um preço, a menos que você seja um médico licenciado; fazê-lo envolveria praticar medicina sem uma licença, e a Suprema Corte decretaria a prisão de qualquer que cometesse tal crime contra a humanidade – “humanidade” sendo aqui definida como um mo-

nopólio médico extremamente lucrativo). Não há nenhuma terceira via, nenhuma zona neutra entre vida e morte, exceto pelo caso raro de uma criança abortada que, de alguma forma, inicialmente sobreviva ao algóz e nasça com vida no escritório do abortista. Essa possibilidade médica tem atormentado os teóricos jurídicos do humanismo. Ela foi chamada por uma autoridade médica de “a principal complicação.” Estando fora do ventre, deve o abortista considerar a criança como uma pessoa no âmbito legal, ou pode ele destruí-la legalmente?

Um dilema jurídico como esse pode ocorrer apenas numa civilização que virou as costas para Deus e Sua lei. Juristas humanistas necessitam de princípios humanistas de “casuística” – a aplicação de leis gerais permanentes a casos concretos – para lidar com tais dilemas, tão certamente quanto teóricos jurídicos cristãos necessitam de princípios bíblicos de casuística. Não podemos nos esquecer: nunca é uma questão de casuística vs. nenhuma casuística; sempre é uma questão de *qual tipo de casuística?*

O que se tornou claro para uma minoria crescente de cristãos com respeito à “neutralidade médica e social” do aborto está se tornando claro com respeito a males sociais como pornografia, inflação, educação oficialmente neutra financiada por impostos (“clarificação de valores”), homossexualidade, globalismo, a Nova Ordem Mundial, o humanismo da Nova Era e teorias ocidentais contemporâneas de defesa nacional (destruição mútua assegurada, ou MAD). Quando o princípio da neutralidade é revelado como fraudulento em uma área, ele tende a se tornar cada vez mais questionável em outras áreas, especialmente áreas políticas. Assim, passo a passo, uma herança radicalmente defectiva do pietismo e isolacionismo cristãos é vencida.

Lei Bíblica e Evangelismo

Quando cristãos redescobrem que os EUA, em uma época na história americana, foi uma nação cristã, e que a civilização ocidental um dia foi uma civilização cristã, surge então a pergunta: *O que faz uma sociedade cristã parecer visivelmente diferente de qualquer outro tipo de sociedade?* A resposta hoje é a exatamente a mesma que nos dias de Moisés: *ética*. Nos dias de Moisés, assim como na atualidade, sistemas éticos estavam em guerra um contra o outro, e um sistema ético dado por Deus e aplicado pelo ho-

POR ESTE PADRÃO

mem era exigido como uma forma de evangelismo internacional. Como lemos em Deuteronômio 4:

Eis que vos ensinei estatutos e juízos, como o SENHOR meu Deus me ordenou, para que façais isso na terra que vais possuir. Portanto, guardai-os, e cumpri-os; porque esta é a vossa sabedoria e o vosso entendimento, aos olhos das nações, que ouvirão todos esses estatutos, e dirão: Certamente, esta grande nação é um povo sábio e inteligente. Pois que nação há tão grande, que tenha Deus tão perto deles, como o SENHOR nosso Deus que está em todas as coisas, pelas quais o invocamos?

Deus é glorificado quando Sua lei é aplicada por aqueles que O honram. Similarmente, Deus é ultrajado quando homens dão as costas para Sua lei, pois, ao fazê-lo, eles dão as costas para as únicas restrições sociais e legais que impedem o homem de destruir a si mesmo e a criação. Alguém já chegou a chamar a lei de Deus de o “manual” da criação, mas ela é mais do que isso: ela é o manual da vida. As leis de Deus, quando impartidas ao homem remido pela graça por meio da fé em Cristo, são as leis da vida.

A fé sem obras é morta (Tg. 2:20). Cristãos sem obras da fé são igualmente mortos e são, portanto, infieis. A pergunta é: como provamos a fidelidade das obras de um homem ou civilização? Resumidamente: *Por qual padrão?*

Apologética

O Dr. Bahnsen estudou apologética (a defesa filosófica da fé) e teologia com o Dr. Cornelius Van Til, o eloquente defensor da soberania absoluta de Deus e da Bíblia. Nenhum filósofo cristão na história da Igreja jamais atacou o mito da neutralidade com mais confiança ou com mais eficácia que o Dr. Van Til. Quando R. J. Rushdoony escreveu um livro sobre o pensamento de Van Til, ele o intitulou *By What Standard?* [Por Qual Padrão?] Este título foi bem apropriado, pois foi Van Til, mais do que qualquer outro na história da Igreja, quem desafiou o autoproclamado homem autônomo a defender seus padrões à parte de Deus, enquanto Van Til continuou a defender a Bíblia nos termos da Bíblia. Não há outra estratégia filosófica que possa funcionar ou que já pôde funcionar exceto esta: desafiar o perdido nos termos da revelação de Deus na Sua Bíblia. O

rei autônomo não tem roupas. Violadores do pacto não possuem nenhuma resposta filosófica internamente autoconsistente. Por qual padrão pode o homem verdadeiramente saber de alguma coisa? Pela Bíblia, e *apenas a Bíblia*, Van Til respondeu – em volume atrás de volume erudito.

O Dr. Bahnsen é certamente um herdeiro espiritual e intelectual de Van Til, como Van Til reconheceu logo no início da carreira de seminário do Dr. Bahnsen. O Dr. Bahnsen é um filósofo treinado e um logicista rigoroso; de fato, ele escreve de forma mais precisa que Van Til. Porém, há um preço a se pagar por esta precisão, tanto por parte do autor quanto de seus leitores. O autor sofre de um mercado mais restrito, e leitores necessitam de pensar de forma precisa para seguir os argumentos. Não muitos leitores são suficientemente autodisciplinados para aceitar o desafio.

A questão não é que a exposição do Dr. Bahnsen seja difícil de se seguir, mas sim que é necessário prestar atenção para seguir seu raciocínio. Isso requer ler e *reler* sua argumentação. Também requer que leitores relembrem o esboço dos argumentos que foram apresentados em seções anteriores. (Leia e releia as páginas 286-287) O Dr. Bahnsen exige de seus leitores a capacidade e a disposição de prestar atenção, não um QI elevado. Seu glossário fornece definições de termos técnicos. Use-o.

Sua atuação nesse livro certamente não é emocionante. Ele considera os argumentos padrão que têm sido utilizados contra a ideia da validade contínua da lei bíblica, e ele os expõe, um por um, como ilógicos, antibíblicos, e capazes de produzir grande dano. Ele não apenas demonstra que esses argumentos são errados logicamente, mas também moralmente. Ele envolve seus oponentes numa rede exegetica. Quanto mais lutam, mais enredados se tornam. Ele nunca os nomeia, mas você pode ouvi-los gritando mesmo assim.

Sua atuação também poderia ser comparada a um homem que “ordenha” uma cobra venenosa: ele opera metodicamente, sem emoção visível, e de forma precisa. No final, a cobra é tornada inofensiva. Temporariamente. Até que o veneno seja novamente produzido pelo seu sistema. Então, temos outra rodada de “ordenha”, com mais um argumento sendo esgotado de seu conteúdo lógico e bíblico, até que a cobra fique exaurida. O processo continua, até que a cobra finalmente morra ou tenha suas presas removidas. No entanto, para apreciar o

POR ESTE PADRÃO

trabalho do técnico, o observador deve reconhecer o perigo do veneno e a seriedade da operação. O observador também não deve se surpreender de que, desde o início até o fim, a cobra constantemente sibile de ódio.

O que é notável sobre os escritos anteriores do Dr. Bahnsen sobre a lei bíblica é a carência de críticas em forma publicada. *Theonomy in Christian Ethics* [Teonomia na Ética Cristã] foi lançada em 1977, e ela recebeu críticas consideráveis em forma verbal. Murmúrios talvez descreveriam melhor a resposta. Mas não houve muita crítica em forma publicada, e o que foi publicado não poderia ser descrito como uma ameaça séria para os argumentos do Dr. Bahnsen. Uns poucos ensaios críticos apareceram, mas apenas um era de alguma relevância acadêmica, o do Dr. Meredith Kline, e a resposta subsequente do Dr. Bahnsen acabou com o debate.¹ Sempre que releio os dois ensaios, me lembro da animação ‘underground’ “Bambi vs. Godzilla.” Bambi salta pela floresta, quando, de repente, um pé reptiliano gigante o esmaga. Fim do desenho. No caso do Dr. Kline, fim do debate. Não houve revanche. (O aspecto mais curioso desta confrontação história é que foi o “Bambi” que a iniciou).

Valentões e Fracotes

A introdução deste livro à questão da validade contínua da lei do Antigo Testamento não é definitiva. É apenas de natureza introdutória. Não deve ser considerada como uma declaração final da posição teonômica. *Theonomy in Christian Ethics* é uma defesa exaustiva da posição que é apresentada neste livro. As *Institutas da Lei Bíblica* de Rushdoony, *Law of the Covenant* [A Lei do Pacto] de James Jordan e o meu próprio comentário econômico sobre a Bíblia, *The Dominion Covenant* [O Pacto do Domínio] também são exemplos de como a lei bíblica pode ser aplicada de forma bem-sucedida a problemas sociais contemporâneos e à política.

Há aqueles na comunidade cristã que imediatamente rejeitarão a tese do Dr. Bahnsen, mas suas vozes estão se tornando cada vez mais estriden-

¹ Meredith G. Kline, *Westminster Theological Journal*, vol. XLI, No. 1 (Fall 1978); Greg. L. Bahnsen, “M. G. Kline on Theonomic Politics: An Evaluation of His Reply,” *Journal of Christian Reconstruction*, VI, No. 2 (Winter 1979-80).

tes devido ao seu desespero. Eles estão sitiados: por Bahnsen à sua direita, e pelo humanismo secular à sua esquerda. Seus números estão caindo ainda mais rapidamente que o seu cabelo. Uma geração mais jovem de ativistas cristãos não está a fim de levar a sério as desculpas esfarrapadas tradicionais para não desafiar a civilização humanista em nome dos princípios bíblicos. Estes jovens estão cansados de ver aqueles que odeiam a Deus mandando neles. Mais significativamente, eles começaram a reconhecer que a igreja não é culturalmente imponente, e que a lei de Deus não leva à impotência.

Diferente dos anúncios em revistas de quadrinhos do programa de treinamento físico “tensão dinâmica” de Charles Atlas,² onde o valentão de 90 kg é humilhado pelo fracote de 45 kg, cristãos no século XX tem sido os fracotes de 90 kg humilhados pelos valentões de 45 kg. Assim como Sansão sem o seu cabelo, cristãos sem a lei de Deus são impotentes, e têm sido considerados pelos filisteus de todas as épocas como burros de carga a serem abusados e humilhados publicamente, quando surge a oportunidade. O que o Dr. Bahnsen propõe é que flexionemos os nossos músculos e derrubemos os pilares que sustentam o templo do humanismo. Mas, dessa vez, devemos empurrá-los do lado de fora da arena, não do lado de dentro. Quando se trata de colapso social, que os filisteus de nossos dias estejam do lado de dentro, e que *nós* venhamos a juntar os pedaços depois.

O slogan tradicional que tem sido grandemente abusado, “estamos debaixo da graça, não da lei”, é cada vez mais reconhecido por cristãos inteligentes como uma defesa teológica mal-informada e até perversa de uma situação cultural perversa: “Estamos debaixo de uma estrutura legal humanista que odeia a Deus, não da lei de Deus, e não há nada que possamos fazer sobre isso.” Mas *há* algo que os cristãos podem fazer: eles podem começar a estudar, pregar e unir-se em torno da causa da lei bíblica.

É improvável que os críticos antinomianos da lei bíblica possam ter sucesso por muito mais tempo em resistir às pressões de nossa época. Uma minoria crescente de líderes cristãos hoje reconhece que devem propor *alternativas sociais válidas a uma civilização humanista que está entrando em*

² Bodybuilder americano. [N. T.]

POR ESTE PADRÃO

colapso – uma ordem humanista que buscam constranger e até mesmo destruir, se possível – se quiserem fugir do destino daqueles que hoje vivem debaixo da autodeclarada soberania do autoproclamado homem autônomo.

O Ônibus Vai Bater, A Menos Que...

Há uma velha máxima na política que diz: “Você não pode lutar contra algo sem nada.” A veracidade dessa máxima tem sido demonstrada por mais de meio século: os cristãos têm sido impotentes para deter a deriva em direção à desintegração social. Agora, eles estão finalmente sentindo a pressão cultural. *Seus* filhos estão finalmente sendo visivelmente atacados pelas perversões desta época. *Suas* igrejas estão agora sendo ameaçadas por algum tipo de burocracia federal. Eles estão hoje tornando-se cientes do fato de que eles não podem mais permanecer como meros passageiros silenciosos no fundo do ônibus do humanismo, a menos que estejam dispostos a cair do penhasco. Eles estão lentamente começando a entender que eles não podem sair desse ônibus engatado na última marcha, apesar de que uma teologia de “fuga pela porta dos fundos” ter se mantido popular até bem recentemente. Mas a “febre de arrebatamento” está baixando progressivamente. Então, agora há apenas uma única alternativa: eles devem persuadir os outros passageiros a permiti-los que assumam o volante.

Apenas os cristãos possuem um mapa rodoviário válido: a lei de Deus. Esse mapa é rejeitado pelo atual motorista, e se os outros passageiros (incluindo cristãos confusos e psicologicamente derrotados) continuarem a aceitar esse motorista, então o ônibus vai bater. Talvez até exploda.

A farra dos humanistas no volante está chegando ao fim. Eles terão de lutar para manter o poder político. Há milhões de cristãos no fundo do ônibus do humanismo que não estão mais impressionados com as habilidades do motorista. Eles podem não ter todas as respostas ainda, mas eles estão perdendo a paciência. E então chega o Dr. Bahnsen com seu mapa rodoviário. Pagamos nossos impostos também, ele argumenta, e devemos nos preparar para desafiar o controle dos humanistas sobre o banco do motorista.

Este livro é uma defesa preliminar da confiabilidade contínua do mapa rodoviário que o povo de Deus recebeu no Sinai. Mais que isso: ele

é uma defesa da ideia de que *existe apenas um mapa rodoviário que é preciso*. Há muitos, muitos outros mapas que são vendidos a cristãos e a humanistas, mas todos eles têm uma coisa em comum: eles são imprecisos. É incrível que a maioria dos cristãos em nossos dias afirme implicitamente e até explicitamente que *qualquer* mapa rodoviário é adequado, e que cristãos podem viver toleravelmente bem debaixo da administração social e política de instituições governadas por diversas ordens legais humanistas. Qualquer coisa serve, nós ouvimos; podemos aprender a viver debaixo de qualquer ordem social, menos uma. Apenas uma é categoricamente rejeitada por uma geração mais velha de teóricos sociais cristãos como sendo inválida nos tempos do Novo Testamento: a lei de Deus.

O Complexo de Inferioridade dos Cristãos

Por que muitos cristãos, especialmente teólogos e professores em faculdades cristãs, proclamaram tal filosofia social monstruosa, uma filosofia de “qualquer coisa é politicamente aceitável, exceto o Antigo Testamento”? Creio que uma razão acima de todas as outras está na raiz do problema: *Cristãos têm tido medo de exercer domínio*. Eles têm sido intimidados ao ponto da submissão por manipuladores de culpa humanistas profissionais, que persuadiram os cristãos de que o cristianismo, quando aplicado à política, levou à tirania e à guerra. Como exemplo, eles citam a história de 800 anos atrás das cruzadas medievais, nas quais uns poucos milhares de soldados profissionais saíram para lutar contra os muçulmanos. E quem hoje está reclamando aos berros sobre as malignas Cruzadas? Defensores do humanismo, cujos vários representantes desencadearam guerras e revoluções no século XX, nas quais por volta de 150 milhões de pessoas morreram desde 1901 até 1970.³

Os mesmos críticos reclamaram repetidamente do fato de a Igreja Católica ter queimado o mago ocultista Giordano Bruno⁴ ou a aprovação de Calvino da execução do unitarista Serveto na fogueira (com a aprovação

³ Gil Eliot, *Twentieth Century Book of the Dead* (New York: Scribners, 1972).

⁴ O fato de que Bruno era um ocultista em vez de um cientista é mostrado de forma conclusiva na obra de Frances A. Yates, *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition* (New York: Vintage, [1964] 1969).

POR ESTE PADRÃO

entusiástica dos católicos, que também estavam atrás dele e que informaram Calvino quando Serveto chegou em Genebra), quatro séculos atrás. Compare estes dois eventos com as atrocidades de Stalin, que matou de 20 a 30 milhões de russos em seus expurgos na década de 1930, incluindo um milhão de membros do Partido Comunista,⁵ além de outros dez milhões que morreram devido às fomes produzidas por sua coletivização forçada da agricultura.⁶ E temos ainda a atrocidade continuada da população da União Soviética que vive em campos de concentração, a qual provavelmente incluiu por volta de um terço da população soviética ao longo dos anos, com pelo menos um por cento de toda a população estando nos campos em qualquer dado momento.⁷

Esse massacre ocorreu na década de 1930 sem qualquer crítica significativa por parte da imprensa humanista progressista prestigiosa pelas duas décadas seguintes. Malcolm Muggeridge, um jornalista do *Manchester Guardian* naquela época, diz no primeiro volume de sua autobiografia que repórteres e esquerdistas no Ocidente sabiam do que Stalin estava fazendo; eles aprovaram sua crueldade. Mesmo em nossos dias, alguns apologistas dele ainda existem. (“Stalin, apesar de certos excessos, foi uma força progressista em seus dias, e precisamos entender que não é fácil levar uma sociedade retrógrada ao desenvolvimento tecnológico, e blá, blá, blá.”) Mesmo assim, esses mesmos ideólogos provocam cristãos mencionando os julgamentos das bruxas de Salém na década de 1690, nos quais 20 pessoas foram executadas no total, e que nunca se repetiram. Em um ano, as políticas de Mao mataram 30 milhões de chineses.⁸ Parem de querer fazer dos cristãos os vilões da história, fazendo favor.

Até recentemente, cristãos têm sido humilhados ao ponto de submissão por psicopatas médicos licenciados pelo estado e sedentos por lucro,

⁵ Robert Conquest, *The Great Terror: Stalin's Purges of the Thirties* (New York: Collier, [1968] 1973), pg. 710.

⁶ Paul Johnson, *Modern Times: The World from the Twenties to the Eighties* (New York: Harper & Row, 1982), pg. 272.

⁷ Vladimir Bukovsky, *To Build a Castle: My Life as a Dissenter* (New York: Viking, 1978), pg. 318.

⁸ Stephen Mosher, *Broken Earth: The Rural Chinese* (New York: Free Press, 1983), pp. 263-64.

que nos dizem que o aborto é um meio moralmente válido para controlar o crescimento populacional e resolver dificuldades maritais e financeiras. Um interesse renovado na lei bíblica “desumilhará” cristãos muito em breve. Aliás, isso já está acontecendo.

As pessoas poderiam perguntar: a lei bíblica não levaria à tirania? Eu respondo: Por que deveria? Deus a projetou. Deus a ordenou. Era Israel uma tirania? Ou era o Egito a real tirania, e a Babilônia? *Tirania foi o que Deus visitou sobre o Seu povo quando eles deram as costas para a lei bíblica.*

Mas, falando de forma prática, não consigo imaginar uma tirania moderna bem-sucedida que fosse financiada por menos de dez por cento da renda nacional. Posso facilmente imaginar muitas tiranias que são coercivamente financiadas por cinco a dez vezes mais que o dízimo. E você também. Neste século humanista sangrento, não é preciso muita imaginação para isso. Basta apenas um livro de história. Ou uma assinatura do *New York Times*.

Bandas e Músicas

Quem paga a banda escolhe a música. Os humanistas têm levado o nosso dinheiro embora por meio dos impostos para contratar bandas que toquem suas músicas. Mas eles não ficaram satisfeitos com taxação direta; eles desvalorizaram o dinheiro, e os músicos se revoltaram. Agora, eles estão tomando dinheiro emprestado (com a “plena fé e crédito” do governo federal) para manter a banda tocando, mas, quando a paciência e a fé daqueles que emprestam o dinheiro se esgotarem, os pagadores das bandas estarão em um grande aperto. Bem como seus músicos.

Quando esse dia chegar, é melhor que os cristãos estejam prontos com a resposta bíblica: caridade voluntária, o dízimo para financiar a Igreja, e todos os níveis do governo civil combinados limitados por lei constitucional a receber menos de dez por cento da renda da população. O Estado não é Deus e, portanto, não tem direito a um dízimo. Cristãos pagarão as bandas voluntariamente, e elas tocarão nossas músicas. Humanistas conseguem desembolsar dinheiro para pagar as bandas apenas após roubarem o dinheiro com as urnas, por meio da política da culpa e da pena, e a política da inveja. O evangelho de Cristo, quando acompanhado da fé na lei

POR ESTE PADRÃO

bíblica, destrói os alicerces psicológicos da culpa, pena e inveja políticas. O fim dos humanistas na política se aproxima, e eles estão enfurecidos. O Salmo 2 nos diz o que Deus pensa dessa fúria, e do quão bem ela faz a eles.

Conclusão

Serei direto: nenhum teólogo de boa reputação (ou mesmo de má reputação) pôde desafiar com sucesso a defesa da lei bíblica do Dr. Bahnsen durante os últimos oito anos. Irei mais longe: nenhum teólogo ou teórico social cristão em nossa geração é capaz de desafiar com sucesso a tese geral do Dr. Bahnsen, porque ela está correta. Darei mais um passo adiante: não veremos nenhum filósofo cristão proeminente sequer tentar fazê-lo, porque um número considerável deles sabe o que aconteceu com Meredith Kline: ele foi humilhado em plena vista de qualquer um que se importou em ler a resposta do Dr. Bahnsen. Ninguém está empolgado com o prospecto de confrontar o Dr. Bahnsen em forma publicada. Isso leva a humilhação excessiva.

Porém, se ninguém de ao menos um campo teológico moderno responder, e responder logo – seja do campo dispensacionalista, neoevangélico, reformado, católico-romano ou da ortodoxia oriental – então a batalha intelectual estará, para todos os efeitos, vencida pelos teonomistas. Não é de benefício algum para os defensores de uma visão de mundo e de vida mais velha fingir que podem ignorar com segurança um argumento brilhante apresentado para qualquer posição nova, quanto mais uma posição bíblica. Se os teólogos do *establishment* permanecerem em silêncio por mais oito anos, os teonomistas terão capturado as mentes da próxima geração de ativistas e teóricos sociais cristãos. Assim que os ativistas e intelectuais mais jovens estiverem do nosso lado, a luta estará fundamentalmente ganha. O vencedor leva tudo: as posições em instituições de ensino, as emissoras de TV, e espaço nas prateleiras em livrarias cristãs – e talvez até mesmo em livrarias seculares, até que elas finalmente venham à falência ou tornem-se cristãs.

Agora, quem será o cordeiro sacrificial? Quem quer tentar provar em forma publicada que este pequeno livro é obra de um herege, ou de um incompetente? Quem será a pessoa que tentará provar que a tese desse livro não pode ser sustentada através de um apelo ao Novo Testamento.

Prólogo

Quem então tentará refutar *Theonomy in Christian Ethics*? Muitos jovens brilhantes estão esperando para ouvir os argumentos e, depois, a resposta do Dr. Bahnsen.

Fiquem ligados para “Bambi vs. Godzilla, Parte II”.

PREFÁCIO

“Mas isso é o que o *Antigo* Testamento dizia! Vivemos nos tempos do Novo Testamento”

Dita em voz alta ou não, esta é a reação que muitos cristãos têm a qualquer sugestão de que devemos nos conformar em algum nível às exigências da lei de Deus. Um pressuposto comum é o de que Deus não espera que crentes do Novo Testamento vivam de acordo com as estipulações do Antigo Testamento. Pensa-se erroneamente que o proceder e o padrão éticos devam ser limitados ao Novo Testamento, quase como se o Antigo Testamento nos dias de hoje não fosse nada mais do que uma mera curiosidade histórica – em vez de uma revelação que ainda é proveitosa “para instruir em justiça” (2 Tm. 3:16-17). Este livro foi escrito para estimular a reflexão guiada pela Escritura sobre a questão de se a lei do Antigo Testamento ainda é vinculante como padrão moral nos dias de hoje. Tal questão pode mostrar-se controversa, e sua investigação revelaria que existe um grande número de respostas diferentes propostas para ela. Este livro de modo algum é a última palavra no assunto, e não tem a intenção de sê-lo. Mas *é* uma palavra que se esforça diligentemente para ser fiel ao escopo pleno do ensino bíblico sobre a lei de Deus. Espero que o leitor considere este livro útil em organizar questões, apresentar propostas convincentes e forçá-lo a conferir todas as opiniões com a palavra escrita de Deus.

Os vários capítulos que constituem este livro foram primeiro compostos como artigos curtos, com a maioria deles tendo sido publicada em meu boletim mensal, *Biblical Ethics* [Ética Bíblica] (publicado pelo *Institute for Christian Economics* de Tyler, Texas). Estes estudos foram lançados de setembro de 1978 a julho de 1982. A sua ordem de lançamento foi levemente alterada e, em alguns casos, o material de mais de um mês foi combinado em capítulos unificados para este livro. A série de “Ética Bíblica” – e agora este livro – visava condensar para um público de leitura mais amplo as discussões mais exaustivas sobre a validade da lei de Deus que podem ser encontradas em meu livro, *Theonomy in Christian Ethics* (2nd ed., Nutley, New Jersey: Craig Press, 1984). *Theonomy* estabelece a posição

básica que me parece ser aquela assumida pelo Novo Testamento com relação à lei do Antigo Testamento.

O presente livro é uma tentativa de estabelecer um *resumo* de *Theonomy*, bem como da futura obra *Debate Over God's Law*,¹ uma refutação detalhada das críticas publicadas contra *Theonomy*. Ele não visa o nível de profundidade ou a argumentação minuciosa que caracterizam as outras publicações. Espera-se que isto fará a presente publicação mais útil para um público mais amplo de leitores – aqueles que, como cristãos, têm tido um interesse natural nas questões de ética bíblica. Após se familiarizarem com a posição referente à lei de Deus que é apresentada nesta obra, leitores que possuem um interesse maior no assunto, ou que tenham mais perguntas sobre ele, ou que possam ter questionamentos adicionais a levantarem com relação ao que foi dito, devem procurar meu outro livro.

Minha oração é que, através destes livros, cristãos tornem-se convencidos da sabedoria e autoridade dos mandamentos de Deus, aprendendo a dizer do fundo de seu coração: “Oh, como amo a tua lei!” (Sl. 119:97).

* * * * *

Ao enviar este livro para sua impressão, desejo expressar minha gratidão a algumas pessoas que tornaram essa publicação possível e me ajudaram em sua produção. Estendo meus agradecimentos ao Dr. Gary North do *Institute for Christian Economics* [Instituto de Economia Cristã] por iniciar este projeto e cobrir os seus custos, como um “Teófilo” da era moderna. Gostaria também de agradecer R. E. McMaster, cuja generosa contribuição ajudou a financiar a publicação deste livro. Sou grato aos meus amigos na *Sovereign Grace Reformed Church* (Ashland, Ohio) que fielmente apoiaram meu ministério de ensino enquanto estes estudos estavam sendo compostos. Tenho a agradecer àqueles que criticaram a ética teonômica por me ajudarem a mostrar as incompreensões ou erros mais comuns sobre a posição teonômica que deveriam ser tratados em um livro como este. Ao preparar o texto para a publicação, fui grandemente auxiliado pelos esforços editoriais e de revisão do Sr. Doug Jones e de minha amada esposa, Cathie. Suas ideias e correções foram de grande valia tanto

¹ Publicado como *No Other Standard: Theonomy and Its Critics* (Institute for Christian Economics, 1991). [N. T.]

POR ESTE PADRÃO

a mim quanto ao leitor. Finalmente, desejo agradecer aos meus pais, a quem este livro é dedicado, por seu amor paciente e instrutivo que me levaram a ver a vida e a conduta, não em termos de opiniões arbitrárias, mas em termos de princípios orientadores confiáveis.

Rev. Greg L. Bahnsen
M. Div., Th.M., Ph.D.
Covenant Community Church
Placentia, California

1

ESPECIFICAÇÃO DE PROPÓSITO E POSIÇÃO

“Ao contrário das filosofias éticas autônomas dos homens, nas quais bem e mal são definidos por meio de especulação pecaminosa, a ética cristã obtém seu caráter e direção da palavra revelada de Deus”

Por toda a história da Igreja cristã, crentes têm se perguntado qual deveria ser sua atitude com relação aos mandamentos de Deus que são revelados no Antigo Testamento. Uma grande variedade de posições têm sido tomadas concernente à lei de Deus – estendendo-se desde afirmar que *não houve mudanças* em como a lei deve ser observada (assim, por exemplo, sacrifícios de animais continuariam) até afirmar que *tudo mudou* devido à mudança de dispensação (assim, a ética cristã seria completamente restrita ao Novo Testamento). Entre esses dois polos extremos, numerosas outras posições ou atitudes (algumas pronomianas, algumas antinomianas) podem ser encontradas, com variações sutis distinguindo uma escola de pensamento da outra em muitos casos. Com o pano de fundo desta multidão de opiniões, convém especificar e sumarizar a posição com relação à lei de Deus que é sustentada nestes capítulos.

A Tese Básica

Fundamental à posição sustentada nesta obra é a convicção de que a revelação especial de Deus – Sua palavra escrita – é necessária como o padrão objetivo de moralidade para o povo de Deus. Ao contrário das filosofias éticas autônomas dos homens, nas quais bem e mal são definidos por meio de especulação pecaminosa, a ética cristã obtém seu caráter e

direção da palavra revelada de Deus, uma revelação que se harmoniza com a revelação geral dos padrões de Deus por meio da ordem criada e da consciência do homem.

Quando exploramos o que a Bíblia ensina sobre o caráter de Deus, a salvação realizada por Cristo, a obra do Espírito santo em nos santificar em coração e conduta, ou a natureza das relações pactuais de Deus com os homens, vemos por que o fiel deve assumir uma atitude positiva para com os mandamentos de Deus, mesmo como revelados no Antigo Testamento. De fato, a Bíblia ensina que devemos *presumir continuidade* entre os padrões éticos do Novo Testamento e aqueles do Antigo, em vez de abreviar a validade da lei de Deus de acordo com algum limite preconcebido e artificial.

Visto que Ele não veio para ab-rogar o Antigo Testamento e nem mesmo um til da lei se tornará inválido até o fim do mundo, Jesus declarou: “Portanto, qualquer que quebrar um destes mínimos mandamentos, e assim ensinar aos homens, será chamado o menor no reino do céu” (Mt. 5:17-19). Dada essa instrução, nossa atitude deve ser de que todas as leis do Antigo Testamento são nossa obrigação no presente *a menos que* uma revelação adicional por parte do Legislador nos mostre que alguma mudança foi feita.

A posição *metodológica*, então, é que presumimos nossa obrigação de obedecer a qualquer mandamento do Antigo Testamento, a menos que o Novo Testamento indique o contrário. Devemos presumir continuidade com o Antigo Testamento em vez de descontinuidade. Isso *não* implica dizer que *não há mudanças* do Antigo para o Novo Testamento. Certamente há – e mudanças importantes. Contudo, a palavra de Deus deve ser o padrão que define precisamente quais são essas mudanças para nós; não podemos nos arrogar o direito de presumir tais mudanças nem de impô-las sobre o Novo Testamento. A Palavra de Deus, Sua direção para nós, deve ser tomada como autoridade contínua até que o Próprio Deus nos revele o contrário. Esse é, em certo sentido, o cerne da “teologia do pacto”, em contraste com uma compreensão dispensacionalista da relação entre o Antigo e o Novo Testamento.

A essa posição metodológica podemos acrescentar a *conclusão substancial* de que o Novo Testamento não ensina nenhuma mudança radical na

POR ESTE PADRÃO

lei de Deus concernente aos padrões de *moralidade sociopolítica*. A lei de Deus, no que tange ao dever dos magistrados civis, não foi alterada em nenhum modo sistemático ou fundamental no Novo Testamento.

Consequentemente, em vez de assumir uma visão basicamente antagônica dos mandamentos do Antigo Testamento à sociedade e ao Estado, e em vez de assumir uma abordagem seletiva, selecionando entre estas leis conforme o gosto pessoal e a conveniência, devemos reconhecer a obrigação contínua dos magistrados civis de obedecer e aplicar as leis do Antigo Testamento, inclusive as sanções penais especificadas pelo justo Juiz de toda a Terra. Assim como para com o restante da lei de Deus, devemos presumir continuidade da autoridade vigente com relação ao mandamentos sociopolíticos revelados como lei permanente no Antigo Testamento.

Descontinuidade (Mudança) Não Foi Negada

O que foi dito acima é simplesmente que a *presunção* deve ser a de que a lei do Antigo Testamento é vinculante no Novo Testamento. Isso de forma alguma invalida ou rejeita as muitas diferenças radicais entre o Antigo e o Novo Testamento. Mudanças de fato ocorreram pelo curso da história da redenção, de modo que certamente existem exceções à continuidade geral que caracteriza a relação entre a Antiga e a Nova Aliança. Deus tem o direito de fazer alterações para a Nova Era. Na transição para esta Nova Era observamos que avanços são feitos em relação à Antiga Aliança, com algumas leis sendo postas de lado, e outras passando a ser observadas de uma nova maneira.

Dado o progresso da revelação, devemos nos comprometer à regra de que *o Novo Testamento deve interpretar o Antigo Testamento para nós*; a atitude de Jesus e dos Apóstolos com relação à lei mosaica, por exemplo, deve ser determinante para a ética cristã. Assim, uma equação simplista entre a ética do Antigo e do Novo Testamento – uma que abstratamente absolutiza o ensino do Novo Testamento sobre a continuidade com o Antigo Testamento (sem reconhecer as condicionantes reveladas em outros lugares) – não é promovida pela posição aqui adotada. O que é sustentado é que a nossa obrigação para com a lei de Deus do Antigo Testamento deve ser interpretada e condicionada pela *Escritura* do Novo Testamento,

não pela opinião humana subjetiva, incapaz de citar respaldo bíblico algum para se afastar das estipulações de Deus.

Deve-se reconhecer que certos aspectos da Antiga Aliança não são autoritativos nos dias de hoje. Por exemplo, junto às leis permanentes pelas quais os judeus deveriam sempre viver, Deus lhes deu certos *imperativos localizados* – comandos para uso em uma situação concreta específica, não princípios com a força contínua de lei de geração em geração. Um exemplo disso seria o comando para guerrear e conquistar a terra da Palestina pela espada; isto não permanece como uma exigência para nós hoje.

Similarmente, existiam *detalhes culturais* mencionados em muitas das leis de Deus para assim ilustrar os princípios morais que Ele exigia (por exemplo, a distinção entre morte acidental e assassinato malicioso foi ilustrada em termos de uma lâmina de machado desprendida). O que é de autoridade moral permanente é o *princípio* ilustrado, e não o detalhe cultural utilizado para ilustrá-lo. Assim, não devemos ler as leis casuísticas do Antigo Testamento como aplicáveis para nós na terminologia literal utilizada (por exemplo, lâminas de foices desprendidas e freios de carros defeituosos *também* são cobertos pela lei que lida com lâminas de machado desprendidas).

Juntamente com os imperativos localizados e os detalhes culturais de expressão, devemos observar que certos *detalhes administrativos* da sociedade do Antigo Testamento não são normativos para os dias de hoje (por exemplo, o tipo ou forma de governo, o método de arrecadação de impostos, a localização da sede do governo). Esses aspectos da vida no Antigo Testamento não foram prescritos pela lei permanente, e não são vinculantes para nós nos dias de hoje.

Outras descontinuidades com a vida e práticas do Antigo Testamento são pertinentes às suas sombras tipológicas – substituídas no Novo Testamento pelas realidades que tipificavam. Por exemplo, temos as leis cerimoniais do sacrifício que serviam, durante os tempos do Antigo Testamento, como sombras “fracos e miseráveis” do perfeito sacrifício de Cristo que viria. Podemos também pensar aqui sobre as estipulações concernentes à terra da Palestina. Com a vinda e o estabelecimento do reino tipificado pela “terra prometida”, e com a remoção dos privilégios especi-

POR ESTE PADRÃO

ais do reino dos judeus por Cristo, as leis que regulavam aspectos da terra de Canaã (por exemplo, lotes de terra familiares, localização das cidades de refúgio, a instituição do levirato) foram postas de lado no Novo Testamento como inaplicáveis.

Outros exemplos poderiam talvez ser mencionados, mas já foi dito o suficiente até agora para demonstrar o ponto de que a posição adotada nesta obra *não* é a de que todo mínimo detalhe da vida do Antigo Testamento deve ser reproduzido hoje como moralmente obrigatório, mas simplesmente que a nossa *presunção* deva ser a da *continuidade* com relação às leis *permanentes* do Antigo Testamento (*quando* interpretadas adequadamente, dentro de seu contexto).

Precisamos estar cientes do fato de que interpretar a lei do Antigo Testamento, caracterizar adequadamente seus detalhes (por exemplo, cerimonial, permanente, cultural), e aplicar nos dias de hoje os padrões autoritativos do Antigo Testamento *não é uma tarefa fácil ou simples*. Nem sempre é evidente para nós como compreender um mandamento do Antigo Testamento ou usá-lo adequadamente hoje. Assim, a posição adotada aqui não torna a ética cristã em uma simples questão de buscar por respostas óbvias em um manual. Um comprometimento à posição defendida nestes estudos exige um grande esforço intelectual – o dever de casa exegético e teológico.

O Que NÃO É Pretendido ou Proposto

O objetivo destes estudos é estabelecer um argumento em favor da validade contínua da lei do Antigo Testamento, incluindo seus padrões sociopolíticos de justiça. Propõe-se que devemos presumir a autoridade vigente de qualquer mandamento do Antigo Testamento até que e a menos que o Novo Testamento revele o contrário, e esta *presunção* é válida tanto para as leis pertinentes ao Estado quanto as pertinentes ao indivíduo. Conforme já observado, tal *presunção* não nega a realidade de algumas descontinuidades com o Antigo Testamento hoje; ela simplesmente insiste que tais mudanças sejam amparadas pelo ensino bíblico, não por sentimentos ou opiniões pessoais de natureza subjetiva e falível.

Sendo assim, a posição adotada aqui não pretende ser uma visão *total* da ética cristã, abordando suas muitas facetas. Apenas uma perspectiva na

ética cristã é tratada – a saber, a perspectiva normativa com relação à questão dos padrões de conduta. Perspectivas motivacionais e consequenciais (que tratam do caráter interior e do propósito na ética) não são abordadas em mesmo nível, nem o é a área vital de produzir e manter comportamento moral.

Ademais, o aspecto singular da ética que é o foco da atenção nestes estudos, a questão da lei, é apresentado com propósito de *evitar* certos *erros* sérios que podem ser cometidos com respeito à lei de Deus. Obediência à lei de Deus não é a maneira na qual uma pessoa obtém a justificação aos olhos de Deus; salvação não é por obras meritórias, mas sim pela graça por meio da fé. E, embora a lei possa ser um padrão de vida santa para a santificação, a lei não é o poder dinâmico que capacita o povo de Deus para a obediência; em vez disso, o Espírito Santo é quem nos dá vida nova e força para guardar os mandamentos de Deus. A interpretação externalista da lei de Deus que caracterizava os fariseus também é repudiada nesta obra; as exigências feitas por Deus estendem-se aos nossos corações e atitudes de modo que a verdadeira obediência deve proceder de um coração de fé e amor. Ela não é encontrada simplesmente na conformidade exterior para com (uma parte de) a Sua lei.

O que estes estudos apresentam é uma posição para *ética* (normativa) cristã. Eles *não* comprometem logicamente os que concordam com eles a nenhuma escola específica de interpretação *escatológica*. Pré-milenistas, amilenistas e pós-milenistas podem todos harmonizar esta perspectiva normativa com suas visões da história e do reino de Deus. Embora o autor tenha visões bem definidas na escatologia, elas não são o assunto destes estudos, seja explícita ou implicitamente.

Pode-se acrescentar que a posição ética ensinada aqui é de um caráter *fundacional*. Ela trata de uma questão fundamental, a validade da lei de Deus, e não responde todas as questões sobre uma aplicação detalhada da lei de Deus para o nosso mundo moderno. A interpretação específica dos mandamentos de Deus não é abordada e discutida exaustivamente. De fato, os que concordam com a conclusão fundacional destes estudos – que a lei de Deus é vinculante hoje, a menos que a Escritura revele o contrário – podem muito bem discordar entre si em questões particulares sobre a interpretação do que a lei de Deus exige neste ou naquele ponto, ou discor-

POR ESTE PADRÃO

dar sobre como estas exigências devem ser seguidas hoje. Estes estudos não visam resolver todas essas questões. Eles simplesmente argumentam que a lei de Deus não pode ser ignorada ao tomar decisões sobre a ética cristã. Dizer isso *não implica endossar todo abuso* que foi ou que está sendo cometido por crentes com relação às exigências estabelecidas nos mandamentos do Antigo Testamento.

Além disso, deve-se observar que estes estudos não defendem a imposição da lei de Deus *à força* sobre uma sociedade, como se essa fosse uma maneira de “instaurar o reino.” O reino de Deus avança por meio da Grande Comissão – evangelismo, pregação e instrução na palavra de Deus – e do poder do Espírito regenerador e santificador de Deus. Embora estes estudos assumam uma posição distintiva com relação à lei de Deus e o Estado moderno, eles não se dedicam a apresentar um *método* de *mudança* política. A ênfase, antes, está no *padrão* de justiça política.

Assim, convém evitar conceitos errôneos repudiando qualquer ideia de a Igreja tomar a espada na sociedade, qualquer ideia de rebelião contra os poderes estabelecidos e, similarmente, qualquer ideia de submissão irracional ao *status quo* na sociedade. Nosso comprometimento deve ser ao poder transformador da palavra de Deus que reforma todas as áreas da vida pela verdade. Tanto ignorar a necessidade de reforma sociopolítica, quanto tentar alcançá-la pela força contradizem as responsabilidades reformacionais da Igreja.

Erros pertinentes ao uso sociopolítico da lei de Deus podem ser descartados de antemão aqui. Nem todos os pecados são crimes e, dessa forma, o magistrado civil *não é* obrigado a aplicar a *totalidade* da lei de Deus. Governantes devem aplicar apenas aquelas leis para as quais Deus revelou sanções sociais a serem impostas (não para questões de consciência particular ou piedade pessoal). É óbvio que nem todos os líderes políticos estão *realmente* buscando guiar suas deliberações e ações pela palavra revelada de Deus. O que estes estudos sustentam é que magistrados *devem* submeter-se à lei de Deus no que tange a assuntos sociopolíticos: em última instância, eles responderão a Deus pela sua desobediência a Seus padrões.

É claro, quando magistrados chegam à decisão de aplicar o(s) mandamento(s) de Deus em uma área específica – seja por terem pessoalmente

se convertido ou por simplesmente verem a sabedoria e a justiça dessas leis como incrédulos – eles são obrigados a fazê-lo de maneira adequada e justa. O cristão não defende uma justiça *ex post facto*, na qual ofensores seriam punidos por ofensas cometidas antes da decretação civil de uma lei que proíba suas ações. Nem tampouco o cristão defende a punição de criminosos que não foram condenados segundo as plenas disposições do *devido processo legal* em um tribunal. Aqueles que creem que a lei de Deus para a sociedade deve ser obedecida precisam zelar para que todas as leis de Deus para a sociedade sejam obedecidas, abrangendo não apenas a punição de ofensores, mas também seu justo tratamento e condenação.

Por fim, devemos nos distanciar da impressão errônea de que, devido a estes estudos dedicarem-se a uma subseção específica da teologia e ética cristãs, eles pretendem retratar aquela área da verdade como mais importante que outras áreas do ensino bíblico. Toda discussão, por necessidade, considerará estreitamente um tópico específico em vez de outro, pois nem tudo pode ser discutido simultaneamente. Escrever sobre o nascimento virginal, por exemplo, não significa depreciar a doutrina da Segunda Vinda de Cristo; é meramente abordar de forma específica um dos muitos assuntos importantes da teologia cristã.

Similarmente, estabelecer uma posição concernente à validade da lei de Deus no Antigo Testamento e argumentar que seus padrões de justiça política são vinculantes para nós nos dias de hoje (de modo que magistrados civis devem aplicar as sanções penais da lei) é apenas dedicar atenção a um aspecto específico do todo da teologia e da ética cristã. Não é dizer que a ênfase mais importante em nossas vidas e pensamento deva ser a lei de Moisés no Antigo Testamento. Não é dizer que a ética política é mais vital que a ética pessoal, ou que o mandato cultural é mais importante que o mandato evangelístico da igreja. E certamente não é sustentar que a pena capital é o assunto mais importante na ética cristã, ou mesmo na ética social cristã.

Ao empreender um estudo da lei mosaica e da validade de suas sanções penais, estamos simplesmente ressaltando que esses são aspectos do ensino bíblico – aspectos que verdadeiramente servem a um propósito benéfico e, como tal, são incluídos na palavra revelada de Deus – e não deveriam ser mal compreendidos ou ignorados ao decidirmos o que a

POR ESTE PADRÃO

Bíblia em sua totalidade tem a nos dizer sobre nossas vidas, condutas e atitudes. Ao dedicar-nos à questão da lei de Deus na ética cristã, estamos simplesmente sendo consistentes com a convicção reformada de que nossas crenças cristãs devem ser guiadas por *sola Scriptura* e *tota Scriptura* – somente pela Escritura e por *toda* a Escritura.

Parte I: A Autoridade da Lei de Deus

A. O Padrão Todo-Abrangente da Escritura

2

A PALAVRA DE DEUS É A NOSSA NORMA

“Você alicerçará a sua vida sobre a rocha segura da palavra de Deus ou sobre as areias ruinosas da opinião humana independente?”

Dia após dia tomamos decisões sobre como agir, formamos atitudes e cultivamos emoções, definimos metas para nós mesmos e tentamos atingi-las. Fazemos essas coisas individualmente, bem como em diversos grupos: nossa família, amigos, igreja, comunidade, trabalho e Estado. Em todos esses contextos, o tipo de pessoa que somos, o tipo de objetivo que temos, e o tipo de regras que observamos ao tomarmos decisões são questões éticas. Todo comportamento e caráter humano é sujeito a avaliação segundo o valor moral; cada uma de nossas realizações (sejam elas objetivos que foram alcançados ou traços de caráter que foram desenvolvidos) e cada uma de nossas ações (sejam elas mentais, verbais ou comportamento corporal) expressam um código implícito de certo e errado. *Toda a vida é ética.*

Mas há muitos valores morais que são recomendados a nós. Há numerosos códigos implícitos de certo e errado. Vivemos o nosso dia a dia em meio a uma pluralidade de perspectivas éticas que estão em constante competição entre si. Algumas pessoas fazem do prazer seu valor mais elevado, enquanto outras dão prioridade à saúde. Há aqueles que dizem que devemos cuidar de nós mesmos acima de tudo, e ainda outros que dizem que devemos viver para servir o nosso próximo. O que ouvimos em anúncios publicitários frequentemente entra em conflito com os valores endossados em nossas igrejas. Às vezes, as decisões de nossos patrões violam

as leis estabelecidas pelo Estado. Nossos amigos nem sempre compartilham do código comportamental fomentado em nossas famílias. Frequentemente discordamos das ações do Estado. Toda a nossa vida é ética, mas tomar decisões éticas pode ser confuso e difícil. Cada um de nós precisa de uma bússola moral que nos guie pelo labirinto de questões e discordâncias de ordem moral que enfrentamos a todo momento em nossas vidas.

Em outras palavras, fazer juízos morais requer um *padrão* de ética. Você já tentou desenhar uma linha reta sem o auxílio de um padrão para se seguir, como uma régua? Por melhor que sua linha parecesse à primeira vista, quando você pôs um esquadro sobre ela, ficou evidente que a linha estava torta. Ou você já tentou determinar a medida exata de algo através de uma simples inspeção visual? Independentemente do quão próximo você possa ter chegado da medida real por meio de uma mera estimativa, a única forma de se ter certeza e precisão seria a de usar um critério adequado de medição, como uma fita métrica. E se quisermos ser capazes de determinar quais tipos de pessoas, ações ou atitudes são moralmente boas, então precisaremos de um padrão para isso também. Senão, viveremos vidas tortas e faremos avaliações imprecisas. Qual deve ser nosso padrão ético? Qual critério de medida devemos usar ao tomar decisões, cultivar atitudes ou definir objetivos para nós mesmos e os grupos nos quais nos envolvemos? Como alguém poderia saber e provar o que é certo e errado?

“Critérios de Medida” para a Civilização

Na Grécia e na Roma da antiguidade, a cidade ou o Estado era aceito como a autoridade suprema e o critério de medida na ética. César era senhor sobre tudo quando questões morais eram levantadas. Em oposição ao Estado totalitário e divinizado, a igreja primitiva proclamava o Senhorio de Jesus Cristo. Às “autoridades governamentais” (Rm. 13:1, NVI) foi dito que “toda a autoridade nos céus e na terra” residia no Messias ressurreto (Mt. 28:18, NVI). Em consonância com isso, o apóstolo João retratou a “besta” política de Apocalipse 13 como exigindo que seu próprio nome fosse escrito nas testas e mãos dos homens (vv. 16-16), desse modo simbolizando que a lei do Estado substituiria a lei de Deus, que deveria ser escrita na testa e na mão (cf. 6:8). É por isso que aqueles que se opõem a besta são descritos como “aqueles que guardam os mandamentos de Deus e a fé de

POR ESTE PADRÃO

Jesus” (Ap. 14:1, 12). O povo de Deus insiste que o Estado não possui a autoridade ética absoluta, pois a lei de Deus é o padrão supremo de certo e errado.

A igreja medieval, contudo, passou a promover dois critérios de medida para a ética: um padrão para a ética religiosa encontrado nas escrituras reveladas, e um padrão para a ética natural encontrado na razão do homem, à medida que ela examinava o mundo. Isso claramente tornou algumas decisões ou avaliações éticas independentes da palavra de Deus, e as questões religiosas que permaneceram dentro dos parâmetros da Bíblia passaram a ser, em última instância, decididas pelo Papa. Assim, o mundo medieval tornou-se propício para tirania tanto por um Estado secular, quanto por uma igreja despótica.

Em oposição a isso, os reformadores desafiaram as tradições de homens e reafirmaram a plena autoridade da palavra de Deus, declarando *sola Scriptura* e *tota Scriptura* (somente a Escritura e toda a Escritura). O padrão último de fé e prática, o critério de medida para toda a vida (para a moral pessoal, bem como para a social) era a Bíblia. É por isso que os puritanos se esforçaram para permitir que a palavra de Deus moldasse seu estilo de vida e regulasse seu comportamento em cada esfera da atividade humana. Um Deus santo exigia que fossem “santos em toda a vossa maneira de viver” (1 Pe. 1:15), e o padrão para a vida santa era encontrado na santa lei de Deus (Rm. 7:12). Em consonância com isso, os puritanos até mesmo adotaram a lei de Deus como o seu critério de medida para as leis civis na nova terra à qual eles finalmente vieram, e temos desfrutado dos frutos de sua empreitada piedosa neste país por três séculos. A atitude dos reformadores e puritanos é sumarizada muito bem no quadro de Paul Robert que está no edifício da Suprema Corte em Lausanne, Suíça; ele é intitulado “A Justiça Instruindo os Juízes” e retrata a justiça apontando sua espada a um livro denominado “A Lei de Deus”.

Autonomia

Todavia, com a vinda do suposto “Iluminismo”, o critério de medida da ética progressivamente se deslocou da lei de Deus na Bíblia para as leis humanas fomentadas pela razão e experiência independentes. Uma atitude neutra ou crítica com relação à Escritura inspirada minou sua

autoridade reconhecida sobre toda a vida, e a ética moderna se tornou caracterizada por um espírito autônomo – uma atitude de “lei própria”. O critério de medida da ética seria encontrado dentro do próprio homem ou de sua comunidade. O Bispo Butler o localizou na consciência do homem; Kant, na razão do homem; e Hegel, no Estado absoluto.

O único aspecto que é compartilhado por todas as escolas de ética modernas é uma antipatia por obter direcionamento ético a partir da Bíblia, pois fazê-lo é visto como algo retrógrado, ignorante, irracional, prejudicial, antidemocrático e imprático. Sendo incomodado e irritado pelas santas exigências da lei de Deus para todo aspecto da conduta humana, o homem “moderno” rejeita estes grilhões para sua liberdade e seus desejos pessoais, e ridiculariza suas disposições para a justiça social. O resultado previsível na cultura ocidental é a tensão entre um Estado tirânico e desmedido de um lado e o indivíduo liberto e sem restrições, do outro. Estatismo e anarquia se contrapõem. As políticas imorais do Estado têm como contrapartida as vidas imorais de seus cidadãos.

Em tempos mais antigos, esse tipo de situação era retificado pela igreja, quando ela servia na função de “sal” preservador na Terra (Mt. 5:13). Mas, hoje, grandes números de teólogos lançaram fora o critério de medida bíblico de ética e o substituíram por outra coisa. O resultado foi a perda de qualquer ética respeitável, veemente e reformadora na igreja contemporânea. “Assim diz o Senhor” foi reduzido a “parece bem a mim (ou a nós).” Bonhoeffer disse que “Deus nos faz saber que devemos viver como aqueles que se arranjam na vida sem Deus.”¹ Não só Frank Sinatra canta o testemunho do homem moderno para a cultura ocidental, “O registro mostra que eu levei as pancadas, e fiz isso *do meu jeito*”, mas o teólogo alemão Wolfhart Pannenberg declara a resposta da igreja moderna: “A proclamação dos imperativos fundamentados na autoridade divina não é muito persuasiva hoje.”² A Bíblia não mais dirige toda a vida porque suas exigências são consideradas opressivas e são vistas de antemão como irracionais.

¹ Dietrich Bonhoeffer, *Resistência e Submissão*, trad. Ernesto J. Bernhoeft (Editora Paz e Terra, 1980), pg. 173.

² Wolfhart Pannenberg, *Theology and the Kingdom of God* (Philadelphia: Westminster Press, 1969), pp. 103-104.

POR ESTE PADRÃO

Os homens repudiam a “interferência” em suas vidas representada pelos mandamentos de Deus. Esta atitude de transgressão da lei (1 Jo. 3:4) une todos os homens por causa do seu pecado (Rm. 3:23). Até mesmo teólogos nos dias de hoje têm a pretensão de serem autoridades éticas por direito próprio que sabem sobre o que é certo e errado melhor do que a própria Bíblia. Em *Christian Ethics and Contemporary Philosophy* [Ética Cristã e Filosofia Contemporânea], Graeme de Graaff diz: “Não há espaço na moralidade para mandamentos, sejam eles do pai, do professor ou do sacerdote. E nem mesmo há espaço para eles quando são os mandamentos de Deus.”³ O principal proponente da ética situacional nos nossos dias, Joseph Fletcher, sucintamente conclui que “a ética da Lei continua sendo o inimigo.” E essas atitudes de oposição à lei continuam a infiltrar-se até o nível local. Uma mulher “liberta” escreve no *The Reformed Journal* (1975): “Dou graças a Deus que, como uma cristã reformada, adoro um Deus de graça e não um Deus de regras.”

A Atitude Bíblica

Em contraste, a atitude bíblica é expressa pelo apóstolo João quando ele diz: “Este é o amor de Deus: que guardemos os seus mandamentos; e os seus mandamentos não são pesados.” (1 Jo. 5:3). Os que creem em Jesus Cristo não desejam viver como se fossem uma lei para si mesmos, livres de todas as exigências divinas externas. Eles apreciam e amam o padrão bíblico de certo e errado – independentemente do que ele estipule para qualquer aspecto da vida. A santa lei de Deus não é um fardo para eles, e eles não buscam constantemente por substitutos que serão mais agradáveis para a atitude autônoma de sua época. Eles não preferem a lei própria em lugar da lei de Deus, pois reconhecem que é impossível desenhar linhas retas e fazer medições precisas sem o critério de medida infalível da palavra de Deus.

Toda a vida é ética, conforme disse anteriormente. E todos os juízos éticos requerem um padrão confiável de certo e errado. Jesus, logo após declarar que rejeitará eternamente todos aqueles que praticam a iniqui-

³ Graeme de Graaff, “God and Morality”, em *Christian Ethics and Contemporary Philosophy*, ed. Ian T. Ramsey (London: SCM Press, 1966), pg. 34.

dade (isto é, a transgressão da lei), disse: “Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras e as pratica, assemelhá-lo-ei ao homem sábio, que construiu a sua casa sobre a rocha” (Mt. 7:24-27). Você alicerçará a sua vida sobre a rocha segura da palavra de Deus ou sobre as areias ruinosas da opinião humana independente? Suas decisões éticas serão tortas e imprecisas, seguindo padrões tolos e iníquos, ou você empregará com sabedoria o critério de medida da palavra revelada de Deus?

3

A BÍBLIA INTEIRA É O PADRÃO PARA HOJE

“Deus espera que nos submetamos a todas as Suas palavras, e que não sejamos seletivos, obedecendo apenas aquelas que sejam aprazíveis às nossas opiniões preconcebidas.”

A vida em sua totalidade é ética, e Bíblia em sua totalidade é permeada por uma ênfase na ética. Ao contrário da organização de uma enciclopédia, nossa Bíblia não foi escrita de forma a dedicar seções separadas a tópicos de interesse diversos de forma exclusiva. Assim sendo, a Bíblia não contém um capítulo ou livro separado e independente que trate completamente do assunto da ética ou da conduta moral. Certamente, muitos capítulos da Bíblia (como Êxodo 20 ou Romanos 13) e até mesmo alguns livros da Bíblia (como Provérbios ou Tiago) têm muito a dizer sobre questões éticas e contém orientações muito específicas para a vida do crente. Todavia, não se encontrará uma divisão da Bíblia com um título semelhante a “A Lista Completa de Deveres e Obrigações na Vida Cristã”. Em vez disso, encontramos uma ênfase na ética que percorre toda a Palavra de Deus, de capa a capa – da criação à consumação.

Isso não é realmente uma surpresa. A Bíblia inteira fala de Deus, e lemos que o Deus vivo e verdadeiro é santo, justo, bom e perfeito. Estes são atributos de caráter ético e que possuem implicações morais para nós. A Bíblia inteira fala das obras de Deus, e lemos que todas as Suas obras são realizadas em sabedoria e justiça – novamente, qualidades éticas. O mundo que Deus criou, lemos, revela as exigências morais de Deus clara e continuamente. A história, governada por Deus pelo Seu decreto soberano, manifestará Sua glória, sabedoria e justiça. O ápice da criação e a figura principal na história terrena, o homem, foi feito na imagem deste santo Deus e possui a lei de Deus inscrita em seu coração. A vida e o propósito do homem encontram sua direção em Deus. Cada uma das ações e atitudes

do homem é chamada para servir ao Criador – motivada por amor e fé, visando o avanço da glória e do reino de Deus. Consequentemente, a Bíblia inteira possui um certo foco ético.

Além disso, a própria narrativa e trama teológica da Bíblia é governada por ênfases éticas. Logo no início, lemos que o homem caiu no pecado – por desobedecer ao padrão moral de Deus; como consequência, o homem passou a estar debaixo da ira e da maldição de Deus – Sua justa retribuição à rebelião contra Seus mandamentos. O pecado e a maldição são, portanto, características prevalentes do ambiente, da história e dos relacionamentos do homem caído.

Para redimir o homem, restaurá-lo ao Seu favor, e retificar sua vida de rebelião, Deus prometeu e proveu Seu próprio Filho como Messias ou Salvador. Cristo viveu uma vida de obediência perfeita para qualificar-se como nosso substituto, e então morreu na cruz para satisfazer a justiça de Deus com relação ao nosso pecado. Com sua ressurreição e ascensão, Cristo governa como Senhor sobre tudo, levando toda oposição à sujeição à Sua autoridade como Rei. Ele enviou o Espírito caracterizado pela santidade aos Seus seguidores e, entre outras coisas, o Espírito Santo produz a prática da santidade em suas vidas. A Igreja de Jesus Cristo foi ordenada a proclamar as boas-novas de Deus, a expandir o Seu reino por todo mundo, a ensinar os discípulos de Cristo a observarem tudo o que Ele ordenou, e a adorar o Deus Triúno em espírito e em verdade. Quando Cristo retornar na consumação da história humana, Ele virá como juiz universal, ministrando punição e recompensa segundo o padrão revelado da palavra de Deus. Naquele dia, todos os homens serão divididos nas categorias básicas de cumpridores do pacto e violadores do pacto; então ficará claro que toda a vida de cada pessoa em cada esfera e relacionamento refletiu sua resposta aos padrões revelados de Deus. Aqueles que viveram apartados de Deus, não reconhecendo sua desobediência e necessidade de um Salvador, serão eternamente separados de Sua presença e bênção; aqueles que abraçaram o Salvador em fé e se sujeitaram a Ele como Senhor desfrutarão eternamente Sua presença nos novos céus e nova terra, onde habita justiça.

É fácil ver, então, que tudo que a Bíblia ensina deste Gênesis até Apocalipse tem um caráter ético e traz implicações éticas consigo. Não há pa-

POR ESTE PADRÃO

lavra vinda de Deus que não nos diga em alguma forma o que devemos crer sobre Ele e o dever que Ele requer de nós. Paulo descreveu esse fato da seguinte forma: “Toda Escritura é dada pela inspiração de Deus, e é *proveitosa* para doutrinar, para refutar, para corrigir, para *instruir em justiça*, para que o homem de Deus seja perfeito, plenamente capacitado para toda boa obra.” (2 Tm. 3:16-17, KJC). Se desconsiderarmos qualquer parte da Bíblia, deixaremos – no que tange a essa parte – de estar plenamente capacitados para toda boa obra. Se ignorarmos certas exigências estabelecidas pelo Senhor na Bíblia, nossa instrução na justiça estará incompleta. Paulo diz que toda Escritura é proveitosa para a vida ética; cada versículo nos dá direcionamento sobre como devemos viver.

A Bíblia *inteira* é o nosso critério de medida, pois cada parte dela é palavra do Deus eterno e imutável; nada na Bíblia oferece direcionamento falível ou equivocado para nós hoje. Nenhuma das estipulações de Deus é injusta, sendo ou leniente demais ou rígida demais. E Deus não procede de maneira injusta, utilizando-se de dois pesos e duas medidas para a moralidade, um padrão de justiça para alguns e algum outro padrão de justiça para outros. Assim, cada ditame da palavra de Deus destina-se a fornecer instrução moral para nós hoje, para que assim demonstremos justiça, santidade e verdade em nossas vidas.

É importante observar aqui que, quando Paulo diz que “toda Escritura é dada pela inspiração de Deus” para a vida em santidade, o Novo Testamento ainda não estava concluído e compilado, e não existia ainda como uma coletânea publicada de livros. A referência direta de Paulo era às escrituras bem conhecidas do *Antigo Testamento*, e a indireta, ao Novo Testamento que logo seria concluído. Pela inspiração do Espírito Santo, Paulo ensinou aos crentes do Novo Testamento que cada escrito do Antigo Testamento era proveitoso para sua presente instrução na justiça, se quisessem ser plenamente capacitados para toda boa obra que Deus lhes exigia.

Nem uma única letra do Antigo Testamento se tornou eticamente irrelevante, de acordo com Paulo. É por isso que nós, como cristãos, devemos falar da nossa perspectiva moral não meramente como “Ética do Novo Testamento”, mas como “Ética Bíblica.” O Novo Testamento (2 Tm. 3:16-17) requer que consideremos o Antigo Testamento como eticamente

normativo para nós hoje. Não apenas porções selecionadas do Antigo Testamento, entretanto, mas “toda Escritura.” A recusa em honrar o pleno dever do homem conforme revelado no Antigo Testamento é nada menos que uma recusa de ser *plenamente* capacitado para vida em justiça. É medir o dever ético de alguém por meio de um critério de medida quebrado e incompleto.

A Bíblia Inteira

Deus espera que nos submetamos a todas as Suas palavras, e que não sejamos seletivos, obedecendo apenas aquelas que sejam aprazíveis às nossas opiniões preconcebidas. O Senhor exige que obedecemos a tudo o que Ele estipulou no Antigo e no Novo Testamento – que vivamos “de toda a palavra que procede da boca de Deus.” (Mt. 4:4). Nosso Senhor respondeu à tentação de Satanás com essas palavras, citando a passagem do Antigo Testamento em Deuteronômio 8:3 que começa declarando: “Todos os mandamentos que vos ordeno neste dia observareis para os cumprirdes” (8:1).

Muitos dos que creem em Cristo não imitam sua atitude aqui, e são bem negligentes em observar cada palavra dos mandamentos de Deus na Bíblia. Tiago nos diz que se alguém vive pela lei de Deus e obedece a cada um de seus preceitos ou ensinamentos, porém a desconsidera ou viola em um único ponto, essa pessoa é, na realidade, culpada de transgredir toda a lei (Tg. 2:10). Portanto, devemos considerar a Bíblia *inteira* como nosso padrão para a ética, incluindo cada ponto da lei de Deus no Antigo Testamento, Nenhuma palavra que procede da boca de Deus pode ser invalidada e tornada inoperante, assim como o Senhor declarou ao entregar a Sua lei: “Tudo o que te ordeno, observarás e farás; nada lhe acrescentarás nem diminuirás.” (Dt. 12:32). A Bíblia inteira é o nosso padrão ético hoje, de capa a capa.

Mas a vinda de Cristo não mudou tudo isso? Não foi a lei do Antigo Testamento cancelada ou, pelo menos, diminuída em suas exigências? Muitos crentes professos são induzidos ao erro por essas questões, apesar da clara exigência de Deus de que nada seja subtraído de Sua lei, apesar do ensino explícito de Paulo e Tiago de que toda escritura do Antigo Testamento

POR ESTE PADRÃO

mento – até mesmo cada ponto da lei – possui autoridade ética vinculante na vida do cristão do Novo Testamento.

Talvez a melhor passagem na Escritura à qual se pode recorrer para se livrar da inconsistência teológica que permeia uma atitude negativa com relação à lei do Antigo Testamento sejam as próprias palavras de Jesus sobre o assunto em Mateus 5:17-19. Nada poderia ser mais claro do que o fato de que Cristo aqui nega duas vezes (para fins de ênfase) que Sua vinda ab-rogou a lei do Antigo Testamento: “Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas; não vim revogar, mas cumprir” (KJC). Novamente, nada poderia ser mais claro que isso: nem mesmo o aspecto menos significativo da lei perderá sua validade até o fim do mundo: “Porque, na verdade, eu vos digo: antes de passarem o céu e a terra, não passará nem um iota, nem um acento da lei.” E se ainda pudesse restar qualquer dúvida em nossas mentes sobre o ensino do Senhor aqui, ele imediatamente a remove ao aplicar Sua atitude com relação à lei ao nosso comportamento: “Portanto, todo aquele que violar um só desses menores mandamentos, e ensinar isso aos homens, será chamado o menor no reino do céu.” A vinda de Cristo não ab-rogou nada na lei do Antigo Testamento, pois cada iota e acento da lei permanecerá vigente até que esse mundo passe; consequentemente, o seguidor de Cristo é ensinado que nem mesmo a menor das exigências do Antigo Testamento foi invalidada por Cristo e Sua obra. Como o Salmista declarou, “Todas as tuas justas ordenanças são *eternas*.” (Sl. 119:160, NVI).

Portanto, a vida em sua totalidade é ética, e a ética requer um padrão de certo e errado. Para o cristão, esse critério de medida é encontrado na Bíblia – a Bíblia *inteira*, desde o início até o fim. O crente do Novo Testamento repudia o ensino da própria lei, dos Salmos, de Tiago, de Paulo e do próprio Cristo quando os mandamentos de Deus no Antigo Testamento são ignorados ou tratados como um mero padrão antiquado de justiça e retidão. “A palavra do nosso Deus permanecerá para sempre.” (Is. 40:8), e a lei do Antigo Testamento é parte de cada palavra que procede da boca de Deus, pelas quais devemos viver (Mt. 4:4).

4

O ESCOPO DA VERDADEIRA OBEDIÊNCIA

“A obediência deve ser de coração, porém não deve ser restrita ao coração.”

Um grande número de erros morais comuns são cometidos por crentes, mesmo após tornarem-se conscientes do fato de que Deus os responsabiliza por Seus mandamentos revelados. Entre estes erros, dois podem ser enfatizados aqui como a raiz de muitas outras ideias equivocadas. Por um lado, frequentemente não se compreende que a lei de Deus exige obediência de coração. Por outro, comete-se o erro de pensar que é suficiente que a obediência seja restrita a questões do coração. Ambos os erros – opostos em caráter, mas iguais em força destrutiva – são tratados pela palavra de Deus, mostrando-nos as dimensões plenas da verdadeira obediência ao Senhor.

Obediência de Coração

Em Mateus 5:20, Jesus ensinou algo que pode ter sido chocante aos Seus ouvintes. Ele disse: “Eu vos digo que se a vossa justiça não exceder a justiça dos escribas e fariseus, de modo algum entrareis no reino do céu.” O que é chocante sobre isso é o fato de que os escribas e os fariseus tinham uma reputação – a qual eles próprios eram ávidos em promover – de um profundo comprometimento em obedecer até mesmo aos mínimos detalhes da lei. Mas a realidade era que os fariseus estavam *longe* de atenderem às verdadeiras exigências dos mandamentos de Deus. Eles tinham uma visão distorcida das exigências da lei, lendo-as numa maneira perversa, autojustificadora e externalista.

No Sermão do Monte, Jesus expôs a verdadeira natureza da obediência rasa dos fariseus, revelando que Deus não é satisfeito como nada menos que uma obediência completa e de coração à Sua lei como interpretada em sua totalidade. Ao contrário disso, os fariseus apelavam à lei numa maneira calculada para fugir das exigências verdadeiras e originais de Deus,

colocando uma aparência exterior hipócrita de “piedade” sobre todas as suas ações.

Os fariseus faziam um espetáculo religioso de obediência à lei, mas Cristo viu que isso era mera fachada. Ele lhes disse: “Hipócritas, bem profetizou Isaías a vosso respeito, dizendo: Este povo se aproxima de mim com a sua boca, e me honra com os seus lábios, mas o seu coração está longe de mim. Mas, em vão eles me adoram, ensinando como doutrinas os mandamentos dos homens.” (Mt. 15:7-9). Os fariseus, na realidade, desprezavam os aspectos mais importantes da lei, como a justiça, a misericórdia e a fé (Mt. 23:23-24). Eles eram guias cegos que aparavam as exigências da lei de Deus para que parecessem confortáveis às suas tradições culturais. “Mas ele, respondendo, disse-lhes: Por que também vós transgredis o mandamento de Deus pela vossa tradição? Porque Deus ordenou, dizendo: [...] Mas vós dizeis: [...] Assim invalidastes o mandamento de Deus pela vossa tradição.” (Mt. 15:3-6, 14).

Então, é bem possível ter um ávido interesse nos mandamentos de Deus, e ainda ter um coração que está distante do Senhor – ainda ter um estilo de vida que não agrada a Deus de forma alguma, por nossas atitudes e motivações não estarem em consonância com as orientações morais da Escritura. Podemos nos preocupar com os detalhes minuciosos da lei, e nós devemos fazê-lo, mas não de modo que nos esqueçamos do principal: a saber, a demonstração de atitudes piedosas conforme as mencionadas no “fruto do Espírito” – amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão e domínio próprio, *contra as quais não há lei* (Gl. 5:22-23).

Voltando ao Sermão do Monte (Mt. 5:20ff.), após Cristo declarar que apenas uma justiça que exceda a dos escribas e fariseus garantiria a entrada no reino do céu, Ele prosseguiu enunciando uma série de ilustrações de como os escribas e fariseus sustentavam uma compreensão reduzida das exigências de Deus. Ele comparou a abordagem deles a diversos mandamentos com a Sua própria interpretação das exigências de Deus, restaurando assim a medida plena do propósito e das exigências de Deus com relação à lei do Antigo Testamento. Suas ilustrações começavam com palavras como estas: “Ouvistes o que foi dito pelos antigos: [...] Eu, porém,

POR ESTE PADRÃO

vos digo.” Em tais dizeres, Jesus não estava discordando pessoalmente da lei de Deus, mas da compreensão e depreciação farisaicas da lei de Deus.

Afinal de contas, se os fariseus realmente estivessem andando em conformidade com a lei, e Jesus acrescentasse às exigências da lei, então a Sua condenação *ex post facto* dos fariseus por não andarem em conformidade com Seus acréscimos teria sido bem injusta! Ao invés disso, Jesus acusou os fariseus de não andarem em conformidade com aquilo que Deus originalmente exigia. “Ouvistes o que foi dito pelos antigos” refere-se às interpretações rabínicas da lei passadas de uma geração à outra; os escribas comumente apelavam às interpretações tradicionais dos antigos rabinos como forma de ensinar a lei. O que era impressionante para as multidões que ouviam a Jesus, no entanto, era que Ele ensinava como alguém que possuía autoridade em Si mesmo, e não como um dos escribas, sempre apelando para outros (Mt. 7:28-29).

O problema com a compreensão do Antigo Testamento dos Escribas e Fariseus é que ela era rasa e externalista. Jesus teve de ressaltar, em concordância com o ensino do Antigo Testamento (por exemplo, Pv. 6:16-18, 25), que o ódio e a luxúria eram as raízes do assassinato e do adultério (Mt. 5:21-30). Quando Deus ordenou ao Seu povo que não matasse e não cometesse adultério, Ele não exigiu meramente abster-se de praticar os atos exteriores de assassinato e fornicção; Suas exigências iam até o coração, exigindo que nossos pensamentos, planos e atitudes estivessem livres da violência e da lascívia, também.

Portanto, a verdadeira obediência à lei procede de um coração que está bem com Deus, um coração que busca agradar ao Senhor – não simplesmente por conformidade exterior, mas também por atitudes puras. Vemos, então, por que a “obediência” dos fariseus não era aceitável aos olhos de Deus. Eles não estavam verdadeiramente obedecendo à lei em suas plenas exigências, tanto interna quanto externamente. Para que a obediência que prestamos à lei de Deus hoje seja agradável a Ele, ela deve ser melhor que o farisaísmo externalista, hipócrita e autojustificado. Ela deve ser uma obediência de coração.

Obediência Não Restrita ao Coração

Um homem que se abstém do adultério físico enquanto nutre pensamentos lascivos engana a si próprio se pensa que está obedecendo ao mandamento de Deus. Por outro lado, um homem que pensa que possui atitude e motivação puras, enquanto pratica externamente um ato que transgredir a lei de Deus, também engana a si próprio. A lei de Deus *não* prioriza a disposição interior e as atitudes do coração *às custas* da obediência manifesta às Suas exigências! Quando se trata de obedecer ao Senhor, *não é simplesmente* “a intenção que importa.”

Proponentes da ética situacional, que dizem que um homem pode agir por amor a Deus e ao seu próximo quando comete adultério com a esposa do seu próximo, ainda serão condenados por Deus e Sua Palavra no último dia. Isso deveria ser óbvio para a maioria dos cristãos nascidos de novo. Eles sabem que “andar no Espírito” significa que, diferente dos que vivem “na carne” (na natureza pecaminosa), eles podem cumprir a lei de Deus (Rm. 8:5-10); são as “exigências da Lei” que são “plenamente satisfeitas em nós, que não vivemos segundo a carne, mas segundo o Espírito.” (v. 4, NVI).

Aqueles cujos corações foram reconciliados para com Deus, aqueles que receberam um novo coração por Deus, aqueles que desejam de coração agradar a Deus buscarão andar de acordo com os mandamentos de Deus (Jr. 31:33, Ez. 11:19-20; 36:26-27). Uma atitude interior apropriada deve levar à uma atitude exterior apropriada também. A obediência não pode se restringir ao coração. Jesus não apenas queria que os fariseus praticassem os valores *interiores* da misericórdia e da fé; Ele também não queria que eles desprezassem as questões menores *exteriores* de dizimar os vegetais de jardim (Mt. 23:23).

Assim como a obediência não pode se restringir ao coração, no sentido de se esquecer da necessidade de conformidade exterior às estipulações de Deus, pode-se similarmente dizer que a obediência – se for a obediência bíblica genuína – não pode ser restrita a uma preocupação com a nossa própria conduta pessoal. A obediência plena abrange um interesse na obediência à lei de Deus por parte daqueles ao nosso redor. O cristão deve assumir a responsabilidade de exortar aqueles em sua casa, igreja, sociedade, etc. a guardar os mandamentos do Senhor. Davi escreveu:

POR ESTE PADRÃO

“restaura-me a alegria da tua salvação, e sustém-me com um espírito livre. *Então ensinarei aos transgressores os teus caminhos*; e os pecadores se converterão a ti.” (Sl. 51:12-13). A Grande Comissão, da qual Cristo incumbiu a Igreja, nos ordena a ensinar às nações *tudo o que Cristo ordenou* (Mt. 28:18-20). Qualquer coisa abaixo desta preocupação com a obediência dos que estão ao nosso redor é uma deslealdade ao Senhor e é incapaz de se qualificar como verdadeira obediência à Sua lei. John Murray escreveu:

O menor dos mandamentos de Deus, se nos vincula, vincula a outros. Precisamos resistir ao veneno violento do individualismo que tolera nos outros a indiferença e a desobediência que não podemos justificar em nós mesmos [...] No instante em que nos tornamos complacentes com os pecados dos outros, começamos a relaxar na própria compreensão da santidade dos mandamentos divinos e também estamos a caminho de coadunar com o mesmo pecado em nós.¹

Uma obediência de coração à lei de Deus nos levará a promover a obediência a essa mesma lei por parte de outros.

Santos verdadeiros se indignam com aqueles que violam a lei de Deus (Sl. 119:53), e não se envergonham de promover essa lei publicamente (v. 13). Quando ficam em silêncio em face da desobediência, então se tornam culpáveis dos pecados que testemunham. Como Salmo 50:18 diz, “Quando viste um ladrão, então consentiste com ele” ao permanecer em silêncio. Efésios 5:11 exorta o crente a *reprovar* as obras infrutíferas das trevas. A Escritura, então, é bem clara ao ensinar que as exigências da plena obediência aos mandamentos de Deus estendem-se à promoção ativa da obediência a esses mandamentos em outros.

O crente guiado pela Escritura está em uma posição de oferecer conselho e ajuda genuínos a outros e à sua sociedade; ele conhece a pureza da lei de Deus. Ele é “capaz [...] para admoestar” (Rm. 15:14), e, dessa forma, permanecer em silêncio em face de transgressões seria uma sentença de condenação. Cristo instruiu Seus seguidores para que fossem “a luz do mundo” – o que é impossível se a nossa luz for posta debaixo de um al-

¹ John Murray, *Princípios de Conduta: Aspectos da Ética Bíblica*, trad. Felipe Sabino de Araújo Neto (Editora Monergismo, 2020), pg. 139.

queira (Mt. 5:14-15). Consequentemente, a verdadeira obediência cristã à lei de Deus nos levará além de uma preocupação por nós mesmos, para uma preocupação pela obediência daqueles ao nosso redor. Igrejas que pregam (seja intencionalmente ou ainda que involuntariamente) um “individualismo moral” deixam de proclamar todo o conselho de Deus. Os pecados de nossa sociedade não podem ser ignorados ou varridos para debaixo do tapete da igreja.

Este estudo curto de maneira alguma aborda todas as facetas da obediência aos mandamentos de Deus, mas ele certamente ressalta dois aspectos muito importantes da obediência genuína. Compreendemos o quão *extensas* são as exigências de Deus quando temos em mente que a obediência deve ser de coração, porém não deve ser restrita ao coração.

5

O PADRÃO UNIFORME DE CERTO E ERRADO DO PACTO

“Meu pacto não quebrarei, nem alterarei o que sai dos meus lábios.” (Salmo 89:34).

Se algo era pecaminoso no Antigo Testamento, é igualmente pecaminoso na era do Novo Testamento. Padrões morais, ao contrário do preço da gasolina ou dos gostos artísticos de uma cultura, não variam. Nos Estados Unidos, houve um tempo em que dirigir o seu carro a 100 quilômetros por hora era permissível; hoje, qualquer velocidade acima de 85 é ilegal. Mas as leis de Deus não são assim: o que é justo hoje torna-se injusto amanhã. Quando o Senhor faz um juízo moral, Ele não está inseguro sobre Si mesmo, nem hesitante ou volúvel. Diferentemente dos legisladores humanos, Deus não muda de ideia ou altera Seus padrões de justiça: “Meu pacto não quebrarei, nem alterarei o que sai dos meus lábios.” (Sl. 89:34). Quando o Senhor fala, Sua palavra permanece para sempre. Seus padrões de certo e errado permanecem imutáveis de século a século: “Todos os seus mandamentos são seguros. Eles permanecem firmes para todo o sempre, e são feitos em verdade e retidão” (Sl. 111:7-8, KJC).

Da mesma forma, Jesus falou com clareza inconfundível ao dizer que “é mais fácil passar o céu e a terra, do que faltar um traço da lei.” (Lc. 16:17). A vinda do justo Filho de Deus certamente nada faria para mudar o caráter justo das leis de Deus, nem mesmo para as menores dentre elas, pois então elas seriam reveladas como injustas e menos que eternas em sua retidão. Assim, Cristo adverte severamente: “Qualquer que suprima só um destes menores mandamentos, e assim ensinar aos homens, será chamado de muito pequeno no reino dos Céus” (Mt. 5:19, BTX). O advento do

Salvador e a inauguração da nova era não têm o efeito de ab-rogar nem mesmo os menores detalhes dos justos mandamentos de Deus. Deus não mudou de ideia sobre bem e mal ou sobre o que os constitui.

Podemos nos alegrar por Deus manter-se fiel à Sua palavra dessa maneira. A autoridade de Sua palavra para a vida humana é tão permanente quanto a palavra pela qual Ele criou e governa o mundo (cf. Sl. 19:1-14; 33:4-11). Se a palavra de Deus não fosse estável dessa maneira, se Ele estivesse sujeito a variações de humor e mudasse de ideia de tempos em tempos, então não poderíamos confiar em nada do que Ele nos dissesse. Se a lei de Deus tivesse uma validade variável, então Suas promessas também poderiam ser variáveis! Se dissermos que um mandamento dado por Deus no Antigo Testamento não é mais um padrão de retidão e justiça para hoje, então poderíamos igualmente esperar que uma promessa de salvação dada por Deus no Novo Testamento deixasse de ser, em algum dia no futuro, uma garantia permanente do Seu favor para conosco. Mas glória a Deus por Sua palavra ser estável! Ele nunca nos desaponta, como nossos pais e governantes humanos, com mandamentos que são injustos e promessas que não são cumpridas.

Tudo o que Deus diz permanece e não pode ser invalidado (cf. Jo. 10:35). A salvação pela graça de Deus e a justiça de Sua lei não serão abolidas, mas permanecem para sempre:

Escutem-me, meu povo, e me deem ouvidos, ó minha nação, porque uma lei se originará de mim e eu farei meu julgamento permanecer para uma luz dos povos. Minha justiça está próxima, minha salvação é vinda, e meus braços julgarão os povos. As ilhas esperarão em mim e em meu braço elas confiarão. Erguei vossos olhos aos céus e considerai a terra embaixo, porque os céus irão desaparecer como fumaça, e a terra tornar-se-á velha como uma roupa, e aqueles que habitam nela morrerão de modo semelhante. Porém, minha salvação será para sempre e minha justiça não será abolida. Escutai-me, vós que conheceis retidão, o povo em cujo coração está minha lei. Não temais vós a desonra dos homens e nem estejais vós com medo das injúrias deles. Porque a traça os devorará inteiramente como uma roupa, e o verme os comerá como lã. Minha justiça, porém, será para sempre, e minha salvação, de geração a geração. (Is. 51:4-8).

POR ESTE PADRÃO

A justa lei de Deus que condena nosso pecado é tão permanente quanto as boas novas de Deus que prometem salvação do juízo pelo pecado.

O Pacto: Unidade e Diversidade

É importante lembrarmos disso, especialmente quando alguns nos dizem que a vinda do Novo Testamento elimina nossa obrigação para com os mandamentos do Antigo Testamento (ou com muitos deles, de todo modo). A divisão da Bíblia entre dois “Testamentos” é melhor compreendida no sentido bíblico como dois “Pactos” ou duas “Alianças”. Antes da vinda de Cristo, os homens viviam sob a Antiga Aliança, que prefigurava o Messias e Sua obra de salvação; após a vinda de Cristo e de Sua obra salvífica, vivemos sob a Nova Aliança (cf. Lc. 22:20; 1 Co. 11:25).

Dentro das escrituras da “Antiga Aliança”, encontramos alguns pactos específicos, como aqueles feitos com Abraão e com Moisés. O pacto abraâmico é frequentemente caracterizado em termos das promessas, e o pacto mosaico é lembrado por seu forte elemento de lei. Agora, alguns diriam que os crentes da Nova Aliança estão sob o pacto abraâmico de promessas, mas não sob o pacto mosaico com suas leis. No entanto, isso está longe da perspectiva dos escritores bíblicos inspirados. Em Gálatas 3:21, Paulo dirige esta questão àqueles que falam sobre estar debaixo de um ou outro pacto: “É então a lei contrária às promessas de Deus?” E sua resposta inspirada é: “De modo nenhum!” O fato é que todos os pactos compreendidos pela Antiga Aliança (isto é, todos os pactos do Antigo Testamento) são unificados como partes de um pacto geral da graça estabelecido por Deus. Paulo falou dos gentios que não eram parte da economia da Antiga Aliança, que incluía os pactos abraâmico, mosaico e davídico, como “estranhos aos pactos da promessa” (Ef. 2:12).

Houve muitos aspectos progressivamente revelados da promessa única de Deus no Antigo Testamento: muitas administrações de um único pacto geral de graça. Assim, os vários pactos da Antiga Aliança eram todos parte de um único programa e plano. Não apenas tinham harmonia entre si, mas são unificados na Nova Aliança que foi prometida em Jeremias 31 e que é desfrutada pelos cristãos hoje (cf. Hb. 8:6-13). Há um *único* pacto da graça fundamental, caracterizado pela prefiguração na Antiga Aliança

e pelo cumprimento na Nova Aliança (cf. Jo. 1:17). Dada a unidade do pacto de Deus ao longo da história e ao longo das Escrituras, então, seria verdade que cristãos que vivem sob a Nova Aliança não são obrigados a obedecer a lei da Antiga Aliança (os mandamentos do Antigo Testamento, especialmente aqueles dados por Moisés)? Cada pacto estabelecido por Deus – até mesmo o abraâmico (Gn. 17:1) – não apenas declara Sua obra de graça em favor de Seu povo, mas estabelece estipulações que eles devem observar como sinal de fidelidade e amor a Ele. Por exemplo, a entrega da lei no Sinai (Ex. 20-23) foi precedida pela graça de Deus manifesta na libertação de Israel da escravidão (cf. Ex. 19:4; 20:2). Deus se identificou como o Senhor do pacto e rememorou seus atos de graça para com o Seu povo (Dt. 1-4), e então, com esse fundamento e contexto, Ele entregou a Sua lei (Dt. 5ff.). O fracasso da geração mosaica pode ser chamado de um fracasso na *obediência* (Hb. 6:4), mas isso foi idêntico a um fracasso de *fé* (Hb. 3:9). A justiça da *lei* mosaica deveria sempre ser buscada *pela fé*, não por obras (Rm. 9:31-32).

Vemos ilustrado aqui que mesmo o pacto mosaico caracterizado pela lei é um pacto *da graça*. A lei que lemos no Antigo Testamento é uma provisão da graça de Deus para nós (Sl. 19:29, 62-64). Cada pacto traz consigo estipulações que devem ser guardadas, como vimos. Mas, antes disso, vimos que todos os pactos de Deus são unificados em um único Pacto da Graça, plenamente cumprido com a vinda de Cristo na Nova Aliança. Assim, se há *um único pacto* desfrutado pelo povo de Deus em todas as eras, então há *um único código moral* ou conjunto de estipulações que governam os que guardam o pacto. Portanto, devemos responder que os crentes do Novo Testamento certamente estão sujeitos à lei de Deus do Antigo Testamento. Seus padrões, assim como Seu pacto, são imutáveis.

A Novidade do Pacto de Deus

Essa perspectiva é confirmada pela palavra de Deus. Quando inquirimos sobre o que há de *novo* na Nova Aliança sob a qual cristãos vivem nos dias de hoje, devemos permitir que o Senhor defina a resposta adequada. Não podemos impor à ideia de uma “nova Aliança” ou “novo Pacto” qualquer coisa que desejemos ou possamos imaginar. Os *termos* revelados da Nova Aliança são dados a nós em Jeremias 31:33-34 e

POR ESTE PADRÃO

Hebreus 8:8-12 e, quando observamos essas passagens, concluímos que a Nova Aliança está bem longe de suprimir ou mudar a lei ou o padrão moral pelo qual o povo de Deus deve viver! O exato oposto é verdadeiro. Ao contrário daqueles que pensam que a lei mosaica não é aplicável ao crente do Novo Testamento, a Escritura nos ensina: “Este é o pacto que farei com a casa de Israel depois daqueles dias, diz o Senhor: Eu porei as minhas leis em suas mentes, e as escreverei em seus corações” (Hb. 8:10).

O estabelecimento da Nova Aliança *não* implica a ab-rogação da lei mosaica ou na sua depreciação de qualquer maneira! A ideia de uma nova lei é descartada completamente, pois é a *bem conhecida* lei de Deus que Ele diz que escreverá nos corações dos crentes da Nova Aliança. Ao contrário da Antiga Aliança, na qual Deus achava seu povo em falta por *violar* Seus mandamentos (Hb. 8:8-9), a Nova Aliança dará força interna para cumprir esses mesmos mandamentos. Ela escreverá a lei nos corações dos crentes, pois do coração procedem as questões da vida (Pv. 4:23). O Espírito Santo de Deus habitará o coração dos crentes, escrevendo neles a lei de Deus, com o resultado de que eles viverão de acordo com os mandamentos: “Porei dentro de vós o Meu Espírito, e farei que andeis nos Meus estatutos, e guardeis os Meus juízos, e os observeis.” (Ez. 36:27, ACF). Como Paulo escreve em Romanos 8:4, aqueles que agora andam de acordo com o Espírito têm a exigência *da lei* cumpridas neles. O líder protestante ortodoxo americano do século XX, J. Gresham Machen disse: “O evangelho não ab-roga a lei de Deus, mas faz os homens amarem-na de todo coração.”¹

O Salmo 89:34 foi citado acima: “Meu pacto não quebrarei, nem alterarei o que sai dos meus lábios.” A lei pactual de Deus constitui um único código moral imutável ao longo do Antigo e do Novo Testamento. Uma vez que Deus proferiu Sua lei e expressou Seus padrões justos, Ele não os altera. De fato, ele pronuncia um alerta e uma maldição sobre qualquer um que ousasse adulterar minimamente suas estipulações. Os tempos podem mudar, as leis humanas podem ser alteradas, mas a lei e Deus é um padrão de certo e errado eternamente justo e válido.

¹ J. Gresham Machen, *What is Faith?* (Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1925), pg. 192.

Uma das exigências de Sua lei, que refletem Seu anto caráter, é a proibição de usar dois pesos e duas medidas (Dt. 25:13-16; Lv. 19:35-37). É perverso usar um critério de medida para com alguns, e então usar uma medição alterada para com outros. “Pesos diferentes e medidas diferentes; ambos são igualmente abominação ao SENHOR” (Pv. 20:10). Por conseguinte, Deus exige que tenhamos apenas *um único padrão* ou juízo moral, seja para o estrangeiro ou o compatriota (Lv. 24:22; Dt. 1:16-17; cf. Nm. 15:16). Ele abomina um duplo padrão de certo e errado, e podemos ter a certeza de que Ele não julga de tal forma. Algo que era pecaminoso no Antigo Testamento é igualmente pecaminoso para nós no Novo Testamento, pois os padrões de Deus não estão sujeitos a variação de século a século. Ele possui um único padrão uniforme de certo e errado.

6

A LEI E SANTIDADE IMUTÁVEL DO PAI

“A exigência permanente de Deus para todas as áreas da vida é a santidade que imita a Deus. Em todas as eras, exigia-se que os fiéis demonstrassem, por meio de suas vidas, a santidade e a perfeição do seu Deus.”

Há um certo sentido em que o alvo da vida de todo homem é o de ser como Deus. Todos os homens esforçam-se em imitar a Deus de uma forma ou de outra. Certamente, nem todas as tentativas de ser como Deus são honradas pelo Senhor e recompensada com o Seu favor, pois há uma diferença radical entre sujeitar-se à tentação satânica de tornar-se como Deus (Gn. 3:5) e responder ao mandamento de Cristo de que devemos ser como Deus (Mt. 5:48). O primeiro é uma tentativa de substituir a autoridade de Deus pela autoridade que provém de si próprio, enquanto o segundo é uma tentativa de demonstrar piedade como uma virtude moral.

O caráter fundamental da moralidade piedosa foi manifesto na prova de Adão e Eva no jardim. Deus concedeu-lhes permissão de comer de toda árvore no jardim, exceto uma. Eles foram proibidos de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, mas *não* porque o seu fruto continha algum veneno literal. Na realidade, isso foi um teste sobre se viveriam sob a autoridade da palavra de Deus dada a eles. Deus proibira o consumo daquele fruto. Será que eles, apesar de sua investigação empírica e desejos pessoais, se submeteriam ao mandamento de Deus apenas com base em Suas palavras? Eles cumpririam o seu dever unicamente com base no fato de ser o seu dever? Ou será que eles reavaliariam o mandamento de Deus com base em algum padrão externo de razoabilidade, praticidade e benefício humano?

O resultado da história é muito bem conhecido. Satanás iludiu Eva, negando aquilo que Deus lhe dissera. Ela foi levada a assumir a posição neutra e autoritativa de determinar para si mesma qual “hipótese” era verdadeira: a de Deus ou a de Satanás. Satanás insinuou que os mandamentos

de Deus eram severos, estritos demais, irrazoáveis. Ele, com efeito, condenou a suprema, absoluta e inquestionável autoridade de Deus. Ele prosseguiu, sugerindo que Deus, na realidade, seria invejoso, proibindo Adão e Eva de comer da árvore para que não se tornassem como Ele – para que não se tornassem Seus rivais na determinação do bem e do mal.

Dessa forma, nossos primeiros pais foram levados a buscar um estilo de vida que não era sujeito à lei de Deus; dessa forma, eles foram tentados a decidir por si próprios o que seria considerado bem e mal. A lei não seria estabelecida por Deus, pois ele próprios a estabeleceriam. Demonstrando a transgressão da lei que há no pecado (1 Jo. 3:4), eles se tornaram “como Deus” – legisladores autônomos segundo sua própria autoridade. A lei de Deus, que deveria ser o seu prazer, tornou-se um fardo para eles.

Jesus e a Lei de Deus

Em contraste, o Segundo Adão, Jesus Cristo, viveu uma vida de perfeita obediência às leis de Deus. Quando Satanás o tentou a se apartar do caminho da completa obediência aos mandamentos de Deus, o Salvador respondeu citando a lei do Antigo Testamento: não tentarás o Senhor vosso Deus, adorarás e servirás a Ele somente, e viverás por cada palavra que procede da Sua boca (Mt. 4:1-11). Aqui temos o exato oposto da resposta de Adão e Eva a Satanás. Cristo disse que a atitude que é genuinamente piedosa reconhece a autoridade moral de Deus somente, não questiona a sabedoria de Seus preceitos, e observa cada mínimo detalhe de Sua palavra. Esse é o caminho correto para o homem ser como Deus. Viver dessa forma manifesta a imagem e a semelhança de Deus na qual o homem fora originalmente criado (Gn. 1:27), pois ela é viver “em justiça e verdadeira santidade” (Ef. 4:24). Piedade genuína, conforme ordenada na Escritura, é obtida imitando a santidade de Deus ao nível de criatura – não mediante a tentativas audaciosas de definir bem e mal em alguma área de sua vida com base em seus próprios termos.

Jesus concluiu Seu discurso sobre a lei de Deus no Sermão do Monte dizendo: “Sede vós, pois, perfeitos, como é perfeito o vosso Pai que está no céu.” (Mt. 5:48). Aqueles que não se esforçam em tornarem-se rivais de Deus pela *substituição* de Seus mandamentos em favor da sua própria

POR ESTE PADRÃO

sabedoria, empenhar-se-ão, em vez disso, em *refletir* Sua perfeição moral pela obediência de todos os Seus mandamentos. John Murray disse:

[J]amais poderemos suprimir o caráter genérico da afirmação: “Sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste.” Ela cobre todo o espectro da perfeição divina enquanto se relaciona com o comportamento humano e declara a consideração máxima que regula a disposição e conduta humanas. A razão da ética bíblica é a perfeição divina; o critério básico do comportamento ético é a perfeição de Deus; o objetivo último da vida ética é conformidade à perfeição divina. [...] Diremos que esse padrão pode deixar de ser relevante? Isso significaria brincar com as santidades que sempre nos vinculam como criaturas de Deus, feitas à sua imagem, pensar que nada menos que a perfeição conformável à do próprio Pai poderia constituir a norma e o objetivo da ética do cristão.¹

Deus espera de Seu povo nada menos que conformidade plena ao Seu santo caráter em todos os seus pensamentos, palavras e atitudes. Eles devem emular a Sua perfeição em cada aspecto de suas vidas. Como Murray diz, esse padrão de ética sempre vincula o cristão e nunca deixa de ser relevante. Este padrão é tão autoritativo e válido nos dias de hoje quanto o era nos tempos do Antigo Testamento.

A Santidade de Deus

De acordo com a ética do Antigo Testamento, a santidade de Deus é o modelo para a conduta humana: “Sereis santos; porque eu o SENHOR vosso Deus sou santo.” (Lv. 19:2). Este também é o exato modelo de conduta moral para o fiel do Novo Testamento: “[...] mas, como é santo aquele que vos chamou, sede vós também santos em toda a vossa maneira de viver. Porquanto está escrito: Sede santos, porque eu sou santo.” (1 Pe. 1:15-16). Não houve alteração ou redução do padrão de comportamento moral entre o Antigo e o Novo Testamento. A *exigência* permanente de Deus para todas as áreas da vida é a santidade que imita a Deus. Em todas as eras, exigia-se que os fiéis demonstrassem, por meio de suas vidas, a santi-

¹ John Murray, *Princípios de Conduta: Aspectos da Ética Bíblica*, trad. Felipe Sabino de Araújo Neto (Editora Monergismo, 2020), pg. 161.

dade e a perfeição do seu Deus. Eles deveriam ser como Deus, não no sentido satânico que leva à transgressão da lei, mas no sentido bíblico que envolve a submissão aos mandamentos de Deus.

Obviamente, se devemos moldar as nossas vidas após a perfeita santidade de Deus, precisamos que Ele nos diga quais as implicações disso para o nosso comportamento prático. Precisamos de um critério de medida perfeito pelo qual possamos medir a santidade em nossas vidas. A Bíblia nos ensina que o Senhor nos deu esse guia e padrão em sua *santa lei* (cf. Rm. 7:12). A lei é uma transcrição da santidade de Deus a nível de criatura; é o padrão supremo de justiça humana em todas as áreas da vida, pois ele reflete a perfeição moral de Deus, o seu Autor.

A relação intrínseca que a lei possui para com a pessoa do próprio Deus é indicada pelo fato de que ela foi originalmente escrita pelo dedo de Deus (Dt. 9:10) e depositada na arca da aliança, que tipificava o trono e a presença de Deus no Santo dos Santos (Dt. 10:5). Ademais, deve-se reconhecer que essa lei tem uma posição ou status muito especial, pois possui as qualidades exclusivas do próprio Deus atribuídas a ela. De acordo com a Escritura, somente Deus é santo (Ap. 15:4) e bom (Mc. 10:18). Porém, a lei de Deus é igualmente designada como santa e boa (Rm. 7:12, 16; 1 Tm. 1:8), e a obediência a ela é o padrão de bondade humana (Dt. 12:28; Sl. 119:68; Mq. 6:8). Deus é perfeito (Dt. 32:4; Sl. 18:30; Mt. 5:48), e a lei que Ele estabeleceu para nós é, por conseguinte, perfeita (Sl. 19:7; Tg. 1:25). Cada estatuto revelado por Deus define autoritativamente a santidade, a bondade e a perfeição que o povo de Deus deve emular em todas as eras.

A Herança Puritana

Os puritanos eram zelosos em viver na pureza moral que refletia a do próprio Deus. Consequentemente, eles sustentavam a honra e qualidade vinculante de cada mandamento de Deus. O pensamento de Thomas Taylor era típico deles: “Um homem pode quebrar a Lei do Príncipe, sem violar sua Pessoa; mas não a de Deus: pois Deus e sua imagem na Lei são tão estreitamente unidos, de tal modo que não se pode ofender a um sem ultrajar ao outro” (*Regula Vitae, The Rule of the Law under the Gospel*, 1631). Se Deus voltasse atrás em sua lei, disse Anthony Burgess, Ele “negar[ia] Sua própria justiça e bondade” (*Vindiciae Legis*, 1646). Assim, os puritanos,

diferentemente de muitos crentes modernos, não adulteraram ou anularam qualquer parte da lei de Deus. “Encontrar defeitos na Lei seria o mesmo que encontrar defeitos em Deus” (Ralph Venning, *Sin, the Plague of Plagues*, 1669) Portanto, na teologia puritana, a lei de Deus, assim como o seu Autor, é eterna (cf. Edward Elton, *God's Holy Minde Touching Matters Morall*, 1625) e, como tal, “Cristo não expungiu parte alguma dela” (John Crandon, *Mr. Baxters Aphorisms Exorcized and Anthorized*, 1654).

Ao contrário dos teólogos modernos que avaliam as exigências de Deus de acordo com suas tradições culturais e que seguem a tentação satânica de definir a santidade de acordo com sua própria estimativa de pureza moral, os puritanos não buscaram esquemas pelos quais pudessem encolher a totalidade dos deveres do homem conforme descrita na lei de Deus às suas próprias noções preconcebidas. Venning conclui, “Cada fiel é responsável pela obediência da Lei em sua totalidade.”²

Como sempre, os puritanos foram aqui eminentemente bíblicos. A santidade de Deus é o padrão de moralidade no Antigo e no Novo Testamento, e essa santidade é refletida em nossas vidas pela obediência de cada um de Seus mandamentos. “Santificai-vos, portanto, e sede santos, porque eu sou o SENHOR vosso Deus. E vós guardareis os meus estatutos e os cumprireis.” (Lv. 20:7-8). E uma vida que é verdadeiramente consagrada a Deus, que é genuinamente santa, respeita cada preceito de Deus. Ele diz que a maneira de “se[r] santos ao vosso Deus” é “lemb[r] de todos os meus mandamentos, e os cumpr[ir]” (Nm. 15:40). Deixar de lado qualquer parte da lei de Deus ou ver seus detalhes como inaplicáveis nos dias de hoje é se opor ao padrão de santidade de Deus; é definir bem e mal naquela área da vida pela sua própria sabedoria e lei, tornando-se um rival de Deus como legislador.

Certamente, essa supressão dos próprios padrões de perfeição moral de Deus – a transcrição de Sua Santidade na lei – é um golpe no coração da ética bíblica. Isso é tentar “ser como Deus” exatamente da maneira errada. É tentar buscar perfeição moral para algum aspecto da vida que era originalmente coberto pela lei de Deus, mas que agora passa a ser definido segundo a nossa própria determinação do bem e do mal. Esse foi o caráter

² Para estas citações, veja Ernest F. Kevan, *The Grace of Law* (Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, [1965] 1983).

rebelde do proceder de Adão contra a palavra santa de Deus: sua própria lei substituiu a de Deus.

Conclusão

A lei reflete a santidade de Deus, e a santidade de Deus é o nosso padrão permanente de moralidade. Ademais, o caráter de Deus é eterno e imutável: “Pois eu sou o SENHOR, eu não mudo” (Ml. 3:6). Não há variabilidade n’Ele (Tg. 1:17). Portanto, uma vez que Sua santidade é imutável, a lei que reflete essa santidade não pode ser mudada. Quer leiamos o Antigo ou o Novo Testamento, descobriremos que a atitude de um homem para com a lei de Deus é um indicativo de seu relacionamento para com o próprio Deus (Sl. 1; Rm 8:1-8). Como João diz de forma tão clara: “Aquele que diz: Eu o conheço, e não guarda os seus mandamentos, é mentiroso, e a verdade não está com ele” (1 Jo. 2:4). A santidade imutável de Deus e, por conseguinte, Sua lei imutável é o padrão permanente para conhecê-Lo e ser como Ele.

A JUSTIÇA EXEMPLAR DO FILHO

“Cristo obedeceu perfeitamente a lei de Deus, e isso tem implicações inescapáveis para a ética cristã – para a imitação do Cristo retratado na Bíblia.”

A Bíblia foi escrita ao longo de muitos anos, por muitas pessoas, e sobre muitas coisas. Porém, central à Bíblia é a pessoa de Jesus Cristo. Ele é de suma importância por toda a Escritura. Sabemos que Ele foi, como o Verbo de Deus, ativo na criação do mundo (Jo. 1:1-3), e que Ele providencialmente sustenta todas as coisas pela palavra de Seu poder (Hb. 1:3). Após a queda de Adão em pecado pela desobediência ao mandamento de Deus, o livramento da ira e da maldição de Deus foi prometido em termos daquele que, como a semente da mulher, esmagaria Satanás (Gn. 3:15). Todo o Antigo Testamento prepara para a vinda deste Messias prometido – o profeta (Dt. 18:15-19), sacerdote (Sl. 110:4) e rei (Is. 9:6-7) escolhido pelo próprio Deus.

Os evangelhos do Novo Testamento nos relatam Sua vida e ministério salvífico, e os Atos relatam a obra que Ele continuou a realizar por meio de Sua igreja. As epístolas são as cartas escritas por Ele por meio de Seus servos escolhidos (por exemplo, Gl. 1:1) ao seu povo eleito, que constitui o Seu reino. O livro profético final da Bíblia é “A Revelação de Jesus Cristo.” Sua Igreja agora trabalha para fazer de todas as nações Seus discípulos (Mt. 28:18-20) e, na consumação da história, Cristo retornará para julgar toda humanidade (At. 17:31). Do início ao fim, a Bíblia fala de Jesus Cristo, que é “o Alfa e o Ômega” (Ap. 22:13). Ele é a chave para a revelação especial de Deus e é aquele que deve ter a preeminência em nossas vidas (Cl. 1:18).

É fácil entender a razão disso. Por causa de nossa desobediência pecaminosa aos mandamentos de Deus, Cristo veio fazer a expiação pelas nossas ofensas e tornar-se nosso Salvador eterno. Como tal, Ele merece nossa devoção e gratidão eternas. Como o Filho de Deus que ressuscitou e

ascendeu aos céus, Cristo é Senhor sobre todos e merece nossa obediência e serviço. Assim, o estilo de vida e a ética daqueles que foram redimidos por Cristo como Senhor e Salvador naturalmente estarão centrados ou focados n'Ele.

Muitas vezes na história da igreja, a vida cristã foi compreendida de forma mais geral como “a imitação de Cristo.” Uma vez que Cristo é o personagem central da Bíblia, há um sentido no qual a ética bíblica pode, do mesmo modo, ser sumarizada como imitar a Cristo – esforçar-se para ser como Ele, tomando o Seu comportamento como o exemplo para a ética cristã. De fato, assumir o nome de “cristão” é ser um discípulo ou seguidor de Cristo (cf. At. 11:26). Os verdadeiros crentes devem orientar a sua vida a partir do exemplo e do ensino de Cristo. Da mesma forma, ética *Bíblica* é o mesmo que ética *cristã* – ou seja, *de Cristo*.

Jesus e a Lei de Deus

O que pode ser dito especificamente sobre uma ética de moralidade à semelhança de Cristo? Se desejamos imitar *a perfeição moral de Cristo*, o que isso envolverá? Uma rápida investigação do ensino bíblico revela que Deus não salva Seu povo escolhido rebaixando Seus padrões morais; a razão exata pela qual essas pessoas necessitam de Sua misericórdia salvífica é pelo fato de terem violado Seus padrões morais. Se tais padrões fossem dispensáveis ou arbitrários, então Deus poderia escolher ignorar a transgressão deles e salvá-los por mero decreto ou por um indulto. Contudo, a lei não poderia ser assim ignorada. Para salvar o Seu povo, Deus enviou o Seu Filho unigênito para morrer sacrificialmente em seu lugar. Para que pudesse ser o Salvador, Cristo viveu uma vida de perfeita obediência aos mandamentos de Deus. Para fazer a expiação pelos pecados, Cristo morreu em separação do Pai para satisfazer a exigência de punição da lei. Consequentemente, Cristo, em Sua vida e morte, obedeceu perfeitamente a lei de Deus, e isso tem implicações inescapáveis para a ética cristã – para a imitação do Cristo retratado por toda a Bíblia.

As escrituras consideram a *obra* de Cristo como uma obra de obediência. Ao definir o propósito de Seu advento messiânico, Cristo disse “Desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, mas a vontade daquele que me enviou.” (Jo. 6:38). O evento crucial no cumprimento de Sua

POR ESTE PADRÃO

missão de redenção foi Cristo entregar a Sua vida e tomá-la novamente – Sua morte e ressurreição; nessas coisas, Cristo estava obedecendo o mandamento de Seu Pai (Jo. 10:17-18). Sua obra de expiação foi realizada na capacidade de um servo sofredor (cf. Is. 52:13 – 53:12). Como tal, ele foi sujeito à lei (Gl. 4:5) e nos justificou pela Sua obediência (Rm. 5:19). A obediência à vontade e ao mandamento de Deus foi, portanto, crucial para a vida e o ministério do nosso Salvador. Como o nosso grande Sumo Sacerdote, Ele foi sacrificado para satisfazer a maldição da lei contra nosso pecado (Gl. 3:13; Hb. 2:17 – 3:1; 4:14 – 5:10). Como o profeta da lei, Cristo pronunciou a correta interpretação de seus preceitos e removeu as tradições humanas que a distorciam (Mt. 5:17-48; 15:1-20). E, por ter obedecido a lei perfeitamente e odiado toda iniquidade, Cristo foi exaltado como o Rei ungido (Hb. 1:8, 9). Portanto, vemos que a obra salvífica de Cristo e Seu ofício tríplice são determinados pela *Sua relação positiva para com a lei de Deus*, a expressão permanente de Sua santa vontade.

Como seria de esperar, uma vez que Cristo é a representação exata da natureza de Deus (Hb. 1:3) e que a lei é uma transcrição da santidade de Deus, Cristo encarnou a lei perfeitamente em sua pessoa e comportamento. Cristo desafiou Seus oponentes com uma pergunta chocante e praticamente retórica: “Quem dentre vós me convence de pecado?” (Jo. 8:46). É claro que ninguém poderia fazê-lo, pois somente Cristo estava em posição de declarar: “Eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai, e permaneço no seu amor” (Jo. 15:10).

Cristo foi tentado em tudo com respeito à obediência aos mandamentos de Deus, porém Ele permaneceu sempre sem pecado (Hb. 4:15). Por ter obedecido à lei perfeitamente, Cristo não tinha necessidade de oferecer sacrifício pelos Seus próprios pecados (Hb. 7:26-28). Em vez disso, Ele ofereceu a Si próprio como sacrifício perfeito a Deus, um cordeiro sem mácula, como a lei exigia, para nos purificar de nossos pecados (Hb. 9:14). Como foi profetizado no Antigo Testamento, “justiça será o cinto que envolve seus lombos” (Is. 11:5), e o Messias poderia declarar: “a Tua lei está dentro do meu coração” (Sl. 40:7-8; Hb. 10:4-10).

Lemos em Gálatas 4:4-5 que “quando veio a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para redimir os que estavam sob a lei.” Cristo não era sem lei, muito menos estava

acima da lei; Ele se sujeitou a cada uma de suas exigências, afirmando que “nos convém cumprir toda a justiça” (Mt. 3:15). Ele orientou o leproso que fora curado a apresentar a oferta ordenada por Moisés (Mt. 8:4), mantinha a orla de suas vestes (9:20; 14:36), pagou o imposto do templo (17:24-27), zelou pela pureza do templo (21:14-17), etc. Ele orientou Seus seguidores a praticar aquilo que estava em conformidade com as exigências da lei (Mt. 7:12), disse ao jovem rico que guardasse os mandamentos, reforçou a lei do Antigo Testamento ao sumariá-la em dois mandamentos de amor (22:40), acusou os fariseus de invalidarem os mandamentos de Deus pelas tradições de homens (Mc. 7:6-13), e insistia que até mesmo as questões mais triviais ou insignificantes da lei não deveriam ser ignorados (Lc. 11:12).

Com relação ao ensino moral de Cristo, Herman Ridderbos diz:

É a “ética” da *obediência* no sentido pleno da palavra. [...] Se, portanto, alguém perguntar, “O que é que regula os mandamentos de Jesus?”, a resposta definitiva é apenas esta: *a vontade de Deus conforme revelada em sua lei*. [...] [A] pregação ética de Jesus não tem uma base mais profunda do que a lei como revelação da vontade de Deus para Israel, o povo da aliança. [...] Repetidamente é a lei, e somente a lei, cujo significado e propósito é também o significado e o propósito dos mandamentos de Jesus.¹

À luz dessas coisas, relembramos como Jesus alertou severamente Seus seguidores para que nem sequer comesçassem a pensar que Sua vinda teria o efeito de ab-rogar mesmo a mínima letra da lei; ensinando que, se alguém afirmasse que mesmo o menor dentre os mandamentos tivesse sido anulado, isso resultaria em seu rebaixamento no reino de Deus (Mt. 5:17-19). Por toda a sua vida e ensino, como vimos, Jesus sustentou as exigências da lei no grau mais rigoroso.

Além do mais, Cristo se sujeitou à lei de Deus até mesmo ao ponto de sofrer sua pena prescrita para o pecado. Ele morreu a morte de um criminoso (Fp. 2:8), levando sobre Si próprio a maldição da lei (Gl. 3:13) e cancelando assim o escrito de dívida que era contra nós por causa da lei (Cl.

¹ Herman Ridderbos, *A Vinda do Reino*, trad. Augustus N. Lopes e Minka S. Lopes (Editora Cultura Cristã, 2010), pg. 214.

POR ESTE PADRÃO

2:14). “Ele foi ferido por causa das nossas transgressões, esmagado por causa das nossas iniquidades [...] Jeová fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós.” (Is. 53:4-6, TB). O pecado não pode escapar do terrível julgamento de Deus (Na. 1:2-3; Hc. 1:13) e, portanto, Deus não salva pecadores sem que a justiça e a paz beijem uma à outra (Sl. 85:9-10); Ele permanece justo, enquanto se torna o justificador de Seu povo (Rm. 3:26). Por conseguinte, as exigências da lei não poderiam ser postas de lado arbitrariamente. Cristo tinha de vir e sofrer a maldição da lei no lugar de Seu povo escolhido; Ele tinha de satisfazer a justiça de Deus. É por isso que se pode dizer que a morte de Cristo é a evidência extraordinária de que a lei de Deus não pode ser ignorada ou ab-rogada. Segundo a lei, não há remissão de pecados à parte do derramamento de sangue (Hb. 9:22; Lv. 17:11). *Portanto*, foi *necessário* que Cristo se oferecesse em sacrifício pelo pecado (Hb. 9:23-26). A necessidade da validade contínua da lei é substanciada pela morte salvífica de Cristo em nosso favor.

Imitando a Cristo

Os cristãos devem, portanto, ser os últimos a pensar ou sustentar que estão livres das justas exigências dos mandamentos de Deus. Os que foram salvos necessitavam de salvação precisamente porque a lei de Deus, que fora transgredida por eles, não podia ser ignorada. Para que fossem salvos, foi necessário que Cristo vivesse e morresse por todas as estipulações da lei. Embora nossa própria obediência à lei seja imperfeita e não possa, portanto, ser usada como um meio de justificação diante de Deus, somos salvos pela obediência imputada do Salvador (1 Co. 1:30, Fp. 3:9). Nossa justificação está enraizada em Sua obediência (Rm. 5:17-19). Por meio de uma justiça que é alheia a nós – a perfeita justiça de Cristo segundo a lei – somos feitos justos aos olhos de Deus. “Porque aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós, para que fôssemos feitos justiça de Deus nele” (2 Co. 5:21).

Assim, chega-se à conclusão de que o advento e a obra de expiação de Cristo não reduzem a validade da lei de Deus e de suas exigências por justiça; na realidade, elas a acentuam. A salvação não cancela as exigências da lei, mas simplesmente a maldição da lei: “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se por nós uma maldição” (Gl. 3:13). Ele removeu a nossa

culpa e o aspecto condenatório da lei contra nós, mas Cristo não revogou as justas exigências e obrigações originais da lei. A salvação, no sentido bíblico, pressupõe a validade permanente da lei. Ademais, o Espírito Santo que habita em todos os legítimos crentes em Jesus Cristo os faz crescer na semelhança com Cristo – “à medida da estatura da plenitude de Cristo” (Ef. 4:13, 15; cf. Gl. 4:19).

A ética cristã é uma questão de imitar a Cristo e, por essa razão, ela não nos chama a fugir da lei, mas a honrar suas exigências. Devemos ter em nós mesmos a atitude que havia em Cristo Jesus, que humilhou a Si mesmo e tornou-se obediente (Fp. 2:5, 8). Devemos seguir os Seus passos de comportamento justo (1 Pe. 2:21), demonstrando retidão, porque o Espírito Santo nos une a Ele (1 Co. 6:15-20). Portanto, a ética bíblica é a ética cristã de seguir o exemplo da obediência de Cristo à lei de Deus. João expressa esse ponto claramente: “Nisto sabemos que estamos nele. Aquele que diz que está nele, deve ele mesmo andar da maneira como ele andou” (1 Jo. 2:5-6). E, como vimos acima de forma exaustiva, Cristo andou segundo os mandamentos de Deus. Não podemos fugir da conclusão de que a ética cristã é uma ética de obediência à lei de Deus, pois a perfeita justiça de Cristo segundo essa lei é o nosso exemplo para a vida cristã.

Do início ao fim, a Bíblia está centrada em Jesus Cristo. Do início ao fim, Sua vida foi vivida em conformidade com a lei de Deus. E, do início ao fim, a ética bíblica de imitar a Cristo nos chama a obedecer, da mesma maneira, a cada mandamento da palavra de Deus.

8

A DINÂMICA DO ESPÍRITO PARA O VIVER

“O Espírito Santo não substitui a lei de Deus na vida do Cristão, e nem se opõe à lei de Deus em nosso comportamento.”

Vimos anteriormente que o santo caráter de Deus, cuja transcrição encontra-se na lei, é imutável e inquestionável; de igual modo, a santa lei de Deus não pode ser alterada ou sujeita a críticas por tradições de homens. Observamos também que a perfeita obediência de Cristo, que é o exemplo para o comportamento do cristão, foi prestada a cada detalhe e faceta dos mandamentos de Deus; de igual modo, cada crente que faz de seu objetivo imitar o Salvador deve sujeitar-se à lei de Deus conforme honrada por Cristo. Tanto o caráter de Deus-Pai quanto a vida do Deus-Filho apontam para a lei de Deus como moralmente vinculante para os cristãos nos dias de hoje. Adicionalmente, a obra do Deus-Espírito Santo não pode ser vista de forma alguma como algo que nos aparta de nossa obediência à lei de Deus; do contrário, a unidade do Deus Triúno seria dissolvida e teríamos três deuses (com vontades e intenções separadas, atitudes e padrões distintos) em vez de apenas um.

A verdade, conforme apresentada pela Escritura, é que o Espírito Santo é o Espírito “de Deus” (1 Co. 2:12) e é dado pelo Pai (Jo. 14:16; 15:26; At. 2:33). Ele é igualmente designado como o Espírito “do Filho” (Gl. 4:6; cf. Fp. 1:19; Rm. 8:9) e é enviado por Cristo (Jo. 15:16; 16:7; 20:22; At. 2:33). O Espírito Santo não opera de forma contrária aos planos e propósitos do Pai e do Filho, mas sim os completa ou os leva à realização. A harmonia de suas obras para com o Pai e o Filho é ilustrada em João 16:15, onde vemos que tudo que é possuído pelo Pai é compartilhado como Filho e, por sua vez, tudo o que é possuído pelo Filho é revelado pelo Espírito. O Pai, o Filho e o Espírito Santo operam em unidade. Eles não estão em tensão um contra o outro. Consequentemente, não devemos esperar que a obra do Espírito Santo em nossas vidas divergisse do caráter do Pai e do

Exemplo do Filho. Não devemos esperar que este Espírito, que inspirou a escrita da santa lei de Deus, operaria em oposição a essa lei minando sua autoridade, substituindo sua função ou desviando-nos da obediência a ela.

Quando pensamos sobre a ética bíblica ou o comportamento cristão, devemos pensar em uma vida cheia do Espírito e guiada por Ele. O Espírito Santo nos dá uma nova vida (Jo. 3:3-8), nos renova (Tt. 3:5-6) e nos capacita a confessarmos a fé em Cristo (1 Co. 12:3); de fato, sem a obra do Espírito, é impossível ser um Cristão (Rm. 8:9; Gl. 3:2). O Espírito Santo ilumina o fiel (Ef. 1:17), o guia (Rm. 8:14) e escreve a palavra de Deus em seu coração (2 Co. 3:3); pelo Espírito podemos compreender o que nos é dado gratuitamente por Deus (1 Co. 2:12-16). O Espírito sela o crente (Ef. 1:13; 4:30), habita nele com renovação interior como um rio de águas vivas (Jo. 14:17; Rm. 8:9; 1 Co. 3:16; Jo. 7:38-39), e constitui o penhor de Deus de nossa herança eterna (Ef. 1:14).

O homem “Espirital” – o crente submetido a tais influências do Espírito de Deus – demonstrará efeitos ou resultados notáveis do ministério do Espírito em sua vida. Pelo Espírito, ele mortificará as obras pecaminosas de seu corpo (Rm. 8:13), pois o Espírito produz santidade na vida do povo de Deus (2 Ts. 2:13; 1 Pe. 1:2). Sendo cheio do Espírito (Ef. 8:18), a vida do crente manifestará adoração, louvor com alegria, ação de graças e sujeição a outros (vv. 19-21). Cristãos devem andar no Espírito (Gl. 5:16), evidenciando assim o fruto do amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão e domínio próprio (vv. 22-24). O viver e o comportamento cristão podem, portanto, serem sumarizados como “viver pelo Espírito”.

A Santificação

Isto possui consequências profundas para os crentes. Em primeiro lugar, indica que a salvação necessita de santificação na vida. O que crê em Cristo não apenas é salvo de sua culpa moral diante de Deus, mas também da contaminação moral na qual vivia anteriormente. O cristianismo não é meramente uma questão de crer em certas coisas e aguardar o conforto eterno; ele não começa e termina com o perdão dos nossos pecados pelo fato de termos vindo a Cristo como Salvador. O cristianismo igualmente

POR ESTE PADRÃO

exige viver continuamente sob o Senhorio de Cristo, eliminando o pecado que em nós habita e andando em retidão diante de Deus.

O cristão é aquele que não apenas foi liberto da maldição do pecado, mas também da escravidão do pecado. A experiência cristã estende-se para além do momento da fé e do perdão, alcançando o exercício diário da busca pela santificação, sem a qual ninguém verá a Deus (Hb. 12:14). Ela envolve a vida no Espírito Santo, que pode significar apenas santidade progressiva em seu comportamento. Somos salvos pela graça mediante a fé (Ef. 2:8-9) – para uma vida de obediência: “porque somos feitura Sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras” (v. 10).

Se viver pelo Espírito indica que a salvação deve trazer consigo a santificação, então isso significa que a salvação produz uma vida de obediência alegre à lei de Deus. A salvação liberta o homem da escravidão do pecado, para que assim ele possa andar conforme a lei (Tg. 1:25; Gl. 5:13-14), isto é, com uma atitude de amor (cf. 1 Jo. 5:1-3), pois a principal evidência da obra do Espírito na vida de alguém é o amor (Gl. 5:22). Aqueles que foram salvos pela fé devem ser diligentes em exercer as boas obras de amor (Tt. 3:5-8; Tg. 2:26; Gl. 5:6), e o padrão de bom comportamento e conduta amorosa é encontrado na lei revelada de Deus (Sl. 119:68; Rm. 7:12, 16; 1 Tm. 1:8; Jo. 14:15; 2 Jo. 6).

O *Espírito Santo* opera no fiel para produzir a conformidade à *lei de Deus* inspirada como o padrão de *santidade*. A “exigência justa da Lei” é “cumpr[ida] em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (Rm. 8:4, TB). Quando Deus enche uma pessoa de Seu Espírito, isso a leva a andar nos estatutos do Senhor e guardar as suas ordenanças (Ez. 11:19-20). Portanto, uma vez que a salvação requer santificação, e uma vez que a santificação exige obediência aos mandamentos de Deus, o Novo Testamento nos ensina que Cristo “tornou-se o autor de eterna salvação para todos os que *lhe obedecem*” (Hb. 5:9). Isso não contradiz a salvação pela graça; antes, é o seu desdobramento inevitável.

A Igreja e a Lei de Deus

Infelizmente, a igreja nos dias de hoje frequentemente suaviza as exigências da lei de Deus, motivada por um desejo errôneo de exaltar a graça de Deus e evitar qualquer legalismo em que a salvação fosse alicerçada em

obras da lei. Em vez de encontrar o lugar *correto* para a lei de Deus dentro do plano de salvação e buscar sua função dentro do reino de Cristo, a igreja frequentemente promove uma “fé fácil” que não proclama a necessidade de um arrependimento de coração, nem manifesta claramente a culpa total do pecador e sua necessidade de um Salvador, nem dá seguimento à conversão com exortação e disciplina para uma vida em retidão.

Certamente, sem a lei de Deus, que demonstra a vontade imutável de Deus quanto às atitudes e ações do homem em todas as áreas da vida, há uma consequente diminuição da ênfase no pecado concreto pelo qual os homens devem se arrepender, na culpa genuína que impele o homem a Cristo, e em diretrizes específicas para um comportamento justo por parte do crente. Tirando Paulo do contexto, algumas igrejas e mestres fariam de sua mensagem “não estamos debaixo da lei, mas sim da graça.” Elas apresentariam o evangelismo e a edificação cristã como se fossem mutuamente exclusivos com relação a um zelo pelos justos padrões de Deus, conforme encontrados em Seus mandamentos. Elas se concentrariam na obra extraordinária do Espírito em uma suposta segunda bênção e nos dons carismáticos. A totalidade da mensagem bíblica e a vida cristã seriam moldadas em uma forma distorcida, truncada ou modificada em nome dos interesses de uma religião de pura graça.

No entanto, a palavra de Deus nos alerta contra transformar a graça de Deus em uma ocasião ou causa para um proceder licencioso (Jd. 4); ela insiste que a fé não nulifica a lei de Deus (Rm. 3:31). É preciso estar *engajado*, Paulo diz, para pensar que o injusto poderia possivelmente herdar o reino de Deus (1 Co. 6:9-10). Aqueles que menosprezam até mesmo as menores das exigências da lei de Deus serão eles próprios rebaixados no reino do Senhor (Mt. 5:19).

A resposta para o legalismo não é a fé fácil, um evangelismo sem a necessidade de arrependimento, a busca por uma segunda bênção mística no Espírito ou uma vida cristã desprovida de instrução e orientação na justiça. O legalismo é combatido pela compreensão bíblica da verdadeira “vida no Espírito”. Em tal vida, o Espírito de Deus é o autor de uma nova vida pela graça, e é quem nos convence do nosso pecado e miséria por causa da violação da lei de Deus, quem nos une a Cristo em salvação para que compartilhemos de Sua vida santa, quem nos capacita a compreender

POR ESTE PADRÃO

a orientação dada pela palavra de Deus, e quem nos faz crescer pela graça de Deus em direção a uma obediência mais fiel aos mandamentos do Senhor.

A razão exata pela qual Paulo assevera que estamos *debaixo da graça* e, portanto, *não debaixo da condenação ou da maldição da lei* é para explicar como o pecado não possui domínio sobre nós – isto é, para explicar por que nós nos tornamos escravos da obediência e agora vivemos vidas caracterizadas pela conformidade à lei de Deus (Rm. 6:13-18). É a graça de Deus que faz de nós homens Espirituais que honram os mandamentos do nosso Senhor.

Poderes Espirituais

A resposta para o legalismo não é retratar a lei de Deus como contrária à Sua promessa (Gl. 3:21), mas perceber que, assim como a vida cristã começou pelo Espírito, essa vida também precisa ser edificada e aperfeiçoada no poder do Espírito (Gl. 3:3). A dinâmica para o viver justo é encontrada, não na própria força do fiel, mas no poder capacitador do Espírito de Deus. Por natureza, somos escravos do pecado que vivem sob seu poder (Rm. 6:16-20; 7:23); de fato, Paulo declara que estamos *mortos no pecado* (Ef. 2:2). Contudo, se estamos unidos a Cristo em virtude de Sua morte e ressurreição, nos tornamos *mortos para o pecado* (Rm. 6:3-4) e, desse modo, não mais vivemos nele (v. 2).

Tal como Cristo foi ressuscitado para uma novidade de vida pelo Espírito (1 Tm. 3:16; 1 Pe. 3:18; Rm. 1:4; 6:4, 9), assim também nós que temos o Seu poder de ressurreição habitando em nós pelo Espírito vivificador (Ef. 1:19-20; Fp. 3:10, Rm. 8:11) temos o poder para viver uma nova vida livre do pecado (Rm. 6:4-11). O resultado da libertação do pecado operada pelo Espírito é a santificação (v. 22). O poder da nova vida de justiça do cristão pela graça de Deus é o poder de ressurreição do Espírito Santo. Aqui está o antídoto para o legalismo.

Devemos observar com relação a isso que o Espírito Santo não substitui a lei de Deus na vida do Cristão, e nem se opõe à lei de Deus em nosso comportamento. O Espírito da graça que capacita nossa santificação não fala por Si mesmo, dando um novo padrão para o comportamento cristão (Jo. 16:13). Em vez disso, Ele dá testemunho da palavra do Filho (Jo. 14:23-

26; 15:26; 16:14). O Espírito não é uma fonte independente de direção ou orientação na vida cristã, pois o Seu ministério é exercido em conjunto com a já outorgada palavra de Deus (cf. 1 Co. 2:12-16).

Em termos da nossa santificação, isso significa que *o Espírito nos capacita a compreender e obedecer ao padrão objetivo da lei revelada de Deus*. Isso não significa que cristãos que são habitados pelo Espírito tornam-se a sua própria lei, produzindo dentro de si mesmos os padrões pelos quais vivem. *O que o Espírito faz é fornecer o que faltava na própria lei – o poder para garantir o cumprimento*. “Porquanto, o que a lei não podia fazer, visto como estava fraca pela carne, Deus, enviando seu próprio Filho em semelhança da carne pecaminosa, e pelo pecado, condenou o pecado na carne; para que a justiça da lei fosse cumprida em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito.” (Rm. 8:3-4).

Conclusão

A lei de Deus ainda é o modelo para o comportamento santificado. Isso não foi mudado pelo ministério ético do Espírito no fiel. O Espírito Santo não se opõe a essa lei nem mesmo no menor grau, mas sim capacita o homem a obedecê-la: “Porei dentro de vós o Meu Espírito, e farei que andeis nos Meus estatutos, e guardeis os Meus juízos, e os observeis” (Ez. 36:27, ACF). Ao passo que a letra da lei trouxe morte ao homem, porque ele era incapaz de cumpri-la por si mesmo, o Espírito de Deus vivifica o homem, para que ele possa conformar-se aos padrões de Deus (2 Co. 3:6). Portanto, a prova segura de se uma pessoa tem o Espírito habitando em si ou não é verificar se ela *obedece aos mandamentos de Deus* (1 Jo. 3:24). Uma visão bíblica da obra do Espírito Santo reforça a validade da lei de Deus para o cristão, mostrando como tanto a lei (como um padrão) quanto o Espírito (como poder) são indispensáveis para a santificação.

9

UMA ÉTICA MOTIVACIONAL ENDOSSA A LEI

“Todo o povo de Deus, em ambos os testamentos, tinha um coração que ansiava por obedecer aos mandamentos do Senhor, pois a lei é estabelecida no pano de fundo da misericórdia de Deus para o Seu povo”

Aqueles que são crentes genuínos em Cristo sabem muito bem que a sua salvação não pode estar fundamentada em suas próprias obras da lei: “[...] não pelas obras de justiça que houvéssemos feito, mas, segundo a Sua misericórdia, nos salvou [...] para que, sendo justificados por sua graça, sejamos feitos herdeiros, segundo a esperança da vida eterna.” (Tt. 3:5-7). Em vez disso, a justificação do crente diante de Deus está fundamentada na perfeita obediência de Jesus Cristo (Gl. 3:11; Rm. 5:19); é a Sua *justiça imputada* que nos faz justos diante do tribunal de Deus (2 Co. 5:21). “O homem é justificado pela fé sem as obras da lei” (Rm. 3:28).

Consequentemente, uma verdade que é preciosa ao coração de todo cristão é o resumo fornecido por Paulo em Efésios 2:8-9: “Pela graça sois salvos por meio da fé; e isso não é de vós mesmos; isso é o dom de Deus. Não de obras, para que nenhum homem se glorie.” A salvação está fundamentada na graça de Deus, e o meio instrumental pelo qual a alcançamos é a fé salvífica. A lei não nos salva; pelo contrário, ela nos sentencia à morte (Rm. 7:9; 2 Co. 3:6-7).

Portanto, é verdadeiro que a vida e a ética cristãs devem ser caracterizadas pela graça de Deus e a fé salvífica; o comportamento de um crente deve ser um reflexo de sua fé na misericórdia de Deus. A ética cristã não deve se opor à salvação pela graça mediante a fé. Como Paulo disse, “pela

graça de Deus, portamo-nos no mundo” (2 Co. 1:12, KJC), e a vida cristã pode ser designada “o bom combate da fé” (1 Tm. 6:12). Contudo, isso não significa que a vida cristã é uma vida de antagonismo à lei de Deus, como muitos parecem inferir. Frequentemente imagina-se que, uma vez que a lei nos condena e não pode nos salvar, a graça e a fé nos dispensa de qualquer compromisso para com a lei de Deus. A ética da fé pela graça, como nos é dito, não pode tolerar regras, regulamentos ou mandamentos de Deus – diz-se que isso seria “legalismo”. Mas tal pensamento e raciocínio não é bíblico. Tais implicações antinomianas devem ser corrigidas pela palavra de Deus.

Lei e Graça são Correlativas

A lei de Deus define o meu pecado e, assim, minha necessidade do Salvador. Cristo me salvou da culpa e do poder do pecado precisamente devido à grande importância da lei de Deus; ela revela o tipo de vida exigido por Deus e que as *consequências da desobediência* a ela não devem ser ignoradas. Ao ser salvo da ira de Deus sobre os violadores da lei, passo naturalmente (sobrenaturalmente) a desejar guardar o padrão da lei de Deus que eu anteriormente transgredia. À luz disso, observamos que a Escritura retrata a lei e a graça em mútua correlação. A graça de Deus opera dentro dos parâmetros de Sua lei – ao justificar o Seu povo, Deus não viola Sua própria justiça (Rm. 3:26). E a lei de Deus opera mediante a graça (Sl. 119:29). Ambas se sustentam mutuamente: a lei promove o cumprimento da promessa de Deus (Rm. 5:20-21), e a graça de Deus opera para cumprir a lei (Rm. 8:3-4).

Quando Paulo diz que somos salvos pela graça mediante à fé, ele imediatamente acrescenta que, como feitura de Deus, *espera-se que andemos em boas obras* (Ef. 2:10). Embora seja popular nos dias de hoje olhar para a lei como um fardo intolerável ao homem moderno, o apóstolo amado escreveu que a lei não é um fardo para o crente (1 Jo. 5:3). Quando o salmista refletiu sobre as bondades do Senhor, ele ansiava por ser ensinado sobre Seus estatutos e levantava-se de madrugada para dar graças pelas Suas justas ordenanças (Sl. 119:62-64). Moisés viu o recebimento da lei de Deus como um sinal inquestionável do Seu amor pelo povo (Dt. 33:2-4).

POR ESTE PADRÃO

Todo o povo de Deus, em ambos os testamentos, tinha um coração que ansiava por obedecer aos mandamentos do Senhor, pois a lei é estabelecida no pano de fundo da misericórdia de Deus para o Seu povo (por exemplo, Ex. 20:2). *A experiência vívida da redenção de Deus é um forte motivo para obedecer à lei* (Dt. 7:10-11). Isto é, a graça de Deus leva o homem a declarar: “Desejei a tua salvação, ó SENHOR; a tua lei é meu deleite.” (Sl. 119:174). Paulo, por exemplo, escreveu: “Pois eu tenho prazer na lei de Deus, segundo o homem interior” (Rm. 7:22). A lei de Deus, como vemos, fora escrita em seu coração pela graça (Hb. 10:19).

Em Romanos 6, Paulo discute as implicações de estar debaixo da graça de Deus. Ele começa perguntando se devemos permanecer no pecado (violação da lei) para que assim a graça possa abundar; sua resposta é um dramático “De forma alguma!” (vv. 1-2). Aqueles que tiveram seu velho homem crucificado com Cristo, aqueles que foram unidos com Cristo em sua morte e ressurreição, aqueles que ressuscitaram com Ele devem andar em novidade de vida, não mais em escravidão a uma vida pecaminosa (vv. 3-11). Assim, Paulo nos exorta: “Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal, para lhe obedecerdes em seus desejos. Nem tampouco apresenteis os vossos membros como instrumentos de injustiça ao pecado.” Aqueles que foram salvos do poder do pecado pela graça não mais devem proceder em violação à lei de Deus. Em vez disso, tendo sido feitos vivos dentre os mortos, devem apresentar seus membros como instrumentos de justiça (vv. 12-13).

Qual a razão disso? Como é que somos obrigados a obedecer às justas exigências da lei de Deus, se somos salvos pela graça? Paulo responde: “Porque o pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça” (v. 14). Ironicamente, embora muitos grupos tenham tirado esta declaração de seu contexto para sustentar a liberdade das exigências da lei, o versículo é uma das provas bíblicas mais fortes de que *os crentes devem se esforçar para obedecer à lei de Deus!*

Uma vez que não mais estamos debaixo da *maldição* da lei e confinados à sua impotência inerente para capacitar a obediência – uma vez que estamos debaixo da *graça capacitadora* de Deus, não debaixo da lei – não devemos permitir que violações da lei (i.e., o pecado: 1 Jo. 3:4) dominem nossas vidas. É para que as justas ordenanças da lei sejam cumpridas em nós que

Deus pôs o Seu Espírito em nossos corações (Rm. 8:4). “Pois quê? Pecaremos porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça? De forma alguma!” (Rm. 6:15). “A graça de Deus, que trouxe salvação, manifestou-se a todos os homens, ensinando-nos que, renunciando à impiedade e às concupiscências mundanas, vivamos de maneira sóbria, justa e piamente neste mundo presente,” pois Cristo “nos remi[u] de toda iniquidade” (Tt. 1:11-14). A graça de Deus sustenta a Sua lei.

É de se esperar, portanto, que Paulo perguntasse a seguinte questão e fornecesse a resposta óbvia: “Anulamos, então, a lei pela fé? De forma alguma! Antes estabelecemos a lei” (Rm. 3:31). Uma fé que não gera obras de obediência – isto é, uma fé que é divorciada da lei de Deus – é, na realidade, insincera e morta (Tg. 2:14-26). Esse tipo de fé de maneira alguma pode justificar um homem.

A Confissão de Fé de Westminster é fiel à Escritura quando ensina que “boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são os frutos e evidências de uma fé viva e verdadeira” (XVI:2).¹ Pela fé salvífica, diz a Confissão, um homem prestará obediência aos mandamentos da Escritura (XIV:2). Fé salvífica genuína é sempre acompanhada do arrependimento sincero pelo pecado e da conversão a Deus, “tencionando e esforçando-se para andar com Ele em todos os caminhos dos seus mandamentos” (XV:2).² Concluímos, então, que a vida de graça e fé do cristão não é uma vida indiferente ou antagônica à lei de Deus. A graça de Deus e a fé salvífica estabelecem a validade da lei.

O Amor Cristão e a Lei de Deus

O mesmo pode ser dito sobre a ética cristã básica do amor. Uma vez que Deus nos mostrou Seu amor para conosco, devemos agora viver em amor a Ele e ao nosso próximo (Ef. 5:1-2; 1 Jo. 4:7-12, 16-21). Desses dois mandamentos de amor – para com Deus e para com o nosso próximo (como ensinado no Antigo Testamento [Dt. 6:5, Lv. 19:18]) – dependem toda a lei e os profetas, disse Jesus (Mt. 22:37-40). De fato, “o amor é o cumprimento da lei” (Rm. 13:10). Mas, no pensamento de Jesus e dos após-

¹ *O Padrão de Westminster* (Publicações O Pacto, 2024), pg. 57. [N. T.]

² *Ibid.*, pg. 55. [N. T.]

POR ESTE PADRÃO

tolos, isso significa que cristãos podem dispensar a lei de Deus ou repudiar seus detalhes? De maneira nenhuma. Moisés ensinara que amar a Deus significava guardar Seus mandamentos (Dt. 30:16) e, como sempre, Jesus não contradisse à Moisés neste ponto: “Se vós me amais, guardai os meus mandamentos.” (Jo. 14:15).

O amor que sumariza e epitomiza a ética cristã não é uma generalidade ou sentimentalismo vago que tolera, por exemplo, qualquer coisa desde adultério à castidade. João escreveu: “Nisto sabemos que amamos os filhos de Deus, quando amamos a Deus e guardamos os seus mandamentos. Porque este é o amor de Deus: que guardemos os seus mandamentos” (1 Jo. 5:2-3). O amor *sumariza* a lei de Deus, mas não a ab-roga ou a substitui. Como John Murray escreveu: “o resumo não oblitera ou ab-roga sua expansão.”³ Os mandamentos de Deus dão o caráter e a direção específicos do amor a ser exercido pelo fiel. Em vez de ser uma lei em si mesmo (autônoma), o amor é um reflexo do caráter de Deus (1 Jo. 4:8) e deve, portanto, coincidir com os preceitos da lei de Deus, pois eles são a transcrição da perfeição moral de Deus a nível de criatura.

Deus demonstrou seu amor para conosco ao nos salvar pela graça mediante a fé. Por conseguinte, a vida cristã deve refletir os princípios de graça, fé e amor; sem eles, ela é vã e insignificante. Contudo, longe de eliminar a lei de Deus, uma ética de fé e amor pela graça estabelece a validade permanente dos mandamentos do Senhor – e nossa necessidade deles.

³ John Murray, *Princípios de Conduta*, pg. 173

UMA ÉTICA CONSEQUENCIALISTA ENDOSSA A LEI

“Se todas as nossas ações e atitudes forem governadas por um interesse no reino de Jesus Cristo, isso será benéfico para nós, para o nosso próximo e para a nossa sociedade.”

Mencionamos anteriormente que a vida em sua totalidade é ética: pessoas constantemente tomam decisões de ordem moral, formam atitudes e definem objetivos. Também observamos que há muitas perspectivas éticas concorrentes. Delinearemos *três abordagens básicas* para a tomada de decisões éticas e para a avaliação ética de nós mesmos, nossas ações e nossas atitudes. Na primeira, alguns pesam todas as questões morais e fazem suas escolhas segundo uma *norma* ou padrão de bem e mal. Na segunda, outros determinarão como ações e atitudes devem ser moralmente avaliadas com base no *caráter* de alguém – seus traços de personalidade, intenções ou motivações. Na terceira, haverá outros que veem as *consequências* que decorrem do comportamento de uma pessoa como tendo a maior influência no planejamento e avaliação éticos; se os efeitos que vêm de alguma ação (ou os resultados esperados) são benéficos (ou mais benéficos que suas alternativas), então a ação é considerada moralmente boa e aceitável. Em suma, podemos chamá-las de abordagens normativa, motivacional e consequencialista à ética, respectivamente (às vezes, as designações técnicas são vertidas como abordagens deontológica, existencial e teleológica à ética.)

Ora, *a Bíblia possui um foco em ética do início ao fim*, e este interesse é expresso nos moldes das três perspectivas éticas que acabamos de delinear. Isto é, a Bíblia considera o padrão que devemos seguir, incentiva um certo tipo de caráter e motivação em nós, e coloca diante de nós metas ou consequências que devemos buscar.

Já explorarmos um pouco as perspectivas *normativa* e *motivacional*. Vimos que Deus, em seu amor e graça, estabeleceu em Sua palavra inspirada um código de comportamento moral para que Suas criaturas seguissem; os mandamentos ou a lei de Deus constituem a norma da ética para todos os homens, quer eles aceitem ou não. A lei de Deus é encontrada ao longo de toda a Bíblia e é plenamente válida como um padrão de moralidade nos dias de hoje. Esse é um padrão uniforme, vinculante para todos os homens em todas as eras, pois ele reflete a santidade imutável de Deus. Foi essa lei que Cristo obedeceu perfeitamente como nosso Salvador, deixando assim um exemplo para seguirmos, e é essa lei que o Espírito Santo cumpre em nós aos nos santificar diariamente. Assim, a Bíblia nos dá a lei de Deus como a nossa abordagem normativa à moralidade; quando Deus, o Legislador, fala, Sua voz é autoritativa e deve ser obedecida. Seu padrão é absoluto – incondicional, todo-abrangente e inquestionável.

Vimos também o tipo de *caráter* que Deus exige naqueles que recebem o Seu favor. O homem moral é caracterizado por uma santidade que reflete a natureza de Deus – conforme expressa em Sua lei revelada. O seguidor de Cristo buscará emular as virtudes de seu Salvador – que correspondem à lei de Deus. O homem genuinamente Espiritual seguirá a orientação do Espírito de Deus, andando assim nos caminhos dos mandamentos de Deus. O que vemos é que a abordagem motivacional à ética não deve ser divorciada da, ou contrastada com, a abordagem normativa.

Cristãos desejarão que a *graça de Deus* que os salvou seja *manifesta em suas ações e atitudes*; eles desejarão viver cada momento de suas vidas em fidelidade e amor para que assim sejam testemunhas daquilo que o amor fiel de Deus fez por eles. E, novamente, quando olhamos para a Escritura para encontrarmos as implicações de um estilo de vida que é caracterizado pela fé e o amor segundo a graça de Deus, aprendemos que a lei de Deus nos mostra o caminho a seguir. As abordagens motivacional e normativa andam de mãos com a palavra de Deus.

Os Benefícios da Justiça

Direcionemos a nossa atenção à abordagem consequencialista da ética segundo a Bíblia. Consequências são importantes quando avaliamos nossas ações passadas ou consideramos ações futuras. Paulo comunica isso

POR ESTE PADRÃO

muito bem ao dizer que teríamos de estar enganados para acharmos que Deus pudesse ser zombado. Uma vida de pecado não produzirá felicidade e bênção, pois então a justiça e a santidade do nosso Deus seriam uma farsa. Em vez disso, diz Paulo, “tudo o que o homem semear, isso também colherá” (Gl. 6:7). Aqueles que vivem segundo sua natureza rebelde sofrerão corrupção, enquanto aqueles que vivem pelo Espírito de Deus receberão a vida eterna (v. 8). E, com base nisso, Paulo exorta os crentes: “não nos cansemos de fazer o bem.” Por quê? Porque “porque na estação certa colheremos, se não desistirmos” (v. 9).

É notável nessa passagem que Paulo foque nos benefícios que acumularemos se nos ocuparmos da prática de boas obras. Ao contrário do que versões modernas do ascetismo cristão afirmam, não é ignóbil ou sub-ético para um cristão ser motivado pela ideia de recompensa por uma vida justa. Deus frequentemente põe diante de nós o prospecto de benefícios divinamente concedidos como um incentivo para uma vida moral.

Por exemplo, Jesus disse: “Buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas [provisões diárias para a vida] vos serão acrescentadas” (Mt. 6:33). Paulo ensinou que “a piedade para todas as coisas é proveitosa, tendo a promessa da vida que agora é, e da que há de vir” (1 Tm. 4:8). O profeta do Antigo Testamento Malaquias exortou o povo de Deus que, se eles O obedecessem (nesse caso, trazendo os dízimos), Deus abriria as janelas do céu e derramaria uma bênção para a qual não haveria lugar suficiente para recolhê-la (Ml. 3:10). Ainda anterior a isso, o grande líder dos israelitas, Moisés, escrevera que a obediência ao Senhor resultaria em bênçãos sobre os filhos daquela sociedade, suas colheitas, chuva, rebanhos, cidades e campos; traria paz para o povo no âmbito externo e economia próspera e saúde no âmbito interno (Dt. 7:12-15; 11:13-15; 28:1-14; 30:15, 19; Lv. 26:3-12). No processo ético de tomada de decisões, devemos considerar corretamente o fim, o alvo ou as consequências do nosso comportamento. Fazer a coisa certa ou ter a atitude adequada resultará em benefícios. Mas benefícios para quem? Deve o nosso objetivo ser beneficiar a nós mesmos, ao próximo ou à sociedade, como um todo? A Bíblia indica que cada um destes é um interesse subordinado, porém vital, que devemos ter. Por exemplo, quando Cristo ordena: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt. 22:39), Ele nos diz a buscar o benefício do próximo *assim como* buscamos nosso próprio benefício. Por isso Paulo diz aos ma-

ridos para que amem suas esposas (o próximo) como seus próprios corpos (si mesmo), precisamente porque ninguém odeia a si próprio (Ef. 5:28-29).

Tanto o egoísmo (nota: *não* o egotismo) quanto o altruísmo possuem um lugar na ética cristã, assim como uma preocupação pela sociedade em geral. Assim, a Bíblia frequentemente exorta para que o interesse próprio seja abandonado para o benefício de muitos (por exemplo, 2 Co. 8:9; Fp. 1:24). Contudo, todos esses interesses são subordinados ao *objetivo supremo* de todas as nossas ações: o reino de Deus. Dentro desse reino, os interesses variados da própria pessoa, do próximo e do coletivo são todos harmonizados.

Nosso Senhor declarou explicitamente que devemos “Buscar *primeiro* o reino de Deus, e a sua justiça.” O reino de Cristo deve possuir prioridade máxima ao considerarmos as consequências de nossas ações, pois Cristo tem a *preeminência* sobre todos (Cl. 1:18). Se todas as nossas ações e atitudes forem governadas por um interesse no reino de Jesus Cristo, isso será benéfico para nós, para o nosso próximo e para a nossa sociedade.

Como buscamos esse reino? Como obtemos os *benefícios* que Deus promete para aqueles que viverão de acordo com a Sua justiça? Obviamente, pela obediência ao Rei e a manifestação de Sua justiça em nossas vidas. A palavra de Deus nos mostra como fazê-lo ao estabelecer a lei do Senhor para nós. A lei bíblica é um caminho para os benefícios divinos – não uma trilha feia, penosa e dolorosa para os fiéis. Ela não é apenas um conjunto de exigências, é algo para se desejar! Como João disse, “Seus mandamentos não são penosos” (1 Jo. 5:3). Eles são o *prazer* do homem justo que recebe a bênção de Deus (Sl. 1). Se quisermos ter uma moralidade que promete consequências abençoadas, então nossa moralidade deve ser moldada segundo a lei de Deus.

Considere o que a palavra de Deus diz sobre seguir os mandamentos de Deus. Nos traz vida e bem-estar (Dt. 30:15-16), bênção e um coração forte, que não tem medo (Sl. 119:1-2; 112:5-7). A obediência produz paz e segurança (Sl. 119:28, 165, 175; Pv. 13:6; Lc. 6:46-48). A bondade amorosa de Deus está sobre aqueles que obedecem aos Seus preceitos (Sl. 103:17-18), e eles andam em liberdade (Sl. 119:45; Tg. 2:25). Conforme já indicado acima, guardar a palavra de Deus resulta em prosperidade com respeito a

POR ESTE PADRÃO

todas as nossas necessidades e interesses diários (cf. Js. 1:7). Ademais, obediência coletiva trará bênçãos sobre uma sociedade inteira. “A justiça exalta uma nação” (Pv. 14:34), dando-a saúde, alimento, bem-estar financeiro, paz e filhos alegres.

Em suma, vimos que uma abordagem *consequencialista* à ética não pode ser viável sem a abordagem *normativa* também; ambas trabalham juntas, pois o caminho para a bênção é a obediência diligente à lei de Deus. Buscar primeiro a justiça do reino de Cristo requer obediência de coração aos preceitos do Rei e, em resposta a isso, Ele nos concede todas as bênçãos para esta vida e para a que há de vir. Vemos novamente por que a validade ou a autoridade da lei de Deus não podem ser descartadas nos dias de hoje. Sem essa lei, estaríamos perdidos no que tange a buscar as consequências benéficas para nós mesmos, para o próximo e para a sociedade em todas as nossas ações e atitudes morais. Como Deus diz claramente, Ele revelou a Sua lei a nós *para o nosso bem* (Dt. 10:13). Os que se opõem à lei de Deus, portanto, não podem genuinamente ter o nosso bem em mente; eles, conscientemente ou inconscientemente, nos levam à frustração, aflição e juízo, tanto a nível pessoal, quanto social (Pv. 14:12).

11

O NOVO TESTAMENTO RESPALDA EXPLICITAMENTE A LEI

“A mensagem e a moralidade do Novo Testamento estão firmemente fundamentadas na validade da lei de Deus. Sem esse fundamento, o evangelho seria dispensável e a caminhada cristã seria sem propósito e movida por interesses próprios.”

Em capítulos anteriores, traçamos numerosas linhas de pensamento bíblico que ensinam e exigem a validade dos mandamentos de Deus – todos eles, ao longo do Antigo e do Novo Testamento – e a sua autoridade contínua em nossas vidas. Visto que vivemos em uma era que é tão antagônica às diretrizes dadas por Deus, e uma vez que vastos setores da igreja contemporânea estão similarmente indispostos em relação às estipulações reveladas de Deus, é crucial que prestemos muita atenção ao ensino preciso da inspirada, inerrante e autoritativa palavra de Deus. A ética bíblica não está em oposição à lei de Deus; na realidade, essa lei é essencial à moralidade cristã. O homem sábio estabelecerá sua perspectiva moral sobre a rocha das palavras de Cristo na Escritura. Nelas somos instruídos de que Deus é imutável em Seus padrões para justiça, sem alterá-los de século a século ou de pessoa a pessoa. Uma vez que a lei de Deus definia a justiça no Antigo Testamento, ela continua a definir a justiça para nós na atualidade. Deus não possui dois pesos e duas medidas. Queira o cristão se esforçar para imitar a santidade de Deus, a moldar seu comportamento após a vida de Cristo, ou ser guiado pelo Espírito Santo, ele invariavelmente será orientado pela Escritura a dar ouvidos à lei de Deus; a lei é uma *transcrição da imutável santidade de Deus*, o padrão de

justiça seguido pelo Salvador, e o *modelo de santificação* capacitado pelo Espírito.

A autoridade contínua da lei de Deus nos dias de hoje é inerente a uma teologia bíblicamente fundamentada. O tempo não muda ou desgasta a validade dos mandamentos de Deus, e uma mudança de geografia ou localidade não os torna eticamente irrelevantes. Com a vinda da Nova Aliança e a expansão da Igreja por todo o mundo, ainda lemos na Escritura que a lei de Deus deve ser *escrita nos nossos corações* e devemos discipular todas as nações e ensiná-las a obedecer a tudo quanto o Senhor ordenou. As doutrinas bíblicas de Deus, de Cristo, do Espírito Santo e do Pacto da Graça, todas se harmonizam em apontar para a validade permanente da lei inspirada de Deus.

As Três Abordagens

Mesmo que adotemos uma abordagem normativa à ética, ou uma motivacional, ou uma consequencialista, chegaremos à mesma conclusão: *A lei de Deus é autoritativa para a ética contemporânea.*

A norma dada por Deus para orientar nossas vidas e definir nosso pecado é revelada em Sua lei, uma lei da qual não devemos subtrair nada; uma vez que o próprio Legislador não alterou Sua lei – de fato, o Filho de Deus confirmou essa lei para os Seus seguidores – ela deve permanecer válida para nós na atualidade.

Se nos voltarmos à abordagem motivacional da ética, nossa preocupação será viver de maneira apropriada à nossa salvação pela graça; desejaremos ser o tipo de pessoa que é caracterizado pela fé e pelo amor. A Escritura nos mostra que aqueles que são gratos pela graça de Deus se esforçarão em viver em obediência aos Seus mandamentos; em vez de anular os mandamentos de Deus na ética, a fé estabelece a lei, e o amor é um resumo das exigências da lei. Portanto, uma abordagem motivacional da ética – assim como a abordagem normativa – declara a presente validade da lei de Deus.

Por fim, a abordagem consequencialista da ética avalia as ações e atitudes segundo seus resultados benéficos ou a comparativa falta destes. Cristo nos ensina em sua palavra que o objetivo primário de nosso comporta-

POR ESTE PADRÃO

mento moral é o reino de Deus; quando fazemos dele o nosso alvo, todas as bênçãos temporais e eternas serão nossas. A justiça desse reino é definida pela lei do Rei, e assim a Escritura promete que a obediência à lei de Deus resultará em bênçãos extraordinárias para nós mesmos e nossa sociedade. Em suma, a lei de Deus foi revelada para o nosso bem.

Portanto, a validade da lei de Deus foi substanciada nos capítulos anteriores pelas doutrinas cardeais da fé cristã e por todas as perspectivas principais da ética. A presente autoridade dos mandamentos do Senhor é inescapável em qualquer leitura honesta da palavra de Deus.

Ademais, a validade da lei de Deus se estende a *todos* os Seus justos mandamentos. Nada pode ser subtraído das estipulações que nos vinculam sem a Sua autoridade, e tal subtração não tem nenhum amparo bíblico. Tanto o Antigo quanto o Novo Testamento ensinam o povo de Deus a viver por *cada palavra* que procede da boca de Deus, pois Deus não altera as palavras de Seu pacto. Cada uma das Suas ordenanças, como nos é ensinado, é perpétua. Por conseguinte, Cristo ensinou enfaticamente que o Seu advento não ab-rogou nenhum iota ou traço da lei do Antigo Testamento; segundo o Seu ensino, mesmo as minúcias da lei deveriam ser observadas – como uma medida da nossa posição no reino de Deus.

Paulo sustentou que toda Escritura do Antigo Testamento possui autoridade moral para o crente do Novo Testamento, e Tiago ressaltou que não se deve violar nem mesmo um único ponto da lei. Refletindo a imutável justiça de Deus, cada mandamento possui validade permanente para nós. Subtrair até mesmo o menor mandamento é transgredir a proibição explícita de Deus e se tornar o menor no reino de Deus. Logo, a moralidade do Antigo Testamento é idêntica à do Novo.

Afirmações do Novo Testamento

Há muitas maneiras nas quais o Novo Testamento reforça as declarações resumidas ditas acima. A atenção ao ensino do Novo Testamento revelará o endosso enfático que ele dá à lei de Deus do Antigo Testamento. Por exemplo, o Novo Testamento se dedica em expor que homens que eram culpados do pecado são redimidos por Cristo e aprendem a viver sem pecar pelo poder do Espírito Santo. Uma vez que o pecado é definido como transgressão da lei de Deus (1 Jo. 3:4; Rm. 7:7), o propósito da men-

sagem do Novo Testamento pressupõe a validade da lei de Deus para os dias de hoje. Por todo o Novo Testamento, o dever moral perpétuo do crente é o *amor*, e esse amor é definido pelo Novo Testamento em termos da lei de Deus (Mt. 22:40; Rm. 13:10; 1 Jo. 5:2-3). Consequentemente, a mensagem e a moralidade do Novo Testamento estão firmemente fundamentadas na validade da lei de Deus. Sem esse fundamento, o evangelho seria dispensável e a caminhada cristã seria sem propósito e movida por interesses próprios.

Podemos resumir brevemente outras formas pelas quais o Novo Testamento indica, de maneira indireta mas incisiva, a autoridade de toda a lei de Deus para a era presente.

Os Ensinos de Jesus

Com frequência, pessoas que são introduzidas no Novo Testamento como abençoadas ou favorecidas por Deus são caracterizadas especificamente como obedientes à lei de Deus – por exemplo, Isabel, Zacarias, José e Maria (Lc. 1:6; 2:21-24, 27, 39). Durante seu ministério terreno, Cristo frequentemente apelou à lei para respaldar seu ensino (Jo. 8:17), vindicar seu comportamento (Mt. 12:5), responder seus questionadores (Lc. 10:26), denunciar seus oponentes (Jo. 7:19) e dar identidade concreta à vontade de Deus para os homens (Mt. 19:17). Ele ensinou a seus discípulos a orarem para que a vontade de Deus fosse feita na Terra (Mt. 6:10) e, após sua ressurreição, Ele os instruiu a ensinar todas as nações a observar tudo quanto Ele ordenara (Mt. 28:18-20). Em todas essas formas – sem introduções elaboradas ou explicações para o afastamento de um princípio ou perspectiva geral – o Novo Testamento simplesmente *pressupõe* a autoridade permanente de cada mandamento do Senhor encontrado no Antigo Testamento. Se a lei do Antigo Testamento tivesse sido invalidada pelo advento ou obra de Cristo, os exemplos precedentes seriam incrivelmente incoerentes e exigiriam alguma explicação convincente. Porém, nenhuma se fez necessária.

Jesus afirmou com autoridade solene que não se deve ensinar que nem mesmo o menor dentre os mandamentos de todo o Antigo Testamento não possui autoridade vinculante nos dias de hoje (Mt. 5:19), pois, segundo sua perspectiva, “a escritura não pode ser anulada” (Jo. 10:35). Por

POR ESTE PADRÃO

consequente, Cristo reafirmou elementos do decálogo como, por exemplo, “Não assassinarás” (Mt. 19:18). Ele também citou como moralmente obrigatórios aspectos da lei casuística do Antigo Testamento: por exemplo, “não defraudarás” (Mc. 10:19) e “Não tentarás o Senhor teu Deus” (Mt. 4:7). Ele até mesmo citou com aprovação o código penal do Antigo Testamento com respeito a delinquentes incorrigíveis (Mt. 15:4).

Jesus exigia que os assuntos mais importantes da lei fossem observados sem deixar de lado os detalhes menores (Lc. 11:42). Ele zelava para que Seu próprio comportamento fosse visto como estando em concordância com a lei de Deus (Mc. 2:25-28), e orientou outros a viverem pelas regulamentações da lei (Mc. 1:44; 10:17-19). Nada disso poderia fazer sentido exceto sob a óbvia pressuposição de que toda a lei do Antigo Testamento continua a ser um padrão autoritativo de moralidade na era do Novo Testamento. Visto que a lei verdadeiramente é o nosso padrão de ética, Cristo, o Senhor, irá um dia julgar todos os homens que transgridem a lei (Mt. 7:23; 13:41).

O Ensino dos Apóstolos

A atitude apostólica com relação à lei do Antigo Testamento é paralela à de Cristo. A obediência à lei é de grande importância (1 Co. 7:19), pois o crente não vive sem a lei de Deus (1 Co. 9:20-27). A violação da lei não deve ter domínio sobre o crente (Rm. 6:12-13; 1 Jo. 3:3-5), pois o Espírito Santo cumpre a ordenança da lei dentro dele (Rm. 8:4). A lei é escrita no coração do crente da Nova Aliança (Hb. 8:10), para que assim aqueles que seguem lealmente a Cristo sejam designados por João como os “que guardam os mandamentos de Deus, e têm o testemunho de Jesus” (Ap. 12:17; 14:12).

Os apóstolos frequentemente respaldavam o seu ensino apelando à lei (por exemplo, 1 Co. 14:34; Tg. 2:9) – os seus preceitos gerais encontrados no decálogo (por exemplo, “não furtarás”, Rm. 13:9), as aplicações da lei casuística desses detalhes (por exemplo, “não porás focinheira no boi que pisa o grão”, 1 Tm. 5:18), o código penal (por exemplo, “se sou um ofensor, ou cometi alguma coisa digna de morte, eu não me recuso morrer”, At. 25:11; cf. Dt. 21:22; Rm. 13:4), e até mesmo exigências de “santidade” na lei cerimonial (por exemplo, 2 Co. 6:14-18).

Conclusão

Devemos concluir que qualquer pessoa cuja atitude em relação à lei do Antigo Testamento seja pautada pelo ensino e pela prática do Novo Testamento deve sustentar a validade plena e contínua da lei hoje. Aqueles que, em nome de uma “ética do Novo Testamento” distinta, degradam ou ignoram a lei do Antigo Testamento são advertidos severamente pelo Apóstolo João: “Aquele que diz: Eu o conheço, e não guarda os seus mandamentos, é mentiroso, e a verdade não está com ele” (1 Jo. 2:4). Numa ética genuinamente bíblica, o Antigo Testamento não é colocado em oposição ao Novo em nenhum momento.

12

OS TEMAS ÉTICOS DO NOVO TESTAMENTO ENDOSSAM A LEI

“O pressuposto dos autores do Novo Testamento é contínua e constantemente o de que a lei do Antigo Testamento é válida nos dias de hoje.”

O Novo Testamento se utiliza de um grande número de expressões e conceitos para comunicar instrução moral ao povo de Deus – tão grande que um breve estudo não pode mencionar todos eles. A *variedade* de temas encontrados na ética do Novo Testamento ajuda a gravar em nossos corações a mensagem e as exigências de Deus. Ela cobre nossas obrigações morais a partir de muitas perspectivas, nos oferece numerosos modelos e motivações para uma vida correta e facilita a produção e a manutenção de uma maturidade ética em nós.

Porém, a grande variedade de temas éticos no Novo Testamento não implica uma diversidade igualmente grande de sistemas éticos com expectativas *conflitantes*. Deus é consistente e não muda (Mt. 3:6); com Ele não há sombra de variação ou mudança (Tg. 1:17). Sua palavra não é ambígua, dizendo “sim” a partir de uma perspectiva, mas “não” a partir de outra (2 Co. 1:18; cf. Mt. 5:37). Portanto, Seus padrões de conduta não se contradizem, aprovando ou desaprovando as mesmas coisas dependendo do tema que estamos considerando na ética do Novo Testamento. O Senhor nos proíbe de seguir autoridades conflitantes (Mt. 6:24) e exige que nosso comportamento no mundo reflita uma “sinceridade piedosa” – isto é, uma atitude íntegra e unidade de mente ou de juízo (2 Co. 1:12).

Assim, a instrução ética do Novo Testamento nos mostra uma diversidade de expressão, mas uma unidade de expectativa. Isso é simplesmente dizer que todos os vários temas morais no Novo Testamento estão em harmonia entre si. Ao investigarmos alguns desses temas do Novo Testamento, será importante observar como eles consistentemente pressu-

põem ou explicitamente propagam o padrão da lei de Deus do Antigo Testamento – o que, dado o caráter imutável de Deus e a consistência de Seus padrões éticos, não é de se surpreender. A lei de Deus está entrelaçada em todos os temas éticos do Novo Testamento.

A Justiça do Reino

A exigência central de Jesus no Sermão do Monte é a de uma justiça condizente com o reino de Deus. Justiça e o reino de Deus estão profundamente relacionadas: a perseguição em nome da justiça é recompensada no reino (Mt. 5:10), e o Senhor exige uma justiça que exceda a dos escribas e fariseus para que entremos no reino (Mt. 5:20). Tal como Moisés entregou uma proclamação divina no Monte, afirmando o padrão de justiça de Deus, assim também Jesus fala no monte sobre as exigências de justiça de Deus, confirmando cada detalhe até mesmo do menor mandamento no Antigo Testamento (Mt. 5:19). Ele proclamou: “Buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas” (Mt. 6:33). Como essa justiça do reino deve ser alcançada? Jesus explicou na oração dominical: quando pedimos “Venha o teu reino”, oramos para que “seja feita a tua vontade na terra, como é no céu” (Mt. 6:10). A prática da vontade de Deus, que Jesus identificou na lei do Antigo Testamento, é crucial para o tema da justiça do reino no Novo Testamento.

Deus é retratado no Novo Testamento como um Deus de justiça (Jo. 17:25), e o fruto que Ele produz nos fiéis é o de justiça (Ef. 5:9). “Se sabeis que ele é justo, sabeis que todo aquele que pratica a justiça é nascido dele” (1 Jo. 2:29), e “aquele que não pratica a justiça, não é de Deus” (1 Jo. 3:10). Como Paulo diz, não podemos nos enganar: “os injustos não herdarão o reino de Deus” e, como exemplos desses injustos, ele cita violadores da lei de Deus (1 Co. 6:9-10). Logo, a justiça do reino é exigida de todos os crentes. “Segue a justiça” pode servir a Paulo como um breve resumo do dever moral de Timóteo (1 Tm. 6:11).

Mas onde o caráter dessa justiça do reino era encontrado para os escritores do Novo Testamento? O que a justiça envolvia com relação a comportamento e atitude? Paulo diz a Timóteo que uma ‘instrução em justiça’ plenamente suficiente é encontrada em *toda* escritura do Antigo

POR ESTE PADRÃO

Testamento (2 Tm. 3:16-17), abrangendo assim a lei de Deus que nela se encontra. De fato, ao falar da lei do Antigo Testamento, Paulo declara categoricamente que “o mandamento [...] [é] justo” (Rm. 7:12). A justiça do reino, portanto, não pode ser compreendida como sendo contrária aos justos mandamentos do Rei. Na perspectiva de Paulo, os “praticantes da lei” é que serão considerados como justos (Rm. 2:13).

A justiça no Novo Testamento é retratada como não tendo comunhão alguma com a *ausência de lei* (a palavra grega para “iniquidade”, 2 Co. 6:14). Amar a justiça é precisamente odiar toda iniquidade (Hb. 1:9). A lei de Deus não pode ser descartada ou desprezada por aqueles que praticam a justiça do reino de Deus segundo a compreensão de ética do Novo Testamento. Isso envolve, como vimos, cada mandamento em toda escritura do Antigo Testamento – a justiça não permite desvio algum da perfeita conformidade aos mandamentos de Deus (Dt. 6:25).

O Caminho da Justiça

Em sua segunda epístola, Pedro descreve o cristianismo do Novo Testamento como “o caminho da justiça” (2:21). “O Caminho” era uma designação antiga para a fé cristã (por exemplo, At. 9:2; 19:9, 23; 22:4; 24:22), provavelmente derivando da própria autodeclaração de Cristo de que Ele é “o caminho” (Jo. 14:6). A expressão é adaptada por todo o Novo Testamento, onde lemos sobre “o caminho da salvação” (At. 16:17), “o caminho de Deus” (Mt. 22:16; At. 18:26), “o caminho do Senhor” (At. 13:10), “o caminho da paz” (Lc. 1:79; Rm. 3:17), “o caminho da verdade” (2 Pe. 2:2) e “o caminho reto” (2 Pe. 2:15). Contudo, a terminologia distintiva de 2 Pedro 2:21 é “o caminho da justiça”, e Pedro trata a frase “o santo mandamento” como intercambiável para com ela neste versículo. Cristãos professos que conhecem o caminho da justiça e então se desviam do santo mandamento são os apóstatas. Michael Green diz sobre essa passagem em seu comentário que é “uma inferência razoável do texto que a primeira etapa na sua apostasia era a rejeição da categoria da lei [...] A rejeição da lei é o primeiro passo para a rejeição do próprio Deus, pois Deus é um ser moral.”¹

¹ Michael Green, *Segunda Epístola de Pedro e Judas: Introdução e Comentário*, trad. Gordon Chown (Edições Vida Nova, 1983), pg. 115.

O “caminho da justiça” descreve o verdadeiro reino de Deus no Novo Testamento. Assim, o cristianismo do Novo Testamento não pode ser contraposto à lei de Deus, contestando o seu padrão, pois tal oposição equivaleria a desviar-se santo mandamento entregue pelo nosso Senhor e Salvador (cf. 2 Pe. 3:2).

O próprio Cristo falou do “caminho da justiça” com respeito ao ministério e mensagem de João Batista: “João veio a vós no caminho da justiça” (Mt. 21:32). Certamente João foi preeminentemente um pregador justo pertencente à era da lei e dos profetas (Mt. 11:11, 13). Ele proclamou que a vinda do reino de Deus exigia arrependimento (Mt. 3:2), a confissão dos pecados (3:5) e dar bons frutos dignos de arrependimento (3:8, 10). Como o último pregador na era da lei e dos profetas (e precursor do Senhor), deve ser evidente qual era o *padrão* de pecado, arrependimento e bons frutos para João e seus ouvintes – *a lei de Deus*. A confirmação disso é encontrada nos detalhes de sua pregação, onde as exigências da lei de Deus foram expostas (Lc. 3:10-14, 19; Mc. 6:18).

João veio no “caminho da justiça”, aplicando a lei de Deus. Isso era a única coisa que poderia se esperar daquele que cumpriu a aguardada vinda do Elias para restaurar todas as coisas (Mt. 11:14; 17:10-13). A mensagem angélica do nascimento vindouro de João deixa claro que o ministério de Elias que João desempenharia era segundo o padrão da profecia de Malaquias: “Lembraí-vos da lei de Moisés, meu servo, a qual lhe mandei em Horebe para todo o Israel, a saber, estatutos e juízos. Eis que eu vos enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível Dia de Jeová” (Ml. 4:4-5, TB; cf. v. 6 com Lc. 1:17). A pregação de João no “caminho da justiça” *de maneira alguma* era antagônica à lei do Senhor encontrada no Antigo Testamento. De igual modo, aqueles que pertencem ao “caminho de justiça” nos dias de hoje devem reconhecer o lugar importante que a lei de Deus tem na ética cristã.

É claro, quer consideremos a justiça do reino de Deus ou o caminho da justiça, nossa atenção deve estar focada no próprio Deus como o modelo de toda a justiça. Os fiéis descritos em Apocalipse 15 que foram vitoriosos sobre a Besta são retratados como cantando ao Senhor: “justos e verdadeiros são os Teus caminhos, Tu, Rei de santos” (v. 3). Os que exaltam a justiça de Deus aqui são os crentes que resistiram à tentativa da

POR ESTE PADRÃO

Besta de substituir a lei de Deus pela sua própria (cf. Ap. 13:16 e Dt. 6:8), e o cântico que entoam é designado “a canção de Moisés, o servo de Deus” – uma frase que reflete Josué 22:5 (TB): “Cuidai, entretanto, diligentemente de cumprir o que Moisés, servo de Jeová, vos ordenou, a saber, o mandamento e a lei de amar a Jeová, vosso Deus, de andar em todos os seus caminhos, de cumprir os seus mandamentos, de vos unir a ele e de o servir de todo o vosso coração e de toda a vossa alma.”

A justiça de Deus é expressa em Sua lei. Por conseguinte, a justiça do reino exigida por Cristo e pelos apóstolos e “o caminho da justiça” que compreende a fé cristã pressupõem e aplicam a lei de Deus. Sempre que esses temas aparecem na ética do Novo Testamento, eles expressam o padrão dos mandamentos de Deus como encontrados por todo o Antigo Testamento. Tal era a compreensão dos próprios escritores do Novo Testamento.

Santidade e Santificação

Um conceito bíblico estreitamente relacionado ao de justiça é o de santidade. Enquanto o primeiro enfatiza uma conformidade justa e reta a um padrão de perfeição moral, o segundo ressalta a total separação de toda impureza moral. Contudo, a norma para ambas é a mesma na Escritura. Um homem injusto não pode ser considerado santo, e uma pessoa que não é santa não será vista como justa.

Acima de todos, Deus é “o Santo” (1 Jo. 2:20; como aplicado a Cristo, Mc. 1:24; Jo. 6:69; At. 3:14; Ap. 3:7). Quando Ele nos salva e nos atrai a Si mesmo, Ele *nos faz santos* – isto é, nos “santifica” – também. Fomos eleitos em Cristo antes da fundação do mundo “para que fôssemos santos e irrepreensíveis” (Ef. 1:4, ACF); desde o princípio, Deus nos elegeu para que fôssemos salvos ao crermos na verdade e pela santidade (santificação) produzida pelo Espírito Santo (2 Ts. 2:13). Pelo Seu próprio sacrifício e pela obra de reconciliação realizada pela Sua morte (Hb. 10:14; Cl. 1:22), Cristo santifica a igreja, para apresentá-la como santa e sem mácula diante de Deus (Ef. 5:26-27). É Deus quem nos faz santos (1 Ts. 5:23), especialmente através do ministério do Espírito Santo em nós (1 Pe. 1:2).

Assim, a santidade é um importante tema ético no Novo Testamento. Crentes são chamados por Deus precisamente para serem santos (Rm. 1:7;

1 Co. 1:2). Cristãos em uma localidade ou igreja específica são tipicamente designados como os “santos” de Deus (At. 9:13, 32; Rm. 15:25; 2 Co. 1:1; Fp. 4:22); esses santos são aqueles pelos quais o Espírito Santo intercede (Rm. 8:27), aos quais Deus faz Seus mistérios conhecidos (Cl. 1:26) e para os quais devemos mostrar atos de amor (Cl. 1:4; Rm. 12:13; Hb. 6:10; 1 Tm. 5:10). Eles foram eleitos, redimidos e chamados para serem “santificados”, o que significa *separados*, consagrados ao serviço de Deus, ou santos diante d’Ele.

A inclusão dos gentios no reino redentivo de Deus significa que eles se tornaram “concidadãos com os santos” (Ef. 2:19) na “comunidade de Israel” (2:12). De igual modo, a igreja é composta dos que foram *santificados* em Cristo Jesus e chamados para serem “santos” (1 Co. 1:2). Cristãos são os “irmãos santos” (Hb. 3:1), um ‘santo templo de Deus’ (1 Co. 3:17; Ef. 2:21), vasos de honra purificados “idôneo[s] para uso do Mestre” e preparados para toda boa obra (2 Tm. 2:21).

Qualquer concepção da ética do Novo Testamento que se esquivia da santidade ou encoraja qualquer coisa que seja contrária a ela está em diametral oposição ao texto da palavra de Deus. Santidade de vida é uma *exigência inescapável* para o povo de Deus. Eles devem apresentar seus corpos como sacrifícios santos (Rm. 12:1) e seus membros como servos da justiça para a santificação (Rm. 6:19). Deus os chamou para a justiça e não para a imundícia (1 Ts. 4:7), e os libertou do pecado para que assim produzissem o fruto da santidade (Rm. 6:22).

Como crentes, devemos estabelecer nossos corações como irreprensíveis em santidade diante de Deus (1 Ts. 3:13) e assegurar que o nosso comportamento no mundo seja em santidade (2 Co. 1:12). Onde quer que olhemos no Novo Testamento, o tema ético da santidade continua reaparecendo; sua exigência é constante. A vigorosa exortação de Paulo resume bem essa exigência: “purifiquemo-nos de toda a imundícia da carne e do espírito, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus” (2 Co. 7:1).

Qual é o caráter dessa santidade que o Novo Testamento toma como um tema moral tão prevalente? Por qual padrão a santidade é medida e onde podemos encontrada uma orientação concreta para a santidade? O fato de que cristãos devem ser santos é tão frequentemente declarado no Novo Testamento que devemos certamente presumir que *a norma ou o*

POR ESTE PADRÃO

critério de santidade já era bem conhecido; pouco precisa ser dito para explicar aos leitores do Novo Testamento o que essa santidade exigia. É inevitável a sugestão de que os padrões de moralidade do Antigo Testamento definiram suficientemente a santidade que Deus buscava em Seu povo. Hebreus 12:10 indica que Deus nos disciplina “para que possamos ser participantes de sua santidade” e, assim, a santidade do Novo Testamento não é nada menos que um reflexo do caráter de Deus a nível de criatura.

Como alguém que é um pecador em pensamento, palavra e ação pode vir a conhecer o que a santidade de Deus exige dele? Pedro deixa claro o que é implícito no tema de santidade prevalente no Novo Testamento ao escrever: “Como é santo aquele que vos chamou, sede vós também santos em toda a vossa maneira de viver. Porquanto está escrito: Sede santos, porque eu sou santo.” (1 Pe. 1:15-16). Aqui, Pedro cita a lei do Antigo Testamento a partir de passagens como Levítico 11:44-45; 19:2 e 20:7, onde é evidente que o povo de Deus deveria ser santificado pela obediência de todos os estatutos da lei revelada de Deus. Cristo certamente incluiu o Antigo Testamento em Sua referência, quando orou para que o Seu povo fosse *santificado* por Sua palavra da verdade (Jo. 17:17). De fato, Paulo diz explicitamente que a lei do Antigo Testamento é o nosso padrão de santidade hoje assim como era para os santos de Israel: “Portanto, a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom” (Rm. 7:12). No livro do Apocalipse, João não deixa dúvidas sobre o lugar da lei de Deus na santidade do povo de Deus: Ele define os “santos” precisamente como “aqueles que guardam os mandamentos de Deus e a fé de Jesus” (14:12; cf. 12:17).

Na teologia moral de Jesus, Pedro, Paulo e João, o conceito de santidade explicitamente se conforma à lei de Deus encontrada na palavra da verdade do Antigo Testamento. Nós, portanto, vemos novamente que a ética do Novo Testamento não pode ser posta contra a lei de Deus sem causar dano a um tema central das Escrituras do Novo Testamento.

Separação do Mundo

Outro tema ético no Novo Testamento, um que é estritamente vinculado com o da santidade (i.e., “separação” para Deus, apartando-se da imundícia), é o tema da separação do mundo. Claro, isso não denota um

desejo de se isolar dos assuntos da vida ou da sociedade dos homens. Cristo deixou isso abundantemente claro ao orar por nós desta maneira: “Eu não oro para que tu os tires do mundo, mas que tu os guardes do mal [ou do maligno]” (Jo. 17:15).

Quando o Novo Testamento fala de separação do mundo, o termo “mundo” é usado para a condição ética de rebelião pecaminosa contra Deus. O “curso deste mundo” é satânico e torna os homens em filhos desobedientes da ira (Ef. 2:2-3). “A amizade do mundo é inimizade contra Deus”, diz Tiago (4:4) e, portanto, a verdadeira religião é “guardar-se incontaminado do mundo” (1:27, ACF). O “mundo” é compreendido como o locus de corrupção e imundície (2 Pe. 1:4; 2:20). João expressa esse fato dramática e claramente ao dizer que “todo o mundo jaz no maligno” (1 Jo. 5:19) – como também seu evangelho continuamente mostra que “o mundo” é compreendido como o domínio da desobediência, incredulidade e trevas éticas (Jo. 1:29; 3:17, 19; 4:42; 6:33, 51; 8:12; 9:5; 12:46, 47; 16:8). João diz em outra passagem que “tudo o que está no mundo” é “a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e o orgulho da vida” (1 Jo. 2:15-17).

Hebreus 12:14 nos exorta a “Segui [...] a santidade, sem a qual nenhum homem verá o Senhor”, indicando que aqueles que são aceitáveis ao Deus devem ser “separados” (santificados) para Ele e de toda contaminação pecaminosa do mundo. Isso envolve a purificação da imundície (2 Co. 7:1) e levar uma vida sem mácula (2 Pe. 3:14) – linguagem remanescente das leis sacrificiais e de pureza do Antigo Testamento. 2 Timóteo 2:19 sumariza o tema do Novo Testamento de separação do mundo: “Qualquer que profere o nome de Cristo aparte-se da iniquidade.”

Como isso deve ser feito? Qual é a natureza de tal separação da injustiça e da imundície? Por qual padrão o cristão do Novo Testamento deve se separar “do mundo”? Tiago nos instrui que a palavra de Deus – que, para Tiago, certamente incluía as escrituras do Antigo Testamento de seus dias – é a chave para essa separação ética: “[...] rejeitando toda a imundície e superfluidade de malícia, recebei com mansidão a palavra em vós enxertada, a qual pode salvar as vossas almas. E sede cumpridores da palavra, e não ouvintes apenas, enganando-vos a vós mesmos” (1:21-22). *Podemos rejeitar o vício e a corrupção mundanos ao fazer aquilo que é estipulado na palavra de Deus*, inclusive as estipulações do Antigo Testamento e sua lei: “[...]”

aquele que atenta para a lei perfeita da liberdade, e nela persevera, não sendo um ouvinte esquecido, mas realizador da obra, este homem será abençoado em seu feito” (1:25).

A teologia de Paulo concorda com isso: “Porque a graça de Deus, que trouxe salvação, manifestou-se a todos os homens, ensinando-nos que, renunciando à impiedade e às concupiscências mundanas, vivamos de maneira sóbria, justa e piamente neste mundo presente” – aguardando a manifestação de Cristo que “nos remi[u] de toda iniquidade” (Tt. 2:11-14). A salvação que Cristo oferece nos capacita, pela rejeição do comportamento *iníquo*, a negar a direção antiética do mundanismo. Em seu comentário nesta passagem, Calvino escreveu: “A revelação da graça de Deus, inevitavelmente, traz consigo exortações para um viver piedoso [...] na lei de Deus há plena perfeição, à qual nada se pode acrescentar.”²

Paulo nos exorta para que não tenhamos “comunhão com as obras infrutíferas das trevas, mas, antes, reprovai-as” (Ef. 5:11), e é evidente que, para Paulo, a lei do Antigo Testamento orientava o povo de Deus sobre como poderiam evitar tal comunhão maligna. Citando a lei em Deuteronômio 22:10, Paulo disse: “Não estejais unidos em jugo desigual com incrédulos, pois que companheirismo tem a justiça com a injustiça?” (2 Co. 6:14). Ainda citando o Antigo Testamento com relação às leis de santidade pelas quais Israel era “separado das” nações gentias, Paulo prossegue escrevendo: “Portanto, saí do meio deles, e separai-vos, diz o Senhor. E não toqueis em coisa imunda, e eu vos receberei” (v. 17).

Um exemplo dessas leis do Antigo Testamento que separavam Israel do mundo é encontrado em Levítico 20:22-26, onde vemos que a observância de tais leis (por exemplo, distinguir carnes imundas de puras) era apenas *simbólica* da separação de costumes mundanos. Todas as carnes são hoje consideradas puras (Mc. 7:9; At. 10:14-15), porém o povo de Deus ainda é obrigado a se separar do mundanismo (Rm. 12:1-2) e da união com incrédulos (2 Co. 6:14-17). Como essa separação santa era realizada, de acordo com Levítico 20? “Vós, portanto, guardareis todos os meus estatutos e todos os meus juízos e os cumprireis” (v. 22).

² João Calvino, *Pastorais - Série Comentários Bíblicos*, trad. Valter G. Martins (Editora Fiel, 2009), pp. 336, 338. [N. T.]

A Boa, Agradável e Perfeita Vontade de Deus

Uma passagem que expressa os temas éticos de santidade e separação do mundo é Romanos 12:1-2. Nela, Paulo diz: “Suplico-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, de apresentardes os vossos corpos em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional. E não sede conformados com este mundo [século, era], mas sede transformados pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual é a boa, agradável e perfeita vontade de Deus.” Indo além dos temas de santidade e separação, Paulo fala da boa, agradável e perfeita vontade de Deus. Estes mesmos conceitos são combinados na bênção ao final do livro de Hebreus: “Ora, o Deus de paz [...] vos *aperfeiçoe* em toda a *boa obra*, para fazerdes a sua vontade, operando em vós o que aos olhos dele é *agradável* por Cristo Jesus, ao qual seja a glória para sempre e sempre. Amém.” (13:20-21).

Talvez o conceito ético mais fundamental, seja no Antigo ou no Novo Testamento, é o da vontade de Deus. Todas as decisões éticas e atitudes morais do povo de Deus devem estar em consonância com a vontade do Senhor, mediante a qual Ele prescreve o que é bom, ou agradável ou perfeito aos Seus olhos. Tudo o que entre em conflito com tal vontade é, naturalmente, imoral e desagradável a Deus. Jesus disse que o Seu “alimento” era fazer a vontade do Pai que O enviou (Jo. 4:34), e que aqueles que faziam a vontade do Pai celestial eram Seu “irmão, e irmã e mãe” (Mt. 12:50); manifestamos de quem somos filhos pelo nosso comportamento justo ou falta deste (1 Jo. 3:1). Cristo ensinou Seus discípulos a orarem: “Seja feita a tua vontade na terra, como é no céu” (Mt. 6:10). Fazer a vontade de Deus não é meramente uma questão de palavras, mas de *atos concretos de obediência* (Mt. 21:28-31); a vontade de Deus deve ser praticada com sinceridade de coração (cf. Ef. 6:6). Portanto, não aqueles que clamam “Senhor, Senhor”, mas sim aqueles que fazem a vontade do Pai que está nos céus que entrarão no reino (Mt. 7:21); aqueles que conhecem a vontade do Senhor e deixam de fazê-la serão castigados com muitos açoites (Lc. 12:47). Por outro lado, se um homem *faz* a vontade de Deus, ele seria capaz de *discernir* a doutrina que vem de Deus (Jo. 7:17), e suas orações serão ouvidas (Jo. 9:31; cf. 1 Jo. 5:14). Enquanto o mundo e suas concupiscências passam, aquele que faz a vontade de Deus permanece para sempre (1 Jo. 2:17). Consequentemente, Paulo pode encapsular toda a ética do Novo Testamento

POR ESTE PADRÃO

em uma única passagem, ao dizer “não sejais insensatos, mas entendei qual seja a vontade do Senhor” (Ef. 5:17). De fato, devemos almejar permanecermos perfeitos, plenamente seguros em toda a vontade de Deus (Cl. 4:12).

A Fonte dos Padrões dos Homem

Onde podemos aprender, compreender e tornarmos seguros da vontade de Deus? O Novo Testamento oferece pouco em termos de uma resposta explícita para tal questão. Aprendemos que a vontade de Deus se contrapõe às concupiscências dos homens (1 Pe. 4:2) e, em alguns poucos casos, é-nos dito o que a vontade de Deus especificamente requer (por exemplo, abstinência da fornicção e dar graças em todas as coisas, 1 Ts. 4:3; 5:18). Contudo, não há discussão detalhada das exigências da vontade de Deus, e orientação concreta sobre a vontade de Deus, em si, não é sistematicamente explorada. Por que não? Especialmente pelo fato de ela ser um tema ético tão crucial, poderíamos ter esperado algo diferente.

A resposta está em reconhecer que a convicção comum dos escritores inspirados do Novo Testamento é a de que a vontade de Deus já recebeu uma explicação específica e suficiente no Antigo Testamento. É simplesmente pressuposto que é possível falar da “vontade de Deus” sem explicação porque é óbvio que a vontade de Deus remonta à revelação de Sua vontade na lei anteriormente entregue na Escritura. De igual modo, 1 Samuel 13:14 pode ser citado sobre Davi, “um homem segundo o meu próprio coração, que cumprirá toda a minha vontade” (At. 13:22), e é esperado que o leitor se lembrará que, no contexto dessa declaração no Antigo Testamento, Davi é contrastado com Saul precisamente com respeito à obediência aos mandamentos de Deus.

Paulo denuncia aqueles que se vangloriam em Deus e alegam conhecer Sua vontade, porém transgridem a lei, desonrando assim a Deus (Rm. 2:17-18, 23). E João acrescentaria: “E nisto sabemos que o conhecemos, se guardarmos os seus mandamentos. Aquele que diz: Eu o conheço, e não guarda os seus mandamentos, é mentiroso, e a verdade não está com ele” (1 Jo. 2:3-4). No Novo Testamento, se pressupõe que a vontade de Deus é encontrada na Sua lei e nos Seus mandamentos.

O Bem

O bem, a bondade ou as “boas obras” é também um tema de grande importância na ética do Novo Testamento. João diz: “Amado, não sigas o que é mal, mas o que é bom. Aquele que faz o bem é de Deus; mas aquele que faz o mal não viu a Deus” (3 Jo. 11). Paulo declara: “Esta é uma palavra fiel, e estas coisas quero que deveras afirmes constantemente, para que os que creem em Deus procurem manter as boas obras; estas coisas são boas e proveitosas aos homens” (Tt. 3:8). Paulo, embora guardasse diligentemente a verdade de que a salvação é pela graça mediante a fé, todavia ensinou que “somos feitura sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas” (Ef. 2:10).

Por qual padrão, então, julgamos o que é eticamente bom? Novamente, o Novo Testamento fundamenta-se, neste ponto, na revelação da lei de Deus para a sua compreensão do tema ético do bem. Ao ser perguntado sobre o bem que deveria ser praticado para se herdar a vida eterna, Jesus respondeu: “Se queres, porém, entrar na vida, guarda os mandamentos” (Mt. 19:16-17) – e ele deixa perfeitamente claro que isso se refere à lei do Antigo Testamento (vv. 18-19). Similarmente, Paulo poderia declarar sem ressalvas que “o mandamento [é] santo, justo e bom [...] eu consinto que a lei é boa” (Rm. 7:12, 16). Em outra passagem, ele expressa a perspectiva comum da fé cristã: “sabemos que a lei é boa” (1 Tm. 1:8).

Agradando a Deus

Outra preocupação da ética do Novo Testamento é reconhecer o que é “agradável” para Deus. Paulo diz que “nos esforçamos [...] para Lhe agradar” porque tudo será manifesto diante de Seu tribunal, para recebermos as coisas feitas pelo corpo, quer sejam boas ou más (2 Co. 5:9-10, TB). Em outra passagem, Paulo identifica o reino de Deus com justiça, paz e alegria no Espírito Santo, “porque quem nisso serve a Cristo é agradável a Deus” (Rm. 14:17-18, TB). Aqueles que não tem comunhão com as obras infrutíferas das trevas, mas andam como filhos da luz, cujo fruto é toda bondade, justiça e verdade, estão “aprovando o que é aceitável ao Senhor” (Ef. 5:9-11).

POR ESTE PADRÃO

Assim, é fundamental à moralidade do Novo Testamento que as nossas ações e atitudes devam ser agradáveis aos olhos de Deus, mas como podemos agir de tal modo? Como *saber* o que agrada a Deus ou não? É incomum para Paulo dar um exemplo específico ou concreto (por exemplo, Fp. 4:18) para esse conceito tão amplo. Contudo, quando ele o faz, não é difícil compreender qual era o seu padrão ético. Em Colossenses 3:20, Paulo instrui os filhos a obedecerem a seus pais, “porque isto é agradável ao Senhor.” Os mandamentos da lei, portanto, podem servir e serviram como forma de detalhar o que é agradável a Deus, mesmo na moralidade do Novo Testamento.

Perfeição

Perfeição é outro tema moral do Novo Testamento que merece nossa atenção. Paulo elogia Epafras, seu companheiro, por trabalhar ardentemente para que os crentes se conservassem “firmes, perfeitos e completos em toda a vontade de Deus” (Cl. 4:12). João fala contra o medo, porque é algo inconsistente com ser perfeito em amor (1 Jo. 4:18) e, para João, o amor é comprovado pela aderência aos mandamentos de Deus (cf. 5:2-3). Tiago ensina que a perseverança em meio às provações realizará “a sua obra perfeita”, para que assim nada nos falte (1:2-4), e ele vê todo dom perfeito – em contraste com o pecado – como proveniente do alto, da parte de Deus (1:17). Com um discernimento do poder especial dos pecados da língua, Tiago nos diz que, se algum homem não tropeça em palavra, ele é um homem perfeito (3:2).

Ao estudarmos a perfeição como um conceito moral no Novo Testamento, somos mais uma vez levados de volta ao padrão da lei de Deus. Cristo ensinou que nossa perfeição deve ser moldada conforme o Pai celestial: “Sede vós, pois, perfeitos, como é perfeito o vosso Pai que está no céu” (Mt. 5:48). Significativamente, essa exortação segue e sumariza um discurso sobre a plena medida das exigências da lei do Antigo Testamento (vv. 21-48). Posteriormente, quando Cristo foi abordado por alguém que presumia ser obediente à lei, Cristo o ensinou que, para ser perfeito, ele precisaria renunciar cada pecado contra os mandamentos de Deus e cada empecilho à completa obediência a eles (Mt. 19:21). Por conseguinte, aprendemos que a lei de Deus é o nosso padrão de perfeição moral para os

dias de hoje. Tiago instrui os fiéis de que o homem que é abençoado por Deus é um praticante da palavra, que “atenta para a lei perfeita” (Tg. 1:25).

Resumo

Retornemos agora a Romanos 12:2, onde a orientação ética de Paulo ao crente do Novo Testamento é a de seguir a vontade de Deus, a qual é boa, agradável e perfeita. Vimos que o Novo Testamento consistentemente *pressupõe* como conhecimento comum (e explicitamente aplica a verdade de) que *os mandamentos da lei de Deus no Antigo Testamento são um padrão suficiente e válido da vontade de Deus, do bem, do agradar ao Senhor e da perfeição*. Sempre que esses temas aparecem nas escrituras do Novo Testamento, a autoridade da lei de Deus é repetidamente aplicada. Nossa obrigação para com essa lei é reforçada diversas vezes quando Paulo sumariza o padrão ético para a moralidade como “a boa, agradável e perfeita vontade de Deus.” O próprio Deus deve receber glória por levar as nossas vidas à conformidade com essa norma inquestionável para a conduta cristã. Ele é Aquele que, por meio do ministério do Seu Filho, nos “[aperfeiçoa] em toda a boa obra, para fazeres a sua vontade, operando em vós o que aos olhos dele é agradável por Cristo Jesus” (Hb. 13:20-21).

Cada tentativa de rejeitar a lei de Deus na era do Novo Testamento se depara com constrangimento diante do próprio texto do Novo Testamento. A justiça do reino de Deus, o caminho da justiça, a santidade e a santificação, nossa separação do mundo, e a boa, agradável e perfeita vontade de Deus, tudo isso exige que nosso comportamento se conforme ao padrão dos mandamentos de Deus revelados de uma vez por todas no Antigo Testamento. Esse padrão está entrelaçado implicitamente por todo o ensino ético do Novo Testamento.

Liberdade Espiritual

Outros temas éticos importantes no Novo Testamento incluíam a liberdade no Espírito Santo, o amor, o fruto do Espírito e a regra de ouro. Jesus declarou que “todo aquele que comete pecado é servo do pecado” (Jo. 8:34), e apenas o Filho de Deus pode verdadeiramente nos libertar dessa escravidão (8:36). Ele o faz aplicando a redenção que Ele realizou por nós

POR ESTE PADRÃO

em Sua morte e ressurreição – aplicando a redenção por meio do Espírito Santo, que nos liberta da escravidão do pecado e da morte (Rm. 8:1-2). Essa liberdade Espiritual não nos dá a prerrogativa de vivermos ou nos comportarmos de qualquer jeito que quisermos; liberdade Espiritual não é ocasião para arbitrariedade moral. Paulo diz: “Tendo sido libertados do pecado, e tendo-vos tornado servos de Deus, tendes o vosso fruto para santificação” (Rm. 6:22). O Espírito Santo não nos dá a liberdade para pecar – isto é, a liberdade para transgredir a lei de Deus; em vez disso, o Espírito nos dá a liberdade para sermos *escravos de Cristo* e produzirmos um comportamento santo. O homem regenerado é alegre em e está disposto a “[servir] à lei de Deus” (Rm. 7:25). A mesma escravidão da qual o Espírito nos liberta é descrita por Paulo como sendo precisamente a *incapacidade* da natureza pecaminosa de se *sujeitar à lei de Deus* (Rm. 8:7). Obviamente, a liberdade dessa incapacidade deve agora significar *estar sujeito* à lei de Deus! Essa liberdade não transforma a graça de Deus em licenciosidade (cf. Jd. 4) mas inclina o coração daquele que antes era escravo do pecado à lei dada pelo Espírito (Rm. 7:14).

A “justiça da lei” deve ser “cumprida em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (Rm. 8:4). Portanto, a Bíblia deixa bem claro que nossa liberdade Espiritual não é liberdade *da* lei de Deus, mas liberdade *na* lei de Deus. Tiago chama os mandamentos de Deus de “a lei perfeita da liberdade” (1:25), combinando assim duas descrições da lei dadas pelo Salmista: “A lei do SENHOR é perfeita” (Sl. 19:7) e “andarei em liberdade; pois busco os Teus preceitos” (Sl. 119:45). Liberdade genuína não é encontrada na fuga dos mandamentos de Deus, mas no poder para obedecê-los. O Espírito de Deus nos liberta da condenação e da morte que a lei traz aos pecadores, e o Espírito rompe as amarras do pecado em nossas vidas.

Contudo, a liberdade produzida pelo Espírito nunca nos desvia do cumprimento da lei de Deus: “Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade. Apenas não useis da liberdade para dar ocasião à carne, mas para servir uns aos outros em amor. Porque toda a lei é cumprida em uma só palavra, nesta: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo.” (Gl. 5:13-14). Quando Paulo ensina que “onde o Espírito do Senhor está, aí está a liberdade” (2 Co. 3:17), isso é ensinado no contexto do ministério do Espírito na Nova Aliança de escrever a lei no coração do crente e capacitar assim a

obediência a essa lei (2 Co. 3:3-11; cf. Jr. 31:33; Ez. 11:20). Consequentemente, o conceito ético de liberdade Espiritual no Novo Testamento de modo algum é indiferente à lei de Deus. O Espírito nos liberta da violação da lei para o propósito do cumprimento da lei.

O Amor

Um dos temas éticos mais conspícuos no Novo Testamento é o do amor. De fato, o Novo Testamento é uma história de amor – o amor de Deus por pecadores (Jo. 3:16) e o subsequente amor destes por Deus e por outros (1 Jo. 4:19). Um dos ensaios éticos mais prolongados na literatura do Novo Testamento é, na realidade, um discurso sobre a necessidade, a supremacia e as características do amor (1 Co. 13). O amor está no cerne tanto do evangelho quanto do comportamento cristão (1 Jo. 4:10-11). Poucos dos que têm conhecimento dos escritos do Novo Testamento negarão que o amor resume em uma única palavra a ética cristã.

É notável que os escritores do Novo Testamento demonstram a autoridade ética do amor referenciando a lei do Antigo Testamento. Por que o amor é tão importante? O que dá ao amor a sua preeminência ética? Por que os preceitos do amor devem ser respeitados? Precisamente porque *ele comunica a substância das exigências da lei!* Ao resumir o nosso dever moral no amor, Cristo realmente citou os mandamentos do amor da lei casuística do Antigo Testamento (Mt. 22:37-39). Ele disse que o amor a Deus e ao próximo porque “desses dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas” (v. 40).

O amor é uma necessidade moral para Paulo precisamente porque ele cumpre a lei (Rm. 13:8-10; Gl. 5:14). *Amor* pelo seu próximo significa que você não cometerá adultério com sua esposa, nem roubará o seu carro ou o caluniará pelas costas – assim como a lei exige. Similarmente, Tiago considera o amor o cumprimento da lei régia (2:8) e João especificamente escreve: “Este é o amor de Deus: que guardemos os seus mandamentos” (1 Jo. 5:3). A *pressuposição* dos escritores do Novo Testamento e o desenvolvimento do seu pensamento é a de que *a lei de Deus é moralmente autoritativa*; visto que o amor expressa e segue essa lei, o amor também é um padrão adequado de orientação moral. A autoridade fundacional do amor não pode ser isolada da lei de Deus.

POR ESTE PADRÃO

O Fruto do Espírito e a Regra de Ouro

O mesmo pode ser dito de outros resumos do nosso dever moral no Novo Testamento. Um padrão proeminente para o viver piedoso é estabelecido por Paulo na lista do “fruto do Espírito”, o qual Paulo contrapõe ao fruto da natureza pecaminosa (ou da carne) em Gálatas 5:16-24. As atitudes ou traços de caráter mencionados por Paulo como o resultado da obra do Espírito na vida de um crente (“amor, alegria, paz ...”) são um modelo para a moralidade cristã. Porém, Paulo deixa claro que a autoridade ética desses traços fundamenta-se na autoridade subjacente da lei de Deus. Tendo listado o fruto do Espírito, Paulo explica por que essas características são tão importantes na ética cristã: “[...] contra essas coisas não há lei” (v. 23). Da mesma forma, podemos observar que o popular e prevalente resumo da conduta do Novo Testamento conhecido como a “regra de ouro” – tudo quanto quereis que os homens vos façam, fazei-o também a eles – é apresentada como moralmente autoritativa por Cristo justamente *porque* “essa é a lei e os profetas” (Mt. 7:12, KJC). A regra de ouro comunica a exigência essencial da lei do Antigo Testamento e, como tal, é um padrão de ética que devemos respeitar. Assim, observamos que os resumos mais comuns da moralidade do Novo Testamento – seja o amor, o fruto do Espírito ou a regra de ouro – derivam sua importância e caráter vinculante da lei de Deus a qual expressam. O pressuposto dos autores do Novo Testamento é contínua e constantemente o de que a lei do Antigo Testamento ainda é válida nos dias de hoje.

Conclusão

Qualquer tentativa de falar de ética do Novo Testamento *dissociada da* justiça do reino, ou da santidade dos santos de Cristo e sua separação do mundo, ou da boa, agradável e perfeita vontade de Deus, ou da estatura de Cristo, ou da vida da ressurreição, ou do fruto do Espírito, ou da regra de ouro, está fadada a ser inadequada. E qualquer tentativa de compreender tais conceitos *dissociada da* lei do Antigo Testamento está fadada a ser imprecisa.

13

OS JUÍZOS MORAIS DO NOVO TESTAMENTO ENDOSSAM A LEI

“A tentativa de alguns mestres cristãos contemporâneos de rejeitar ou reduzir a autoridade da lei do Antigo Testamento se deparará repetidamente com constrangimento diante do texto do Novo Testamento.”

A lei de Deus do Antigo Testamento fornece substância definitiva a muitos dos temas centrais da ética do Novo Testamento – como ilustramos anteriormente. Quando perguntamos o que significa seguir a vontade de Deus ou ser santo, como o Novo Testamento exige, descobrimos que a lei de Deus define esses temas éticos. Igualmente, a lei de Deus é pressuposta em noções como a justiça do reino ou a regra de ouro. A lei funciona como um padrão e um guia quando seguimos as exortações do Novo Testamento para chegarmos à estatura de Cristo ou demonstrarmos o fruto do Espírito. Os temas éticos do Novo Testamento, com frequência, pressupõem a validade dos mandamentos de Deus do Antigo Testamento.

A completa, contínua e assim contemporânea validade da lei do Antigo Testamento, que é pressuposta sem questionamento em muitos dos *temas* da ética do Novo Testamento, é evidenciada explicitamente nos *juízos* morais que preenchem as páginas do Novo Testamento. Em circunstâncias específicas, quando algum tipo de avaliação, direção ou exortação moral é requerida, os pregadores e escritores do Novo Testamento frequentemente demonstram que estão firmemente alicerçados na lei do Antigo Testamento ao proferir os seus juízos. Eles tratam e utilizam as regras permanentes de ética encontradas no Antigo Testamento como se tivessem sido destinadas a eles mesmos – embora tenham sido outorgadas milênios antes do advento de Cristo, nosso Salvador. Exemplos específicos de tomada de decisões éticas no Novo Testamento ilustram mais uma vez que os mandamentos de Deus encontrados no Antigo Testamento não

foram descartados, repudiados ou ignorados como se, de alguma forma, não mais fossem autoritativos e válidos.

Uso e Validade

Imagine que você acorde em uma manhã se deparando com um problema frustrante: o encanamento debaixo da pia da cozinha precisa de reparos, e há uma poça de água no chão. Após você limpar a bagunça, você para e pensa sobre o que deve ser feito para resolver seu problema de encanamento. Você pensa em ligar para um encanador, mas rejeita esse plano como sendo caro demais e talvez desnecessário. Após refletir, você passa a acreditar que você poderia muito bem ser capaz de consertar o encanamento você mesmo – se apenas você tivesse uma boa orientação. Portanto, você conclui que irá para a biblioteca pública nessa manhã para pegar emprestado um livro sobre encanamento de cozinha. Acrescente mais uma característica a esse cenário, a saber, que você é razoavelmente bem-informado sobre os procedimentos operacionais de uma biblioteca pública. Isto é, você reconhece que a biblioteca não está aberta o tempo todo e que apenas aqueles com cartões de biblioteca podem ter o privilégio de solicitar o empréstimo de livros.

Agora, voltemos à sua decisão de tomar emprestado um livro sobre encanamento nessa manhã. O que tal decisão nos diz sobre suas atuais crenças? Entre outras coisas, ela nos diz que você crê (seja corretamente ou erroneamente) que a biblioteca pública está aberta nessa manhã, que você possui um cartão de biblioteca e que esse cartão ainda é válido. Se você decidiu usar o livro sobre encanamento da biblioteca nessa manhã, mas sabia que a biblioteca estava fechada, que você não tinha cartão ou que seu cartão estava vencido, você mais provavelmente seria alguém irracional ou um malandro. As pessoas não planejam normalmente usar coisas que estão fechadas (por exemplo, a biblioteca), não-existentes ou de validade expirada (por exemplo, seu cartão de biblioteca).

Igualmente, quando você espera na fila do posto de gasolina, enche o tanque do seu carro e então entrega ao frentista o seu cartão de crédito, você espera que o cartão ainda esteja válido. Quer você verifique escrupulosamente a data de vencimento no cartão de crédito antes de entregá-lo ao frentista para realizar o pagamento ou não, o simples fato de que você

POR ESTE PADRÃO

usa o cartão revela a validade pressuposta daquele cartão. E a aceitação dele por parte do frentista mostra que ele também acredita que seja válido. Quando algo vence ou não mais é válido, não temos a autoridade para usá-lo. Desonestidade à parte, um cartão de biblioteca vencido ou cartão de crédito inválido é inútil. Por outro lado, o uso de algo indica sua validade.

Regras

Muito do que foi dito pode ser aplicado a regras. Regras inválidas ou expiradas perderam sua autoridade e, como tais, são inúteis (exceto para fins de ilustração histórica). Um professor pode tirar gargalhadas de sua sala de aula ao ler alguns dos regulamentos da cidade que estavam nos livros de um século atrás, mas um policial estaria equivocado se tentasse aplicá-las. Uma regra que foi revogada, alterada ou substituída não é mais autoritativa e não pode ser mais usada como regra. Assim, se uma regra é utilizada, a pressuposição deve ser a de que ela é (ou de que se pensa que ela é) uma regra válida. Quando um árbitro em uma partida de futebol permite que um time realize cinco substituições, é inútil que o adversário reclame alegando que, em outras épocas, apenas três eram permitidas. A norma foi alterada, e o jogo passou a ser regido por disposições diferentes.

O uso de uma regra específica em vez de regras alternativas demonstra a autoridade vigente e a validade da regra em questão. Por essa razão, um motorista que é parado por um policial rodoviário por viajar a 100 km/h não irá evitar uma multa ao apelar para a lei anterior que definia a velocidade máxima como 100 km/h. O uso da lei de 85 km/h pelos departamentos de trânsito e pela polícia estabelece a validade dessa lei em detrimento da lei mais antiga. Não usamos regras expiradas se somos bem-informados e honestos. Ao considerar o funcionamento de cartões de biblioteca e de crédito, e refletir sobre regras civis e de esportes, vimos que o uso destes pressupõe sua validade. Cartões e regras inválidos não são autoritativos.

Podemos aplicar essas ilustrações razoáveis à prática dos pregadores e escritores do Novo Testamento. Assim como policiais e árbitros, os pregadores e escritores inspirados do Novo Testamento tinham a obrigação de tomar decisões com base em regras; eles necessitavam de promulgar juízos morais em situações específicas. Quando o momento para isso chegou, que regras utilizaram? Por acaso, eles – sendo infalivelmente infor-

mados em suas declarações – ignoraram as regras morais (mandamentos) do Antigo Testamento, como se tivessem expirado, ou fossem inaplicáveis ou inválidas? O que o uso da lei do Antigo Testamento por parte do Novo Testamento nos diz sobre a autoridade da lei nos dias de hoje?

Doutrinas Antinomianas

A presente validade das regras permanentes de moralidade do Antigo Testamento é, nos dias de hoje, ou questionada ou drasticamente reduzida por muitos dentro da Igreja cristã. Encontramos alguns que dizem que o cristão do Novo Testamento não tem absolutamente nada a ver com a lei do Antigo Testamento; o crente, dizem eles, de forma alguma é obrigado a seguir a lei. Encontramos outros que põem limites rígidos na extensão da validade do Antigo Testamento; o crente, dizem eles, é obrigado a seguir apenas uma parcela do código moral do Antigo Testamento (geralmente, os dez mandamentos).

Mas o que a prática dos pregadores e escritores do Novo Testamento, quando indutivamente investigada, revela sobre isso? Será que eles ignoram a lei em juízos murais? Na tomada de decisões éticas, eles se restringem ao Decálogo? Em poucas palavras, a resposta é “Não.” Os próprios pregadores e escritores do Antigo Testamento eram mais do que dispostos a utilizar a lei do Antigo Testamento – Decálogo e extra-Decálogo – em juízos morais críticos. Eles não tratam os mandamentos do Antigo Testamento como um cartão de biblioteca vencido ou um limite de velocidade revogado. Na realidade, o que ocorre é justamente o contrário! Eles fazem uso livre e sem explicações da lei do Antigo Testamento, presumindo assim sua autoridade moral para a era do Novo Testamento (es-tendendo-se desde Cristo até à consumação).

Ademais, o uso da lei do Antigo Testamento nos juízos morais do Novo Testamento é profundamente abrangente. Ele não se limita a um único escritor do Novo Testamento (embora isso já fosse suficiente para estabelecer a autoridade da lei), a um único livro do Novo Testamento (embora, novamente, a autoridade de um único documento infalível fosse suficiente) ou a uma única fonte restrita do Antigo Testamento. Em contextos de aplicação moral, citações e alusões do Novo Testamento são tiradas de porções de Gênesis, Provérbios, Salmos, Isaías, Jeremias, Haba-

POR ESTE PADRÃO

cuque e Zacarias; contudo, ainda mais frequente e consistentemente o Novo Testamento faz juízos morais com base na porção de Lei do Antigo Testamento, citando Êxodo 20, 21, 22, 23; Levítico 11, 18, 19, 20, 21, 24, 25; Números 18, 30 e Deuteronômio 1, 4, 5, 6, 8, 13, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27. Encontraremos o uso moral dessas passagens do Antigo Testamento disperso por Mateus, Marcos, Lucas, João, Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, 1 Timóteo, Hebreus, Tiago, 1 Pedro, 1 João e Apocalipse. Portanto, a tentativa de alguns mestres cristãos contemporâneos de rejeitar ou reduzir a autoridade da lei do Antigo Testamento se deparará repetidamente com constrangimento diante do texto do Novo Testamento.

Juízos Morais do Novo Testamento

Examinemos alguns textos do Novo Testamento onde juízos de moral podem ser encontrados; eles ilustram como a lei do Antigo Testamento foi considerada como um padrão ético válido. Especificamente, podemos ver como a autoridade presente da lei não foi vista por eles como restrita ao Decálogo (os dez mandamentos).

Jesus vs. Seus Oponentes

Por conveniência, podemos conversar com as discussões de Jesus com Seus oponentes e interrogadores. Certamente, seu maior oponente foi Satanás, o tentador que desviou Adão da obediência a Deus. Cristo, o segundo Adão, enfrentou Satanás diretamente em um período de quarenta dias de tentação no deserto. Satanás repetidamente tentou Jesus a se apartar do caminho da redenção estabelecido pelo Pai e em cada vez Jesus venceu a tentação ao citar a palavra autoritativa de Deus. Por exemplo, Satanás buscou incitar Jesus a pôr à prova o cuidado e a fidelidade de Deus, desafiando-O a saltar do pináculo do templo. Milênios no passado, Israel – também no deserto – fora ludibriado a pôr à prova o cuidado e a fidelidade de Deus (Ex. 17:1-7). Como resultado, a lei de Deus registrou: “Não tentareis ao SENHOR vosso Deus, como o tentastes em Massá” (Dt. 6:16). Tal lei certamente pareceria condicionada ao seu contexto histórico e restrita aos seus destinatários judeus originais. Porém, em face à tentação satânica, Jesus citou esse mesmo mandamento para frustrar o ataque de Seu

adversário: “Disse-lhe Jesus: Também está escrito: Não tentarás o Senhor teu Deus” (Mt. 4:7). Claramente, a lei de Deus era considerada válida e não era restrita aos dez mandamentos.

É claro que Jesus também considerou os dez mandamentos como autoritativos – mas não de forma exclusiva. Quando Lhe foi pedido a julgar quais mandamentos deveriam ser guardados para se entrar na vida eterna, Ele fez uso de uma porção do Decálogo (Mt. 19:16-19; Mc. 10:17-19). Contudo, ao mesmo tempo, ele incluiu a lei casuística relevante, “não defraudarás” (Mc. 10:19, de Dt. 24:14), e o mandamento de resumo, “amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt. 19:19, de Lv. 19:18). Ele usou mandamentos fora do Decálogo de forma tão autoritativa quanto as exigências do próprio Decálogo. De fato, quando perguntado a julgar qual era o maior mandamento em todo o Antigo Testamento, Jesus não se dirigiu aos dez mandamentos, mas sim escolheu duas leis fora do decálogo: amar a Deus de todo o seu coração, e amar ao próximo como a si mesmo (Mc. 12:28-31, de Dt. 6:4-5 e Lv. 19:18).

Condensar as exigências morais do Antigo Testamento nessas duas leis extra-decalógicas específicas era aparentemente já conhecido e discutido nos dias de Jesus (Lc. 10:25-28). Era comum entre os rabinos distinguir entre mandamentos “pesados” e “leves” no Antigo Testamento, com as leis mais pesadas aquelas das quais mandamentos morais mais detalhados poderiam ser deduzidos. Tais esforços rabínicos podem remontar ao próprio Antigo Testamento, onde seus preceitos são sumarizados em um número diferente de princípios por diversos escritores: onze por Davi (Sl. 15), seis por Isaías (Is. 33:15), três por Miqueias (Mq. 6:8) e um por Amós (Am. 5:4) e por Habacuque (Hb. 2:4).

Segundo Jesus, os “grandes” mandamentos – “os primeiros” – dos quais “dependem toda a lei e os profetas” eram os mandamentos de amor extra-decalógicos (Mt. 22:33, 36; Mc. 12:28, 31). O problema com os fariseus, disse o Senhor, era precisamente o fato de que se atentavam aos detalhes menores da lei (o dízimo) e “despreza[vam] o mais importante da lei, o juízo, a misericórdia e a fé” (Mt. 23:23, ACF), isto é, “o amor de Deus” (Lc. 11:42). É importante neste ponto que prestemos atenção às palavras de Jesus, pois Ele não encoraja atenção *exclusiva* aos mandamentos mais importantes de amor da lei do Antigo Testamento. Ele diz de forma bem

POR ESTE PADRÃO

precisa: “deveis, porém, fazer estas coisas, e não omitir aquelas.” Nossa obrigação para com os assuntos mais importantes da lei não cancela nossa obrigação para com os detalhes menores.

Consequentemente, a prática de Jesus não encoraja um desprezo pelos detalhes da lei de Deus, como se o dever moral do Novo Testamento fosse limitado a uma pequena subseção da lei do Antigo Testamento. Jesus frequentemente foi questionado pelos tradicionalistas (que derivavam sua autoridade de fontes externas às Escrituras) sobre Suas atividades no Sábado. Em Sua defesa, Ele responderia: “Ou não tens lido na lei ...?” (Mt. 12:5; Jo. 7:23), citando a atividade dos sacerdotes no Sábado. Se a lei tivesse se tornado obsoleta pela Sua vinda, tal vindicação teria sido certamente infundada. Repetidamente, Jesus mostrava que os tradicionalistas – cuja vanglória estava nos detalhes da lei – estavam, na realidade, violando e distorcendo as exigências da lei (por exemplo, Mt. 5:21-48). Numa ocasião em que os discípulos de Cristo foram acusados pelos fariseus de violar suas tradições, Cristo respondeu que os tradicionalistas, na realidade, transgrediam os mandamentos de Deus a fim de preservar suas tradições (Mt. 15:3, 6-9).

É impressionante notar a ilustração específica que Jesus escolheu usar (entre muitas disponíveis) nesse juízo moral específico. Ele diz que, enquanto a lei de Deus exige honra aos pais e morte para aqueles que os desonram, os fariseus permitiam um subterfúgio pelo qual alguém poderia negar auxílio financeiro aos seus pais (Mt. 15:4-5). A lei mosaica que Cristo sustentou como válida – o padrão pelo qual o proceder farisaico foi julgado – é o detalhe da lei (comumente ridicularizado nos dias de hoje) que exige a pena de morte por amaldiçoar os próprios pais!

As Instruções de Jesus à Igreja

Outra ilustração do uso dos padrões morais do Antigo Testamento (fora do Decálogo) feito por Jesus pode ser encontrado quando Ele estabelece as instruções para a nova organização do povo de Deus. Como a Igreja substituiu o Israel nacional no plano da redenção, ela precisava de suas próprias instruções operacionais para a prática da disciplina, por exemplo. No juízo moral entregue por Cristo com relação a esse assunto, Ele afirmou a exigência da lei do Antigo Testamento: “pela boca de duas

ou três testemunhas cada palavra seja confirmada” (Mt. 18:16, cf. Jo. 8:17, com base na lei em Dt. 17:6 e 19:15) – a mesma lei do Antigo Testamento sobre evidência jurídica promovida por Paulo (1 Tm. 5:9).

Ética Sexual

O uso da lei do Antigo Testamento em assuntos de relações sexuais, pagamento para trabalhadores e vingança contra inimigos substancia ainda mais *a dependência do Novo Testamento na validade da lei*. Quando Paulo proíbe o casamento com um incrédulo, ele cita a exigência do Antigo Testamento de que animais diferentes não devem ser postos sob o mesmo jugo (2 Co. 6:14, de Dt. 22:10). “Não estejais unidos em jugo desigual” é um versículo bem conhecido usado por muitos pastores para desencorajar seus jovens de se casarem com pessoas fora da fé, mas, mesmo assim, muitos desses mesmos pastores insistirão em outros momentos que o crente não está debaixo das exigências da lei do Antigo Testamento!

Quando Paulo foi confrontado com a situação ímpia de incesto dentro da igreja, seu juízo moral sobre a situação foi tomado da proibição do Antigo Testamento (1 Co. 5:1, com base em Lv. 18:8 e Dt. 22:30). Pergunte a qualquer pastor evangélico nos dias de hoje se o incesto é imoral a partir de uma perspectiva bíblica, e ele certamente insistiria que é – recorrendo assim aos padrões morais do Antigo Testamento, mesmo que ele proclame (inconsistentemente) em outro momento que elas foram revogadas e se tornaram inválidas. Ou pergunte-o sobre homossexualidade. Ele pode referir-se às palavras de Paulo em Romanos. Contudo, quando Paulo entregou esse juízo apostólico sobre a imoralidade da homossexualidade, ele simplesmente reiterou o padrão do Antigo Testamento (Rm. 1:26-27, 32, de Lv. 18:22 e 20:13).

Ética Econômica

Mudando o assunto da ética sexual para a econômica, novamente descobrimos que o Novo Testamento faz uso desimpedido dos mandamentos do Antigo Testamento nos juízos morais cristãos. O argumento de Paulo de que congregações devem sustentar os seus pastores financeiramente é especialmente esclarecedor com relação à extensão da validade da lei. Ele

POR ESTE PADRÃO

argumenta a partir do princípio da lei casuística do Antigo Testamento que diz “não porás focinheira na boca do boi que pisa o grão” (1 Co. 9:9, de Dt. 25:4), revelando assim a autoridade contemporânea pressuposta das leis fora do Decálogo. Uma regra inválida seria inútil aqui. Porém, ainda mais surpreendente é a disposição de Paulo de apelar para o princípio moral incorporado em uma das leis *cerimoniais*! Pastores deveriam receber o seu sustento do ministério do evangelho porque sacerdotes obtinham seu sustento do altar (1 Co. 9:13-14, baseado em textos como Lv. 6:16, 26; 7:6, 31ff.; Nm. 5:9-10; 19:8-20, 31; Dt. 18:1). Pastores que desejam ensinar consistentemente a invalidade da lei do Antigo Testamento devem, de igual modo, parar de receber sustento financeiro de suas congregações.

Numa questão econômica relacionada, Tiago entregou um juízo moral com relação aos ricos que fraudulentamente retêm o pagamento de seus trabalhadores, baseando seu julgamento na lei do Antigo Testamento que exigia o pronto pagamento aos trabalhadores (Tg. 5:4, de Lv. 19:13 e Dt. 24:14-15). Em questões financeiras, não menos que em questões sexuais, a prática do Novo Testamento era a de utilizar os padrões morais da lei de Deus do Antigo Testamento.

Relações Interpessoais

O mesmo é verdadeiro para questões interpessoais. Poucos cristãos contestarão o padrão do Novo Testamento de que não devemos nos vingar, mas sim ir até aquele que nos ofendeu e mostrar-lhe o seu erro (Rm. 12:19; Mt. 18:15), porém esse padrão é derivado diretamente da lei do Antigo Testamento em Levítico 19:17-18. Outro juízo ético comumente endossado do Antigo Testamento que, na realidade, é baseado na lei do Antigo Testamento é a ordem para amarmos nossos inimigos (Mt. 5:44; Rm. 12:20, alicerçada na ilustração de Ex. 23:4-5). Sempre que cristãos condenam a vingança e o ódio por inimigos pessoais, eles reafirmam a autoridade contínua da lei de Deus (mesmo que involuntariamente).

Conclusão

O uso autoritativo da lei do Antigo Testamento nos juízos morais do Novo Testamento é inescapável. Ao refletir sobre isso, deve-se reconhecer

que tal uso ensina a plena validade da lei de Deus nos dias de hoje. Regras inválidas poderiam ser usadas em juízos morais falaciosos – mas não em inspirados.

AS CATEGORIAS DA LEI DE DEUS

“Ao reconhecer as categorias distintas da lei do Antigo Testamento, podemos facilmente compreender a validade contínua de cada traço dos mandamentos de Deus para a atualidade.”

A lei do Senhor é plena e perpetuamente válida; como tal, ela detém autoridade moral sobre todos os homens nos dias de hoje, assim como detinha anteriormente durante a era do Antigo Testamento. Essa verdade bíblica foi substanciada de diversas formas nos estudos anteriores – a partir das doutrinas cardeais da fé cristã, asserções diretas da palavra de Deus e todas as três perspectivas principais sobre a ética: normativa, motivacional e consequencialista (princípio, motivo e objetivo). Cristo falou clara e veementemente sobre a questão ao dizer: “Não penseis que eu vim destruir a lei ou os profetas; eu não vim para destruir, mas para cumprir. Porque na verdade eu vos digo: Até que passem o céu e a terra, um iota ou um traço de letra, não passará da lei, até que tudo seja cumprido. Portanto, qualquer que quebrar um destes mínimos mandamentos, e assim ensinar aos homens, será chamado o menor no reino do céu; aquele, porém, que os praticar e ensinar, será chamado grande no reino do céu.” (Mt. 5:17-19).

Aqueles que se opõem à obediência à lei ou a prestar atenção aos seus detalhes nos dias de hoje tem muito a explicar e a defender à luz do ensino da palavra de Deus – por exemplo, a forte asseveração do Senhor citada acima. Se a validade da lei (ou de uma porção desta) expirou no Novo Testamento, como alguns alegam, então o que diremos das asserções bíblicas de que Deus não altera Sua palavra factual, não permite subtração de seus mandamentos, é imutável em Seu caráter moral (o qual a lei reflete) e não possui dois pesos e duas medidas de certo e errado? Por que então a escrita da lei do Novo Testamento em nossos corações é central à Nova Aliança? Por que a Bíblia diz que Seus mandamentos são eternos? Por que os escri-

tores do Novo Testamento dizem que o Antigo Testamento inteiro é a nossa instrução em justiça e deve ser obedecido? Por que eles citam suas estipulações com autoridade e as usam para respaldar seu próprio ensino? Por que é esperado que moldemos nosso comportamento moral segundo o de Cristo, enquanto nos é dito que Ele obedeceu a lei meticulosa e perfeitamente? Por que a obra de santificação do Espírito Santo envolve a observância da lei de Deus? Por que o amor resume a lei em particular? Por que a fé estabelece a lei para que a guardemos, e por que a graça de Deus nos ensina a caminhar no caminho de justiça da lei? Por que nos é dito de diversas formas que a lei traz bênçãos àqueles que a obedecem? Por que as exigências da lei nunca são criticadas ou explicitamente repudiadas no Novo Testamento? Por que aqueles que não guardam a lei, mas alegam conhecer o Salvador, são chamados mentirosos? A palavra inspirada de Deus diz todas essas coisas e muito mais. Que resposta os detratores da lei de Deus nos dias de hoje dão diante de tamanha evidência insuperável para a plena validade da lei?

A resposta que é comumente, embora falaciosamente, dada é a de que encontramos detalhes da lei do Antigo Testamento que, de alguma maneira, são estranhos ou severos demais para serem obedecidos nos dias de hoje, ou que encontramos exigências específicas na lei que nós de fato não observamos e não devemos fazê-lo em nossos dias. É claro, afirmações como essas não respondem às questões levantadas acima. Certamente, Deus estava completamente ciente dos detalhes da lei quando Ele revelou aquelas verdades em Sua palavra que, como observamos acima, contradiz o relaxamento, a indiferença e a desobediência à Sua lei. Se as Escrituras não fazem nenhuma exceção para nós, não temos a prerrogativa moral para fazer exceções para nós no que tange à autoridade da lei sobre nós. Nenhum padrão, razão ou sentimento extrabíblico pode ser legitimamente usado para justificar o desvio da lei de Deus, pois a palavra de Deus tem autoridade suprema e inquestionável. Se o Senhor diz que Seus mandamentos devem ser guardados, nenhuma criatura pode pôr em dúvida Sua palavra. Assim, a tentativa de depreciar a obediência à lei de Deus para os dias de hoje apontando para exigências supostamente estranhas ou severas nessa lei está fadada ao fracasso teológico. Ela também beira o desrespeito pelo Legislador cuja santidade é transcrita para a criatura na lei de Deus. “Ó homem, quem és tu, para que contestes

POR ESTE PADRÃO

a Deus?” (Rm. 9:20). Nunca é o nosso lugar o papel de juízes da lei, pois o nosso chamado é para sermos praticantes da lei (Tg. 4:11).

Todavia, parece existir exigências do Antigo Testamento que não são guardadas por cristãos do Novo Testamento, e há algumas provisões legais que aparentam ser antiquadas culturalmente ou, no mínimo, inaplicáveis ao nosso mundo moderno. Como devemos nos ajustar a essa realidade – sem nos tornarmos juízes da lei e sem desconsiderar a declaração de Cristo de que cada mínimo detalhe da lei possui validade permanente? A resposta está em reconhecer a natureza das diversas leis do Antigo Testamento, percebendo em que categorias elas se enquadram. Ou seja, é necessário compreendermos as leis de Deus segundo seu próprio caráter, propósito e função. Apenas dessa forma a lei será “usada legitimamente” (cf. 1 Tm. 1:8).

Leis Morais e Cerimoniais

A distinção mais fundamental a ser estabelecida entre as leis do Antigo Testamento é entre leis *morais* e leis *cerimoniais* (duas subdivisões dentro de cada categoria serão mencionadas subseqüentemente). Isso não é uma divisão arbitrária ou ad hoc, pois ela manifesta um raciocínio ou princípio subjacente. As leis morais refletem a justiça e juízo absolutos de Deus, guiando a vida do homem nos caminhos da justiça; tais leis definem santidade e pecado, restringem o mal por meio da punição a infrações e impelem o homem a Cristo para a salvação. Por outro lado, as leis cerimoniais – ou as provisões redentivas – refletem a misericórdia de Deus em salvar aqueles que violaram Seus padrões morais; tais leis definem a forma de redenção, tipificam a economia salvífica de Cristo e mantêm a santidade (ou “separação”) da comunidade redimida.

Para ilustrar a diferença entre esses dois tipos de lei, o Antigo Testamento proibia o roubo como preceito moral, mas também fazia a provisão do sistema sacrificial para que ladrões pudessem ter seus pecados perdoados. Quando Cristo veio, Ele obedeceu perfeitamente a cada preceito moral da lei de Deus, qualificando-se assim como nosso Salvador sem pecado; a fim de nos salvar, Ele entregou a Sua vida como cordeiro sacrificial em expiação por nossas transgressões, e assim deu substância às sombras de redenção do Antigo Testamento. Enquanto a lei moral estabelece as obri-

gações perpétuas de todos os homens para que sejam perfeitos como o seu Pai celestial é perfeito, a lei cerimonial é “o evangelho em figuras”, proclamando o caminho da redenção de Deus para pecadores imperfeitos.

A *lei cerimonial* pode ser vista como tendo duas subdivisões: (1) leis que dirigiam o processo redentivo e assim *tipificavam a Cristo* – por exemplo, regulamentações para o sacrifício, o templo, o sacerdócio, etc., e (2) leis que ensinavam à comunidade redentiva sua *separação de nações incrédulas* – por exemplo, as proibições do consumo de carnes impuras (Lv. 20:22-26), do jugo desigual de animais (Dt. 22:10) e de certos tipos de mistura de sementes ou tecidos (Dt. 22:9, 11).

Nenhuma dessas leis é observada nos dias de hoje na maneira das sombras do Antigo Testamento, porém, mesmo assim elas são confirmadas para nós. O *princípio* que elas ensinam ainda é válido. Por exemplo, a lei cerimonial prescrevia a necessidade de derramamento de sangue para expiação (Lv. 17:11) e, por conseguinte, quando Cristo fez a expiação de uma vez por todas por nossos pecados, “era *necessário*, portanto”, que Ele derramasse o Seu sangue por nós (Hb. 9:22-24); o sistema redentivo do Antigo Testamento exigia que um cordeiro pascal fosse sacrificado, e Cristo foi esse cordeiro para nós (1 Co. 5:7; 1 Pe. 1:19). A lei cerimonial separava Israel das nações ao exigir uma separação entre carnes puras e impuras e ao proibir o jugo desigual para animais; no Novo Testamento, a forma externa dessas leis foi superada – a expansão da comunidade redimida aos gentios torna todas as carnes puras (At. 10), e o sacrifício de Cristo aboliu o sistema de ordenanças que separava judeus e gentios (Ef. 2:11-20) – mas suas exigências fundamentais de separação santa do mundo impuro de incredulidade são confirmadas e ainda estão em vigor (2 Co. 6:14 – 7:1). Portanto, a lei cerimonial é confirmada perpetuamente por Cristo, mesmo que não seja guardada em sua forma de sombras pelos crentes do Novo Testamento.

A lei moral de Deus pode similarmente ser vista em duas subdivisões, tendo elas uma diferença simplesmente literária: (1) preceitos gerais ou resumidos de moralidade – por exemplo, as exigências não especificadas de pureza sexual e honestidade, “não cometerás adultério” e “não roubaras”, e (2) mandamentos que especificam os preceitos gerais mediante

POR ESTE PADRÃO

aplicação ilustrativa – por exemplo, proibir incesto, homossexualidade, defraudar trabalhadores ou pôr a focinheira no boi que pisa o grão.

Os puritanos denominaram estas aplicações de lei casuística do Decálogo de “leis judiciais”, e eles corretamente sustentaram que não somos obrigados nos dias de hoje a guardar essas leis judiciais como elas foram enunciadas (sendo expressas na linguagem de uma cultura antiga que não mais existe), mas apenas a seguir seus princípios subjacentes (ou “equidade geral”, como eles chamaram tal abordagem). O Antigo Testamento exigia que um parapeito fosse posto ao redor do telhado como precaução de segurança, uma vez que hóspedes eram recebidos nos telhados planos das casas naquela sociedade antiga; com os nossos telhados inclinados nos dias de hoje, não temos a necessidade de ter o mesmo parapeito literal, mas o princípio subjacente geral pode muito bem nos exigir que tenhamos uma cerca em volta de uma piscina no nosso quintal – novamente, para proteger a vida humana.

Há abundante evidência de que o Novo Testamento citou e aplicou autoritativamente estas ilustrações da lei casuística a situações contemporâneas. Utilizando dos exemplos mencionados acima, o Novo Testamento ecoa a lei do Antigo Testamento ao proibir o incesto (1 Co. 5:1), homossexualidade (Rm. 1:26-27, 32), defraudar empregados (Mc. 10:19) e pôr a focinheira no boi que pisa o grão (1 Tm. 5:18). Muitos outros exemplos de mandatos éticos fora do Decálogo sendo aplicados no Novo Testamento estão disponíveis. Portanto, concluímos que Jesus confirmou para sempre as leis morais de Deus, tanto suas expressões resumidas quanto suas aplicações de lei casuística.

Ao reconhecer as categorias distintas da lei do Antigo Testamento, podemos facilmente compreender a validade contínua de cada traço dos mandamentos de Deus para a atualidade. É simplesmente uma questão de ler corretamente a própria lei.

E. Resumo das Visões da Lei de Deus do Antigo e do Novo Testamento

15

CONTINUIDADE ENTRE OS PACTOS NA LEI

“A lei justa e eterna de Deus é inalterável, segundo o ensinamento conjunto do Antigo e do Novo Testamento.”

O propósito dos dois capítulos seguintes será simplesmente o de comparar e contrastar as perspectivas sobre a lei de Deus que encontramos no Antigo e Novo Testamentos. É verdade que há muitas formas de sumarizar a teologia da lei em ambos os testamentos; a presente abordagem é apenas uma dentre várias. Contudo, espera-se que ela sirva a um propósito útil: o de enfatizar a continuidade entre o Antigo e o Novo Testamento com relação à lei de Deus – em contraposição a concepções errôneas promovidas por alguns mestres – e indicar pontos relevantes de descontinuidade – em contraposição aos medos infundados de que os que reconhecem a validade contínua da lei de Deus para a atualidade suprimem ou ignoram diferenças importantes.

Continuidade Entre os Testamentos

I. *A lei de Deus é perpétua em seus princípios*

(A) Os mandamentos de Deus não são considerados uma administração exclusivamente mosaica, mas uma obrigação para o homem desde o princípio.

(1) *Antes da queda do homem no pecado*, Deus lhe entregou mandamentos que eram suas obrigações morais como, por exemplo, as ordenanças criacionais de casamento (Gn. 2:24), trabalho (Gn. 2:15) e do Sábado (Gn. 2:1-3), bem como o mandato cultural de domínio sobre a criação.

ção (Gn. 1:28). Paulo também veria os padrões de moralidade como em vigor desde o princípio, sendo constantemente comunicados por meio da revelação geral (Rm. 1:18-21). Em particular, as ordenanças criacionais (por exemplo, em Mt. 19:5) e o mandato cultural (por exemplo, em 1 Co. 10:31) são aplicados no Novo Testamento.

(2) O Antigo Testamento mostra que, como o Novo Testamento ensina, *entre Adão e Moisés*, a lei estava no mundo. O pacto adâmico estabelece a ordem marital (Gn. 3:16) e a exigência do trabalho (Gn. 3:19), ambos os quais são autoritativos no Novo Testamento (1 Tm. 2:12-14; 2 Ts. 3:10). O pacto noético reafirmou o mandato cultural (Gn. 9:1) e revelou o padrão de Deus de retribuição contra assassinos (Gn. 9:6), os quais novamente são válidos no Novo Testamento (por exemplo, Rm. 13:4). No pacto abraâmico, vemos que Abraão tinha mandamentos, estatutos e leis para guardar (Gn. 18:19; 26:5), e o Novo Testamento nos recomenda a fé obediente de Abraão (Tg. 2:21-23; Hb. 11:8-19).

Ademais, antes da revelação especial da lei mosaica, podemos ver a validade perpétua de seus padrões moais no exemplo do juízo de Deus sobre Sodoma (Gn. 19), que foi punida por violar a lei casuística contra homossexualidade (Lv. 18:23) – pelas suas “obras injustas”, segundo o Novo Testamento (2 Pe. 2:6-8). De fato, segundo Paulo, todos os homens conhecem os padrões morais de Deus por meio da revelação geral – mostrando “obra da lei escrita em seus corações” (Rm. 2:14-15). Essa comunicação universal da lei de Deus é tão ampla quanto Suas exigências éticas, não sendo estritamente limitada aos Dez Mandamentos (por exemplo, Rm. 1:32, onde é dito que homossexuais condenados conhecem o “decreto de Deus” [TB]).

(B) Os princípios da lei de Deus são perpétuos pois refletem o caráter de Deus, que é imutável.

Levítico 20:7-8 declara: “Sede santos; pois eu sou Jeová, vosso Deus. Guardareis os meus estatutos, e os cumprireis” (TB); é assim que o povo de Deus santifica a si mesmo – tornando-se santos como Deus é santo (1 Pe. 1:15-16) ou imitando Sua perfeição (Mt. 5:48, no contexto das exigências da lei). O Antigo Testamento ensina que a lei de Deus é perfeita (Sl. 19:7), sendo santa, justa e boa como Deus o é (Dt. 12:28; Ne. 9:13), e a

POR ESTE PADRÃO

perspectiva do Novo Testamento é a mesma: a lei é perfeita (Tg. 1:25), santa, justa e boa (Rm. 7:12).

II. *A lei de Deus é abrangente em sua extensão.*

(A) Seus mandamentos se aplicam a questões do coração, e não apenas a questões externas.

No Antigo Testamento, Deus exigia que Seu povo buscasse a Ele de todo coração (Dt. 4:29) e circuncidasse seus corações (Dt. 10:16), assim como o Novo Testamento continua a mostrar que devemos amá-Lo de todo o nosso coração (Mt. 22:37) e nos sujeitar à Sua lei em nossos pensamentos, atitudes e intenções (por exemplo, em Mt. 5:21-48).

(B) A lei de Deus se aplica a todas as áreas da vida.

Os mandamentos de Deus ordenavam o Seu povo a amá-Lo com tudo o que tivessem (Dt. 6:4-6), por todo o dia (v. 7), em casa e longe de casa (v. 9), seja em pensamento ou atitude (v. 8). De fato, o homem deve viver por cada palavra que procede da boca de Deus (Dt. 8:3, 6). Igualmente, o Novo Testamento exige que cada aspecto da vida e do ser do homem seja entregue ao amor de Deus (Mt. 22:37) e que o povo de Deus demonstre sua santidade em “toda a vossa maneira de viver” (1 Pe. 1:15-16).

(C) A lei de Deus é um padrão para todas as nações (não apenas Israel).

Deuteronômio 4:6, 8 claramente ensinou que os mandamentos entregues por Moisés a Israel deveriam ser sua *sabedoria aos olhos das nações*, que exclamariam: “que nação há tão grande, que tenha estatutos e juízos tão justos, como toda essa lei?” Similarmente, Paulo indica que os padrões da lei de Deus são declarados por meio da revelação natural e são vinculantes sobre *todos* os homens (Rm. 1:32; 2:14-15). Visto que as nações que antes ocupavam Canaã violaram os padrões da lei de Deus, Deus as puniria expulsando-as da terra (Lv. 18:24-27) – assim como Ele expulsaria a nação de Israel se ela violasse Suas leis (Dt. 30:17-18). O padrão moral e o juízo para desobediência eram os mesmos entre Israel e as nações.

De igual modo, Paulo ensina que todos os homens, judeus e gentios, pecaram ao violarem a lei de Deus (Rm. 2:9; 19-20), e Judas declara que Deus julgará todos os homens ímpios por seus atos de impiedade (Jd. 14-15). Onde o Novo Testamento ensina que “A justiça exalta uma nação; mas o pecado é um opróbrio para qualquer povo” (Pv. 14:34), o Novo Testamento ensina que tudo quanto Cristo ordenou deve ser propagado às nações (Mt. 28:20). *A lei de Deus é vinculante a todos os homens em todas as épocas e em todos os lugares.* Até aqui, vimos que o Antigo e o Novo Testamento concordam perfeitamente que a lei de Deus é perpétua em seus princípios – não sendo exclusivamente mosaica, mas refletindo o caráter eterno de Deus – e abrangente em sua extensão – tratando de questões do coração, aplicando-se à todas as áreas da vida, e sendo vinculante a toda humanidade para obediência. Nesta conjuntura, será importante acrescentar que:

III. *A lei de Deus é complementar à salvação pela graça.*

(A) A lei não deveria ser usada como meio de justificação.

O Antigo Testamento ensina que, aos olhos de Deus, “nenhum homem vivo se justificará”, pois, se Deus marcasse as iniquidades, ninguém ficaria de pé (Sl. 143:2; 130:3). Em vez disso, “o justo viverá pela sua fé” (Hc. 2:4). O salmista viu que “Abençoado é o homem a quem o SENHOR não imputa a iniquidade”, e que “aquele que confia no SENHOR, a misericórdia o cercará” (Sl. 32:2, 10). Os Santos do Antigo Testamento não eram salvos pela obediência à lei, mas pela fé no Salvador que viria, tipificada nos sacrifícios do sistema do Antigo Testamento. Similarmente, o Novo Testamento declara em termos inequívocos que “pelas obras da lei, nenhuma carne será justificada à Sua vista” (Rm. 3:20). De fato, “se a justiça vem pela lei, então Cristo morreu em vão” (Gl. 2:21). A lei de Deus é o padrão de justiça, mas, visto que pecadores não podem conformar-se a esse padrão, sua salvação deve vir pela graça de Deus mediante a fé (Ef. 2:8-9). Isso era verdadeiro tanto no Antigo quanto no Novo Testamento.

POR ESTE PADRÃO

(B) A obediência à lei de Deus está em harmonia com a graça e a fé salvífica.

O Novo Testamento indica que a lei de Deus foi revelada especialmente a Israel no contexto de Sua redenção e libertação de Seu povo da escravidão (Ex. 19:4; 20:2); aqueles que estavam dispostos a guardar a Sua lei já haviam recebido de Sua graça. Da mesma forma, Davi poderia cantar “concede-me a tua lei graciosamente” (Sl. 119:29) – sem sentir tensão alguma entre um uso correto da graça de Deus e a lei. Aqueles que foram justificados pela fé no Antigo Testamento, como Abraão e Raabe, são aqueles que foram *renovados pela graça de Deus* a tal ponto de tornarem-se *dispostos a obedecer às Suas exigências* (cf. Tg. 2:21-25). Aqueles que foram justificados e viviam pela fé, devido à graça de Deus, desejavam obedecer aos mandamentos de Deus, movidos por respeito à Sua autoridade, amor à Sua pureza e gratidão à Sua salvação.

O mesmo é verdadeiro para os santos no Novo Testamento. Paulo diz que não fomos salvos *por* boas obras, mas *para* boas obras – ou seja, a fim de vivermos em obediência diante de Deus (Ef. 2:10). A graça de Deus nos ensina a renunciar os atos de iniquidade (Tt. 2:11-14), e pela fé nós, na realidade, estabelecemos – em vez de anular – o que foi ensinado na lei de Deus (Rm. 3:31).

IV. *A lei de Deus é central ao Seu único pacto da graça.*

(A) A lei pode epitomizar ou representar o próprio pacto. Lemos em Gênesis 17:10, 14 que a circuncisão poderia representar o próprio pacto que Deus fez com Abraão. De maneira similar, as estipulações da lei mosaica poderiam ser usadas para representar o próprio pacto, como em Êxodo 24:3-8 (cf. Hb. 9:19-20). Da mesma forma em que a circuncisão é o pacto, assim também a lei é o pacto de Deus. É por isso que as tábulas da *lei* e os mandamentos que Deus deu a Moisés no Monte Sinai (Ex. 24:12) podem verdadeiramente ser chamados de “as tábuas do *pacto*” (Dt. 9:9, 11, 15). Por conseguinte, quando Jeremias fala da Nova Aliança que viria, ele indicou que a lei de Deus seria central às suas provisões: “Colocarei minha lei no seu íntimo, e a escreverei nos seus corações” (Jr. 31:33). Isso é citado quando o Novo Testamento reflete sobre o caráter da Nova Aliança (Hb. 8:10), usando essas palavras para resumir a sua totalidade (Hb. 10:16). Um

zelo pelo pacto, portanto, envolve um zelo pela lei de Deus tanto no Antigo quanto no Novo Testamento.

(B) A lei dada por meio de Moisés serviu ao pacto abraâmico da promessa, em vez de ser antitética a ele.

Segundo o Antigo Testamento, Deus tratou pactualmente com Moisés especificamente no caráter de Deus de Abraão, e justamente por causa do pacto feito com Abraão (Ex. 2:24; 3:6). O êxodo ou a liberação concedida aos israelitas por meio de Moisés foi um cumprimento da profecia feita a Abraão (Ex. 6:1-8). Deus prometera no pacto abraâmico ser um Deus para Abraão e sua semente, que se tornaria o povo de Deus (Gn. 17:7-8). Essa mesma bênção foi oferecida em forma da libertação operada por meio de Moisés (Ex. 6:7). Em particular, essa promessa abraâmica seria a recompensa para a conformidade à lei mosaica: “Se andardes nos meus estatutos, e guardardes os meus mandamentos, e os fizerdes, [...] eu serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo” (Lv. 26:3, 12). O Antigo Testamento não reconheceu um antagonismo entre o pacto abraâmico da promessa e o pacto mosaico da lei. Muito menos o Novo Testamento.

Paulo reflete com exatidão inspirada sobre a relação entre a promessa abraâmica e a lei mosaica (cf. Gl. 3:17) e pergunta: “É então a lei contrária às promessas de Deus?” Sua resposta é decisiva: “De modo nenhum!” (Gl. 3:21). Em vez disso, a lei servia para efetivar o cumprimento da promessa feita a Abraão (Gl. 3:19, 22, 29). A lei mosaica que estabeleceu a comunidade de Israel no Sinai é considerada por Paulo como um dos “pactos da promessa” (Ef. 2:12). Por toda a Escritura, a lei é congruente com a promessa.

(C) De igual modo, a promessa abraâmica que foi cumprida em Cristo serve aos propósitos da lei mosaica.

A perspectiva do Antigo Testamento era a de que *o povo que desfrutava da promessa deveria obedecer à lei de Deus*. Era esperado que, quando Israel recebesse aquilo que “o SENHOR Deus dos teus pais te prometeu”, o povo iria “guardar todos os seus estatutos e mandamentos” como revelados por Moisés (Dt. 6:1-3). Similarmente, o Novo Testamento vê os que pertencem

POR ESTE PADRÃO

cem a Cristo – aquele a quem a promessa de Abraão foi dada (Gl. 3:16) – como a semente de Abraão e os herdeiros segundo a promessa (Gl. 3:7, 29). Eles recebem a promessa pela fé e assim não devem desejar estar debaixo da lei como um meio de justificação para que assim não caiam da graça (Gl. 3:2, 6-14, 24-26; 4:21; 5:4).

Contudo, aqueles que desfrutam da promessa abraâmica em Cristo o fazem por uma fé que opera por meio do amor (Gl. 5:6), o que é dizer *uma fé que obedece à lei* (Gl. 5:13-14) – uma fé que anda pelo Espírito e assim não viola a lei (Gl. 5:16-23). O Filho da promessa de Deus nos faz andar pelo Espírito para que assim guardemos as ordenanças da lei (Rm. 8:3-4). Portanto, nós observamos que *a promessa serve à lei*, bem como *a lei serve à promessa*, e essa relação recíproca é revelada tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. A lei assume um papel integral ao longo do pacto uno da graça de Deus.

V. *A lei de Deus é recebida por Seu povo como um penhor de redenção e uma razão para deleite.*

A discussão precedente da lei de Deus se concentrou no seu caráter e função objetivos. É importante que também observemos a atitude subjetiva que é expressa para com a lei de Deus tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. A polêmica negativa contra a lei que é frequentemente ouvida na atualidade não se adequa ao sentimento e avaliação dos escritores bíblicos inspirados. De acordo com eles:

(A) A obediência à lei é o seu penhor de redenção, a prova de seu amor e um sinal de sua dedicação ao Senhor.

O Antigo Testamento ensinou que o verdadeiro significado da lei de Deus e da obediência a ela era que Deus libertara o Seu povo (Dt. 6:20-25; por exemplo, 5:15). De fato, não guardar os mandamentos de Deus era identificado como esquecer-se da própria redenção (Dt. 8:11-17), e era claro que a salvação estava longe daqueles que não desejavam os estatutos de Deus (Sl. 119:155). Similarmente no Novo Testamento, onde a vida eterna é “conhecer a Cristo” (Jo. 17:3), indicamos que “sabemos que o conhecemos, se guardarmos os seus mandamentos”, e que é uma mentira

dizer que se conhece a Cristo sem guardar seus mandamentos (1 Jo. 2:3-4).

O Antigo Mandamento disse que aqueles que amam o Senhor obedecerão a Seus mandamentos (Dt. 10:12-13), e o amor pelo Senhor no Novo Testamento é comprovado da mesma maneira (Jo. 14:15; 1 Jo. 5:3). Dedicção a Deus e a Seus propósitos era demonstrada no Antigo Testamento pela aderência à lei de Deus (Dt. 26:17; Js. 22:5). As coisas não são diferentes no Novo Testamento, onde aqueles que escolhem seguir a Cristo em vez da besta são identificados como “os que guardam os mandamentos de Deus, e têm o testemunho de Jesus Cristo” (Ap. 12:17; 14:12). Seja no Antigo ou no Novo Testamento, seria impensável para um santo redimido, que amava e dedicava-se a Ele, rejeitar, criticar ou desobedecer a lei de Deus.

(B) A lei de Deus deveria ser amada como um prazer e uma bênção.

Ainda que os ímpios zombem, o deleite do homem piedoso é encontrado na lei do Senhor (Sl. 1:2; 119:16); feliz é o homem, diz o Antigo Testamento, que se deleita grandemente na lei de Deus (Sl. 112:1). A perspectiva de Paulo no Novo Testamento era idêntica: “Pois eu tenho prazer na lei de Deus, segundo o homem interior” (Rm. 7:22). Para João, a lei de Deus era de tamanha alegria que ele poderia declarar: “os seus mandamentos não são pesados” (1 Jo. 5:3b). É o pecado – ou seja, segundo ambos os testamentos, violação dos pactos de Deus (Js. 7:11; Is. 24:5; 1 Jo. 3:4) – que deve ser detestado pelo povo de Deus, pois ele traz a morte (Rm. 6:23). À parte da inabilidade pecaminosa do homem, a lei em si é ordenada pela graça para que o homem viva (Lv. 18:5; Ne. 9:29; Ez. 20:11, 13, 21; cf. Pv. 3:7-8).

Não é apenas o Antigo Testamento que reconhece esse fato. Paulo discerne a conexão entre obediência à lei e vida no Espírito (Rm. 8:2-4, 6-7, 12-14) e confessa que, excetuando-se sua própria corrupção pecaminosa, *a lei tem o propósito de comunicar a vida* (Rm. 7:10). Tudo que é contra as exigências da lei, então, também é contra a sã doutrina, de acordo com 1 Tm. 1:8-10 (cf. 6:3). Deus nos deu a Sua lei para o nosso bem e, por essa razão, os escritores do Antigo e do Novo Testamento se regozijam nela. Seria vergonhoso para nós não emularmos tal atitude.

POR ESTE PADRÃO

VI. *A lei de Deus é eterna e não deve ser alterada.*

Em tempos nos quais muitos veem a lei do Senhor como arbitrária, dispensável ou temporária em sua autoridade para a vida do homem, é altamente proveitoso observar a perspectiva dos autores inspirados. Moisés escreveu que *para sempre* o povo de Deus viveria bem se observassem os mandamentos que Ele revelou (Dt. 12:28). Davi exclamou que “As obras de suas mãos são verdade e juízo; todos os seus mandamentos são certos” (Sl. 111:7-8; cf. 119:152). De fato, a autoridade eterna dos mandamentos de Deus é característica de todos eles: “Cada um dos teus justos juízos dura para sempre” (Sl. 119:160). Tendo em vista o temível dia do Senhor, quando os ímpios serão consumidos com fogo (Ml. 4:1), o profeta Malaquias pronuncia como uma das palavras finais do Antigo Testamento: “Lembra-vos da lei de Moisés, meu servo” (4:4).

Contudo, nas páginas do Novo Testamento, lemos as palavras de um que é muito maior do que Moisés, Davi, ou de qualquer profeta da antiguidade. O testemunho deles à autoridade eterna da lei de Deus é pequeno em comparação à absolutamente clara e completamente inquestionável declaração de Jesus Cristo de que os mandamentos de Deus – cada um deles – são eternamente válidos: “Porque na verdade eu vos digo: Até que passem o céu e a terra, um iota ou um traço de letra, não passará da lei” (Mt. 5:18). O Antigo e o Novo Testamento se unem nesta doutrina.

As vozes dos dois Testamentos unem-se também ao dizer que a lei de Deus não pode ser alterada. Davi reconheceu que Deus ordena apenas aquilo que é justo e reto e, dessa forma, apartar-se de Seus mandamentos é se desviar da integridade moral: “Estimo todos os teus preceitos acerca de todas as coisas a serem certas, e odeio todo caminho falso. [...] Todos os teus mandamentos são justas” (Sl. 119:128, 172). Alterar ou ignorar quaisquer dos mandamentos de Deus é necessariamente criar um padrão injusto ou iníquo de comportamento. Portanto, a própria lei se guarda contra alterações dentro de si: “Não acrescentareis à palavra que eu vos mando, nem dela diminuireis, para que guardeis os mandamentos de Jeová, vosso Deus, que eu vos mando” (Dt. 4:2, TB; cf. 12:32). Nenhum homem possui a prerrogativa de adulterar as exigências estabelecidas por Deus. Apenas o próprio Deus, o Legislador, possui a autoridade de abrogar ou alterar seus mandamentos. Porém, o testemunho do Deus encar-

nado no Novo Testamento é o de que a lei não haveria de ser alterada, nem mesmo com o evento momentoso de Sua vinda: “Não pensem que eu vim destruir a lei ou os profetas [...] Portanto, qualquer que quebrar um destes mínimos mandamentos, e assim ensinar aos homens, será chamado o menor no reino do céu” (Mt. 5:17, 19). A lei justa e eterna de Deus é inalterável, segundo o ensinamento conjunto do Antigo e do Novo Testamento.

VII. Portanto, somos obrigados a guardar toda a lei nos dias de hoje.

Qualquer que sugira, sem autorização da palavra de Deus, que alguma lei do Antigo Testamento não é vinculante ao nosso comportamento nos dias de hoje, recairia sobre a dupla censura dos escritores tanto do Antigo quanto do Novo Testamentos. Tal sugestão contradiria a perpetuidade e a extensão da lei de Deus como ensinada em ambos os testamentos; isso evidenciaria esquecimento das misericórdias de Deus, violaria o pacto e privaria o povo de Deus de um de seus prazeres. Tal sugestão estaria diametralmente oposta à eternidade e imutabilidade da lei, como estabelecidas no Antigo e Novo Testamentos. Questionar a lei sem a orientação bíblicamente revelada do Senhor é entristecer e questionar ao próprio Deus, de tal modo que aqueles que o fazem serão rebaixados no reino de Deus.

A menos que a própria Escritura nos mostre alguma mudança com respeito à lei de Deus ou à nossa obediência a ela, o princípio que governa a nossa atitude e comportamento deve ser o mesmo que o da pressuposição categórica da Bíblia – a saber, que a nossa instrução em comportamento justo é encontrada em toda Escritura do Antigo Testamento (1 Tm. 3:16-17), em cada ponto da lei (Tg. 2:10), mesmo nos menores mandamentos (Mt. 5:19; 23:23), cada palavra (Mt. 4:4) e cada letra (Mt. 5:18). Isso é claro nos pontos principais sobre a lei – aos quais tanto o Antigo quanto o Novo Testamento estão em concordância – que foram analisados acima. Dados estes pontos de concordância, não temos razão para esperar que o Novo Testamento categórica ou silenciosamente dispensaria o crente do seu dever moral para com a lei de Deus.

POR ESTE PADRÃO

Conclusão

Em suma: devemos pressupor a continuidade do dever moral entre o Antigo e o Novo Testamento. Por conseguinte, ao operar sob essa pressuposição bíblica, *o ônus da prova bíblica está direta e categoricamente sobre qualquer que negasse a validade ou a autoridade relevante de alguma estipulação específica do Antigo Testamento para os nossos dias*. Na próxima vez que você ouvir alguém dizer, “não precisamos seguir tal mandamento, porque é da lei do *Antigo Testamento*”, você deve dizer a si mesmo (se não também à pessoa): “Esse tipo de afirmação exigirá alguma explicação e uma prova bíblica clara antes que qualquer cristão fiel possa aceitá-la.” Autores fiéis e inspirados da Escritura – tanto do Antigo quanto do Novo Testamento – escreveram exatamente o contrário.

16

DESCONTINUIDADE ENTRE OS PACTOS NA LEI

“A Nova Aliança supera a Antiga em glória, poder, concretização e definitividade.”

O que foi dito acima não nega de forma alguma que há formas de descontinuidade entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento – isto é, entre a *Antiga Aliança* e a *Nova Aliança* – concernentes à lei de Deus. O que é indicado é que qualquer descontinuidade deve ser ensinada *pela palavra de Deus* e não ser imposta como uma pressuposição categórica e teológica sobre a palavra de Deus. Podemos agora direcionar a nossa atenção a tais descontinuidades bíblicamente fundamentadas entre a Antiga e a Nova Aliança. Visto que a lei de Deus tem um papel central em Suas relações pactuais com o Seu povo, é totalmente apropriado que o contraste entre esses dois pactos influencie a nossa relação com essa lei

I. *A Nova Aliança supera a Antiga Aliança em glória.*

(A) Enquanto a Antiga Aliança era fundamentalmente uma ministração de condenação e morte, a Nova Aliança é uma ministração de justiça e vida.

Paulo reflete sobre os distintivos da Nova Aliança em 2 Coríntios 3, demonstrando que qualquer um que exalte a lei sobre o evangelho (como os judaizantes legalistas o fizeram) – qualquer um que esteja tão absorto nos mandamentos, a ponto de obscurecer ou ignorar as boas novas da redenção – cometeu um grave erro. A Nova Aliança, ensina Paulo, sobrepuja em muito, em glória, a lei da Antiga Aliança. A lei certamente tinha a sua glória (2 Co. 3:9, 11), mas, apesar dessa glória, o que se sobressai na Antiga Aliança é a característica da condenação que traz morte (3:6, 7, 9).

A lei é boa – verdadeiramente ordenada para a vida. Contudo, a pecaminosidade do homem opera por meio da boa lei para produzir morte

(Rm. 7:12-16). Segundo Paulo, a característica excepcional da Antiga Aliança eram as tábuas externas da lei, as quais, apesar de *ordenarem* boas coisas, *não podiam outorgar* coisas boas. Essas ordenanças externas necessariamente condenam todos os homens injustos e exigem suas mortes: como Paulo disse: “a letra mata” (2 Co. 3:6). Não há como pecadores serem justificados pela prática da lei (Gl. 2:16, 3:11).

Quando Moisés retornou após receber a lei, sua face brilhou com a glória de Deus e, após lê-la ao povo, ele precisou pôr um véu sobre a sua face pelo bem do povo (2 Co. 3:7, 13). Paulo vê nesse fato o caráter duplo da Antiga Aliança: (1) ela era gloriosa, mas (2) ela continuamente acusava e condenava aqueles que, devido ao pecado, não podiam suportar ver a glória do rosto de Moisés.

Todavia, quando Moisés apareceu com Cristo no Monte da Transfiguração, apenas o rosto do Salvador brilhou com a glória de Deus. Cristo, o mediador da Nova Aliança, “foi considerado digno de maior glória do que Moisés” (Hb. 3:3). A lei da Antiga Aliança condenava e matava, mas, em contraste, Cristo satisfaz a maldição da lei ao sofrer a sua pena e dá o Seu Espírito de vida para criar um coração obediente em nós. De igual modo, a Nova Aliança é distintivamente uma “ministração do Espírito” ou uma “ministração da justiça” (2 Co. 3:8, 9) que “dá vida” (3:6). Cristo fez “o que a lei não podia fazer, visto como estava fraca pela carne” (Rm. 8:3). De igual modo, Paulo diz que, em contraste à aliança epitomizada pelas tábuas, a Nova Aliança ‘excede em glória’ (2 Co. 3:9).

A lei da Antiga Aliança ordenava boas coisas, mas apenas o evangelho poderia plenamente outorgá-las; a justiça exigida pela lei foi suprida apenas com a obra redentora de Cristo. Assim, a Nova Aliança possui uma glória maior que a da Antiga. A antiga declarava a lei e assim condenava. A nova satisfaz a lei e nos faz justos diante de Deus. A glória principal e muito maior da Nova Aliança é que ela assegura a justiça do povo de Deus por meio do Filho e do Espírito de Deus, em vez de servir primariamente para condenar a pecaminosidade. Esta última função requeria apenas a glória, ainda que genuína, das tábuas de pedra; a primeira requeria que Deus manifestasse a glória de Seu Filho unigênito, cheio de graça e verdade (Jo. 1:14). Por isso Calvino disse: “a lei, não obstante ser em si mesma gloriosa, não resplandece em face da maior grandeza do evangelho” (Co-

POR ESTE PADRÃO

mentário em 2 Co. 3:10).¹ Assim, a abordagem do crente da Nova Aliança em relação à lei de Deus é significativamente diferente daquela do crente da Antiga Aliança. Visto que a *ameaça* da lei foi decisivamente removida através da expiação de Cristo e do preenchimento do Espírito Santo, a lei pode hoje ser um prazer para o crente de maneira mais plena.

(B) A Nova Aliança proporciona ao crente uma maior confiança para se aproximar de Deus.

A lei da Antiga Aliança prometia perdão ao pecador com base em sacrifícios de animais, mas a imperfeição desse arranjo era evidente pelo fato de que simples animais eram oferecidos e que os sacrifícios eram repetidos continuamente (Hb. 10:4ff.). Ainda existia alguma distância entre o crente e Deus, pois apenas o Sumo Sacerdote poderia apresentar-se diante da própria presença de Deus no Santo dos Santos uma vez por ano. Mas, com a obra sacrificial de Cristo que purifica os crentes da Nova Aliança, o véu foi partido em dois (Mc. 15:38; cf. Hb. 10:20). Por meio de Cristo, o mediador da Nova Aliança, podemos nos achegar com confiança ao trono da graça. O caminho para o lugar santo não foi manifesto sob a Antiga Aliança (Hb. 9:8), mas, sob a Nova Aliança, temos “ousadia para entrarmos no santíssimo lugar, pelo sangue de Jesus” (Hb. 10:19; cf. 4:15-16; 6:18-20). A certeza do perdão, a pureza do crente e a proximidade de Deus são muito maiores na Nova Aliança do que qualquer coisa que a lei da Antiga Aliança poderia assegurar. Assim, Calvino corretamente observa: “Quem quer que ainda se prenda às sombras da lei, ou queira restaurá-la, não só obscurece a glória de Cristo, mas também nos priva de uma bênção incomensurável, já que põe uma enorme barreira entre nós e Deus, a cujo acesso o evangelho nos deu plena liberdade” (Comentário em Hb. 7:19).²

¹ João Calvino, *2 Coríntios – Série Comentários Bíblicos*, trad. Valter G. Martins (Editora Fiel, 2008), pg. 95 [N. T.]

² João Calvino, *Hebreus – Série Comentários Bíblicos*, trad. Valter G. Martins (Editora Fiel, 2017), pg. 186 [N. T.]

(C) Ao contrário da Antiga Aliança, a Nova Aliança possui uma glória permanente e imarcescível.

Em 2 Coríntios 3, Paulo compara a glória do Antigo Testamento com sua lei à glória que resplandecia na face de Moisés após receber a lei (vv. 7, 13). O que Paulo repete continuamente é que essa glória “estava se acabando” (vv. 7, 11, 13) e tinha de ser coberta por um véu (vv. 7, 13-16). Mas o Antigo Testamento possui uma glória transformadora vista na face de Cristo (3:18; 4:4, 6); essa glória é contemplada com uma face descoberta, permanente e progressivamente transformando-nos na mesma imagem “de glória em glória.” Moisés refletia a glória de Deus apenas de maneira intermitente com uma glória transitória – tal era a excelência da lei da Antiga Aliança. Nós constantemente refletimos a glória permanente de Cristo que é a própria imagem de Deus. De fato, “nos regozijamos na esperança da glória de Deus” (Rm. 5:2). Distintiva à Nova Aliança é a glória que supera a lei, uma glória que pode ser contemplada, bem como refletida, sem interrupção.

O que encontramos é que os escritores do Novo Testamento podem contrapor a Nova Aliança à Antiga Aliança, tomando a lei como seu ponto de partida. Crentes nos dias de hoje possuem benefícios maiores que os que crentes da Antiga Aliança poderiam ter em sua relação com a lei. A lei representava a ameaça de morte, Deus estando distante e uma glória transitória. Na Nova Aliança, a ameaça é removida, Deus passa a estar mais perto e a glória é permanente. Isso nos proporciona um contexto diferente no qual usamos a lei de Deus e determina a atitude com a qual devemos abordar a lei. Contentarmo-nos com a lei em si ou enfatizá-la acima do evangelho evidenciaria um senso de juízo terrivelmente pervertido. A Nova Aliança põe a lei numa perspectiva correta ao nos mostrar uma glória muito maior que aquela que a lei possuía.

II. *A Nova Aliança supera a Antiga Aliança em poder.*

(A) A Nova Aliança nos oferece motivações maiores e mais fortes para obedecer à lei.

Tudo o que é encontrado nas Escrituras é para a nossa instrução em justiça e nossa disciplina espiritual (cf. 2 Tm. 3:16-17) e assim não pode-

POR ESTE PADRÃO

mos ser perfeitamente preparados para toda boa obra sem atentar para todos os aspectos da revelação bíblica – sua história (por exemplo, 1 Co. 10:6, 11), suas promessas (por exemplo, Jo. 14:16-18), sua sabedoria (por exemplo, Tg. 3:13-18), suas orações (por exemplo, At. 4:24-31), seu louvor (por exemplo, Ap. 5:9-14), etc. Cada um desses aspectos opera para nos preparar melhor para uma vida de justiça.

A Nova Aliança nos provê escrituras adicionais que nos falam da obra redentora de Deus, com sua realização e aplicação. Isso deve servir para nos fazer ainda mais gratos por aquilo que Deus fez. A redenção, a nova criação, a habitação do Espírito, a união do corpo – esses e muitos outros temas na revelação da Nova Aliança são motivações para piedade que vão *além* daquelas disponíveis para os santos da Antiga Aliança. Exortações éticas no Novo Testamento são comumente fundamentadas na consideração desses benefícios da Nova Aliança.

(B) Ao contrário da lei da Antiga Aliança, a Nova Aliança capacita o fiel para a obediência ao padrão revelado de justiça.

Analisando novamente 2 Coríntios 3, onde Paulo contrasta a Antiga Aliança com a Nova, lemos que o ministério da Nova Aliança de Paulo tinha o efeito de mudar o coração de seus ouvintes – como se o próprio Cristo tivesse escrito em seus corações (v. 3). Deus escrevera a lei com Seu próprio dedo sobre as duas tábuas de pedra no Monte Sinai, mas Jeremias aguardava os dias da Nova Aliança, quando a lei de Deus seria escrita nos corações dos homens (Jr. 31:22) – corações feitos de carne responsiva, em vez de pedra (Ez. 11:19-20; 36:26). Provérbios ensina que “do coração provém as questões da vida.” Com a lei escrita no coração do homem, ele finalmente seria capaz de andar nos mandamentos de Deus e praticá-los.

Apesar de que o Espírito Santo operava nas vidas dos crentes do Antigo Testamento para ajudá-los a obedecer à lei de Deus, Ele o fazia de uma forma que era tanto limitada quanto provisional – prefigurando o grande dia do poder em Pentecostes. Paulo em 2 Coríntios 3 observa que o Espírito é o agente da escrita no coração do crente da Nova Aliança (v. 3). A carta da Antiga Aliança trazia morte, mas o Espírito da Nova Aliança comunica vida e justiça (vv. 6:8-9, 18). O que antes era externo e acusatório (a lei escrita nas tábuas de pedra) é hoje interno e capacitador (a lei

escrita nas tábuas do coração). É-nos dito que “a lei não aperfeiçoou coisa alguma” (Hb. 7:19), mas o novo e “melhor pacto” possui “melhores promessas” – em particular, a *internalização da lei* por intermédio da obra sacrificial e sacerdotal de Cristo, para que assim a lei possa ser guardada (Hb. 8:6-10). O “pacto eterno” nos faz perfeitos em toda boa obra para fazermos a vontade de Deus (Hb. 13:20-21).

Encontramos aqui uma das mais dramáticas diferenças entre a lei da Antiga Aliança e o evangelho da Nova Aliança. A Nova Aliança cumpre aquilo que a lei exigia, mas não concedia capacidade para cumprir. P. E. Hughes expressa esse ponto muito bem: “O ‘defeito’ da Antiga Aliança encontrava-se, não em sua essência, a qual, como dissemos, apresentava o padrão de justiça de Deus e foi estabelecida como um instrumento de vida àqueles que a guardassem, mas em sua incapacidade de justificar e renovar aqueles que deixassem de cumpri-la, a saber, a totalidade da humanidade caída. A Nova Aliança foi, literalmente, ao coração da questão, prometendo ao homem, como de fato o fez, um coração novo e obediente e a graça para verdadeiramente amar a Deus e ao seu próximo (Ez. 11:19f.).”³ No esboço precedente, já encontramos descontinuidades altamente significativas entre a Antiga e a Nova Aliança concernentes à lei de Deus. A Nova Aliança supera a lei da Antiga Aliança, segundo as escrituras do Novo Testamento, tanto em glória quanto em poder. A Nova Aliança coloca a lei em perspectiva e a põe em prática – superando seu caráter ameaçador básico, insegurança e glória transitória ao proporcionar motivações adicionais para a obediência, bem como o poder para agir em conformidade com as exigências da lei.

III. *A realidade da Nova Aliança suplanta as sombras da Antiga Aliança.*

(A) A Nova Aliança assegura a redenção prefigurada na Antiga Aliança.

Um dos maiores pontos de dissimilaridade entre a Antiga e a Nova Aliança é encontrado na área dos rituais redentivos, por exemplo, os sacrifícios, o sacerdócio, o templo, os sinais do pacto, etc. encontrados no

³ Philip E. Hughes, *A Commentary on the Epistle to the Hebrews* (Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1977), pp. 297-98.

POR ESTE PADRÃO

Antigo Testamento. A forma na qual as leis pertinentes a tais rituais redentivos eram observadas antes da vinda de Cristo é muito diferente da forma na qual elas são observadas hoje. Ao trazer a substância prefigurada na Antiga Aliança e cumprir a esperança antecipada nela, a Nova Aliança nos dá uma nova perspectiva com relação às leis que regulavam a expiação, o serviço sacerdotal e similares.

Ao passo que o crente da Antiga Aliança aguardava a obra do Salvador e demonstrava fé ao observar os rituais redentivos da Antiga Aliança, o crente da Nova Aliança rememora a já consumada obra do Salvador e demonstra fé ao apegar-se a Ele para salvação, completamente à parte das antigas cerimônias. Pela Escritura, é evidente que o arranjo da Nova Aliança é melhor que o da Antiga Aliança no que tange à redenção e, por conseguinte, essas leis redentivas foram tornadas *externamente inoperantes*. Aqui está uma descontinuidade entre os pactos que pode ser suprimida apenas às custas de uma completa incompreensão do ensino do Novo Testamento.

A lógica do escritor de Hebreus é que, se uma *Nova Aliança* foi dada, então ela deve ser uma aliança *melhor* que, como tal, faz a Antiga Aliança tornar-se *ultrapassada*. O próprio Moisés testificou da glória provisional da administração da graça de Deus encontrada no Pentateuco ao olhar para além das sombras e da promessa em direção à concretização vindoura (Hb. 3:5b). Similarmente, Jeremias falou em nome de Deus sobre um “Novo” pacto que viria, e esse mesmo fato (segundo o autor de Hebreus) indicava que a administração mosaica já era considerada obsoleta e envelhecida, pronta para desaparecer (Hb. 8:13).

Dizer isso leva o autor de Hebreus direto a uma discussão sobre as ordenanças rituais do primeiro pacto (9:1ff.). A obra de Cristo é superior a esses em todos os aspectos. Ele é “o fiador de um testamento superior”, “uma esperança melhor” (7:22, 19) porque o Seu sacerdócio é perpétuo (7:21, 24-25), e o Seu sacrifício de Si mesmo é completamente eficaz (7:26-28). A própria repetição dos sacrifícios da Antiga Aliança demonstrava que eles eram temporários e imperfeitos (Hb. 10:4ff.). A superioridade do ministério de Cristo sobre o ministério levítico da Antiga Aliança é encontrada no fato de que a obra sacerdotal de Cristo é exercida no verdadeiro tabernáculo celestial, em vez de no tabernáculo terreno de sombras

(Hb. 8:2-5). A obra sacerdotal executada no tabernáculo terreno era figurada ou antecipatória (Hb. 9:19), ao passo que o ministério de Cristo é concretização realizada no tabernáculo superior dos céus (9:11-12, 23-24). Os rituais levíticos da Antiga Aliança revelados por Moisés eram *parabólicos* da ordem *presente* na Nova Aliança (9:9a). Em si mesmos, os rituais sacerdotais da Antiga Aliança não podiam aperfeiçoar a consciência, como Cristo o faz (9:9b); assim, eles eram necessariamente temporários, impostos até o tempo da reforma (9:10). Os santos da Antiga Aliança viam as promessas de longe (Hb. 11:13). Em contraste, Cristo cumpre as promessas e *assegura* a redenção, a herança prometida e o poder transformador por meio da Sua obra salvífica (9:15; cf. 8:6-10). Os rituais redentivos da lei do Antigo Testamento, então, não podiam aperfeiçoar o crente; eles eram apenas *sombras* das boas coisas *que viriam* (Hb. 10:1).

Com a obra consumada do Redentor estando hoje no passado, não mais utilizamos ou aplicamos as leis do Antigo Testamento que regulamentam os sacrifícios, o sacerdócio, etc. da mesma maneira. A descontinuidade deve definitivamente ser observada. E é precisamente a palavra de Deus que nos instrui a ver uma *aplicação alterada* dessas leis; de fato, somos alertados contra retornarmos à imperfeição da administração obsoleta da graça de Deus no sistema levítico do Antigo Testamento. Não é de se surpreender que os primeiros cristãos foram acusados de se opor ao templo e aos rituais da lei mosaica (por exemplo, At. 6:14; 21:28). A palavra da Nova Aliança ensina que *algumas* das ordenanças da Antiga Alianças não eram destinadas a serem continuamente observadas da mesma maneira por toda a história da redenção. Com a vinda do Salvador e de Sua perfeita obra sacerdotal, o sacerdócio levítico foi necessariamente mudado (Hb. 7:12). Logo, os sacrifícios, festas, etc. da antiga ordem não são mais vinculantes ao crente nos dias de hoje em suas formas de sombras (cf. Cl. 2:13-17). Eles são *observados hoje* pela *fé em Cristo*.

(B) A Nova Aliança redefine o povo pactual de Deus.

Sob a ordem da Antiga Aliança, Israel foi constituído como nação e adotado como o povo de Deus, mas, sob a Nova Aliança, o povo de Deus é um corpo internacional composto de todos aqueles que possuem fé em Cristo. O reino foi tirado dos judeus (Mt. 8:11-12; 21:41-43; 23:37-38; 1 Co.

POR ESTE PADRÃO

14:21-22), e a Igreja é agora “o Israel de Deus” (Gl. 6:16), “a comunidade de Israel” (Ef. 2:12), o “reino de sacerdotes” (1 Pe. 2:9, NVT), as “doze tribos” da Diáspora (Tg. 1:1; 1 Pe. 1:1), e a semente de Abraão (Gl. 3:7, 29). O Israel fiel do passado está incluído em uma única casa de Deus que compreende a Igreja (Hb. 3:1-6); israelitas e gentios são ramos separados, parte de uma única oliveira da fé (Rm. 11:17-18). Assim, *a Igreja do Novo Testamento é a restauração de Israel* (At. 15:15-20), e a Nova Aliança que havia de ser feita com Israel e Judá foi realmente feita com os apóstolos, que são fundacionais à Igreja (Lc. 22:20; cf. Ef. 2:20). Essa redefinição biblicamente fundamentada do povo de Deus traz consigo alterações correspondentes no que tange à aplicação da lei do Antigo Testamento.

(1) Visto que a Nova Aliança não define o povo de Deus como uma nação terrena em meio a outras, ela não exige lealdade política ao Israel nacional como a Antiga Aliança o fazia (Fp. 3:20). O reino de Cristo, ao contrário do Israel da Antiga Aliança, não deve ser defendido com a espada (Jo. 18:36; cf. 2 Co. 10:4).

(2) Visto que a importância de Canaã como a terra prometida de herança não mais se aplica com o estabelecimento do reino que ela prefigurava (cf. Gl. 3:16; cf. Gn. 13:15; Hb. 11:8-10; Ef. 1:14; 1 Pe. 1:4), as leis da Antiga Aliança que eram diretamente concernentes a essa terra (por exemplo, divisão da terra em porções familiares, localização de cidades de refúgio, a instituição do levirato) encontrarão uma aplicação muito diferente em nossos dias.

(3) A separação de povos profanos exigida por Deus por meio das leis dietéticas, que simbolizavam essa separação por uma separação entre carnes puras e impuras (cf. Lv. 20:22-26), não mais é observada por um afastamento dos gentios (At. 10) ou tipificada pela abstenção de certas comidas (Mc. 7:19; At. 10:15; Rm. 14:17). Para o Cristão, esse princípio agora exige uma separação de toda iniquidade ou incredulidade que faz concessões ao mundo onde quer que sejam encontradas (2 Co. 6:14-18).

IV. *A Nova Aliança supera a Antiga Aliança em definitividade.*

(A) Ela supera a lei da Antiga Aliança em *clareza*.

Com a entrega de informações relevantes adicionais nas escrituras da Nova Aliança, as exigências morais de Deus são tornadas ainda mais claras

para nós. Por exemplo, Cristo corrige as interpretações errôneas e o estreitamento das exigências da lei (Mt. 5:21-48). Ademais, Sua própria vida é uma ilustração do que a lei requer de nós e, dessa forma, um novo exemplo do que o amor exige. O caráter radical do amor é tão dramaticamente demonstrado na expiação que o antigo mandamento de amar uns aos outros pode ser considerado um “novo mandamento”; a explicação de amor feita por Cristo supera a da Antiga Aliança quando Ele diz que o Seu povo deve amar uns aos outros “assim como eu vos amei” (Jo. 13:34-35; cf. 15:12-13; 1 Jo. 2: 7-11; 3:11-18, 22-24; 4:7-11).

(B) A Nova Aliança supera a Antiga em *eficiência*.

Por meio do Antigo Testamento, as exigências morais de Deus foram reveladas e explicadas progressivamente; uma revelação de Suas exigências seria seguida por revelações posteriores que amplificavam as primeiras. Contudo, com a vinda da Nova Aliança, a lei de Deus nunca mais receberia adições posteriores. O cânone está completo e fechado. De uma vez por todas, Deus estabeleceu os padrões morais que devemos aplicar fielmente às nossas vidas. Tudo o que é necessário para nos preparar de forma completa para uma vida justa já nos foi entregue (2 Tm. 3:16-17).

(C) A Nova Aliança traz maior responsabilidade com relação à *obediência*.

Com a entrega da nova luz e do novo poder na Nova Aliança, a responsabilidade dos homens em obedecer a voz de Deus é maior. Para aquele ao qual muito é dado, muito é exigido (Lc. 12:48). Deus não mais desconsidera a desobediência de qualquer povo, mas exige a todos os povos em toda parte que se arrependam, por causa do Seu Juiz e do Dia do Juízo determinados (At. 17:30-31). A revelação da Nova Aliança é ainda mais inescapável do que a da Antiga Aliança (Hb. 12:25) e a ela devemos dar “a mais zelosa atenção” (Hb. 2:1-4).

Conclusão

Nosso estudo das escrituras da Nova Aliança nos mostrou, em suma, que há descontinuidades definitivas entre a relação da Nova Aliança com

POR ESTE PADRÃO

a lei e a da Antiga Aliança. A Nova Aliança supera a Antiga em glória, poder, concretização e definitividade. *Não* há indicação *textual*, no entanto, de que a Nova Aliança traz um novo *padrão* de conduta moral, e *não* há indicação *textual* de que o padrão do Antigo Testamento foi categoricamente posto de lado. As *administrações* pactuais são dramaticamente diferentes – em glória, poder, concretização e definitividade – mas *não* o são como códigos *que definem* comportamentos e atitudes certas e erradas.

17

OS MANDAMENTOS DE DEUS SÃO UMA REGRA DE OBEDIÊNCIA NÃO-LEGALISTA

“A lei nos envia ao Evangelho para que sejamos justificados; e o Evangelho nos envia à lei novamente para que busquemos qual é o nosso dever como povo justificado.”

A Lei é Válida a partir de Todos os Ângulos

Capítulos anteriores exploraram a questão da lei de Deus na ética cristã a partir de uma variedade de perspectivas. Aprendemos que temos toda razão *teológica* para afirmar que crentes continuam a ter uma obrigação de obedecer a lei de Deus nos dias de hoje. Quando perguntamos o que a Bíblia em sua totalidade tem a dizer sobre o padrão, a motivação e o objetivo da moralidade cristã, a resposta da Escritura constantemente aponta para a validade da lei de Deus em nossas vidas.

A partir da perspectiva *normativa*, a Bíblia ensina que toda a palavra escrita de Deus é o nosso padrão de conduta, que as relações pactuais de Deus para com os homens (inclusive Suas estipulações ao Seu povo) são essencialmente unas, que a santidade imutável de Deus é transcrita para nós em Sua lei, que o Filho de Deus nos deu um exemplo de obediência à lei e que o Espírito de Deus conforma os crentes ao padrão de justiça encontrado na lei.

A partir da perspectiva *pessoal* ou motivacional, a Bíblia nos mostra que graça, fé e amor operam para produzir obediência ao santo padrão dos mandamentos de Deus.

A partir da perspectiva *teleológica* ou consequencialista, a Bíblia explica que a lei do Senhor foi revelada para o bem de Seu povo e assim há uma bênção prometida para os indivíduos e sociedades que se sujeitam às estipulações de Deus para suas atitudes e ações.

A conclusão teológica de que a lei de Deus continua a ser uma regra válida para a vida na atualidade também desfruta do apoio específico de *textos do Novo Testamento* que são relevantes para o assunto. Exploramos a maneira na qual os autores do Novo Testamento tratam as exigências legais do Antigo Testamento, encontrando que apoio adicional é dado à validade da lei para os dias de hoje. Isso foi observado no *uso* da lei encontrado no ensino de Jesus e dos apóstolos, na autoridade pressuposta da lei em *temas* éticos principais do Novo Testamento, e na aplicação da lei incorporada nos *juízos* morais do Novo Testamento.

Finalmente, uma *comparação* extensa do que o Antigo Testamento tinha a dizer sobre a lei de Deus com os temas correspondentes no Novo Testamento revelou que havia *uma atitude comum para com a lei e uma continuidade pressuposta entre os pactos* com relação aos padrões morais na lei – a despeito do fato de que a Nova Aliança introduziu elementos importantes de descontinuidade com respeito à relação do fiel com a lei. Na era da Nova Aliança, a lei da Antiga Aliança do Senhor retém sua autoridade vinculante.

Portanto, tanto o discernimento teológico quanto o ensino específico do Novo Testamento concordam em respaldar a lei como um padrão de conduta. Se alguém deseja agradar o Senhor, então deve buscar levar seus pensamentos, palavras e atitudes à conformidade com as normas estabelecidas na lei de Deus. A ética cristã certamente envolve mais do que a lei de Deus (por exemplo, ela considera questões como capacitação, motivação, amadurecimento, discernimento, entendimento e aplicação no campo da ética), mas certamente não pode envolver menos do que a lei de Deus – pois a lei fornece um padrão e um critério para uma vida piedosa.

A Lei é Natural e Universal

Visto que esse padrão e critério é imutável, a lei continua a ser uma das questões principais da ética cristã nos dias de hoje. O padrão de santi-

POR ESTE PADRÃO

dade revelado pela lei não é peculiar aos judeus do Antigo Testamento, nem é, de alguma forma, unicamente restrito para os que foram redimidos por Deus. Esse padrão é universalmente vinculante a todos os homens criados, sendo “natural” no sentido de ser apropriado à relação Criador-criatura, e no sentido de ser revelado como vinculante a toda humanidade (seja por meio do mundo criado e da consciência, ou por meio da revelação especial escrita).

O padrão da lei permanece plenamente vigente em suas exigências sobre o nosso comportamento como criaturas de Deus. A desobediência a ele nos faz pecadores. Cristo veio, não para remover o padrão que nos define como pecadores, mas para expiar o pecado que cometemos. O Espírito que Ele concede aos crentes opera para produzir obediência ao padrão de justiça na lei que era anteriormente rejeitado. No juízo final, todos os homens serão julgados à luz desse mesmo padrão imutável. *Independentemente da era, estado ou circunstância em que o homem se encontra, sua norma de piedade permanece sendo a lei revelada de Deus.*

Por conseguinte, em 1774, John Newton, o teólogo, compositor de hinos e ex-proprietário de navios de escravos tornado abolicionista, escreveu: “É um uso ilegítimo da lei, isto é, um abuso dela, um abuso tanto da lei quanto do Evangelho, presumir que o seu cumprimento por Cristo libera os crentes de qualquer obrigação para com ela como regra. Tal asserção não apenas é perversa, como também absurda e impossível no mais alto grau: pois a lei está fundamentada na relação entre o Criador e a criatura, e deve inevitavelmente permanecer em vigor enquanto essa relação subsistir. Embora Ele seja Deus, e nós criaturas, em cada possível ou presumível mudança de estado ou circunstâncias, ele deve possuir uma reivindicação inigualável à nossa reverência, amor, confiança, serviço e submissão.”¹

A Lei Defendida na Tradição de Westminster

Um dos comissionados à Assembleia de Westminster foi Samuel Bolton, um estudioso reformado reverente que se incomodou com as afirmações feitas em seus dias por aqueles denominados “antinomianos” (os que

¹ *Letters of John Newton* (London: Banner of Truth Trust, 1960, pg. 46).

eram contra a lei de Deus como regra de obediência, no suposto fundamento da livre graça de Deus no Novo Testamento). Em 1645, enquanto a Assembleia de Westminster ainda estava em sessão, Bolton publicou um tratado intitulado *The True Bounds of Christian Freedom* [Os Verdadeiros Limites da Liberdade Cristã].² Nele, ele expôs sucessivos argumentos a partir da Escritura para demonstrar que não estamos livres das obrigações morais da lei de Deus nos dias de hoje e que a lei era compatível com a graça de Deus. A essência do tratado de Bolton é sumarizada nas seguintes palavras extraídas dele: “Nós depreciamos a lei com respeito à justificação, mas a estabelecemos como uma regra de santificação. A lei nos envia ao Evangelho para que sejamos justificados; e o Evangelho nos envia à lei novamente para que busquemos qual é o nosso dever como povo justificado.”³

Falando de Mateus 5:17-18, Bolton disse, “esta passagem parece indicar de forma muito completa e explícita a continuidade da e a obrigação à lei”, e ele prosseguiu reforçando sua posição ao apelar a Romanos 3:21; 7:12, 22, 25; Tiago 28; e 1 João 2:4; 3:4. “Portanto, visto que Cristo, que é o melhor intérprete da lei, tão amplamente fortalece e confirma a lei (veja o Sermão do Monte, e também Marcos 10:19); visto que a fé não suplanta, mas fortalece a lei; visto que o apóstolo tão frequentemente insiste nos deveres ordenados na lei de Deus, e que ele próprio estava debaixo da lei de Cristo (1 Co. 9:21); posso corretamente concluir que a lei, em sua essência, ainda permanece como regra de vida para o povo de Deus. [...] Se Cristo e os Seus apóstolos ordenaram as mesmas coisas que a lei exigia, e proibiram e condenaram as mesmas coisas que a lei proibia e condenava, então eles não a ab-rogaram, mas a fortaleceram e a confirmaram. E isso é exatamente o que fizeram: veja Mt. 5:19. [...] Mas aquele que viola a lei peca, como diz o apóstolo: ‘Pecado é a transgressão da lei’ (1 Jo. 3:4), e ‘Onde não há lei, não há transgressão’ (Rm. 4:15). Portanto, cristãos são obrigados, se desejarem evitar o pecado, a obedecerem a lei.”⁴

Bolton certamente reconheceu que o corpus de leis do Antigo Testamento era facilmente categorizado em leis morais, judiciais e cerimoniais

² Reimpresso, London: Banner of Truth Trust, 1964.

³ *Ibid.*, pg. 71.

⁴ *Ibid.*, pp. 61, 62, 66.

POR ESTE PADRÃO

– isto é, princípios gerais, aplicações ilustrativas e a forma de expiação. Bolton via a lei cerimonial como provendo aos Judeus uma forma de adoração que tanto prefigurava a obra salvífica de Cristo quanto estabelecia uma separação entre o povo de Deus e o mundo (os gentios). A lei judicial fornecia “uma regra de equidade comum e pública” em questões civis.⁵

É evidente a partir do capítulo 19 da Confissão de Fé de Westminster – especialmente à luz da exposição da lei de Deus no Catecismo Maior – que os autores da Confissão concordaram com Bolton nessas questões. A lei de Deus como entregue a Moisés expressa a mesma regra perfeita de justiça que era vinculante ao homem criado, mesmo antes da queda (19:1-2).

O corpus legal continha leis cerimoniais que tipificavam a obra salvífica de Cristo e instruções morais específicas pertinentes à separação santa do povo de Deus do mundo incrédulo (19:3). Ele também continha leis judiciais formuladas particularmente para o antigo estado civil judaico, cuja equidade geral permanece vinculante aos homens (19:4). Embora a lei não seja um meio de justificação pessoal, ela continua a ser uma regra de vida tanto para os salvos quanto para os perdidos; Cristo no Evangelho não dissolve, mas sim fortalece essa obrigação (19:5-7).

Isso não é “Legalismo”

Devemos concordar com a Introdução do Editor à reimpressão da *Banner of Truth* da obra de Bolton contra o antinomianismo: “A acusação de ‘legalismo’ frequentemente lançada sobre aqueles que formularam a Confissão de Fé de Westminster não encontra justificativa nesta obra instrutiva e edificante.”⁶ Manter a autoridade plena da lei de Deus para os dias de hoje – uma conclusão à qual cada linha de estudo bíblico nos leva – será impopular em certo nível para com muitos na atualidade, e receberá a falsa acusação de “legalismo”. Murray poderia contestá-la de forma simples: “É, de fato, estranho que esse tipo de antipatia com a noção da guarda

⁵ *Ibid.*, pg. 56.

⁶ *Ibid.*, pg. 12.

dos mandamentos seja mantida por qualquer crente que estude com seriedade o Novo Testamento.”⁷

Em vez de lidar com as numerosas linhas de respaldo textual e teológico para a validade da lei nos dias de hoje, alguns parecem preferir descartar a ideia sem esforço algum ao atribuir cegamente o rótulo de “legalismo” a ela. O rótulo não se fixará. Nem a substância de nosso dever moral diante de Deus desaparecerá por meio da invocação de uma palavra.

⁷ *Princípios de Conduta* (Editora Monergismo, 2020), pg. 164

OPOSIÇÃO DO NOVO TESTAMENTO AO ABUSO DA LEI DE DEUS

“As palavras de Paulo implicam que há um uso ilegítimo da lei de Deus, um uso que vai contra o caráter e a intenção da lei, de tal modo que a boa natureza da lei seja pervertida em algo maligno.”

O Novo Testamento, assim como a Bíblia inteira, certamente respalda a validade contínua da lei de Deus. Dizer isso é simplesmente submeter seus pensamentos ao próprio Legislador – não é “legalismo.” Porém, o Novo Testamento contém passagens que certamente parecem tomar uma atitude decididamente negativa para com a lei de Deus. Paulo declara que ele estava “morto para a lei, para que eu possa viver para Deus” (Gl. 2:19). Ele diz, “não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça” (Rm. 6:14). Novamente, “desligados estamos da Lei” (Rm. 7:6, TB). Para os que creem, podemos aparentemente concluir que “Cristo é o fim da lei” (Rm. 10:4). À luz de tais passagens, alguns crentes são levados a ver a defesa da lei de Deus como nosso padrão de moralidade como uma escravidão legalista. Como a aparente ambivalência da Escritura com relação à lei de Deus poderia ser compreendida em uma maneira que a absolve de contradição? Como pode a Bíblia conter duas avaliações da lei de Deus completamente diferentes?

O próprio Paulo fornece a resolução para o aparente problema, quando ele entrega sua conclusão categórica concernente ao status da lei de Deus para o cristão nos dias de hoje. Ele diz: “Sabemos que a lei é boa, se alguém a usa legitimamente” (1 Tm. 1:8). É um fato indisputável e bem estabelecido que a lei é algo bom, refletindo perfeitamente os justos padrões do nosso santo Deus, o Criador de todos os homens e Redentor de Seu povo escolhido. Paulo diz que “sabemos” que a lei é boa. Deveria ser conhecimento comum que uma atitude positiva com respeito à lei de Deus e submissão a ela são exigidas de nós. A lei de fato é *boa*! Segui-la e

endossar obediência aos seus ditames não pode ser desaprovado como algo mau. A lei da qual Paulo fala é claramente os mandamentos do Antigo Testamento, como as ilustrações mencionadas nos versículos 9-10 demonstram. Esses mandamentos são conhecidos por todos como sendo bons (Rm. 2:14-15; 7:12).

Porém, Paulo imediatamente condiciona o seu endosso ao bom caráter da lei de Deus. Ele diz que a lei é boa *se ela for usada legitimamente*. Isto é, quando a lei é usada de acordo com sua própria direção e propósito – quando a *lei é legitimamente* aplicada – ela é algo perfeitamente bom. No entanto, as palavras de Paulo implicam que há um uso *ilegítimo* da lei de Deus, um uso que vai contra o caráter e a intenção da lei, de tal modo que a boa natureza da lei seja pervertida em algo maligno. O abuso da lei é indiretamente condenado por Paulo.

Exemplos de Abuso

O que tal abuso poderia ser? Onde encontramos um uso ilegítimo da lei? Não precisamos olhar muito longe nas páginas do Novo Testamento. Por todo o ministério de Cristo e persistentemente nas epístolas de Paulo, encontramos a atitude farisaica e judaizante de que seria possível, por meio do cumprimento das obras da lei, encontrar justificação pessoal diante de Deus. Soberba e autoengano assombrosos levaram os judeus a acreditarem que poderiam parecer justos aos olhos de um santo Deus se tão somente se esforçassem diligentemente para guardar os mandamentos (ou, pelo menos, suas exigências externas). Os fariseus gostavam de justificar a si mesmos diante dos homens (Lc. 16:15); eles tinham a confiança de que eram verdadeiramente justos (Lc. 18:9) – a tal ponto que eles não tinham necessidade de um Salvador, assim como um homem sadio não necessita de um médico (Mt. 9:12-13). Contudo, Deus conhecia os corações deles muito bem. A despeito de aparências exteriores de pureza e justiça, eles eram interiormente imundos, mortos espiritualmente e cheios de iniquidade (Mt. 23:27-28). Visto que buscavam estabelecer a própria justiça, os fariseus não poderiam submeter-se à justiça de Deus (Rm. 10:3).

Dentro da igreja primitiva, logo se levantou um partido entre os fariseus que insistia que os gentios não poderiam ser salvos sem serem circuncidados e guardar em alguma medida a lei de Moisés (At. 15:1, 5). Jus-

POR ESTE PADRÃO

tificação pode ser pela graça, eles ensinariam, mas não completamente; as obras da lei também eram necessárias. Porque eles compeliriam os gentios a viver como judeus nesse sentido (Gl. 2:14), eles foram designados “judaizantes.”

O próprio Paulo podia entender essa mentalidade, pois era a que ele possuía antes de sua conversão. Ele foi criado como fariseu com respeito à lei (Fp. 3:5); aos pés de Gamaliel, ele foi “instruído conforme a maneira perfeita da lei dos pais” (At. 22:3). Seu próprio testemunho era este: “Superava na religião judaica a muitos dos meus companheiros na minha própria nação, sendo mais excessivamente zeloso das tradições de meus pais” (Gl. 1:14). Ele se vangloriava na lei (cf. Rm. 2:17-20, 23) e, a partir da perspectiva de alguém espiritualmente morto, ele poderia alegar que “no tocante à justiça que está na lei” ele era – em uma única palavra – “irrepresentável” (Fp. 3:6). Anteriormente, à parte da lei, ele estava tão enganado ao ponto de pensar que era espiritualmente vivo e justo, mas, sob a influência do Espírito de Deus, o mandamento veio à sua consciência e matou sua complacência autojustificadora: “Outrora eu estava vivo sem a lei, mas quando o mandamento veio, o pecado reviveu, e eu morri” (Rm. 7:9).

A Resposta de Paulo

O que Paulo descobriu é que ele simplesmente não entendera a lei corretamente em primeiro lugar. É por isso que, em meio aos seus escritos mais veementes contra os judaizantes, ele pode apelar repetidamente à própria Lei (por exemplo, Gl. 3:6-14, aludindo a Gn. 15:6; 12:3; Dt. 27:26; Hc. 2:4; Lv. 18:5; Dt. 21:23).

O Antigo Testamento, reconhecendo que aos olhos de Deus nenhum homem poderia ser justificado (Sl. 143:2), prometeu justificação fundamentada no “Senhor Nossa Justiça” (Jr. 23:6). A justiça teve de ser *imputada* até mesmo ao grande pai dos judeus, Abraão (Gn. 15:6). Assim, o Antigo Testamento, abundantemente testificando de que os santos de Deus eram homens de fé (cf. Hb. 11), ensinou que o justo vive pela fé (Hc. 2:4). Isaías proclamou: “No SENHOR toda a semente de Israel será justificada e se gloriará. [...] Esta é a herança dos servos do SENHOR, e a justiça deles é proveniente de mim, diz o SENHOR” (45:25; 54:17).

A lei cerimonial entregue por Moisés manifestava essas verdades repetidamente durante a era do Antigo Testamento. Os homens não eram justos por si mesmos, mas necessitavam de circuncisão. Mesmo em seus hábitos mais naturais, sua contaminação pecaminosa exigiria purificações cerimoniais. Para que fossem achados justos aos olhos de Deus, eles deveriam abominar sua pecaminosidade e buscar perdão por meio da substituição sacrificial e intercessão sacerdotal. Em tais coisas, a lei possuía “a sombra das coisas boas que virão” com o ministério salvífico de Jesus Cristo (Hb. 10:1).

Pela obra regeneradora e iluminadora do Espírito Santo, Paulo veio a reconhecer que a lei nunca foi destinada para que os homens buscassem justificação pessoal por meio de obras meritorias ou da lei. A lei em si apresentava a salvação como um dom em vez de como um salário. Por conseguinte, aqueles que se orgulhavam na lei eram, na realidade, os mais extremos violadores da lei! “É então a lei contrária às promessas de Deus?”, Paulo pergunta. Ela ensina um método de justificação contrário ao caminho de salvação pela graça encontrado nas promessas de Deus? A resposta de Paulo é “De modo nenhum!” (Gl. 3:21), pois “se tivesse existido uma lei que pudesse vivificar, em verdade, a justiça teria vindo pela lei. Mas a escritura concluiu tudo sob o pecado, para que a promessa pela fé de Jesus Cristo possa ser dada aos que creem” (v. 22). Longe de nos desviar da justificação pela graça mediante a fé, “a lei foi o nosso tutor, para trazer-nos a Cristo, a fim de que pudéssemos ser justificados pela fé” (v. 24).

Assim, retornemos à declaração de Paulo em 1 Tm. 1:8: “Sabemos que a lei é boa, se alguém a usa legitimamente.” Por implicação, *há um uso ilegítimo e deturpador da lei* – um que leva ao seu abuso, mesmo enquanto finge honrá-la. Paulo certamente identificaria o uso abusivo da lei como a tentativa farisaica e judaizante de fazer das obras da lei o fundamento para a justificação diante de Deus. “Se a justiça vem pela lei, então Cristo morreu em vão” (Gl. 2:21). Mas, “nenhum homem é justificado pela lei” (Gl. 3:11). O fato de que Deus justifica os *ímpios* (Rm. 4:5) claramente mostra que a justificação deve ser fundamentada apenas na justiça alheia de Jesus Cristo (pelo Seu sangue derramado e ressurreição, Rm. 4:25; 5:9); Sua justiça é imputada àqueles que creem n’Ele (Rm. 4:3-5; 5:1-2; 2 Co. 5:21). De

POR ESTE PADRÃO

fato, o *alvo* ou o *objetivo* (“fim”) do ensino da lei era *Cristo*, que traz justiça a todos os que *creem* (Rm. 10:4).

Conclusão

Como vimos, passagens nos escritos de Paulo que parecem assumir uma postura *negativa* com respeito à lei de Deus podem ser corretamente harmonizadas com os *endossos* igualmente fortes à lei ao distinguirmos ao menos dois (dentre vários) usos da palavra “lei” nas epístolas de Paulo.¹ O uso *revelatório* da “lei” é a sua declaração dos justos padrões de Deus; nesse sentido, a lei é boa. O uso *legalista* da “lei” refere-se à tentativa de usar as obras da lei como base para mérito salvífico; este é um uso ilegítimo da lei e recebe a mais forte condenação de Paulo. Parafraseando 1 Timóteo 1:8, Paulo diz que sabemos que a lei – como uma revelação da vontade imutável de Deus – é boa, desde que seja usada “legitimamente” (como Deus quer que a usemos), em vez de legalisticamente.

¹ Cf. Daniel P. Fuller, “Paul and the Works of the Law,” *Westminster Theological Journal*, XXXVIII (Fall 1975), pp. 28-42. Para uma declaração moderna da posição baseada na Teologia do Pacto de que o Antigo Testamento não ensinava justificação por obras da lei (legalismo), veja o excelente estudo exegético de Fuller, *Gospel and Law: Contrast or Continuum* (Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1980).

19

O QUE A LEI NÃO PODE FAZER

“A lei não podia efetuar a remissão dos pecados, mas apenas testificar de sua realidade vindoura.”

Vimos que mesmo a boa lei de Deus pode se tornar algo maligno quando abusada – quando utilizada em uma maneira que é contrária ao seu caráter e propósito. Será benéfico sumarizar precisamente o que a lei não pode fazer em si mesma, para que assim não caiamos no erro de usá-la ilegitimamente.

(1) Em primeiro lugar, conforme discutido anteriormente, a lei não pode contribuir em nada para com a justificação pessoal de alguém que está debaixo de sua maldição por violar seus preceitos. Diante do padrão da lei de Deus, o pecador sempre estará em condenação, em vez de ser julgado como justo: “Pelas obras da lei, nenhuma carne será justificada à Sua vista” (Rm. 3:20). Os que esperam ser aceitos por Deus com base em seus próprios atos de bondade não podem encontrar o Seu favor. “Cristo torna-se sem efeito para vós que procurais a justificação pela lei; vós decaístes da graça” (Gl. 5:4). A própria tentativa de obter justificação dessa forma é fútil, pois “um homem não é justificado pelas obras da lei, mas pela fé de Jesus Cristo” (Gl. 2:16).

(2) Nem pode a lei romper o jugo e o poder do pecado na vida de uma pessoa. O princípio do Espírito de vida de Cristo libertou Paulo do princípio do pecado e da morte. Assim, ele disse: “Porquanto, o que a lei não podia fazer, visto como estava fraca pela carne, Deus, enviando seu próprio Filho [...] e pelo pecado, condenou o pecado na carne; para que a justiça da lei fosse cumprida em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (Rm. 8:3-4). Por “carne”, Paulo aqui se refere à natureza pecaminosa no homem que está em guerra contra Deus e em rebelião contra Seus justos padrões (cf. vv. 6-8). A lei de Deus simplesmente nunca poderia vencer essa natureza e produzir conformidade ao

seu padrão de justiça. A lei nunca poderia capacitar para a obediência e pôr um fim definitivo ao poder da desobediência.

A lei podia mostrar o que era correto, mas o caráter falho do pecador impedia o que era correto de ser praticado. Em face desse fracasso, a lei era incapaz de remediar a situação. Contudo, Deus condenou o pecado e destruiu o seu terrível poder ao enviar o Seu próprio Filho para salvar os pecadores. O Filho concedeu o Seu Espírito aos crentes para dá-los o poder capacitador da obediência à lei. Onde anteriormente estavam impotentes, agora estão capacitados. Devemos sempre nos lembrar de que a lei é apenas um padrão; ela não pode conceder o poder para seguir o padrão.

Em outra passagem, Paulo expressou essa verdade ao declarar: “Não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça” (Rm. 6:14). *A pessoa que está “debaixo da lei” é uma cujos recursos e poderes são determinados exclusivamente pela lei.* O contexto da declaração de Paulo é a chave para entendê-la corretamente. Estar “debaixo da lei” assume uma posição paralela a ter o pecado reinando em si mesmo (v. 12), ao pecado ter domínio sobre si próprio (v. 14a), a ser um servo do pecado (v. 17). Em vez de estar “debaixo da lei” e, pela sua impotência, escravizado ao pecado, Paulo vê o crente como estando “debaixo” da graça – isto é, debaixo do poder determinador da obra de salvação misericordiosa e poderosa de Deus. Essa graça transforma alguém em um servo da justiça e da obediência (vv. 13. 16-18).

Estamos debaixo do poder capacitador da graça de Deus *justamente para* que possamos obedecer a lei de Deus que anteriormente violávamos. Essa concepção da intenção de Paulo nos ajuda a compreender o lugar e a função apropriadas de sua declaração em seu contexto local. Em sua forma completa, o argumento de Paulo é este: “O pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça. Pois quê? Pecaremos porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça? De forma alguma!” (vv. 14-15). Em seu contexto, fica claro que estar *debaixo da lei* é uma *posição de impotência* na qual a escravidão ao pecado permanece em vigor, ao passo que estar debaixo da graça concede a força espiritual para ser liberto do pecado e obedecer aos justos padrões de Deus (encontrados em Sua lei).

(3) Finalmente, é importante lembrar que a lei entregue por Moisés nunca poderia realmente aperfeiçoar coisa alguma (Hb. 7:19). Embora ela

POR ESTE PADRÃO

prefigurasse de forma muito bonita o ministério salvífico de Jesus Cristo em suas ordenanças cerimoniais, a lei nunca poderia por meio dos seus sacrifícios repetidos assegurar a redenção eterna da qual o povo de Deus necessitava (Hb. 9:11-12; 10:1-2). Apenas a vinda do Salvador prometido, Sua morte expiatória e ressurreição justificadora poderiam efetuar a esperada salvação dos crentes. A lei não poderia *efetuar* a remissão dos pecados, mas apenas testificar de sua realidade vindoura. De igual modo, a parte cerimonial da lei do Antigo Testamento nunca foi destinada a ser seguida de forma literal perpetuamente na mesma maneira na qual o foi pelos santos do Antigo Testamento. Ela foi “imposta sobre eles até ao tempo da reforma” (Hb. 9:10).

Com a vinda do Salvador, as sombras foram deixadas para trás. O sistema cerimonial foi tornado obsoleto e feito inoperante. Insistir em guardar essas ordenanças na mesma maneira em que os crentes do Antigo Testamento o faziam seria manifestar uma atitude legalista com relação à salvação (Gl. 4:8-10; 5:1-6). Seria um retrocesso e um desdém por Cristo, para quem as cerimônias do Antigo Testamento apontavam.

“Debaixo da Lei”

Em 1 Coríntios 9:20, Paulo descreve a si mesmo como “não estando [...] debaixo da lei” (BTX), embora ele se tornasse aos judeus como um que estivesse debaixo da lei para que assim pudesse ganhar alguns judeus para Cristo. No versículo seguinte, ele continua a descrever a si próprio, agora como “não estando [...] sem lei de Deus, senão na lei de Cristo.” Ao menos, esse versículo refuta qualquer ideia de que Romanos 6:14 (“não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça”) possa ser interpretado como implicando que a pessoa que está debaixo da graça tivesse sido liberada da obrigação moral para com a lei de Deus. Paulo afirma sua sujeição à lei de Cristo e, desse modo, também a cada detalhe da lei do Antigo Testamento (Mt. 5:17-19). De fato, ele não era sem a lei de Deus (cf. Rm. 3:31; 7:22; 8:4). O que, então, ele pretende ao dizer em 1 Coríntios 9:20 que ele *não está* “debaixo da lei”?

Pareceria que essa expressão (“debaixo da lei”) não está sendo usada da mesma maneira em Romanos 6:14 e 1 Coríntios 9:20. Na primeira passagem, ela implica *escravidão ao poder do pecado*, e isso está bem longe do

que Paulo diz sobre si mesmo na segunda passagem! Os que estão escravizados pelo pecado são *iníquos*, ou seja, *sem lei*, mas Paulo inequivocamente assevera que ele *não está* sem a lei de Deus em Cristo. A frase “debaixo da lei” em Romanos 6:14 aplica-se indiscriminadamente a todos os incrédulos, mas, em 1 Coríntios 9:20-21, ela se aplica a apenas uma categoria de incrédulos – enquanto “sem a lei” descreve a categoria restante de incrédulos.

O que então Paulo quer dizer em 1 Coríntios 9:20 ao asseverar que ele mesmo não está “debaixo da lei”? Paulo mostra como ele se tornou todas as coisas a todos os homens em nome do evangelho (vv. 22-23). “Aos judeus me fiz como judeu, para ganhar os judeus” (v. 20, BTX). Estando com eles, ele agia “como quem está debaixo da lei”, embora, com outros, ele agisse “como sem lei.”

A Escritura nos ajuda a compreender como Paulo não estaria assim agindo inconsistentemente, imoralmente e com duplicidade? Sim, ela ensina. Os judeus incrédulos não haviam ainda reconhecido a mudança dramática introduzida pelas realidades redentivas do Novo Testamento. Apesar de que Cristo cumprira tudo o que a lei mosaica antecipara, os judeus incrédulos continuavam a seguir esses rituais. Ao lidar com tais homens, Paulo se ajustava a esses costumes para ter oportunidades de anunciar o evangelho, embora ele tivesse pleno conhecimento de que tais rituais não eram mais obrigatórios. As sombras deram lugar ao Salvador. Por exemplo, Paulo realizaria ritos de purificação (p. ex., At. 21:20-26) e cumpriria certos votos (p. ex., At. 18:18), que ele sabia que eram moralmente indiferentes, e ele o faria para preservar uma audiência para o evangelho entre os judeus. Entre os gentios, porém, ele comportava-se “como sem lei.” Não havia vantagem em seguir as cerimônias em sua presença. Eles não eram como os judeus nesse aspecto – estando “debaixo da guarda da Lei” “antes que viesse a fé”, “debaixo de pedagogo” até atingirem a maturidade de filhos – assim como os crentes do Novo Testamento, que desfrutam de liberdade da tutela da lei (Gl. 3:23-26, TB).

Os judeus viviam debaixo dos rituais cerimoniais entregues por Moisés. Em 1 Coríntios 9:20, Paulo, reconhecendo que esses rituais não poderiam verdadeiramente efetuar a salvação e que eles foram tornados inoperantes pela obra expiatória de Cristo, diz que, todavia, ele agia *como se*

POR ESTE PADRÃO

estivesse “debaixo da lei” para ganhar os judeus para Cristo. Com certos homens, ele se ajustava a esses ritos, mas, com outros, ele não o fazia. Ele era todas as coisas para com todos os homens – sem perder de vista o fato de que ele estava “na lei de Cristo” e, portanto, *não* estava deixando de se submeter à lei de Deus.

O QUE A LEI PODE E DEVE FAZER

“Na vida do crente, a lei recebe o seu devido lugar; de fato, ela é estabelecida pela fé”

Nosso estudo do que a lei não pode fazer concluiu que a lei (1) não pode contribuir em coisa alguma à justificação do homem, (2) não pode libertar da escravidão do pecado e capacitar para a obediência, e (3) não pode realmente efetuar a plena salvação prefigurada pelos rituais cerimoniais. Um estudo minucioso da literatura do Novo Testamento mostrará que suas observações depreciativas ou negativas sobre a lei de Deus são todas associadas a uma negligência de uma das três incapacidades da lei aqui mencionadas. Ao deixar de reconhecer o que a lei não pode e não nunca foi destinada a fazer, os homens tentaram usar das obras da lei para justificação pessoal, buscaram em vão obedecer aos preceitos da lei sem a capacitação de Deus pela graça e permaneceram sobre as sombras obsoletas do ritual mosaico após o advento do Salvador. É contra tais usos ilegítimos da lei que o Novo Testamento fala com firme antipatia.

Ainda assim, nenhuma das passagens bem conhecidas do Novo Testamento que falam contra o abuso da lei chegam a dispensar os crentes da obrigação moral para com o padrão de vida justa revelado na lei. O padrão da lei permanece válido, nos mostrando o que é bom aos olhos de Deus. A avaliação de Paulo mostrou-se muito útil em resolver o aparente conflito com relação ao status da lei nas páginas do Novo Testamento. Paulo explicou: “Sabemos que a lei é boa, se alguém a usa legitimamente” (1 Tm. 1:8). Quais são os usos legítimos da lei?

Usos Adequados da Lei

Antes de Adão cair em pecado, a obediência à lei traria a ele vida e bem-estar. Desde a queda, contudo, a lei tornou-se uma forma de condenação e morte para os pecadores; a lei não pode produzir obediência no pecador e não pode ser usada como uma forma de justificação. As sombras

cerimoniais do Antigo Testamento – o evangelho em figuras – prometiam que o próprio Deus efetuará pela graça a plena salvação para o Seu povo, os justificaria do pecado e quebraria o poder da rebelião em suas vidas. A justiça de Deus é eficaz naqueles que experimentaram uma transição da ira para graça em suas vidas pessoais, de tal modo que a obediência grata à boa lei de Deus se torna um modo de vida e de bem-estar. A lei de Deus não é mais ignorada. Não é mais substituída pelos mandamentos e sabedoria do homem. Não é mais abusada para fins de autojustificação. Na vida do crente, a lei recebe o seu devido lugar; de fato, ela é *estabelecida* pela fé (Rm. 3:31). Por meio dela podemos ser abençoados.

Segundo a Escritura, a lei possui muitas funções legítimas. Podemos tentar sumariá-las na lista a seguir.

(1) *A lei declara o caráter de Deus e assim revela Sua glória.*

O tipo de estilo de vida e atitudes que o Senhor exige do Seu povo nos diz, certamente, que tipo de Deus Ele é. Se você quiser ver o contraste entre as deidades pagãs e o vivo e verdadeiro Deus da Bíblia, simplesmente observe as coisas que eles ordenam. Moloque exigia sacrifício de filhos, enquanto Jeová ordenou o cuidado e a criação deles – para citar apenas um único exemplo. O Salmo 119 extensivamente aplica os atributos de Deus (perfeição, pureza, justiça, verdade) aos preceitos de Deus. Por toda a lei, Deus reforça a autoridade de Seus mandamentos ao acompanhá-los da declaração “Eu sou o Senhor.”

Ao mostrar a verdadeira e radical exigência dos requisitos da lei (Mt. 5:21-47), Cristo estava nos mostrando a perfeição que Deus deseja em nós (v. 48). John Newton escreveu:

Quando usamos a lei como um espelho para contemplar a glória de Deus, usamo-la legitimamente. Sua glória é eminentemente revelada em Cristo; mas muito dela está em referência especial à lei, e não pode ser discernida de outro modo. Vemos a perfeição e a excelência da lei em Sua vida. Deus foi glorificado por Sua obediência como homem. Que perfeito caráter Ele demonstrou! E, no entanto, não é nada mais do que uma transcrição da lei.¹

¹ *Letters of John Newton* (London: Banner of Truth Trust, 1960), pg. 47.

POR ESTE PADRÃO

(2) A lei *revela as exigências* de Deus para nossas vidas como homens. Ao revelar o caráter de Deus, a lei naturalmente expressa o que é exigido dos homens para que imitem o Seu Criador. Os mandamentos da lei mostram como devemos ser como Deus ao expor a vontade de Deus para nós. Antes de entregar a suma da lei no Decálogo, Deus falou com Israel com estas palavras: “Agora, portanto, se vós obedeceis a minha voz, e guardais o meu pacto, então sereis o meu tesouro peculiar acima de todos os povos, pois toda a terra é minha. E sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa. Estas são as palavras que falarás aos filhos de Israel” (Ex. 19:5-6). Obediência à lei é obediência à voz do Rei, o Senhor do pacto e, como tal, nos mostra o que significa ser Seus súditos e servos. Para nós, orar “venha o teu reino” é o mesmo que orar “seja feita a tua vontade” (Mt. 6:10). E a vontade de Deus é comunicada pelos Seus mandamentos, que dizem o que Sua santidade significa em um nível de criatura (Lv. 20:7-8).

(3) A lei *pronuncia bênçãos* sobre a aderência às suas exigências. Os mandamentos de Deus foram estabelecidos para o nosso bem (Dt. 10:13), e obediência a eles é o puro prazer do homem justo (Sl. 1:1-2). Tal obediência traz prosperidade (Sl. 1:3-4) e bom êxito (Js. 1:7). A misericórdia do Senhor está sobre aqueles que guardam Seus preceitos (Sl. 103:17-18), abençoando a eles e suas culturas (cf. Dt. 7, 11, 28, 30). De fato, Paulo ensinou que “a piedade para todas as coisas é proveitosa, tendo a promessa da vida que agora é, e da que há de vir” (1 Tm. 4:8). Buscar a justiça do reino de Deus acima de todas as coisas será recompensado com o suprimento de todas as necessidades (Mt. 6:33). A lei assegura que, quando os homens são justos e retos, eles desfrutam da vida e da bênção que a imitação de Deus constitui. Assim, o mandamento foi ordenado para a vida (Rm. 7:10), e o homem que faz as coisas da lei desfruta da vida em sua esfera (Gl. 3:12).

(4) A lei fornece uma *definição de pecado*.

Ao nos mostrar como Deus é e o que Deus exige, a lei, similarmente, define um padrão para o pecado. O pecado é a transgressão da lei (1 Jo. 3:4). Ao delinear a justiça que agrada a Deus, a lei simultaneamente

fornece a norma de desvio e rebelião contra Deus. Onde não há lei, não pode haver transgressão (Rm. 4:15; 5:13). Por meio da lei, os homens passam a saber o que o pecado é (Rm. 3:20; 7:7).

(5) A lei *expõe infrações* e convence do pecado.

A lei é mais do que simplesmente um código objetivo de certo e errado pelo qual, se alguém tiver interesse, poderá julgar seu desempenho. A lei, sendo Espiritual (Rm. 7:14), é parte da palavra de Deus que é viva e ativa – mais afiada do que qualquer espada de dos gumes, a ponto de penetrar profundamente nos lugares mais ocultos do coração do homem e trazer à luz seu caráter mais obscuro. A lei julga os pensamentos e os intentos do coração (Hb. 4:12) e produz convicção de nossa pecaminosidade (por exemplo, Rm. 7:9-13).

(6) Além disso, a lei opera para *incitar rebelião* em homens pecaminosos.

Não apenas devemos reconhecer que a lei não nos pode capacitar a obedecer às suas exigências, devemos também ver que a lei, na realidade, opera na direção contrária – suscitando no rebelde mais e mais expressões de desobediência. Visto que a mente da carne (natureza pecaminosa) é incapaz de se sujeitar à lei de Deus (Rm. 8:7), *a lei de Deus serve para confirmar a escravidão ao pecado por meio da provocação de rebelião intensificada*. Assim, Paulo pode ver na lei o próprio poder do pecado (1 Co. 15:56). Para compreender isso, é necessário apenas refletir no triste fato de que a melhor maneira para que alguém que possua uma vidraça termine com ela quebrada é colocar uma placa proibindo atirar pedras nela. A própria proibição incita rebelião no coração. Assim, por meio dos mandamentos, a natureza pecaminosa do homem “se torna excessivamente pecaminosa” (Rm. 7:13), operando em nós toda forma de pecado, fazendo a transgressão abundar (Rm. 5:20).

(7) Consequentemente, a lei *condena toda a transgressão* como merecedora da ira e da maldição de Deus.

A declaração de Gálatas 3:10 é direta e aterrorizante: “[...] Maldito é

POR ESTE PADRÃO

todo aquele que não observa todas as coisas escritas no livro da lei para -cumpri-las” (cf. Dt. 27:26). Tiago intensifica a ameaça, dizendo: “Qualquer que guardar toda a lei, e errar em um só ponto, tornou-se culpado de todos” (2:10). Cada infração da lei traz ira sobre o pecador. Todos os homens serão julgados por sua impiedade (Jd. 5), julgados segundo suas obras quer sejam boas ou más (2 Co. 5:10) e, caso sejam encontrados culpados, serão lançados na perdição eterna da segunda morte (Ap. 20:12-15). O salário do pecado será a morte (Rm. 6:23). Portanto, a lei opera a ira (Rm. 4:15) sobre aqueles que são, pela sua natureza pecaminosa, filhos da ira (Ef. 2:3).

(8) *A lei nos impele a Cristo para salvação.*

Até agora, observamos a contínua, absoluta e imutável exigência da lei que reflete a santidade de Deus e assim revela a maldade do homem num contraste evidente. Ao contemplarem o elevado padrão da lei, aqueles que esperavam em sua própria justiça para serem aceitos diante de Deus percebem a futilidade dessa esperança. A lei fala, e isso cala toda a boca, trazendo todo o mundo debaixo do juízo de Deus (Rm. 3:19). Pecadores não têm esperança neste mundo à parte de Cristo (Ef. 2:12). O único recurso do pecador deve ser a livre misericórdia da promessa de Deus. Vindo a ter plena consciência de sua culpa, ele clama junto com Paulo: “Ó miserável homem que eu sou! Quem me livrará do corpo desta morte?” (Rm. 7:24). A resposta de Deus em Sua graça é Jesus Cristo (3:25), que manifesta a justiça de Deus à parte de nossa obediência à lei (v. 21) e que nos justifica pelo dom gratuito da fé (Rm. 3:22-26; 5:18-21; 6:23). Dessa forma, a lei tem uma função importante em levar os homens à salvação. Ela demonstra sua necessidade e não os deixa com outra opção legítima a não ser a oferta de salvação feita por Deus. “Antes que viesse a fé, éramos mantidos sob a lei, encerrados para a fé que havia de se revelar posteriormente. De modo que a lei foi o nosso tutor, para trazer-nos a Cristo, a fim de que pudéssemos ser justificados pela fé” (Gl. 3:23-24). Essa passagem é tipicamente citada pelas expressões que sugerem que a lei nos impele a Cristo.

(9) *A lei guia a santificação do crente.*

Visto que a lei estabelece o padrão de santidade de Deus para nossas vidas, visto que era têm sido a nossa obrigação desde o princípio, e visto que é precisamente a violação da lei que causou a morte de Jesus Cristo pelos pecadores, é natural concluir que os que foram libertos da culpa e da escravidão do pecado devem agora desejar seguir a lei que antes rejeitavam. Aqueles que viram a glória de Deus em Sua lei e foram assim convencidos do seu próprio pecado, sendo levados a Cristo para salvação, devem se esforçar para levar seus pensamentos, palavras e atitudes à conformidade para com o glorioso padrão da lei. Deus diz: “Guardareis os meus estatutos e os cumprireis. Eu sou o SENHOR que vos santifica” (Lv. 20:8).

Cristo dá o Seu Espírito aos crentes “para que a justiça da lei [seja] cumprida” (Rm. 8:4). A lei oferece orientação e discernimento ao crente (cf. Sl. 119:24, 66, 105; Pv. 6:23) para que assim ele possa andar na luz da perfeição moral de Deus em vez do que nas trevas (1 Jo. 1:5-7; 2:3-6; cf. 3:4-10; 5:2-3). Cristãos não devem pecar, mas sim evidenciar amor para com Deus e o próximo. A primeira epístola de João nos diz que o pecado é a violação da lei, e que o amor é visto na obediência aos mandamentos de Deus. Por conseguinte, Cristãos são corretamente guiados em suas vidas pela lei de Deus.

John Newton escreveu:

Outro uso legítimo da lei é consultá-la como uma regra e padrão pelo qual regulamos nosso espírito e nossa conversação. A graça de Deus, recebida pela fé, nos disporá à obediência em geral, mas, devido às trevas e ignorância remanescentes, sentimo-nos muito desorientados quanto aos particulares. Somos, portanto, enviados à lei, para que aprendamos como andar de maneira digna de Deus, que nos chamou para o Seu reino e glória; e cada preceito tem o seu lugar e uso adequados.²

Tal perspectiva levou homens como Newton a encontrar outro uso para lei estritamente associado com a sua função de guiar a santificação. Eles frequentemente falavam da lei como servindo “como uma prova pela

² *Ibid.*

POR ESTE PADRÃO

qual o exercício da graça pode ser julgado.”³ Tal conceito, embora impopular em nossos tempos de “fé fácil”, esteve muito presente na mente do Apóstolo João, que escreveu: “Nisto sabemos que o conhecemos, se guardarmos os seus mandamentos” (1 Jo. 2:3). Obediência aos andamentos era para João também um sinal de que alguém amava a Deus e aos filhos de Deus (1 Jo. 5:2-3).

Assim, parece apropriado que crentes usem a lei de Deus como uma métrica pela qual possam mensurar e avaliar seu crescimento pela graça de Deus em santidade de caráter. Visto que Bolton via a lei como “uma orientação para a vida, uma regra de caminhada para os crentes”, ele prosseguiu afirmando que a lei de Deus funcionava como “um espelho para revelar as imperfeições no cumprimento de nossos deveres”, “como um admoestador e corretor para o pecado, mesmo para os santos”, e como “um agulhão para nos impulsionar aos deveres.”⁴

(10) A lei também seve para *restringir o mal* do não-regenerado.

Embora apenas os crentes apreciem corretamente a glória do caráter de Deus revelado na lei, sejam convencidos de sua impureza pecaminosa por comparação, e busquem conformar-se ao justo padrão da lei, a lei também tem uma função na vida e experiência do incrédulo. Mesmo que o incrédulo não seja devidamente impelido pelo dedo condenatório da lei aos braços do fiel Salvador, a lei deve ser usada dentro de uma sociedade civil para restringir o mal externo de homens impiedosos.

De fato, na mesma passagem onde Paulo nos diz que a lei é boa quando usada legitimamente, o uso legítimo ao qual ele se refere é sua função restritiva sobre os homens rebeldes: “sabendo isto, que a lei não é feita para um homem justo, mas para os injustos e desobedientes, para os ímpios e pecadores, para os irreligiosos e profanos, para os assassinos de pais e assassinos de mães, para os homicidas, para os fornicadores, para aqueles que se contaminam com o sexo masculino, para os sequestradores, para os mentirosos, para os perjuros [...]” (1 Tm. 1:9-1). Isso pode não

³ *Ibid.*

⁴ Samuel Bolton, *The True Bounds of Christian Freedom* (London: Banner of Truth Trust, 1964), pg. 83

produzir um efeito santificador na vida do incrédulo, mas é, todavia, uma função preservadora dentro da sociedade, a qual é honrada por Deus. Esse foi um dos propósitos da lei quando Deus a revelou – tanto por meio da ordem criada, quanto mediante a legislação escrita.

OS “TRÊS USOS” TRADICIONAIS DA LEI

“Quando as ordenanças conhecidas da lei de Deus são rejeitadas por uma cultura, ela experimenta a ira de Deus revelada contra ela por meio da progressiva deterioração da ordem social e da decência moral.”

Minha investigação precedente visou delimitar as muitas facetas da função legítima da lei, como discutida na Escritura. Contudo, o pensamento reformado tradicional tendeu a resumir todas essas diversas funções sob a categoria dos três usos principais da lei. Os reformadores reconheceram bem claramente que a lei não fora abolida na era do Novo Testamento, porém estavam profundamente cientes dos abusos da lei aos quais a Igreja Católica Romana medieval era propensa. Portanto, eles argumentavam pela validade da lei contra antinomianos e, para que não caíssem em erro com relação ao uso da lei, eles estabeleceram as funções corretas da lei.

O “primeiro uso” da lei de Deus, conforme criam, era “o uso *político* da lei.” Eles acreditavam que a aplicação da lei de Deus pelo magistrado civil é necessária para a restrição adequada e legítima de comportamento impiedoso por parte de homens impiedosos.

O “segundo uso” da lei que eles identificaram foi chamado de “o uso *pedagógico* da lei.” Ao proporcionar convicção do pecado e criar um senso de necessidade espiritual no pecador, a lei era um tutor que o levava a Cristo. Em seu bem conhecido *Comentário ao Livro de Gálatas*, Lutero escreveu:

Dessa maneira, o uso próprio e o alvo da lei é tornar réus os homens tranquilos e seguros, de modo que sejam culpados do pecado, da ira e da morte [...] Assim, pois, a lei, na sua função, também é

útil para a justificação. Ela, na verdade, não justifica, mas impele o homem para a promessa da graça (Comentário em Gl. 2:17 e 3:19).¹

Certamente, nenhum crente evangélico pode desmentir que a lei corretamente serve a tal fim.

O “terceiro uso” da lei identificado pelos reformadores era o seu “uso *didático*”, por meio do qual ela fornece uma regra de vida aos crentes. Calvino escreveu: “[A lei] é para eles um excelente instrumento pelo qual aprendem, melhor e mais certamente no dia a dia, qual é a vontade do Senhor, à qual aspiram.”² Apesar de que alguns luteranos modernos tenham desejado distanciar-se desse uso da lei, não pode haver dúvida de que este é endossado por Lutero e pela Fórmula de Concórdia. Lutero disse que, à parte do apelar à lei para a justificação, “ninguém pode exaltar verdadeiramente, com suficiente magnificência, as boas obras” (*Comentário* em Gl. 3:22).³ Remover a lei do crente, pensava Lutero, “é algo impossível e contra Deus.”⁴ Por conseguinte, o *Pequeno Catecismo* de Lutero começa com uma exposição do Decálogo. A Fórmula de Concórdia declarou: “Cremos, ensinamos e confessamos que se deve insistir com diligência na pregação da lei [...] também entre os crentes genuínos, verdadeiramente convertidos, regenerados e justificados pela fé” (Artigo VI.2).⁵ Embora o ramo calvinista da Reforma enfatize a lei como a boa dádiva da graça de Deus, e o luterano a enfatize como uma restrição, ambos concordam que a lei deve ser usada para formar a vida do crente regenerado.

O Controverso “Primeiro Uso”

Tradicionalmente, o pensamento reformado sumariza o uso adequado da lei em três funções específicas. Ela impele aquele que foi con-

¹ Martinho Lutero, *Obras Seleccionadas*, vol. 10: *Interpretação do Novo Testamento – Gálatas, Tito*, trad. Paulo F. Flor e Luís H. Dreher (Comissão Interluterana de Literatura, 2008), pg. 155, 301. [N. T.]

² João Calvino, *A Instituição da Religião Cristã*, vol. 1, trad. Carlos E. de Oliveira e José C. Estevão (Editora UNESP, 2007), 2:7:12, pg. 342.

³ Martinho Lutero, *Obras Seleccionadas*, vol. 10, pg. 318. [N. T.]

⁴ *Table Talk*, 286.

⁵ *Livro de Concórdia: As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, trad. Arnaldo Schüller (Comissão Interluterana de Literatura, 2006), pg. 517. [N. T.]

POR ESTE PADRÃO

vencido de seu pecado a Cristo (o segundo uso) e fornece um padrão de santificação para o crente regenerado (o terceiro uso). Houve certo debate com relação ao “terceiro” uso, ou uso didático, no passado, mas a fé reformada ainda persistiu na afirmação bíblica de que a lei retém sua validade vinculante para a conduta dos crentes.

Mais recentemente, discordâncias surgiam com respeito ao que os reformadores chamaram de “primeiro uso” da lei, o qual eles entendiam ser o seu “uso político” em restringir o comportamento impiedoso dos não-regenerados na sociedade. Os reformadores estavam tão seguros dessa função apropriada para a lei de Deus que eles podiam chamá-la de o primeiro e mais óbvio uso para ela. De fato, a mesma passagem onde Paulo sugere que existe o uso da lei tanto legítimo quanto ilegítimo – 1 Tm. 1:8 – prossegue imediatamente ilustrando um uso legítimo da lei como sendo o de restringir o comportamento civil externo de homens ingovernáveis (vv. 9-10).

A lei fornece um padrão externo de justiça que pode ser aplicado dentro da esfera civil, como é evidente a partir da menção de Paulo a transgressões sobre as quais a lei humana pode ter jurisdição. A lei foi decretada ou estabelecida, diz Paulo, para os ingovernáveis – como assassinos, sequestradores, homossexuais, perjuros e similares. A lei, por sua própria natureza, visa restringir a má conduta de homens iníquos.

Na Introdução do Editor à reimpressão da maravilhosa obra de Samuel Bolton, *The True Bounds of Christian Freedom*, pela *Banner of Truth*, a importância civil da lei de Deus é detalhada habilmente:

Grave e alarmante é a atual deterioração na condição moral da sociedade. A Igreja é parcialmente culpável por essa deterioração, pois, como o sal preservador da comunidade, ela maioritariamente perdeu o seu sabor. A teologia moderna desertou. Ela se desgarrou dos marcos antigos, e a sociedade contemporânea colhe “a coisa má e amarga” que é a consequência inevitável. A presente teologia prevalente não foi capaz de elevar a sociedade e deter o seu declínio moral e, inquestionavelmente, uma explicação para isso é a sua in-

compreensão do lugar da lei e de sua utilidade ao serviço do pacto da graça.⁶

Quando os homens deixam de ver que a lei de Deus tem o propósito de operar como uma disciplina externa dentro da sociedade, quando eles duvidam do e se opõem ao “uso político” da lei, suas sociedades inevitavelmente sofrem maldições como consequência. Carl F. H. Henry expressa a questão da seguinte forma:

Mesmo onde não há fé salvífica, a Lei serve para restringir o pecado e preservar a ordem criacional pela proclamação da vontade de Deus. [...] Mediante seus juízos e ameaças de condenação e punição, a lei escrita, juntamente com a lei da consciência, detém o pecado entre os não-regenerados. Ela tem o papel de um magistrado, que é um terror para os que praticam o mal. [...] Ela cumpre uma função política, portanto, pela sua influência restritiva no mundo não-regenerado.⁷

Lei Bíblica e Governo Civil

Essa função política da lei é inegável no Antigo Testamento, onde Deus entregou estatutos pertinentes a questões civis ao Seu povo. Essas estipulações eram integrais à lei e ordem da sociedade do Antigo Testamento e, se a declaração de Paulo no Novo Testamento em 1 Tm. 1:8-10 deve ser observada, essas estipulações da lei de Deus ainda são valiosas para a ética política moderna.

Não podemos descartar esses vislumbres dos meios de lei e ordem no Antigo Testamento sem nos lembrarmos de que essa tradição dada por Deus é reiterada e não ab-rogada pelo evangelho cristão. [...] Embora estejamos debaixo da graça, ainda estamos sob a Lei de Deus e somos responsáveis, diante d’Ele e do nosso próximo, por garantir que a justiça e a paz prevaleçam.⁸

⁶ Samuel Bolton, *The True Bounds of Christian Freedom* (London: Banner of Truth Trust, 1964), pp. 10-11.

⁷ *Christian Personal Ethics* (Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1957), pg. 355,

⁸ D. J. Wiseman, “Law and Order in Old Testament Times”, *Vox Evangelica*, VIII, pg. 19.

POR ESTE PADRÃO

A lei de Deus continua a ter uma importante função política na ordem do Novo Testamento, como Donald Guthrie reconhece ao dizer:

No Novo Testamento, um padrão de justiça é pressuposto e há uma clara diferenciação entre o que é certo e o que é errado. Há ecos da visão de justiça social do Antigo Testamento. [...] A abordagem à lei no geral no Antigo Testamento é intrinsecamente ligada à Lei Mosaica, que estabelece amplas disposições para a justiça social. [...] A importância dessa evidência da santidade da lei é que ela fornece uma base sólida para a ação social. Isso é indispensável para uma sociedade estável.⁹

Uma situação irônica tem surgido em nossos dias. Cristãos evangélicos que poderiam ser considerados como tendendo para uma posição mais “progressista” no que tange à política, e cristãos evangélicos que seriam considerados como favorecendo uma posição mais “conservadora” na política, possuem ao menos esta única área em que há, de forma inconsciente, uma concordância significativa: ambos desejam fazer um uso pautado por princípios e autoritativo da lei do Antigo Testamento em prol da justiça social. Publicações recentes que têm promovido um envolvimento ativo dos crentes em atender às necessidades dos pobres pelo mundo fazem um apelo notável à lei do Jubileu, enquanto muitos livros e artigos escritos para contestar a tolerância à homossexualidade e/ou ao aborto em nossos dias fazem referências claras e sem reservas às proibições do Antigo Testamento contra tais práticas.

Os crentes da atualidade reconhecem que a lei possui uma importância política contínua, mesmo quando não desenvolvem sistematicamente um fundamento teológico para os apelos feitos à autoridade da lei, e que possam inconscientemente contradizer, em outros casos, esse fundamento pressuposto. Esse fundamento é a validade contínua da lei de Deus, incluindo sua relevância social e política. É bem estranho que aqueles que objetam a essa noção na atualidade sejam, geralmente, os herdeiros da tradição reformada de manter o uso político da lei.

⁹ Donald Guthrie, “The New Testament Approach to Social Responsibility”, *ibid.*, VIII, pp. 53-54.

Os que resistem ao uso político da lei de Deus, depreciando sua relevância política e encorajando ou a indiferença às questões de justiça social ou padrões alternativos para ela, não estão alinhados com os seus precursores da Reforma. Lutero e Calvino concordavam plenamente que a lei de Deus é um instrumento de governo civil, operando para restringir o crime e assim promover a ordem civil. Lutero ensinou que

o primeiro sentido e uso da lei é, por conseguinte, refrear os ímpios. [...] Essa repressão civil é muito necessária e foi instituída por Deus, não só por causa da paz pública, mas, ainda, para que todas as coisas sejam preservadas, mas, principalmente, para que o curso do Evangelho não seja impedido por tumultos e sedições de homens violentos. (*Comentário em Gl. 3:19*).¹⁰

Calvino concorda:

Há um segundo ofício da Lei para aqueles que não alcançam nenhum cuidado do justo e do reto, a não ser quando coagidos, sejam reprimidos ao menos pelo pavor das penas enquanto ouvem maus presságios nas sanções dela. Ora, não são coagidos pelo fato de o interior da alma deles ser agitado ou disposto, mas porque, tal como por um freio lançado, afastam as mãos das obras exteriores e coíbem sua depravação interior, a qual, de outro modo, haviam de espalhar petulantemente (*Institutas, 2:7:10*).¹¹

Essa continuou a ser a visão dos pensadores reformados ao longo dos séculos. À época da Assembleia de Westminster, Samuel Bolton escreveu:

Primeiramente, então, meu objetivo é mostrar os propósitos maiores e principais pelos quais a lei foi promulgada ou dada. Há dois propósitos principais a serem observados, o primeiro era político, o outro, teológico ou divino. O uso político é aludido pelo apóstolo em 1 Tm. 1:8-9 [...]; isto é, ela foi instituída por causa deles de tal modo que, se a lei não fosse a sua regra, então deveria ser a sua punição. Tal é o uso político da lei.¹²

¹⁰ Martinho Lutero, *Obras Seleccionadas*, vol. 10, pg. 295. [N. T.]

¹¹ João Calvino, *A Instituição da Religião Cristã*, vol. 1, pg. 340. [N. T.]

¹² Bolton, pg. 78.

Conclusão

O uso político da lei é admitidamente negativo e meramente *dissuasivo* em caráter. Ele não contribui para regenerar o pecador ou reconciliá-lo com Deus; ele não transforma o seu coração ou o leva para mais perto do Salvador em qualquer nível. Todavia, essa função da lei é crucial para a sociedade humana. Quando as ordenanças conhecidas da lei de Deus são rejeitadas por uma cultura, ela experimenta a ira de Deus revelada contra ela por meio da progressiva deterioração da ordem social e da decência moral (Romanos 1). Visto que esse importante uso político da lei de Deus é impopular em muitos círculos nos dias de hoje, e que muitos que foram educados no ambiente secular de nossa sociedade carregam concepções confusas sobre o que essa função política envolve, os próximos capítulos focarão na doutrina bíblica do governo civil e do lugar da lei bíblica nela. Veremos que “a justiça exalta uma nação; mas o pecado é um opróbrio para qualquer povo” (Pv. 14:34) e, nesse caso, não ousaremos desprezar a relevância e o uso políticos da lei de Deus biblicamente revelada.

22

AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO EVANGELHO ABRANGENTE

“Se devemos glorificar a Deus até no nosso comer e beber, então certamente devemos também glorificá-Lo na maneira na qual votamos e assim encorajar os governantes em sua administração de nossa sociedade.”

Houve um tempo em que, quando um autor que cria na Bíblia queria escrever sobre algum aspecto da moralidade social ou de políticas públicas, ele precisava apresentar uma apologética e defesa introdutória para entrar em tal área de discussão. Dado o contexto de envolvimento progressista ou modernista na política, dada a ameaça do evangelho social e dado o recuo evangélico do mundo encorajado pelo pietismo centrado na igreja e o dispensacionalismo negador da lei, qualquer que escrevesse sobre assuntos de ética política e social facilmente se tornaria suspeito de estar fazendo concessões à sua fé ou tê-la abandonado. Assim, a reticência caracterizou as publicações evangélicas e reformadas nessas áreas.

Os tempos obviamente mudaram, se prestarmos atenção à avalanche de livros que começaram a ser publicados pelos últimos anos sobre a abordagem cristã (evangélica ou reformada) à política e à ética social. A opinião oscilou tão acentuadamente para a direção oposta a tal ponto que certa medida de suspeição provavelmente será sentida com relação a qualquer autor que creia na Bíblia, mas que renuncie ou completamente ignore uma questão vital como essa. Escritores confiáveis na tradição conservadora da teologia começaram a escrever suas opiniões sobre a moralidade política. Homens com conexões políticas visíveis têm escrito so-

bre suas conversões e seu envolvimento cristão na liderança da sociedade. Problemas críticos no governo do Estado – desde tolerância para com a homossexualidade até o aborto legalizado – forçaram o fim da política de silêncio cristão sobre as questões sociais da atualidade. O aumento do interesse nas noções de que o Cristianismo diz respeito ao homem em sua totalidade (não apenas ao seu destino interior e “espiritual”), que os seus princípios abrangem todas as áreas da vida (não meramente uma hora de adoração no Dia do Senhor), e que a vinda do reino de Cristo possui implicações para a renovação de toda a criação (e não apenas para a salvação de almas do fogo do inferno) naturalmente resultou em um aumento do interesse pela visão cristã da ciência, arte, economia, política e tudo o mais. Assim, devido a muitos fatores, cristãos tornaram-se, na última geração, mais e mais conscientes e ativos politicamente.

Certamente, nada disso deveria legitimamente sugerir que o cristianismo é primariamente ou mais importantemente uma posição política. Isso não deve minimizar a centralidade e a verdade indispensável das boas novas de que Cristo veio para salvar o Seu povo da maldição do pecado e da pena por sua rebelião no juízo final; a cruz e a ressurreição, a obra regeneradora do Espírito Santo e a necessidade da justificação pela fé não foram esquecidas ou subordinadas. No entanto, as plenas implicações dessas verdades estão sendo apreciadas novamente – assim como elas o foram em épocas passadas da Igreja.

Rei Jesus

Em 1719, Isaac Watts escreveu um hino hoje famoso que expressa algumas dessas implicações, um hino que cristãos que creem na Bíblia têm cantado (especialmente na época do “Natal”, e assim são acompanhados até por muitos incrédulos) por mais de dois séculos e meio:¹

Cantai que o Salvador chegou!
Acolha a terra o Rei!
Leais nações, a Ele só
Contentes vos rendei;
Oh, sim, contentes vos rendei!

¹ Tradução e adaptação de Justus Henry Nelson. [N. T.]

POR ESTE PADRÃO

Ao mundo o gozo proclamai
Do reino de Jesus!
Ó terra e mar e céus, cantai
A resplendente luz;
A grande e resplendente luz.

Pecado, dores, morte já
Vencidos d'Ele são;
A paz Jesus concederá
Em régia profusão;
Oh, sim, em régia profusão!

Verdade e amor são Sua lei;
Os povos acharão
Que é justo e bom o excelso Rei,
E Lhe obedecerão;
Sim, todos Lhe obedecerão

A Igreja tem cantado as implicações “políticas” do evangelho há anos! Ela tem cantado que a terra deve receber seu Rei – um Salvador reinante que governa o mundo, fazendo as nações experimentarem Sua justiça. E esse Rei está interessando em mais do que as almas interiores dos homens e sua existência celestial no futuro. Como um Salvador do pecado, *Cristo está interessado em cada aspecto da vida infectado pelo pecado na queda do homem*. “Verdade e amor são Sua lei; Os povos acharão que é justo e bom o excelso Rei, e Lhe obedecerão.” Devido à existência social do homem e de seus esforços políticos terem sido amaldiçoadas pelo pecado, Cristo o Rei manifesta Sua justiça no campo da política humana, assim como Ele reina sobre todas as outras esferas dos pensamentos, vida e conduta do homem

A Igreja primitiva estava bem consciente das implicações políticas do cristianismo. Ser um “cristão” – um discípulo ou seguidor de Cristo (At. 11:26) – significava confessar Jesus Cristo como Salvador, Messias e Senhor. Cristãos declararam que Jesus era o seu Salvador ou *soter* (em grego), como vemos em Atos 5:31 e 1 João 4:14 (“Nós vimos e testificamos que o Pai enviou seu Filho para ser o Salvador do mundo”). A despeito do fato de que moedas romanas da época frequentemente retratavam o rosto do Imperador com a inscrição de *soter* (ou “único Salvador” em alguns casos),

os primeiros cristãos declaravam que o nome de *Jesus* era o *único* nome dado entre os homens por meio do qual podemos ser salvos (At. 4:12).

Era também essencial que um cristão crese “que Jesus é o Cristo” (ou Messias), como é dito em 1 João 5:1. Visto que Jesus admitia abertamente que era o Cristo, o Sinédrio O levou diante de Pilatos para ser julgado. Este também O inquiriu e descobriu que Jesus considerava a Si próprio como Rei (Lc. 22:67 – 23:3), fato pelo qual Ele foi acusado de falar contra o próprio César (Jo. 19:12). Por fim, o Novo Testamento nos mostra que é característico de todos os cristãos confessar com suas bocas que “Jesus é o Senhor” (Rm. 10:9; 1 Co. 12), significando que sua lealdade em todas as coisas pertence a Ele como “Rei dos reis e Senhor dos senhores” (1 Tm. 6:15; Ap. 17:14; 19:16) – mesmo enquanto Ele batalha contra o poder político da Besta e dos reis da terra. Portanto, gostando ou não, os primeiros cristãos compreendiam que ser um cristão tinha ramificações políticas. Paulo e os cristãos em Tessalônica foram acusados de crimes políticos por confessarem a Cristo, com a seguinte alegação: “Todos estes são contrários aos decretos de César, dizendo que há outro rei, Jesus” (At. 17:7).

Sabemos que um dia o Rei Jesus exigirá que todos os reis da terra prestem contas de seus reinados a Ele como seu Soberano Governante e Juiz. Todos os tronos foram criados para Ele, que tem a preeminência em todas as coisas (Cl. 1:16-18). Reis que não forem prudentes para servirem o Senhor com temor e beijar o Filho experimentarão Sua ira, perecendo no caminho (Sl. 2:10-12). Portanto, podemos ver o quão importante e legítimo é para os cristãos – cristãos que creem na Bíblia e desejam submeter-se às Escrituras do início ao fim – manterem atitudes e crenças sobre política e ética social que glorifiquem a Deus. Se devemos glorificar a Deus até no nosso comer e beber (1 Co. 10:31), então certamente devemos também glorificá-Lo na maneira na qual votamos e assim encorajar os governantes em sua administração de nossa sociedade! De fato, devemos buscar primeiro o Reino de Deus e a Sua justiça (Mt. 6:33) para que assim *Sua vontade* seja feita *na terra* (Mt. 6:10).

Trombetas de Som Incerto

Mas *qual* é a Sua vontade para a ética política? Essa é a questão crucial; porém, é também a questão que escritores cristãos modernos sobre política e moralidade social consideram tão difícil (se não impossível) de ser respondida de forma clara e específica. Com o interesse renovado que vemos hoje nos cristãos em adentrar na arena política com uma cosmovisão completa que compreenda todas as áreas do interesse humano, e com o dilúvio de livros e artigos que hoje são publicados sobre a abordagem *cristã* à política, o que aconteceria se o mundo, de repente, parasse e simplesmente dissesse: “Tudo certo, vemos como o humanismo fracassou lamentavelmente. O que vocês cristãos dizem que devemos fazer em questão de ética política?” Assim que recebessem a oportunidade de expor publicamente a perspectiva cristã, os escritores evangélicos e reformados teriam algo a dizer além de generalizações e frases de efeito ambíguas? Há razão para duvidar disso. A explicação para esse provável fracasso não seria difícil de se encontrar.

A razão pela qual cristãos que desejam escrever ou se posicionar sobre questões de ética política são comumente incapazes de produzir respostas distintivas e úteis que sejam claras e específicas encontra-se em sua relutância em endossar e proclamar publicamente a lei de Deus, justamente onde o Senhor revelou as respostas definitivas para os problemas socio-políticos do homem e de suas civilizações.

Que tipo de boas novas ou “evangelho” o Reino de Jesus Cristo traz de acordo com muitos grupos cristãos?

O Evangelho Social

Como a maioria dos cristãos que creem na Bíblia sabe, o “evangelho social” está hoje dominado por modernistas e liberais. No fim do séc. XIX e início do séc. XX, o movimento da alta crítica na erudição acadêmica questionou muito do ensino bíblico e minou a teologia mais fundamental da igreja cristã. Assim, a obra e a mensagem de Cristo foram reduzidas, de tal modo a afirmar que Ele não realizou uma obra sacerdotal na Sua morte e ressurreição e não assegurava salvação eterna para os homens.

A abordagem modernista com relação ao homem tornou-se evolucionária e naturalista, negando ainda mais a mensagem cristã sobre a dig-

nidade singular do homem como imagem de Deus e criação especial feita pela Sua mão. Como resultado, o modernismo se afastou das verdades do cristianismo bíblico e contentou-se quase que exclusivamente em temas e interesses moralistas, especialmente questões que tratavam da “irmandade de todos os homens” como vista nas relações sociais. Assim, teólogos liberais não hesitaram em propagar soluções humanistas para questões políticas, tudo em nome do cristianismo. Devemos nos lembrar, contudo, que o erro no “evangelho social” não estava no fato de ser social, mas sim em ser modernista e negar a Bíblia.

A Resposta Fundamentalista

Em reação ao liberalismo, o fundamentalismo no século XX pregou um “evangelho individualista” em contraste radical. A ênfase foi posta sobre salvar as almas dos homens da condenação eterna e mudar os seus corações para uma vida orientada à Igreja, aguardando a iminente volta de Cristo a esse mundo irremediavelmente decadente. Ironicamente, a despeito de todo o esforço para se distanciar dos erros do liberalismo, a louvável insistência em certas doutrinas fundamentais da Bíblia no fundamentalismo tendeu a prejudicar a compreensão das plenas implicações do cristianismo. Mais uma vez, a obra e a mensagem de Cristo foram reduzidas, uma vez que a plena salvação que Cristo efetuou foi limitada aos aspectos “espirituais” do homem e o reino e domínio presentes de Cristo foram postergados a uma época futura (quando questões sociopolíticas novamente entrariam em pauta). A redenção não foi compreendida como se aplicando a todas as áreas afetadas pela maldição do pecado, e a piedade foi estreitamente definida como abstinência de abusos mundanos (como beber, fumar, assistir filmes, dançar, etc.).

O conservadorismo do fundamentalismo era extremamente necessário na teologia, certamente, mas os efeitos sociais foram menos do que benéficos. Jesus disse que se o sal perdesse o seu sabor, para nada mais serviria, a não ser para ser lançado fora e pisado debaixo dos pés dos homens (Mt. 5:13). Na medida em que isso ocorreu com o fundamentalismo, deveu-se ao fato de não proclamar todo o conselho de Deus, inclusive para a moralidade sociopolítica. A ética de Paulo não era exclusivamente focada na vida futura no céu ou no comportamento individual no presente.

POR ESTE PADRÃO

Ele disse: “a piedade para *todas as coisas* é proveitosa, tendo a promessa da vida *que agora é, e da que há de vir*” (1 Tm. 4:8).

Luteranismo e Romanismo

Podemos situar o “evangelho dicotômico” do romanismo e do luteranismo lado a lado com o evangelho social do modernismo e o evangelho individualista do fundamentalismo. A Igreja Luterana sem dúvidas opõe-se firmemente aos erros teológicos a Igreja Católica Romana. Recordemos que Lutero inaugurou a Reforma Protestante da Igreja ao insistir na doutrina da justificação pela fé, em contraposição às noções romanistas de justiça² pelas obras da lei. Ainda assim, estranhamente, a visão luterana sobre questões sociopolíticas desenvolveu-se em uma perspectiva paralela à de Roma.

A Igreja Católica Romana reduz a obra de Cristo (de modo que sacerdotes e esforços completam a salvação), enquanto a Igreja Luterana tende a reduzir a mensagem de Cristo (pregando uma forte oposição entre a lei e o evangelho e pondo uma ênfase quase exclusiva neste último). A perspectiva católico-romana ao decorrer dos anos tem sido a de afirmar a existência de uma distinção entre as esferas da natureza e da graça; algumas questões são pertinentes a uma, enquanto questões diferentes são pertinentes à outra. Questões políticas são naturais ao homem e à sua existência social e, assim, a perspectiva da graça (a revelação especial) não é diretamente pertinente a elas. Nesse caso, a razão autossuficiente e natural do homem torna-se o árbitro em questões de ética política. De modo paralelo, a doutrina luterana clássica ensina que há um reino da mão direita e um reino da mão esquerda, um pertinente à salvação e à igreja, enquanto o outro é pertinente à criação e à sociedade. Como resultado, quando crentes adentram o debate político, eles o fazem numa plataforma comum com os incrédulos.

Nem o romanismo e nem o luteranismo possuem uma palavra de Deus direta e específica sobre questões políticas, mas apenas sobre questões concernentes à graça e à salvação. Como resultado, ambos promovem uma atitude neutra com relação à política que não pode oferecer orienta-

² Condigna ou congruente.

ção específica para a sociedade a partir da Escritura. As dicotomias que são centrais a essas perspectivas teológicas eliminam a possibilidade de uma orientação plenamente bíblica para a ética política.

Neo-Ortodoxia

Indo para outro extremo, a neo-ortodoxia e teologias radicais subsequentes proclamaram o “evangelho incerto”, que abordava problemas específicos na sociedade e na política, mas sem uma palavra clara e específica de Deus. Karl Barth estava convencido de que os mandamentos da Bíblia não eram verdades universais, aplicáveis a todas as eras e culturas, mas meramente testemunhos da vontade de Deus restritos ao seu tempo. Emil Brunner foi mais longe, chegando a dizer que a Bíblia não poderia, por definição, nos proporcionar normas de conduta pré-estabelecidas, pois nossas obrigações (segundo ele) poderiam apenas ser determinadas pela situação na qual nos encontramos – escancarando a porta para o desenvolvimento da moralidade situacional de Joseph Fletcher. A neo-ortodoxia promoveu nada menos que graça barata que não exigia que os homens se convertessem, se arrependessem de pecados específicos e fossem santificados de acordo com um padrão imutável de santidade. A neo-ortodoxia não poderia oferecer nada além de um evangelho nebuloso aos homens, pois, de acordo com ela, Deus não se comunicou por meio de proposições verbais infalíveis. Assim, já era de se esperar que a abordagem neo-ortodoxa aos problemas sociais fosse ambígua, sem clareza e sem autoridade. Ela carece de uma palavra segura de Deus pela qual julgaria e guiaria as questões sociais do homem.

O Evangelho Abrangente

Em contraposição ao evangelho social do modernismo, o evangelho individualista do fundamentalismo, o evangelho dicotômico do romanismo e do luteranismo, e o evangelho incerto da neo-ortodoxia e do radicalismo, encontramos o bendito e renovador *evangelho abrangente* da teologia reformada, que é a herança do Cristianismo Bíblico. As boas novas do Reino de Cristo é que Jesus Cristo salva graciosa e poderosamente o homem na totalidade de sua existência criada e pecaminosa. Ele é um

POR ESTE PADRÃO

profeta, declarando a vontade de Deus ao homem ignorante. Ele é um sacerdote, intercedendo para com Deus em favor de pecadores impuros. E ele é um rei, governando sobre todos os homens e todas as áreas da vida. A vinda do Reino, portanto, traz o governo progressivo de Cristo sobre o mundo, a carne e o diabo (1 Co. 15:25).

As igrejas reformadas sempre sustentaram a proclamação do *sola Scriptura* e *tota Scriptura*. Somente a Escritura deve ser o padrão para nossa teologia e ética, e devemos pregar toda Escritura em sua total relevância para a vida dos homens. Somente a Escritura, mas totalmente a Escritura! Consequentemente, observamos que a pregação do Novo Testamento não é apolítica. Jesus repreendeu Herodes, chamando-o de uma raposa, e João Batista declarou que seu comportamento era iníquo. Paulo alerta contra um governante político que é “o homem da iniquidade” e João o chama de “a Besta.” Em oposição a esses governantes malignos, os cristãos devem permanecer firmes na lei de Deus (Cf. Ap. 12:17; 14:12), porque Paulo ensinou que o magistrado civil é obrigado a ser “ministro de Deus” que vinga a Sua ira contra os praticantes do mal que violam a lei de Deus (Rm. 13:4). Uma vez que o Novo Testamento não é apolítico, a pregação abrangente das igrejas reformadas também não o é.

Contudo, em tempos recentes, tem havido uma relutância crescente em manter o “uso político” da lei de Deus do declarar a vontade de Deus para a moralidade sociopolítica. Por conseguinte, nos dirigiremos à questão de se o magistrado civil deve obedecer e aplicar a lei de Deus do Antigo Testamento nos dias de hoje.

LEI E POLÍTICA NO ISRAEL DO ANTIGO TESTAMENTO

“Quando aqueles que governam por Deus se apartam de Suas leis, então eles devem ser julgados por Deus. O próprio fundamento da ordem civil é minado quando juízes não discernem entre o bem e o mal.”

Muitos cristãos desejam assumir uma posição distintiva com respeito a questões de moralidade sociopolítica. Contudo, isso tem se tornado muito difícil uma vez que o uso político da lei de Deus tem sido esquecido ou rejeitado. Infelizmente, até mesmo escritores na tradição reformada geral da teologia tem repudiado esse uso da lei de Deus ultimamente. Em resposta, perguntamos se a Bíblia ensina que magistrados civis devem obedecer e aplicar as porções relevantes da lei do Antigo Testamento.

Em certo sentido, estudos anteriores já nos ofereceram uma resposta aparente a essa questão. Vimos que a Bíblia em sua totalidade é o nosso padrão de moralidade nos dias de hoje, pois Deus não tem dois pesos e duas medidas de justiça. Em vez disso, a lei reflete a santidade imutável do Senhor, sendo perfeitamente obedecida por Cristo (nosso exemplo) e aplicada no crente pelo Espírito Santo (nosso poder). Vimos que a Antiga e a Nova Aliança possuem uma visão uniforme da lei de Deus e que o próprio Cristo declarou que cada traço de letra do Antigo Testamento continuava a ter validade após Sua vinda à Terra para salvar pecadores. Repetidamente, os autores do Novo Testamento pressupõem o padrão da lei em seus temas éticos e fazem aplicações da lei em seus juízos morais. Cada escritura, cada ponto, cada palavra e, certamente, cada letra da lei do Antigo Testamento é respaldada no Novo Testamento.

Portanto, pareceria óbvio que os aspectos sociopolíticos da lei do Antigo Testamento reteriam sua validade nos dias de hoje – que eles seriam autoritativos para magistrados civis de todas as eras e culturas. Tal

como pais, fazendeiros, mercadores e outros possuem deveres morais delegados a eles na lei do Antigo Testamento, assim também governantes civis possuem deveres ordenados a eles para as suas atividades sociais na lei do Senhor.

Não obstante, nem todos estão dispostos a endossar a aplicabilidade contemporânea da lei do Antigo Testamento no domínio específico da política civil. Alguns sustentam que a lei em sua totalidade pode até ser endossada no Antigo Testamento, mas que passou a existir no Novo Testamento uma atitude diferente com relação ao magistrado civil. A visão adotada parece ser a de que, porque o magistrado no Israel do Antigo Testamento foi, de várias formas, singular – sendo escolhido por Deus de maneira especial, prefigurando a pessoa de Cristo, etc. – a lei pela qual esse magistrado deveria governar a sociedade também deve ter sido singular, destinada a ser seguida apenas por Israel. Em suma, existiu uma doutrina extraordinária do ofício do magistrado civil na revelação do Antigo Testamento para Israel e, assim, o que era o dever moral para os governantes judaicos do Antigo Testamento não deve ser tomado como o padrão para a ética política nos dias de hoje.

A falácia incorporada nessa linha de pensamento é a suposição de que, se duas entidades são diferentes em *alguns* aspectos, elas o são em *todos* os aspectos. O que tem sido desconsiderado é a possibilidade de *similaridade* – não uma identidade total, nem uma diferença completa, mas a presença de elementos que são os mesmos entre duas entidades e elementos que são distintos. Um tanque e um carro esportivo são similares com respeito a moverem-se sobre rodas, mas são diferentes em sua velocidade, poder e aparência. De igual modo, pode muito bem ser que os magistrados judeus do Antigo Testamento fossem diferentes dos magistrados gentios em alguns aspectos, porém bem similares em outros.

O Magistrado Civil

A Bíblia aparenta ensinar que um aspecto no qual todos os magistrados civis são similares – sejam judeus ou gentios – é nos *padrões de justiça* que são impostos pelo Criador. Deus não usa de dois pesos e duas medidas para justiça. Assim, as leis que Ele estipulou para os magistrados judeus do Antigo Testamento seguirem são tão aplicáveis a questões de crime e

POR ESTE PADRÃO

punição da era pré-consumação nos dias de hoje quanto o eram no Israel do Antigo Testamento. Hoje, como outrora, a sociedade necessita saber como lidar com ataques à dignidade humana, liberdade, segurança e honra. Magistrados em todas as eras necessitam de orientação para lidar com casos de assassinato, sequestro, estupro, perjúrio e crimes semelhantes. E, nesse aspecto, o magistrado no Israel do Antigo Testamento seria exatamente como qualquer outro magistrado – sujeito à justiça imutável e à validade contínua da lei revelada de Deus para questões sociopolíticas.

Podemos ver isso se estudarmos o ensino bíblico sobre magistrados civis no Israel do Antigo Testamento, em nações gentias ao redor de Israel e, então, no Novo Testamento. Não apenas veremos, então, a validade contínua da lei do Antigo Testamento no geral, mas veremos também a perspectiva basicamente uniforme com respeito ao governo civil que é ensinada na palavra de Deus. Governantes têm as mesmas obrigações e os mesmos padrões de certo e errado em todas as culturas. Tendo investigado essa situação na Escritura, poderemos nos dirigir às questões de separação de igreja e Estado e penologia. Nossa investigação começará com a delimitação das teses básicas da visão bíblica do magistrado civil no Israel do Antigo Testamento.

1. *Governantes designados por Deus não deveriam ser resistidos.*

Deus era reconhecido no Antigo Testamento como Aquele que ordenava e removia governantes em Israel. Não havia autoridade na sociedade israelita exceto por ordem de Deus, e aqueles que governavam foram ordenados a tal posição de liderança por Deus. Por um lado, o povo selecionava e reconhecia seus líderes (como em 1 Rs. 12:20 ou 2 Rs. 9:13) e, por outro, havia um decreto divino correspondentes que soberanamente estabelecia o governante (como em 1 Rs. 11:31 ou 2 Rs. 9:1-2). O poder soberano de Deus para designar líderes é declarado de forma explícita em Oseias 13:11: “Dei-te um rei na minha ira, e tirei-o no meu furor.” No Israel do Antigo Testamento, as autoridades constituídas eram ordenadas por Deus.

Por essa razão, era estritamente proibido que o povo resistisse à autoridade de seus líderes. A honra tinha de ser prestada a quem lhe era devida. Assim, a lei de Deus proibia qualquer tipo de insulto ao governante

(Ex. 22:28) e o próprio Paulo apelou a esse padrão em seu próprio caso (At. 23:5). Foi pelo fato de Saul ser o ungido do Senhor que Davi não ousou levantar a sua mão contra ele (1 Sm. 24:7, 11; 26:23). A posição exaltada do rei era tal que uma pessoa deveria sempre obedecer às suas ordens, não se opor à sua repreensão, não desafiar o seu poder e não renunciar sua lealdade (Ec. 8:2-5). Por conseguinte, cidadãos do Antigo Testamento eram ensinados que deveriam sujeitar-se às autoridades superiores, não resistindo aos poderes ordenados por Deus.

2. *Investidos de títulos religiosos, governantes eram vingadores da ira divina.*

No arranjo político do Antigo Testamento, os filhos do rei eram frequentemente conselheiros políticos em seu lado (cf. 1 Cr. 27:32-33). Em 1 Crônicas 18:17, lemos sobre o cargo político designado como “chefes chegados ao rei”, e a passagem paralela em 2 Samuel 8:18 nos informa que esse cargo era ocupado pelos filhos de Davi. O que nos interessa aqui é que, nesse último versículo, esses oficiais políticos são chamados de “sacerdotes.”¹ A mesma palavra hebraica para o ofício *cúltico* de sacerdote foi usada para esses líderes *políticos* – assim como foi aplicada de maneira similar a Ira, o jairita, oficial de Davi (2 Sm. 20:26; cf. 2 Sm. 23:38). Em 1 Reis 4:2-6, encontramos uma lista dos oficiais de Salomão, onde Zabude é chamado de “sacerdote”, e o texto imediatamente explica o seu cargo como “o amigo do rei” (seu conselheiro contínuo). O líder dos “sacerdotes” políticos – o sacerdote (ou administrador-mor do reino) – é chamado Azarias na mesma passagem.

O que aprendemos, então, é que os governantes estatais no Antigo Testamento eram vistos como tão intrinsecamente relacionados com os assuntos da palavra de Deus e tão estreitamente sujeitos aos Seus mandamentos, que eles poderiam receber títulos religiosos tradicionais. Os magistrados em Israel eram genuínos ministros de Deus, autorizados a governar segundo Seus justos padrões como Seus representantes na sociedade.

Governantes civis do Antigo Testamento eram ordenados por Deus, não deveriam ser resistidos e eram investidos de títulos religiosos como

¹ Heb. *kohanim*, significando literalmente “sacerdotes”. [N. T.]

POR ESTE PADRÃO

os representantes de Deus na sociedade. Sua função principal era a de executar a vingança da ira de Deus contra os violadores da Sua lei em prol da justiça social.

Repetidamente, o Antigo Testamento associa a espada do juízo a Deus, que trazia punição sobre a rebelião dos homens na história. Até mesmo a nação de Israel foi ameaçada com o juízo do Senhor se violasse a lei do Senhor (por exemplo, Lv. 26:25, 33, 36-37) – uma ameaça executada até o seu clímax quando Jerusalém caiu pelo fio da espada, segundo a palavra de Cristo (Lc. 21:24). A espada da vingança pertence a Deus. Mesmo assim, a espada é repetidamente associada com a vontade de Deus para o governo civil, também. O governo humano é simbolizado pela espada, seja empunhada pelo Faraó (Ex. 18:4) ou por Saul (2 Sm. 1:22). A função correta da espada é a de executar violadores criminosos da lei de Deus (por exemplo, 1 Rs. 1:51; 2:8; etc.). Sempre que a espada é usada autonomamente – sempre que os homens utilizam do poder e da punição política como uma lei para si mesmos – ela é usada de maneira pecaminosa (por exemplo, 1 Sm. 22:19). O manejo da espada é igualmente vão se não for usada em conformidade com a lei de Deus. O magistrado em Israel não tinha direito de matar homens independentemente da orientação e palavra de Deus.

Podemos ainda observar que *a ira e a vingança são constantemente atribuídas a Deus em Sua pureza e justiça*. Elas são a retribuição manifesta contra aqueles que ousam profanar o pacto do Senhor (Sl. 54:20-21), violar Suas leis (por exemplo, Dt. 11:17) ou pecar (por exemplo, Nm. 11:1). Quando é dito que o magistrado civil manifesta a ira e a vingança, é simplesmente natural esperar que *o governante manifesta a ira de Deus em vingança contra os praticantes do mal* (por exemplo, Js. 7:25; 22:20; 2 Rs. 12:5).

O Antigo Testamento declarava que a vingança pertencia a Deus, que Ele retribuiria (Dt. 32:35, 41). Todavia, ele ensinava que o magistrado civil estava debaixo de ordens para executar a vingança contra transgressões da lei de Deus para o comportamento social (por exemplo, Ex. 21:20-21; Dt. 18:19). A vingança, como vemos, deve ser baseada na santidade de Deus (Sl. 98:8); ela é ocasionada, portanto, pelo pecado contra Sua lei (por exemplo, Ez. 7:27; 9:1; 20:4; Os. 1:4; 2:13; Zc. 5:3). Como um agente da ira

de Deus, o magistrado civil foi visto no Antigo Testamento como um vi-gário ou delegado de Deus no Estado.

O Deus da Bíblia é um Deus de lei e justiça (Is. 33:22; Dt. 32:4), não um que age de maneira caprichosa ou arbitrária. Ele sempre julga com justiça (Sl. 96:13), e espera que outros façam o mesmo (Lv. 19:13). Para praticar a justiça e a retidão, é necessário guardar o caminho de Jeová e seguir Suas ordenanças (Gn. 18:19; Dt. 33:21). Moisés confiantemente declarou a Israel: “Que nação há tão grande, que tenha estatutos e juízos tão justos, como toda essa lei, que apresento diante de vós, neste dia?” (Dt. 4:8). Então, acima de tudo, Deus exigia que os governantes civis de Israel demonstrassem justiça ou retidão em todas as suas decisões. “Não fareis injustiça no juízo [...], mas com justiça julgarás o teu próximo” (Lv. 19:15; cf. Dt. 16:18). O profeta Amós clamava para que o povo de Deus viesse a “estabelece[r] o juízo na porta” (5:15), para que “desça o juízo como águas, e a justiça como um ribeiro impetuoso” (5:24).

Claramente, se o Deus da justiça exigia que governantes terrenos governassem com justiça, então esses governantes eram obrigados a observar a lei de Deus em todos os seus juízos. Assim como Deus não justifica o iníquo (Ex. 23:7), eles não o devem fazê-lo (Dt. 25:1). *Eles devem julgar como Ele julga.*

No Antigo Testamento, é dito sobre Deus que “justiça e juízo são a habitação do teu trono” (Sl. 89:14). O trono do rei terreno deveria igualmente ser estabelecido sobre justiça e juízo (Sl. 72:1-2), o que ocorreria se o rei não se desviasse dos mandamentos de Deus (Dt. 17:18-20). Assim, o Senhor, como vemos, estabelecia reis sobre seus tronos para serem “rei[s] para o SENHOR teu Deus [...] para fazer juízo e justiça” (2 Cr. 9:8). Em suas decisões, “o juízo é de Deus” (Dt. 1:16-17) e, por essa razão, juízes civis podiam ser designados “deuses” (Sl. 82:1, 6). Quando puniam malfetores segundo as sanções penais da lei de Deus, juízes manifestavam que estavam refletindo a imagem de Deus (Gn. 9:5-6). Como os delegados de Deus na sociedade – representantes de Sua justiça e vingança – magistrados tinham a obrigação de empunhar a espada segundo a própria direção e lei de Deus.

POR ESTE PADRÃO

3. *Magistrados deveriam dissuadir o mal governando segundo a lei de Deus.*

No Antigo Testamento, aqueles que se mostrassem dignos eram poupados, mas os ímpios pereceriam (por exemplo, 1 Rs. 1:52). Assim, “A ira de um rei é como mensageiros da morte” (Pv. 16:14). Por conseguinte, o magistrado civil era chamado para ser um terror contra os malfeitores. Ora, se os governantes civis em Israel eram ordenados por Deus como Seus delegados que deveriam ser um terror para os malfeitores (mas nenhuma ameaça para os justos), não é óbvio que eles deveriam governar segundo a lei de Deus? Se eles se fundamentassem em sua própria sabedoria e discernimento moral, eles facilmente julgariam com parcialidade, leniência e severidade, em vez de com a pureza da justiça de Deus. Pois até mesmo os governantes civis entre o povo escolhido de Deus eram pecadores que necessitavam de orientação e correção da revelação de Deus, especialmente em decisões oficiais que afetavam toda a nação e sua retidão.

Assim, o Antigo Testamento ensinava que *a justiça era pervertida sempre que a lei de Deus era afrouxada* (Hc. 1:4). Visto que se exigia dos juízes a execução da justiça e do juízo, Deus disse: “E em uma controvérsia, eles ficarão em juízo; e a julgarão de acordo com os meus juízos, e eles guardarão as minhas leis e os meus estatutos” (Ez. 44:24). Reis eram proibidos de forjar maldade por meio de uma lei (Sl. 94:20), recebendo o encargo de “guardar os seus [de Deus] estatutos e os seus mandamentos, e os seus juízos, e os seus testemunhos, como está escrito na lei de Moisés” (1 Rs. 2:3).

Por diversas vezes, os governantes de Israel agradaram ao Senhor dedicando a Si próprios para guardar Seus mandamentos (por exemplo, as reformas de Josias e Esdras). A razão pela qual reis deveriam permanecer sóbrios era para que não “se esqueçam da lei, e pervertam o juízo de quaisquer dos aflitos” (Pv. 31:5). Diariamente, eles deveriam ler a lei de Deus (Dt. 17:19), e manhã após manhã deveriam punir os praticantes da iniquidade (Sl. 101:8).

Certamente segue-se que os governantes que rejeitavam a lei de Deus em sua capacidade oficial como magistrados civis estavam sujeitos à ira do juízo de Deus. Isaías proclamou: “Ai dos que promulgam injustos decretos, e escrevem coisas perversas” (10:1). O Salmo 82 ensina que o próprio Deus

se põe de pé no tribunal de justiça dos “deuses” (juízes) para repreender juízos injustos promulgados lá. Quando aqueles que governam por Deus se apartam de Suas leis, então eles devem ser julgados por Deus. O próprio fundamento da ordem civil é minado quando juízes não discernem entre o bem e o mal (cf. 1 Rs. 3:9).

O Antigo Testamento é abundante em ilustrações do juízo de Deus sobre reis, governantes e juízes em Israel que se apartaram dos justos padrões de Sua lei em sua administração da sociedade. Observe especialmente o Rei Acabe, que, para os seus próprios fins egoístas, se envolveu em falso testemunho, roubo e até assassinato (1 Rs. 21:1-22). Essas questões foram registradas pelo historiador para posteridade e como um exemplo, *em vez dos* feitos de Acabe em batalha, os quais são conhecidos a partir de relatos seculares da época! Era de crucial importância em Israel que os governantes se mantivessem em conformidade para com a lei do Senhor. Aqueles que, como Jeroboão e Jeú, se apartaram dos mandamentos de Deus e fizeram o povo pecar, tiveram o mal trazido sobre as suas próprias casas por Deus, e foram destruídos (1 Rs. 14:8-10; 16:2-3). Quando príncipes se tornavam injustos e rebeldes, toda a cidade era caracterizada como injusta (Is. 1:21-28) e, inevitavelmente, Deus sempre julgava a injustiça. Quando os judeus retornaram dos anos de exílio e cativeiro, eles confessaram que seus reis não guardaram a lei de Deus (Ne. 9:34-37) e, na Jerusalém restaurada, os magistrados comprometeram-se a executar os juízos verdadeiros e pacíficos nos tribunais (Zc. 8:16).

A lei e a política no Antigo Testamento giravam em torno da lei de Deus para o magistrado civil. Mas e os gentios? Os governos deles tinham padrões morais *diferentes* dos de Israel? A essa pergunta daremos agora atenção.

LEI E POLÍTICA NAS NAÇÕES AO REDOR DE ISRAEL

“Deus não isentava as nações ao redor de Israel das reivindicações de Sua justiça, mas sim as responsabilizava pela degeneração moral.”

A lei e a política no Israel do Antigo Testamento giravam em torno da lei de Deus para o magistrado civil. Praticamente qualquer cristão que se interessasse em um posicionamento político cristão e que lesse a Bíblia reconheceria isso. Na “teocracia” do Antigo Testamento, Deus evidentemente deu leis ao Seu povo para que as obedecessem na esfera política da vida.

Todavia, frequentemente pensa-se que essas leis “teocráticas” dadas a Israel para a sua vida política são de pouca utilidade para a teoria política cristã nos dias de hoje. Por quê? Eram as leis do Antigo Testamento sobre crime e punição *menos inspiradas* que as profecias sobre a vinda do Messias? A resposta que ouviríamos seria ‘não’. As leis do Antigo Testamento sobre crime *refletiam menos o imutável caráter santo de Deus* do que os mandamentos sobre a atitude do coração para com o próximo? Novamente ouviríamos ‘não’. Eram as leis do Antigo Testamento sobre crime e punição *cerimoniais* (ou restaurativas, redentivas) em caráter como o sistema sacrificial, sombras a serem substituídas pela realidade do Messias vindouro e de Sua obra? Mais uma vez ouviríamos ‘não’. Por que então as leis ‘teocráticas’ concernentes à esfera política são vistas como de pouca utilidade e valor orientativo para a teoria política cristã nos dias de hoje?

A resposta que é oferecida repetidamente na atualidade é que as leis dadas por Deus a Israel como uma “teocracia” foram destinadas a ser obedecidas *apenas* por Israel. De fato, apenas Israel recebeu uma *revelação escrita* dessas leis. Isso é admitido por todos. Mas esse fato por si só não implica que apenas Israel tinha a obrigação de obedecer aos padrões mo-

rais expressos em tal revelação escrita. Afinal, por meio de Paulo, Deus escreveu às igrejas em Éfeso e Colossos que filhos deveriam obedecer aos seus pais (Ef. 6:1; Cl. 3:2), e ninguém de forma séria interpreta esse fato como implicando que *apenas* filhos de pais cristãos estão sob a obrigação moral de obedecer aos seus pais. Portanto, o fato de que apenas Israel recebeu uma revelação especial de certas leis políticas não implicaria que apenas Israel estava sob obrigação de guardar tais leis.

Gentios Estavam Debaixo da Lei de Deus

O que Deus revelou por escrito ao Seu povo escolhido e remido sobre seus deveres morais *também* foi revelado por Deus – sem a escrita de palavras – a *todos os outros* povos criados. Os gentios que não receberam a lei ainda tinham a obra da lei escrita em seus corações, que condenava seu proceder pecaminoso. Esse é o testemunho de Paulo em Romanos 2:12-16, e é uma verdade que é fundacional para o evangelho universal de salvação que Paulo prossegue em elaborar em Romanos. Todos estão sob obrigação para com os padrões da lei de Deus – independentemente da forma na qual foi recebida, escrita ou não – e, dessa forma, todos pecaram e necessitam da redenção de Cristo (Rm. 3:23). Deus não faz acepção de pessoas aqui. Ele tem o mesmo padrão para todos os homens que Ele criou. E todos os homens conhecem esses padrões em virtude de sua criação como imagem de Deus, do fato de viverem no mundo criado por Deus e da clara obra de Deus nas revelações geral e especial. Todavia, há cristãos que sustentam, com relação à subclasse especial das leis reveladas aos judeus no Antigo Testamento, que essas leis foram destinadas a serem guardadas apenas por Israel. Essas leis eram políticas em caráter. É-nos dito que os reis e juízes de Israel tinham a incumbência de obedecê-las, mas não os governantes de outras nações. Pensa-se que *todos* os filhos – judeus ou gentios – estavam sob a obrigação moral de obedecer aos seus pais, mas *apenas* governantes judeus (não gentios) estavam sob a obrigação moral de punir crimes (por exemplo, atacar os próprios pais violentamente) da forma especificada pela lei do Antigo Testamento. Isto é, segundo essa perspectiva, algumas leis de Deus eram universais em obrigação, e outras eram locais.

É tal delineação de leis universais e locais feita no *texto* inspirado do

POR ESTE PADRÃO

Antigo Testamento? Deve-se admitir que não. Ela é feita no *ensino de Paulo* sobre a revelação geral ou universal dos padrões morais de Deus? Deve-se novamente admitir que não. Na realidade, a epístola aos cristãos romanos assevera de forma bem clara que aqueles que cometem maldades abomináveis como a homossexualidade sabem pelo “decreto de Deus, que são dignos de morte os que tais coisas praticam” (Rm. 1:31, TB).

Não parece existir qualquer respaldo bíblico *evidente* para a opinião de que lei políticas no Antigo Testamento tinham o propósito de ser obedecidas apenas por Israel. Praticamente toda linha de consideração teológica nos inclinaria em direção à conclusão oposta: o Criador de todos os homens, que possui um caráter moral imutável, revelou os padrões de sua lei a todas as nações dos homens e os responsabilizará pelo seu proceder em todas as áreas da vida, incluindo a política. Se os Seus padrões receberam uma expressão clara e escrita destinada a um grupo especial de homens – os judeus – então pareceria razoável a todos os homens prestar atenção a essas leis escritas e se esforçar em se conformar a elas.

Quando saímos da consideração de temas teológicos a uma leitura específica da Escritura, essa é a perspectiva que encontramos definitivamente decretada. Como bênção especial, Deus deu aos judeus uma expressão escrita de Sua lei (para todas as áreas da vida), e essa lei escrita deveria servir de modelo para que *todas* as nações – não simplesmente Israel – seguissem. Ao dar a Israel a lei de Deus para que fosse observada na terra “teocrática”, Moisés foi inspirado a dizer: “Eis que vos ensinei estatutos e juízos, assim como Jeová, meu Deus, me ordenou, para que assim os observeis no meio da terra na qual estais entrando para a possuídes. Observai-os e cumpri-os, *porque isso é a vossa sabedoria e o vosso entendimento, à vista dos povos* que, ouvindo *todos* esses estatutos, dirão: Certamente, esta grande nação é povo sábio e entendido! [...] Que grande nação há que tenha estatutos e juízos tão justos, como toda esta lei que hoje vos proponho?” (Dt. 4:5-8, TB). A lei de Israel era um *modelo* para todas as nações ao redor. E era um modelo com respeito a *todos* os estatutos entregues por Deus por meio de Moisés – incluindo, portanto, os estatutos concernentes a questões políticas como crime e punição.

Quando consideramos o ensino bíblico sobre lei e política no Israel do Antigo Testamento, em resumo, chegamos à conclusão de que: (1) Os

governantes designados por Deus não devem ser resistidos; (2) Investidos de títulos religiosos, governantes eram vingadores da ira divina; e (3) magistrados devem dissuadir o mal governando segundo a lei de Deus. Uma investigação do que o Antigo Testamento ensina sobre governantes nas nações gentias nos levará a esses mesmos três pontos com relação a magistrados não-judaicos. A doutrina dos deveres morais do magistrado civil, portanto, é uniforme no Antigo Testamento.

O fato de que Deus estava tratando com Israel de maneira redentiva e pactual, sem pôr o Seu amor eletivo sobre qualquer outra nação (cf. Am. 3:2), não introduziu uma disparidade ou diferença nos padrões morais entre Israel e as nações. Todos aqueles que se desviam dos estatutos de Deus – de fato, todos os ímpios da terra – são condenados por Deus, segundo Salmo 119:118-19. Por conseguinte, não havia reconhecimento algum de leis diferentes para diferentes tipos de povos (judeus e gentios) no Antigo Testamento. “Tereis uma mesma lei, assim será para o estrangeiro como para um do seu próprio país; porque eu sou o SENHOR vosso Deus” (Lv. 24:22). Com respeito à política, assim como a todas as outras coisas, Deus não tinha dois pesos e duas medidas. A justiça de Sua lei deveria ser estabelecida como uma luz para os gentios (Is. 51:4). De fato, a esperança profética era a de que *todas* as nações fluiriam em direção a Sião, dizendo: “Vinde e subamos ao monte de Jeová, à Casa do Deus de Jacó; dê-nos ele a lição dos seus caminhos, e andaremos nas suas veredas; porque de Sião sairá a lei, e de Jerusalém, a palavra de Jeová.” (Is. 2:2-3, TB).

A perspectiva do Antigo Testamento era a de que a lei de Deus tinha relevância internacional e cívica. Seu caráter vinculante não era confinado às fronteiras de Israel. Por conseguinte, a literatura sapiencial do Antigo Testamento (por exemplo, o livro de provérbios) fazia aplicações sábias e práticas da lei de Deus, e foi escrita para o mundo inteiro. A sabedoria de provérbios tinha uma relevância universal, expressando verdades axiomáticas para todos os homens. Ao invés de ser nacionalista e restrita a uma localidade específica, a literatura sapiencial tinha o propósito de ser utilizada na interação cultural com outros povos. A lei de Deus – a sabedoria de Israel aos olhos dos outros povos (Dt. 4:6, 8) – foi entregue para o governo moral do *mundo*.

POR ESTE PADRÃO

Magistrados Civis Gentios

O ensino bíblico sobre o magistrado civil nas nações gentias durante o período do Antigo Testamento, refletindo paralelos com o ensino sobre os magistrados civis em Israel, começava com a verdade de que:

1. *Os governantes designados por Deus não deveriam ser resistidos.*

Os líderes das potências estrangeiras ao redor de Israel eram *servos da vontade de Deus*. Faraó teve de aprender a lição de que Deus era incomparável em toda terra em termos de poder e autoridade (Ex. 19:16-16). Reis gentios eram sujeitos à repreensão de Deus (Sl. 105:14). Todos os magistrados civis recebiam a sua autoridade da ordenação soberana da história por Deus e, como tais, eles estavam sujeitos ao Seu governo, sendo estabelecidos ou derrubados segundo o Seu decreto (Ez. 17:24).

Deus dava a terra a quem Lhe parecesse bem (Jr. 27:5). Era Deus quem ou quebraria o jugo do rei babilônico, ou o estabeleceria como de ferro (Jr. 28:1-14). Ele era “o Altíssimo” sobre a terra (Sl. 9:2; 83:18), estabelecendo o curso de nações sujeitas à Sua repreensão (Sl. 9:4-8; 83:9-12). Até mesmo os governantes semelhantes a bestas *receberam* sua autoridade de Deus (Dn. 7:6). Daniel, um judeu em exílio que receberia honra política, escreveu que Deus “remove reis, e estabelece reis” (2:21); “o Altíssimo governa no reino dos homens e o dá a quem ele quer” (4:25). Tanto Nabucodonosor quanto Belsazar, governantes gentios, tiveram de aprender essa verdade debaixo da terrível mão do juízo de Deus (Dn. 4:28-34; 5:18-28). As nações ao redor de Israel deveriam saber que Deus era aquele que soberanamente designa e remove governantes. De fato, tendo aprendido essa lição, Nabucodonosor enviou um decreto a todas as nações para que também pudessem reconhecer que Deus domina sobre os assuntos políticos dos homens (Dn. 4:1-3). O *Antigo Testamento*, então, ensinava, com respeito aos magistrados gentios, que as “autoridades existentes foram ordenadas por Deus” (cf. Rm. 13:1).

Sujeição e respeito deveriam ser prestados a tais governantes. Deus proibiu resistência à sua legítima autoridade. Aqueles que respeitavam a Deus deveriam também honrar ao rei (Pv. 24:21). Oposição às regras ordenadas por Deus traria punição vinda do governante e vinda de Deus (vv. 21-22). Pedro aludiu a esses versículos ao escrever 1 Pedro 2:13-14 para

cristãos do Novo Testamento que viviam sob governantes não-cristãos. Similarmente, no Antigo Testamento, a instrução para buscar paz política (Sl. 34:14) foi ensinada como aplicável mesmo quando governantes gentios exerciam poder sobre o povo de Deus: “Buscai a paz da cidade, para a qual fiz que fosseis levados cativos, e orai por ela a Jeová; porque, na sua paz, vós tereis paz” (Jr. 29:7, TB). Paralela a essa injunção está a instrução de Paulo de oferecer orações em favor de reis e oficiais superiores para que uma vida pacífica pudesse ser possível (1 Tm. 2:1-2). O povo de Deus na “dispersão” (1 Pe. 1:1) deve buscar a paz mesmo sob a ameaça de perseguição (1 Pe. 3:10-14, novamente citando Sl. 34:14).

Portanto, se Deus decretou que Nabucodonosor viesse ao poder, então “a nação e o reino que não o servirem a ele, Nabucodonosor, rei de Babilônia, e que não meterem o seu pescoço debaixo do jugo do rei de Babilônia, a essa nação castigá-la-ei, diz Jeová” (Jr. 27:8, TB). Aqueles que resistem aos líderes designados por Deus receberão juízo, assim como Paulo ensinou em Romanos 13:2.

2. Investidos de títulos religiosos, governantes eram vingadores da ira divina.

Em Israel, os títulos de “Meu Servo” e “Meu Pastor” tinham claras conotações religiosas devido ao seu significado tipológico, apontando para o Messias vindouro (por exemplo, Is. 53:11; Ez. 34:23). O que interessa a nós é que tais títulos religiosamente significativos foram aplicados a governantes políticos *fora* de Israel. Nabucodonosor foi chamado por Deus de “Meu servo” (Jr. 25:9, etc.), e Ciro foi chamado “Meu Pastor” (Is. 44:28). De fato, Ciro é até mesmo designado “Meu ungido” (“Meu Cristo” na tradução grega) por Jeová em Isaías 45:1. Tais títulos mostram o quão religiosamente importante era o ofício do magistrado segundo a palavra de Deus, mesmo em terras gentias.

Era apropriado, então, que se esperasse que magistrados gentios executassem a ira de Deus contra malfeitores, pois os magistrados eram representantes e servos do Altíssimo. Por exemplo, o rei da Assíria deveria ser “a vara da Minha ira; e o bastão que está nas mãos deles é a Minha indignação” (Is. 10:5). Deus “encarregou” a Assíria de realizar a Sua obra de vingança e, quando a Assíria ignorou seu status de servo sob Deus, ela foi punida por seu coração obstinado e arrogância autossuficiente ao

POR ESTE PADRÃO

atacar Israel (Is. 1:12-13). Na perspectiva do Antigo Testamento, portanto, Deus era visto como *entronizado* sobre *todas* as nações (Sl. 47:2, 7, 8), o que fazia de todos os governantes gentios delegados de Deus. “Os escudos [governantes] da terra pertencem a Deus”, declarou o Salmista (47:9). O governo civil em todas as nações é secundário e subordinado ao governo de Deus. Deus reina entre as nações em justiça, segundo o Antigo Testamento (Sl. 93:1-2, etc.).

Como delegados designados pelo Deus Altíssimo, governantes gentios estavam sob a obrigação moral de *governar segundo os padrões de Deus*. Os Provérbios indicavam que “trono é estabelecido pela justiça” e “o rei pelo juízo estabelece a terra” (Pv. 16:12; 29:4). Assim, o trono de qualquer magistrado deve ser moldado após o trono de Deus, fundado na justiça e no juízo (Sl. 97:2). A direção e as decisões tomadas por magistrados civis – mesmo entre gentios – deveriam refletir a concepção de justiça estabelecida por Deus para questões sociais, e essa concepção era encontrada na lei de Deus. Assim, era uma abominação para qualquer magistrado entre os homens justificar o iníquo ou condenar o justo (Pv. 17:15).

3. *Assim, magistrados devem dissuadir o mal governando segundo a Lei de Deus.*

No Novo Testamento, Paulo ensinaria que magistrados deveriam trazer louvor aos homens bons e terror aos malignos (Rm. 13:3). A mesma perspectiva é exposta no Provérbio do Antigo Testamento: “Quando se faz justiça, o justo se alegra, mas os malfeitores se apavoram” (21:15, NVI). Mas como isso pode verdadeiramente ser o caso a menos que o magistrado, seja em Israel ou não, julgue e puna segundo os padrões da lei de Deus? Quando tiranos governam entre os homens, até mesmo cidadãos justos precisam temer os juízos do governante, pois ele não adere a padrões adequados; similarmente, com um magistrado que não honra a lei de Deus, um cidadão iníquo não necessariamente precisa de temer as decisões do governante. Assim, exigia-se no Antigo Testamento que magistrados civis guardassem a lei de Deus no que tange a questões políticas.

Um Único Padrão Moral

Deus não isentava as nações ao redor de Israel das reivindicações de Sua justiça, mas sim as responsabilizava pela degeneração moral. Uma prova dessa declaração é suficientemente encontrada nas histórias de Sodoma (negativamente) e Nínive (positivamente). Mas a mais dramática prova de que a lei de Deus era válida fora de Israel é encontrada em Lv. 18:24-27. Nessa passagem, Deus exigiu de Seu povo que evitasse as abominações contra Sua lei que eram praticadas pelos cananeus da terra, e Ele ameaçou punir Israel da mesma maneira que ele puniria os gentios por essas ofensas. Claramente, Deus tinha *um único* padrão moral para todas as sociedades. Por essa razão, a acusação “Ai daquele que edifica uma cidade com sangue, e estabelece uma cidade por meio da iniquidade” foi proferida contra Israel (Mq. 3:10) bem como contra os babilônicos (Hc. 2:12). A partir dessas observações, fica evidente que Deus esperava que os magistrados e cidadãos gentios honrassem seus padrões de justiça e juízo tanto quanto ele o esperava dos magistrados e cidadãos israelitas. Como o Provérbio ensinou, “a justiça exalta uma nação; mas o pecado é um opróbrio para qualquer povo” (14:34).

A verdade política axiomática ensinada pelo Antigo Testamento era que “é abominação aos reis cometerem perversidade” (Pv. 16:12) – todo e qualquer rei! Correspondentemente, Esdras pôde louvar a Deus por colorar no coração do imperador pagão, Artaxerxes, de aplicar a lei de Deus (até mesmo ao ponto de sua sanção penal de morte) por toda a região nos arredores de Israel (Ed. 7:11-28). De fato, o próprio Davi declarou que ele tomaria a lei de Deus para Israel e a proclamaria diante de outros reis (Sl. 119:46). E ele alertou que os reis e juízes da terra que não temessem a Jeová e O servissem pereceriam no caminho (Sl. 2:10-12).

Assim, a evidência do Antigo Testamento de que as expectativas para governantes civis fora de Israel eram frequentemente as mesmas que para os governantes em Israel é bem abundante. Eles foram designados por Deus para vingar a Sua ira aplicando a lei do Senhor. Os aspectos políticos da lei de Deus, portanto, certamente *não* eram destinados para o uso exclusivo dos judeus em sua situação “teocrática”. A justiça política que Deus exigia em Israel também era exigida de todas as nações. Não era racial ou geograficamente restrita.

LEI E POLÍTICA NO NOVO TESTAMENTO

Se nenhuma lei divina é reconhecida acima da lei do Estado, então a lei do homem tornou-se absoluta aos olhos dos homens – não há, então, barreira *lógica* alguma para o totalitarismo.

Os últimos anos produziram um interesse renovado entre cristãos evangélicos e reformados em uma atitude e abordagem distintamente cristã para todas as áreas da vida e do comportamento, inclusive a ética sociopolítica. Assim, perguntamos qual seria o padrão dessa perspectiva distinta para um cristão que crê na Bíblia. No Antigo Testamento, é evidente que o povo escolhido de Deus, Israel, deveria governar sua atividade política segundo a lei revelada de Deus dada por meio de Moisés e exposta pelos profetas. Ao examinarmos a questão, descobrimos que até mesmo as nações gentias ao redor de Israel eram responsáveis diante de Deus pela obediência à Sua lei na era do Antigo Testamento. A lei de Deus abrangia todos os aspectos da vida, inclusive a justiça criminal, e essa lei não foi apresentada pelo Legislador como um padrão de certo e errado limitado a uma raça ou uma tribo. Era o padrão universal e eterno de justiça para os assuntos humanos dado por Deus.

Em certo sentido, já oferecemos uma resposta implícita à nossa questão sobre o padrão para uma perspectiva distintivamente cristã para a ética política. Deus falou sobre as questões de justiça social e política pública com respeito ao crime em Sua lei. Há um ponto de vista divino para a política, e ele foi expresso na lei do Antigo Testamento. Duas coisas devem ser ditas sobre a lei. Primeiro, ela continua a ser o padrão geral de conduta ética para os dias de hoje segundo as Escrituras – como já vimos diversas vezes nos capítulos anteriores. Segundo, a lei do Antigo Testamento não tinha uma validade moral restrita à raça judaica; ela tinha o propósito de ser o padrão de conduta tanto fora da comunidade redimida quanto dentro dela. Consequentemente, se a lei do Antigo Testamento

expressa (entre outras coisas) a visão de Deus sobre moralidade política, e se essa lei possui uma validade universal e permanente, devemos esperar que a perspectiva do Novo Testamento sobre a lei e a política similarmente afirme o padrão da lei de Deus para a política pública. Diferenças em tempo e localidade, diferenças em dispensação e raça, diferenças em cultura e status redentivo não exigem ou implicam diferenças em padrões morais.

Esperaríamos, assim, que a abordagem distintamente cristã para a ética política fosse definida pela palavra de Deus em sua totalidade, *inclusive* a lei de Deus revelada por meio de Moisés e exposta pelos profetas no Antigo Testamento. Quando nos voltamos ao estudo dos escritos do Novo Testamento sobre essa questão, isso é precisamente o que observamos. Há uma continuidade definitiva entre a ética política do Novo Testamento e a ética política do Antigo Testamento. Há uma harmonia completa entre o que Paulo diz sobre o Estado, por exemplo, em Romanos 13, e o que encontramos sendo ensinado na lei – a saber:

1. Sendo designados por Deus, governantes não devem ser resistidos.
2. Investidos de títulos religiosos, governantes são vingadores da ira divina.
3. Assim, governantes devem dissuadir o mal governando segundo a lei de Deus.

Esses mesmos pontos, enfatizados pelo Antigo Testamento com respeito tanto a magistrados judeus quanto gentios (redimidos e não-redimidos), são claramente expressos por Paulo em Romanos 13:1-6. Eles são premissas sobre as quais uma atitude distintamente cristã com relação à justiça pública pode e deve ser formulada.

Romanos 13

Se todos os três pontos delineados acima forem levados a sério, então talvez possamos evitar cair nos excessos infelizes de duas abordagens interpretativas conflitantes ao ensino de Romanos 13 sobre o Estado. Por um lado, temos intérpretes da Bíblia que sustentam que Romanos 13 deve ser lido *descritivamente*, pondo assim ênfase quase exclusiva à exortação de

POR ESTE PADRÃO

Paulo aos cristãos. Ou seja, quando Paulo diz que o magistrado civil “é ministro de Deus e vingador para executar a ira contra aquele que pratica o mal” (v. 4), alguns intérpretes consideram que ele esteja dando uma descrição real de todos os governantes terrenos em seu real caráter e função. Todos os estadistas seriam, então, descritos como ministros de Deus que executam a ira sobre o elemento maligno da sociedade – independentemente da real qualidade e conduta do governante específico que alguém possa ter em mente. Até mesmo Hitler e Idi Amin seriam descritos como ministros genuínos de Deus. Nesse caso, a ênfase prática de Paulo em Romanos 13 seria simplesmente instruir os crentes de que eles devem se submeter obedientemente a qualquer magistrado que Deus tenha posto sobre eles na sociedade (com a ressalva, claro, de que eles não devem obedecer homens quando governantes humanos os ordenam a desobedecer a Deus: At. 5:29).

Por outro lado, temos intérpretes da Bíblia que argumentam que Romanos 13 deveria ser lido *prescritivamente*, enfatizando assim que Paulo estava dando o padrão moral para os magistrados civis e, dessa forma, indicando a *quais* governantes o cristão deveria prestar obediência submissa. Ou seja, quando Paulo diz que o magistrado “é ministro de Deus e vingador para executar a ira contra aquele que pratica o mal” (v. 4), alguns intérpretes compreendem que ele estabelece uma prescrição moral para líderes civis – declarando-lhes como deveriam proceder. Magistrados devem ser ministros de Deus que executam a ira contra malfeitores. Consequentemente, a abordagem prescritiva a Romanos 13 não enfatiza sujeição prática por parte do crente; em vez disso, ela se coloca em juízo avaliativo sobre todos os magistrados, mostrando ao cristão quais são merecedores de sua sujeição e obediência. Ambas as interpretações de Romanos 13 mencionadas anteriormente tenderam em direção a consequências práticas que são bem claramente inaceitáveis, dado o que o restante da Escritura diz a cristãos sobre moral e política. A visão descritiva de Romanos 13 levou muitos crentes no passado a serem indiferentes com respeito a males políticos concretos e até mesmo a consentir passivamente com as injustiças de tiranos políticos como Hitler. Por outro lado, a visão prescritiva de Romanos 13 frequentemente tem encorajado um espírito rebelde para com o magistrado civil, induzindo crentes a não levarem a sério as injunções bíblicas contra revoluções ou desobediência civil.

Pode ser dito em defesa de cada abordagem que essas consequências práticas são, na realidade, *abusos* das respectivas visões – abusos que não levam em conta os outros ensinamentos bíblicos, as ressalvas feitas e o contexto completo. Isso pode ser verdade, mas caso se tenha em mente o contexto do Antigo Testamento subjacente à instrução de Paulo sobre o magistado civil em Romanos 13, é possível interpretar a passagem de modo a conciliar a necessidade do cristão de resistir à injustiça política com a obrigação de sujeitar-se aos poderes constituídos.

Quando Paulo diz que as autoridades governamentais são ministros de Deus que executam a ira contra os malfetores, ele está simultaneamente explicando como os magistrados civis devem proceder e porque crentes devem manter uma atitude de submissão com relação aos seus governantes. Os três pontos delineados acima demonstram esse papel explanatório duplo do ensino de Paulo, resumindo o que o apóstolo diz em Romanos 13. O cristão não deve ter uma atitude de rebelião com relação ao magistado civil, porque o magistado foi designado por Deus. Designado para qual fim, no entanto? Designados para serem *vingadores da ira divina*, de modo que os magistrados podem ser investidos de títulos religiosos como “ministro de Deus.”

Se isso é verdade, então governantes devem honrar bons cidadãos e dissuadir o mal punindo o elemento criminoso na sociedade, usando o padrão da lei de Deus como o seu guia (quanto ao bem e o mal). Isso explica porque cristãos devem quase sempre ser submissos ao governante civil: esse governante está sob obrigação, em sua capacidade pública, de servir ao Senhor dos cristãos e, dessa forma, lealdade ao Senhor requer lealdade ao rei. Porém, quando tal serviço é repudiado pelo rei (ou outra autoridade governamental) e a lei do Senhor é violentamente e persistentemente transgredida, de modo que bons cidadãos sejam aterrorizados pelo governante e homens malignos sejam tolerados ou exaltados, o cristão não deve consentir com as políticas do tirano, mas sim trabalhar pela reforma em nome do Senhor e dos padrões divinos de justiça pública.

O fato de que a lei de Deus é vinculante sobre os magistrados civis da atualidade explica tanto por que o cristão deve evitar atitudes de rebelião para com governantes quanto por que não devem cooperar com regimes injustos. *Sujeição* absoluta sob toda e qualquer circunstância ou *independen-*

POR ESTE PADRÃO

dência absoluta do magistrado com respeito a toda e qualquer decisão que ele toma podem ser posições simples e fáceis de se entender e seguir, mas a atitude mais complexa da sujeição geral por amor ao Senhor, mas resistência quando a lei de Deus é afrontosamente violada, é mais fiel ao ensino bíblico e corresponde melhor às realidades políticas. É essa abordagem equilibrada que Paulo apresenta em Romanos 13 e que é sumarizada nos três pontos delineados anteriormente.

Romanos 13:1-7 declara o que Deus exige dos *crentes* com respeito aos seus líderes civis e declara o que Deus exige de governantes com respeito à sua função civil. Sujeição a superiores é essencial a ambas as declarações de dever. O Senhor espera que o Seu povo se sujeite obedientemente a esses governantes, pois o Senhor espera que esses governantes se sujeitem obedientemente à Sua lei. Por causa da consciência, então, os cristãos podem se sujeitar às suas autoridades civis, sabendo que estão se sujeitando indiretamente à ordem moral do próprio Deus.

1. *Sendo designados por Deus, governantes não devem ser resistidos.*

Paulo começa com a generalização de que o governo civil é uma instituição divina: “não há autoridade que não venha de Deus” (Rm. 13:1). Deus verdadeiramente “ordenou” os poderes constituídos. Evidentemente, então, a supremacia pertence a Deus e não ao Estado. O respeito aos governantes do Estado nunca deve chegar a proporções tais que o crente dê ao Estado a obediência incondicional que deve ser reservada a Deus somente. Fundamental na mente de Paulo é o fato de que, mesmo que cristãos estejam debaixo das ordens do Estado, o próprio Estado está debaixo das ordens de Deus, que está nos céus. Uma vez que Deus ordenou os magistrados que governam no Estado, esses magistrados foram colocados não apenas em autoridade sobre outros, mas também sob a autoridade de Deus. Os magistrados estão sob a obrigação moral das prescrições do Senhor. John Murray observou:

As autoridades civis não apenas servem de meios decretados por Deus, em sua providência, para castigo dos malfeitores, mas também são instrumentos autorizados, instituídos e prescritos por Ele para a manutenção da ordem e castigo dos criminosos que a transgridem. Quando uma autoridade civil, mediante seus agentes, exe-

cuta castigo justo contra algum crime, ela está realizando não somente a vontade decretiva de Deus, mas também cumprindo a vontade preceptiva d'Ele; e constituiria uma transgressão para a autoridade refrear-se de fazer tal coisa.¹

Visto que nenhum dos magistrados civis têm autoridade a menos que seja dada a eles do alto – como Cristo declarou, mesmo diante de Pilatos (Jo. 19:11) – *eles são responsáveis de reverenciar e obedecer ao Deus Todo-Poderoso*. Quando eles, assim como Herodes, aceitam louvor como se fossem deus, eles passam a estar debaixo da terrível ira de Deus e podem ser depostos de sua posição de autoridade: “E, num dia designado, vestindo Herodes as vestes reais, estava assentado no seu trono e lhes dirigiu um discurso. E o povo gritava, dizendo: Esta é a voz de um deus, e não de um homem. E imediatamente, o anjo do Senhor feriu-o, porque ele não deu glória a Deus; e ele foi comido pelos vermes, e rendeu o espírito” (At. 12:21-23).

O objetivo próprio de toda conduta ética é a glória de Deus, e magistrados civis, sendo ordenados por Deus a governarem, não estão isentos da obrigação moral de governar para a glória de Deus. Aqueles designados por Deus serão responsáveis diante d'Ele pelo tipo de governo que exercerem na sociedade. Isso não é nada menos que a doutrina do Antigo Testamento, quer consideremos os governantes de Israel ou os das nações gentias das nações ao redor de Israel. O ensino de Paulo está fundamentado no Antigo Testamento. Tanto o Antigo quanto o Novo Testamento, então, começam a sua “filosofia do Estado” com a supremacia de Deus, ao qual todos os governantes devem reverência e obediência.

Sujeição e Oração

Nesse contexto, Paulo prossegue insistindo que governantes civis, por serem nomeados por Deus, não devem ser resistidos. “Quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem receberão sobre si mesmos a condenação” (Rm. 13:2). O contexto do Antigo Testamento para essa declaração de Paulo é o melhor comentário ao versículo. Declarações

¹ John Murray, *Romanos: Comentário Bíblico*, trad. João Bentes (Editora Fiel, 2003), pp. 511-512.

POR ESTE PADRÃO

paralelas são encontradas no Novo Testamento também em Tito 3:1 (“adverte-lhes que estejam sujeitos aos governadores e às autoridades”, TB) e 1 Pedro 2:13 (“ submetei-vos, pois, a todo decreto humano”). Por toda a Escritura, vemos que Deus não aprova um espírito de rebelião, desrespeito ou desobediência com respeito àqueles que foram ordenados por Deus como nossos líderes civis. Honra deve ser prestada a quem a honra é devida, diz Paulo (Rm. 13:7), e visto que a lei do Antigo Testamento estipulava que “a Deus não amaldiçoarás, e o príncipe dentre o teu povo não maldirás” (Ex. 22:28, ACF), o próprio Paulo demonstrou um espírito de arrependimento quando ele (inconscientemente) falou mal de uma autoridade (At. 23:5).

Crentes do Antigo Testamento eram ensinados a orar pelos seus governantes gentios e incrédulos (Jr. 29:7; Ed. 6:10). Quando em cativeiro na Babilônia, eles deveriam buscar a paz da Babilônia. Isso claramente contrastaria com qualquer atitude de resistência. Similarmente, no Novo Testamento, o povo de Deus é exortado a orar pelos reis e por todos os que estão em posições de autoridade (1 Tm. 2:2), e Pedro escreve aos cristãos na “Dispersão” (1 Pe. 1:1) que enfrentavam perseguição iminente por parte das autoridades romanas (1:6; 4:12; 5:13) de que deveriam imitar o padrão piedoso de buscar a paz como encontrado em Salmo 34:14 (1 Pe. 3:10-14). Repetidamente encontramos continuidade definitiva entre o Antigo e o Novo Testamento com respeito à ética política. Aqui, essa continuidade é evidente pelo fato de que os santos, tanto debaixo da Antiga Aliança quanto da Nova, deveriam respeitar os governantes civis por serem designados por Deus, orar por eles e buscar a paz dentro de suas sociedades. O povo de Deus sempre teve a obrigação de se sujeitar aos seus magistrados, sabendo que esses mesmos governantes foram ordenados como parte do governo moral de Deus sobre a criação. Justamente pelo fato de o governante estar debaixo da autoridade de Deus, aqueles que professam fidelidade a Deus devem respeitar o governante. Não é simplesmente por uma conveniência pragmática que o cristão obedece às autoridades civis – “não somente pela ira” que eles podem manifestar contra dissidentes (Rm. 13:5a). Ele também deve obedecer “por causa da consciência” (Rm. 13:5b). Ou seja, por respeito ao próprio Senhor que está sobre o magistrado civil, o Seu delegado, o cristão deve se sujeitar ao governante – e, ao fazê-lo, sujeitar-se ao Governante supremo.

Consciência

Deveria ser óbvio, apesar da visão limitada de alguns comentaristas, que a sujeição dada aos magistrados civis deve ser *no contexto da ministração do magistado a Deus*, pois essa submissão é explicitamente prescrita por Paulo como sendo por causa da *consciência*. Paulo frequentemente usa a palavra ‘consciência’, significando *consciência para com Deus* (por exemplo, At. 23:1; 2 Co. 4:2; 2 Tm. 1:3). “Deus é o Senhor exclusivo da consciência; por conseguinte, fazer qualquer coisa por motivo de consciência é fazê-la impulsionado pelo senso de obrigação para com Deus” (John Murray, *Romanos: Comentário Bíblico*, pg. 517). Ademais, Paulo sempre condicionou a obediência que deve ser prestada *aos homens* como obediência dada para fins *piadosos* – obediência dada no contexto de se submeter primeiro e principalmente às exigências morais do próprio Deus.

Charles Hodge expressou essa ideia:

Paulo impõe todos os deveres familiares e sociais por motivos religiosos. Os filhos devem obedecer aos seus pais porque é correto aos olhos de Deus, os servos devem ser obedientes aos seus mestres como a Cristo, fazendo a vontade de Deus de coração (Ef 6.1,5-6).²

Isso é deixado bem claro em 1 Pedro 2:13, onde lemos que devemos nos sujeitar “a todo decreto humano *por amor ao Senhor*.” Assim, crentes se sujeitam ao magistado civil por causa da *consciência* – o que significa dizer por amor ao Senhor – precisamente porque *o magistado* deve estar sujeito *ao Senhor*, buscando Sua glória e obedecendo aos Seus mandamentos.

A consciência não pode permitir um espírito de rebelião contra o governante designado pelo *Senhor*, do mesmo modo que não pode permitir o consentimento com preceitos do governante que desafiem a lei do *Senhor*. O ensino de Paulo sempre coloca Cristo como *o Senhor sobre todos*, assim como no primeiro mandamento do Decálogo.

² Charles Hodge, *Romanos*, trad. Sharon Barkley (Publicações Evangélicas Seleccionadas, 2019), pp. 422-423.

POR ESTE PADRÃO

A Supremacia de Deus

Portanto, a supremacia de Deus é um conceito chave para compreendermos a visão de Estado exposta por Paulo em Romanos 13:1-7. Assim como ensinado no Antigo Testamento, Paulo também ensina que crentes estão sob a obrigação estrita de obedecer ao magistrado civil, porque o Deus Altíssimo, que é supremo sobre todos, ordenou o governo do magistrado. Exatamente porque o governante é concebido como estando debaixo das ordens de Deus que o designou, o cristão deve respeitar o governante, como forma de demonstrar sujeição, em última instância, ao próprio Deus. Visto que Deus é supremo sobre todos e deu autoridade aos que exercem o governo na sociedade, tais magistrados civis não são agentes autônomos, livres para fazerem o que desejarem, sem responder a ninguém. Como delegados de Deus, eles devem servir aos Seus propósitos. Quando e se eles desafiarem a vontade de Deus, agindo de maneira pecaminosa e satânica com sua força bruta, a “consciência diante do Senhor” do cristão não pode consentir com eles.

Visto que o Senhor é o Juiz supremo, o cristão *não deve resistir* àqueles que foram designados por Deus e que ministram a Ele. Por essa *mesma razão*, a sujeição dada a governantes pelo cristão é *condicionada* pela sua fidelidade primária ao Senhor, e pela compreensão de que a sujeição ao Estado é por amor ao Senhor, cuja vontade o magistrado deve seguir.

2. *Investidos de títulos religiosos, governantes são vingadores da ira divina.*

A supremacia de Deus, como o pressuposto condicionante de Romanos 13:1-17 é expressa nos títulos designados aos líderes civis por Paulo. No Israel do Antigo Testamento, estadistas eram às vezes designados “sacerdotes” e, até mesmo nas nações gentias ao redor de Israel, líderes civis foram ocasionalmente chamados por Deus de “Meu servo”, “Meu pastor” e “Meu ungido (Cristo)”. Essa tendência de ver o dignitário do Estado categorizado como um oficial religioso – alguém que responde ao Deus Todo-Poderoso – se estende ao Novo Testamento, mais uma vez demonstrando a continuidade que existe entre o Antigo e o Novo Testamento concernente aos poderes constituídos.

A ideia de um estado *secular*, um que divorcia sua autoridade e seus padrões de considerações sobre Deus e Sua vontade, é completamente es-

tranha à revelação bíblica. De fato, ela era estranha a muito do mundo antigo no geral. Toda a política é a expressão de um ponto de vista moral que, por sua vez, é um desdobramento de uma concepção teológica do homem, do mundo e de Deus. O mundo moderno não é diferente; suas filosofias políticas são simultaneamente teologias políticas, e seus governantes civis são frequentemente vistos sob uma ótica religiosa (mesmo que um vocabulário religioso seja evitado).

Magistrados como Ministros

Paulo, seguindo o Antigo Testamento, tinha uma concepção ou compreensão religiosa do magistrado civil. Em Romanos 13, ele por duas vezes categoriza o magistrado na sociedade como um “ministro de Deus” (vv. 4, 6). Se você perguntar ao cristão comum dos dias de hoje onde se pode encontrar o “ministro” de Deus, ele apontará para o pastor da igreja local. Ele não pensará em apontar para a autoridade municipal, estadual ou federal, pois ele capitulou à mentalidade do secularismo humanista. Paulo não o fizera, embora os imperadores romanos de seus dias estivessem bem longe de serem “religiosos” no sentido louvável do termo. Independentemente de como os Césares viam a si próprios, Paulo os via como *ministros de Deus*. Eles eram os instrumentos prescritos por Deus para a manutenção da ordem e punição dos malfeitores segundo a vontade de Deus.

Em Romanos 13:6, Paulo usou o título de “leitourgos” para descrever o magistrado como “ministro” de Deus. No mundo antigo, esse termo era usado para o trabalho feito para promover a ordem social, um trabalho realizado à serviço do Estado-divino. O magistrado não é um ministro do Estado-divino, mas sim *o Estado é um ministro do próprio Deus*. Na tradução grega do Antigo Testamento (a Septuaginta), esse termo é usado para descrever o ministério de anjos, sacerdotes e profetas – e ainda assim é igualmente usado para a liderança civil.

Em Romanos 13:4, o termo empregado por Paulo é “diakonos” ou “diácono.” Fora no Novo Testamento, o termo é usado no título “diácono da cidade”, um cargo que tinha como propósito instruir na boa cidadania. Dentro do Novo Testamento, o termo é claramente carregado de conotação religiosa, sendo aplicado ao “ministério” de Cristo (Mt. 20:28), de Paulo (1 Tm. 1:12) e de um ofício dentro da igreja (At. 6:1-6). Do mesmo

POR ESTE PADRÃO

modo que há diáconos dentro da igreja, Paulo declarou que há diáconos no Estado: a saber, homens designados por Deus para ministrar justiça em Seu nome.

Ao usar esses dois termos para o conceito de “ministro”, e ao deixar claro que o governante é um ministro *de Deus*, Paulo inequivocamente ensina o caráter religioso do ofício do líder civil. Na perspectiva do Novo Testamento, magistrados devem ser considerados *servos* de Deus. Seu governo é supremo, e os governos deles são subordinados. Magistrados civis devem ser compreendidos como delegados do próprio Deus, não como déspotas livres e independentes que podem simplesmente fazer o que bem entenderem.

O Ministério da Espada

O que é que Deus requer dos seus “ministros” ordenados no Estado? Como eles devem exercer o seu serviço a Ele? O poder do magistrado civil, em distinção de todas as outras autoridades (a família, a igreja, a escola, etc.), é o poder da coerção; o magistrado civil tem o direito de punir aqueles que não se conformam às suas leis, e puni-los com aflições externas: multas financeiras, dores corporais (trabalho ou açoites) e até mesmo a morte.

Outros setores da sociedade podem impor penalidades a ofensores de diversas formas, mas nunca podem aplicar pena capital. Pais não podem executar, pastores não podem executar, patrões não podem executar – mas a autoridade do magistrado claramente *sobressai* como a autoridade para a execução de criminosos. O poder do magistrado é assim apropriadamente simbolizado pelo poder da *espada*. A pena mais extrema foi posta à disposição do magistrado civil, a pena de morte. Paulo fala do magistrado em Romanos 13:4 como um que “traz a espada” (para o significado desse símbolo, pode-se consultar Mt. 26:52; At. 12:2; Hb. 11:37; Ap. 13:10).

O magistrado civil, segundo o ensino de Paulo, deve ser visto como um ministro de Deus, um cujas atividades incluem o uso da espada na punição de ofensores. Governantes civis possuem um ministério da espada delegado por Deus. Isso significa, contudo, que Deus oferece um aval indiscriminado a todo e qualquer uso da espada por parte de todo e qualquer magistrado civil ao longo da história? De modo algum! Certamente houve

homens que foram tiranos sanguinários, homens que abusaram o poder colocado em suas mãos, homens que executaram a pena capital quando era imoral fazê-lo. Poder, arrogância, suborno, inveja, luxúria e preconceito corromperam o ministério da espada como expresso no reinado de muitos magistrados pelo curso da história.

É aqui que devemos prestar atenção às palavras de Paulo em Romanos 13:4. Ele não descreve todo e qualquer uso da espada civil como ministério de Deus em uma sociedade. Antes, Paulo distingue (implicitamente) entre um uso próprio e impróprio da espada ao dizer que ele “não traz a espada em vão.” Assim como o senso comum e a experiência histórica nos diriam, alguns magistrados empunharam a espada de uma forma que carece de valor como ministério para Deus. Alguns fizeram um uso fútil da espada, um uso que nunca foi pretendido por Deus. Alguns trouxeram a espada em vão. Em contraposição a tais usos vãos da espada, Paulo descreve em Romanos 13 o magistrado que verdadeiramente ministra para Deus. Paulo expõe a nós em Romanos 13:4 o modelo do ministro civil de Deus, um que “não traz a espada em vão.”

A Ira de Deus

O que o “ministro de Deus” que “não traz a espada em vão” deve fazer no serviço a Deus para a sociedade, segundo Paulo? Paulo diz que ele deve ser “ministro de Deus e vingador para executar a ira contra aquele que pratica o mal” (Rm. 13:4). *Qual* ira deve o magistrado executar? Certamente não a sua própria, pois é precisamente em tais demonstrações de ira a serviço de interesses próprios que a espada foi usada em vão ao longo da história. Em vez disso, Paulo indica que o magistrado deve executar a ira *de Deus*. Em seu parágrafo imediatamente precedente ao que está em pauta no momento, Paulo exortou os homens a estarem em paz com os homens e a não vigarem a si mesmos pelas injustiças que sofrerem. Romanos 12:19 diz: “Amados, não vos vingueis a vós mesmos, mas dai lugar à ira, porque está escrito: A vingança é minha; eu recompensarei, diz o Senhor.” Duas palavras se destacam aqui: vingança e ira. O próprio Deus fará vingança, executando sua ira contra os ofensores e, portanto crentes não precisam fazer justiça com suas próprias mãos. Mas *como* Deus executará a Sua ira contra ofensores? Romanos 13:1-7 responde essa dúvida

POR ESTE PADRÃO

natural. Deus ordenou um ministério da espada na sociedade. Aqueles a quem Ele pôs em autoridade devem ser “vingadores da ira” – isso é, vingadores que executam a *ira divina* em nome d’Aquele que declara que toda vingança pertence a Ele. O ministro de Deus no Estado, aquele que não traz a espada em vão, agirá para executar a ira de Deus contra ofensores – contra “aquele que pratica o mal” (Rm. 13:4). O magistrado está sob a obrigação de distinguir corretamente entre atividades virtuosas e viciosas na sociedade. Ele deve recompensar uma e punir a outra.

Aqueles que devem sofrer sua ira judicial quando ele traz a espada para Deus são descritos por Paulo como “aqueles que praticam o mal” em Romanos 13:4. Se avançarmos apenas seis versículos para Romanos 13:10, lemos que *o amor não faz o mal* ao próximo. São precisamente esses cidadãos – os que agem sem amor ao transgredirem os mandamentos de Deus, concebidos para proteger a vida, a liberdade e a propriedade do próximo – que são “aqueles que praticam o mal” que Paulo declara que o magistrado deveria punir, até mesmo com a morte (quando apropriado). Na perspectiva paulina, o magistrado civil nos dias atuais é investido de títulos religiosos, sendo chamado para ser um vingador que executa a ira divina contra os violadores da lei.

Conceitos do Antigo Testamento

Conclui-se que atitude do Novo Testamento com respeito à lei e à política como encontrada em Romanos 13:1-7 corresponde em pontos cruciais com a atitude do Antigo Testamento, seja concernente a magistrados judeus ou gentios. A pressuposição subjacente de Paulo era a supremacia de Deus sobre todos. Tomando isso como ponto de partida, Paulo pôde retratar governantes como sendo designados por Deus e afirmar, portanto, que não poderiam ser resistidos. De fato, Paulo pôde prosseguir repudiando qualquer noção secularizada de governo civil, chamando aqueles que governam no Estado de “ministros de Deus”, designados por Deus para executar Sua vingança contra os malfeitores que violam Suas leis. Como vimos anteriormente, essa é precisamente a doutrina do Antigo Testamento. Com base nela, é possível formular uma visão distintivamente cristã da justiça pública. Pedro sumariza muito do ensino do Antigo e do Novo Testamento concernente ao magistrado civil, ao des-

crever governantes como “aqueles por ele enviados para castigo dos malfeitores, e para louvor dos que fazem o bem” (1 Pe. 2:14). Tal descrição leva a uma única conclusão:

3. *Governantes devem dissuadir o mal governando segundo a lei de Deus.*

Essa conclusão foi vista como sendo a consequência do ensino do Antigo Testamento sobre governantes civis em Israel, bem como a consequência da perspectiva do Antigo Testamento sobre governantes civis fora de Israel. Visto que governantes civis são designados por Deus, que eles são investidos de títulos religiosos, que eles são enviados para serem vingadores que executam a ira de Deus, que eles devem punir aqueles que são genuínos malfeitores, o único *padrão* apropriado para o seu governo na sociedade – o único critério apropriado de justiça pública – seria a lei de Deus. Aqueles que foram ordenados por Deus devem obedecer aos preceitos d’Ele, não os seus próprios. Aqueles que são chamados “ministros de Deus” devem fazer jus a tal título servindo a vontade de Deus. Aqueles que são vingadores para executar a ira de Deus devem ser direcionados pelo próprio Deus com respeito ao que justifica tal ira e como ela deve ser manifesta. Aqueles que devem punir malfeitores devem possuir um padrão confiável pelo qual possam julgar quem é e quem não é um malfeitor aos olhos de Deus.

Assim, tudo aponta para a conclusão óbvia de que o magistrado civil, segundo Romanos 13:1-7 (assim como no Antigo Testamento), está sob obrigação de obedecer às estipulações da lei de Deus com respeito à liderança civil e justiça pública. Dentro de seu próprio contexto literário (especialmente 12:19 e 13:10), Romanos 13:4 ensina especificamente que a lei de Deus deve ser o guia para o magistrado que não traz a espada em vão. A lei de Deus define aqueles que são verdadeiramente malfeitores, e indica aqueles aos quais deve sobrevir a *ira* de Deus.

Qual o Melhor Padrão?

Aqueles que não favorecem a aceitação da lei de Deus como o padrão supremo para a moralidade civil e para a justiça pública serão forçados a substituí-la por algum outro critério de bem e mal. O magistrado civil não

POR ESTE PADRÃO

pode operar sem alguma orientação ética, sem algum padrão de bem e mal. Se tal padrão não for a lei revelada de Deus (a qual, como devemos observar, foi direcionada especificamente aos problemas perenes na moralidade política), então qual será? Em alguma forma ou expressão, terá de ser a lei do homem (ou dos homens) – a padrão de ‘lei própria’ ou autonomia. E quando leis *autônomas* passam a governar uma comunidade, a espada é certamente empunhada *em vão*, pois ela representa simplesmente a força bruta da vontade de alguns homens contra a de outros. A “justiça”, então, verdadeiramente torna-se uma cobertura verbal para qualquer coisa que sirva os interesses dos mais fortes na sociedade (seja essa força a do poderio físico ou da manipulação midiática).

Homens escolherão ser governados ou por Deus ou por tiranos. Devido à misericordiosa obra restritiva do Espírito Santo nas sociedades, não vemos em todo os estágios *da história* essas polaridades acentuadas se manifestarem; a maioria das sociedades se esforçará, em alguma medida, pela conformidade com a lei de Deus, mesmo quando está oficialmente repudiada. Contudo, *em princípio*, as escolhas são claramente entre a lei de Deus e a lei do homem, entre vida e morte para uma sociedade. Se nenhuma lei divina é reconhecida acima da lei do Estado, então a lei do homem tornou-se absoluta aos olhos dos homens – não há, então, barreira *lógica* alguma para o totalitarismo.

Quando a lei de Deus é posta de lado e as leis dos políticos passam a reinar em seu lugar, temos “a besta” descrita para nós pelo Apóstolo João em Apocalipse 13. Independentemente da escola de pensamento escatológico adotada e da estrutura interpretativa aceita para o livro do Apocalipse, todos os leitores da Bíblia devem concordar que “a besta” é o magistrado civil *ímpio por excelência*. Ele é precisamente o oposto do que Paulo descreveu em Romanos 13, e assim não é para nós uma surpresa que o Livro de Apocalipse *elogie* os cristãos por resistirem aos preceitos da besta – embora Romanos 13 *condene* resistência ordinariamente.

Será instrutivo notar como João escreve o magistrado maligno conhecido como “a besta.” Em Apocalipse 13:16-17, lemos que a “marca da besta”, que deve ser posta sobre a testa e a mão do cidadão, para que ele participe do comércio no mercado; a marca identifica o nome ou o caráter da própria besta. A fim de ter um lugar viável na sociedade, a besta exige

que seu nome e autoridade – sua lei – dirija o pensamento e o comportamento de todos os cidadãos. Aqueles que são familiarizados com o Antigo Testamento prontamente captarão a alusão de João a Deuteronômio 6:8, onde Deus disse que *Sua lei* deveria ser atada sobre a testa e a mão de Seu povo. A besta é retratada como removendo a lei de Deus e a *substituindo* pela sua própria lei humana. Em harmonia com essa representação, o próprio Paulo descreve a besta em 2 Tessalonicenses 2 como “o homem da *iniquidade*”, ou seja, da ausência de lei.

A Moralidade Política de Paulo

O magistrado que recebe a aprovação de Paulo em Romanos 13 é aquele que é um ministro de Deus “para o bem”, mas um “terror” para aqueles que “praticam o mal.” Ao dizer tais coisas, Paulo claramente não estava se desviando do seu padrão de definir bem e mal segundo a lei de Deus. De fato, quando Paulo compareceu perante o Sinédrio dos judeus protestando sua inocência, ele declarou que não fizera nenhum *mal* (At. 23:9 e 25:11) – nada contrário à lei de Deus – se não, ele estaria bem disposto a aceitar a justiça de sua execução. Para Paulo, a moralidade política deveria ser avaliada pela norma da lei revelada de Deus. Ele não assumiu uma atitude dispensacionalista com respeito à justiça social, vendo os padrões do Antigo Testamento concernentes a questões de política pública, crime e punição como postos de lado na era do Novo Testamento. Deus possui um único padrão imutável e bem e mal, mesmo com respeito à ética política.

À luz do padrão único de Deus para a moralidade política, não é surpreendente chegar à conclusão de que a escrita e a pregação do Novo Testamento *de forma alguma* eram apolíticas. João Batista pregou contra a ilegalidade do casamento de Herodes (Mc. 6:18) e Jesus chamou Herodes de “raposa” (Lc. 13:32), uma denúncia mordaz. João falou aos soldados sobre suas obrigações para com a lei de Deus (Lc. 3:17) e Jesus exigiu que Zaqueu fizesse restituição pela coleta fraudulenta de impostos (Lc. 19:1-10). Paulo pregou “contrário aos decretos de César, dizendo que há outro rei, Jesus” (At. 17:7), razão pela qual foi expulso de Tessalônica. Ao escrever de volta à igreja de lá, ele aludiu ao antagonismo do conselho da cidade a ele como o obstáculo de Satanás (1 Ts. 2:18). Em todos esses incidentes,

POR ESTE PADRÃO

vemos que o Novo Testamento não fica em silêncio sobre injustiças políticas, e que ele pesa essas injustiças nas balanças da lei revelada de Deus. No nível mais prático e aplicável, o padrão distinto para a moralidade política cristã foi encontrado nos bem conhecidos mandamentos de Deus.

Conclusão

Os últimos anos testemunharam um reavivamento do interesse em uma política cristã. Contudo, esse reavivamento não tem sido frequentemente associado com uma concepção distintivamente bíblica de moralidade sociopolítica. O *padrão* distintivo da política cristã tem sido negligenciado. Ao estudar o que o *Antigo* Testamento diz com respeito a magistrados judeus e gentios e o que o *Novo* Testamento revela com respeito à lei e à política, encontramos completa harmonia com relação a estes três pontos essenciais:

1. Sendo designados por Deus, governantes não devem ser resistidos.
2. Investidos de títulos religiosos, governantes são vingadores da ira divina.
3. Assim, governantes devem dissuadir o mal governando segundo a lei de Deus.

Isso nos proporciona um fundamento para o envolvimento cristão na filosofia e prática política. A partir dessa plataforma, uma contribuição distintiva pode ser feita.

CRIME E PUNIÇÃO

“Se algum governante estabelecesse que roubar dois centavos mereceria a morte, enquanto matar uma criança inocente mereceria a multa de dois centavos, muitos mestres cristãos não teriam uma maneira objetiva para demonstrar a injustiça desse arranjo.”

A Escritura nos ensinou que uma abordagem distintamente cristã à moralidade política exige o reconhecimento da obrigação do magistrado civil de governar segundo os preceitos da *lei revelada* de Deus. De igual modo, observamos que a *função principal* do magistrado civil, como o próprio Deus a apresenta em Sua palavra escrita, é o de empunhar a espada como um vingador que executa a ira contra malfeitores. O governo civil é um ministério de justiça, com o propósito de punir criminosos segundo a vontade revelada de Deus. Quando combinamos essa relação com a crença bíblicamente fundamentada de que *a lei de Deus é vinculante em cada detalhe até que e a menos que o Legislador revele o contrário*, chegamos à conclusão de que o magistrado civil na atualidade deve aplicar as sanções penais da lei do Antigo Testamento a criminosos em nossa sociedade, uma vez que forem devidamente julgados e condenados por evidência apropriada. Ladrões devem ser obrigados a oferecer restituição, estupradores devem ser executados, perjuros devem sofrer a pena que infligiriam ao acusado, etc.

Em termos simples, *magistrados civis devem infligir as penas que Deus prescreveu em Sua palavra*. Quando refletimos sobre essa proposição, vemos que ela tem veracidade e justiça bastante evidentes. “Não fará justiça o Juiz de toda a terra?” (Gn. 18:25). Se magistrados civis de fato são “ministros de Deus” que executam *Sua* ira contra os malfeitores, quem seria mais apto para definir a natureza e o grau de punição apropriado para cada crime do que o próprio Senhor? E onde Ele faria esse padrão de justiça conhecido,

a não ser em Sua palavra? As sanções penais para o crime devem ser aquelas reveladas na lei do Senhor. Isso faz perfeitamente todo o sentido.

A Necessidade, a Equidade e o Instrumento da Punição

Deus não apenas estabeleceu certas estipulações sobre como o povo deve viver em sociedade (por exemplo, proibindo o roubo), mas também reforçou essas estipulações – tornando-as mais sérias do que meras recomendações divinas – com sanções penais a serem impostas sobre aqueles que desobedecerem a Seus preceitos (por exemplo, oferecendo restituição). Uma lei sem o apoio de tais penas não seria uma lei propriamente dita. Agora, no caso de certos mandamentos do Antigo Testamento, estabeleceram-se *duplas sanções* contra o ofensor. Um assassino, por exemplo, não apenas sofreria a ira *eterna* de Deus após sua morte, mas também teria de sofrer a pena *temporal* e social que Deus prescreveu ao *magistrado civil* para que aplicasse (nesse caso, a pena de morte). Nem todos os mandamentos de Deus carregavam essa dupla sanção, pois nem todos os pecados são igualmente crimes dentro do Estado. É algo ímpio cobiçar uma mulher, mas o magistrado civil não pode condenar nem punir por cobiça. Contudo, quando a cobiça se torna adultério, então há certas medidas estipuladas por Deus a serem tomadas por Seu delegado ordenado no Estado.

Sempre que Deus as prescreveu em Sua palavra, tais punições civis para o crime são plenamente necessárias. De fato, Paulo pode dizer que a lei de Deus foi estipulada precisamente para tratar de criminosos públicos – assassinos, perjuros, homossexuais e similares (1 Tm. 1:8-10). A destruição dos ímpios é um objetivo apropriado de um magistrado temente a Deus (Sl. 101:8) para que assim ele extirpe o mal (por exemplo, Dt. 17:12; 19:19) e proteja os justos da terra (Sl. 125:3; Pv. 12:21). Tais penas civis contra o crime devem ser executadas sem misericórdia ou compaixão do criminoso (Dt. 19:13, 21; 25:12; Hb; 10:28), para que juízes não façam acepção de pessoas, deixando-se influenciar pela condição do réu e decidindo por qualquer outro padrão que não seja a justiça estrita quem deve pagar o preço por sua transgressão. Além disso, quando juízes deixam de punir criminosos comprovados, eles, com efeito, punem as vítimas desse criminoso. Como Lutero escreveu uma vez: “Se Deus quer exercer ira, que di-

POR ESTE PADRÃO

reito tens tu de ser misericordioso? [...] Que bela misericórdia a mim seria, ter misericórdia do ladrão e do assassino, e permitir que ele me mate, me abuse e me roube!” Assim, a Escritura ensina que as penas civis são necessárias. O magistrado não deve trazer sua espada em vão.

Tais sanções penais não são apenas necessárias na sociedade, como também devem ser *equitativas*. A medida de punição segundo o justo Juiz de toda terra deve ser um olho por um olho, um dente por um dente, uma vida por uma vida – nada menos que isso, porém nada mais (por exemplo, Ex. 21:23-25; Dt. 19:21). A punição deve ser proporcional ao crime, pois ela deve expressar retribuição contra o ofensor. Especialmente quando se compara o código bíblico de sanções penais com os de outras civilizações antigas é que se torna aparente o quão justas e sábias as leis de Deus o são; elas nunca são desequilibradas, lenientes, cruéis ou incomuns. Longe de serem arbitrárias, elas são estabelecidas com vista a aperfeiçoar a justiça nas questões sociais. *Indiretamente*, essas sanções penais chegarão a dissuadir a prática do crime em outros (por exemplo, Dt. 17:13; 19:20), mas elas foram concebidas para punir uma pessoa retributivamente “conforme sua culpa” (Dt. 25:1). É por isso que, por exemplo, aqueles que cometeram crimes capitais são mencionados na Bíblia como tendo “cometido um pecado merecedor de morte” (Dt. 21:22). Deus sempre prescreve exatamente o que um crime merece; a severidade da pena é proporcional ao quão hediondo foi o ato. As punições estabelecidas por Ele são, portanto, sempre equitativas.

O instrumento que Deus arregimenta para executar Suas justas e necessárias penas para crimes na sociedade é o magistrado civil. O motivo pelo qual o sangue de ofensores deve ser derramado *pelos homens* é dado em Gênesis 9:5-6, a saber, porque o homem foi criado na *imagem de Deus*. Os homens podem refletir os juízos de Deus contra criminosos pois eles – aqueles designados a essa incumbência – são a imagem de Deus, capazes de compreender e aplicar seus padrões de retidão cívica.

Paulo descreveu o magistrado civil como ordenado por Deus, alguém que “não traz a espada em vão” *porque* é um “ministro de Deus e vingador para executar a ira contra aquele que pratica o mal” (Rm. 13:1-4). Sem tal autorização, a punição de um homem por outro seria pura presunção, a perpetração por parte de um grupo de um mal contra outro indivíduo ou

grupo. A própria noção de *justiça pública* (“o direito” sobrepujando considerações de “força”) está arraigada na pressuposição de que *a direção de Deus sustenta a função do magistrado civil na sociedade*. Dado esse fato, é simplesmente natural que o padrão pelo qual o magistrado deve infligir penas a criminosos deve ser a lei revelada de Deus.

Relutância em Endossar a Lei

Porém, nem todos os mestres cristãos estão dispostos a reconhecer esse ponto. Contudo, aqueles que negam a validade das sanções penais encontradas na lei revelada de Deus raramente possuem *alternativas* convincentes e claras para oferecer. Quando possuem, essas alternativas raramente originam-se de uma perspectiva *cristã*. Ademais, esses que propõem penas criminais à parte da lei revelada de Deus quase nunca mostram uma disposição de apoiar ou defender a equidade e a justiça de suas propostas *específicas*. Em suma, aqueles que objetam à ideia de termos magistrados na atualidade seguindo as sanções penais da lei de Deus geralmente nos deixam com a posição de que *não há padrões permanentemente justos* de punição, pois permitem que os magistrados concebam seus próprios códigos penais autonomamente. Se algum governante estabelecesse que roubar dois centavos mereceria a morte, enquanto matar uma criança inocente mereceria a multa de dois centavos, muitos mestres cristãos *não teriam uma maneira objetiva* para demonstrar a *injustiça* desse arranjo. Sua incapacidade de produzir um método fundamentado na Bíblia e que glorifique a Deus para *discernir* o que a justiça exige em casos específicos de atividade criminosa nos deixaria, em princípio, à mercê de magistrados-déspotas.

Quando *não há uma lei acima da lei civil* restringindo e guiando seus preceitos, então a vontade humana se torna absoluta e temível. Antes que qualquer leitor seja tentado a rejeitar da proposição bem óbvia de que o magistrado civil deve seguir a lei revelada de Deus quanto ao crime e à punição, que fique claro em sua mente quais exatamente são as *alternativas*. Em muitos casos, aqueles que criticam o uso das sanções penais objetivamente conhecidas a partir das Escrituras não têm *nenhuma* alternativa ou apenas a *tiranía* arbitrária para oferecer em seu lugar.

POR ESTE PADRÃO

Além de perguntar ao crítico da lei de Deus qual alternativa ele tem em mente, o leitor deve insistir em exigir alguma *evidência bíblica que justifique* essa rejeição das sanções penais do Antigo Testamento. Isso é de grande importância, pois Jesus alertou que qualquer que ensinasse a violação mesmo do *menor* mandamento do Antigo Testamento (e os mandamentos penais certamente são mandamentos encontrados em meio à Lei e os Profetas) seria chamado de menor no reino dos céus (Mt. 5:18-19). A menos que aqueles que sustentam a abolição dessas sanções penais possam oferecer uma justificativa para a sua atitude baseada na palavra de Deus, então a sua posição sofre a forte censura do próprio Cristo. Ademais, Paulo ensinou que a lei de Deus era *legitimamente usada* para refrear os criminosos da época, sendo o padrão que Deus esperava que Seus ministros no Estado usassem quando empunhassem suas espadas (1 Tm. 1:8-10; Rm. 13:4). Rejeitar esses padrões pareceria, à primeira vista, ser um pronunciamento contra a palavra do próprio Senhor sobre o assunto.

São as Penas Culturalmente Variáveis?

Qual razão poderia alguém oferecer para se recusar a endossar a presente aplicabilidade das sanções penais da lei de Deus? Por vezes, sugere-se, sem a devida reflexão, que, pelo fato de as sanções penais da lei serem encontradas entre as leis casuísticas do Antigo Testamento – leis estas cujos detalhes culturais não são universalmente vinculantes – essas leis simplesmente nos ensinam que certos crimes *devem* ser punidos, mas não *qual* punição deve ser aplicada. Portanto, “Não deixarás viver uma feiticeira” e “Todo aquele que se deitar com um animal certamente será morto” (Ex. 22:18, 19) simplesmente nos ensinam que aqueles que praticam a feitiçaria e a bestialidade devem ser punidos *de alguma forma*, não que eles devem ser punidos de uma forma *específica*. Alega-se que o princípio subjacente seja meramente o de que esses atos são puníveis; a pena de morte é apenas um detalhe cultural e variável.

Por mais atraente que essa sugestão possa parecer em abstrato (afinal de contas, ela faria a promoção da lei de Deus dentro de uma sociedade secularizada muito mais fácil), fica claro que a sugestão não pode ser defendida em face de realidades textuais e teológicas específicas. Por exemplo, os dois textos mencionados acima são escritos especificamente de

modo a exigir *mais* do que apenas *algum* tipo abstrato de punição para aqueles que praticam feitiçaria e bestialidade. O que é proibido em Êxodo 22:18 é que uma feiticeira seja *permitida a viver*. Um magistrado que meramente multe uma feiticeira (i.e., uma feiticeira genuína, conforme a compreensão bíblica do termo) estaria *transgredindo* essa proibição, ao permitir o que o texto proíbe – a saber, que a feiticeira seja permitida a viver. Êxodo 22:19 usa uma expressão idiomática hebraica para comunicar a *certeza* da pena de morte para alguém que comete bestialidade: “*certamente* será morto.” O propósito aqui é mostrar que esse crime é tão hediondo que apenas a pena de morte seria sua recompensa justa.

A arbitrariedade de alguns comentaristas aqui causa perplexidade. Por exemplo, R. A. Cole escreve: “Nossa atitude para com as perversões da ordem natural instituída por Deus não pode ser diferente daquela encontrada na Lei, embora nosso tratamento dos que a pervertem deva ser hoje bem diferente.”¹ Porém, o texto hebraico ensina que o nosso *tratamento* desse crime *não deve* variar: “certamente” tal ofensor deve ser morto. Se essa não é a justiça que devemos endossar, então, certamente, até mesmo *nossa atitude* para com a perversão *em si* variou daquela prescrita pela lei de Deus!

Alguém poderia convincentemente argumentar que o *método* de execução (por exemplo, apedrejamento) é um detalhe cultural variável, mas o texto simplesmente não apoiará a tese de que as *sanções penais* da lei são culturalmente variáveis. Ele não apoiará o ensino de uma abordagem indefinida da penologia – isto é, ensinando simplesmente que criminosos devem ser punidos, sem dizer *qual* punição deve ser aplicada. O princípio ensinado em tais leis casuísticas é que crimes relevantes são *dignos* desse ou daquele tratamento especificado.

As diversas alternativas de tratamento não podem ser permutadas – como se um assassino pudesse ser multado e um ladrão pudesse ser executado. É precisamente a *equidade* das sanções penais de Deus que exclui qualquer remanejamento delas; porém, é exatamente isso que a sugestão em pauta permitiria (ao dizer que a lei casuística não ensinaria

¹ R. A. Cole, *Êxodo: Introdução e Comentário*, trad. Carlos Oswaldo Pinto (Edições Vida Nova, 1981), pg. 168.

POR ESTE PADRÃO

nenhuma sanção pré-definida, mas apenas que *algum* tipo de sanção deve ser aplicado). Tal permutação viola o princípio de um olho por um olho, um dente por um dente, uma vida por uma vida, etc. Já vimos anteriormente que a equidade caracteriza as sanções penais da lei de Deus. Crimes recebem precisamente o tipo de punição que a justiça declara que eles *merecem*. Essa é a abordagem bíblica à penologia, e apartar-se dela é abrir as portas (em princípio) para a arbitrariedade, a tirania e a justiça em uma sociedade.

Nada Mais, Nada Menos

Penas bíblicas, conforme observamos, nunca são demasiadamente lenientes e nem demasiadamente rigorosas para com os casos que elas tratam. Consequentemente, se um magistrado se aparta da justiça e equidade estritas das penas bíblicamente prescritas para crimes, então o magistrado deve ou exigir *mais* ou exigir *menos* do que a lei de Deus. De qualquer maneira, ele se apartará da norma da equidade – infligir a um crime exatamente a punição que ele merece – e, dessa forma, será *injusto* em seus juízos, sendo ou severo demais ou brando demais para com criminosos. Hebreus 2:2 nos diz, ao contrário da pressuposição equivocada de muitos, que as sanções penais do Antigo Testamento não eram punições “elevadas” ou “intensificadas”, indo *além* do que uma justiça estrita prescreveria a uma sociedade. O versículo declara, como fundamento para um argumento *a fortiori* sobre a justiça eterna de Deus para com os apóstatas, que, segundo a lei mosaica (“a palavra dita pelos anjos”, cf. At. 7:53) “cada transgressão e desobediência recebeu uma *justa retribuição*.” As penalidades de Deus reveladas nela não eram excessivas e, dessa forma, o Seu juízo contra os apóstatas deve também ser visto como justo. Deus nunca pune de maneira injusta, sendo ou demasiadamente leniente ou demasiadamente severo; Ele sempre prescreve exatamente o que a equidade exige. É certo que Ele estipulou uma *justa retribuição* para cada crime. Aqueles que se apartam das sanções penais de Deus, então, é que são os injustos.

Se Deus diz que algum crime deve ser punido pelo magistrado com a morte, então o crime em questão é verdadeiramente “merecedor de morte”, para usar o termo bíblico (por exemplo, Dt. 21:22). Um dos en-dossos mais fortes da justiça das sanções penais da lei é encontrado nas

palavras do Apóstolo Paulo em Atos 25:11. Quando e ele foi acusado de muitas transgressões graves pelos judeus, Paulo respondeu: “Se, pois, sou *malfeitor* [cf. a mesma expressão em Rm. 13:4] e tenho praticado alguma coisa que *mereça a morte* [a designação da lei para um crime capital], *não recuso morrer*” (TB). Paulo não arguiu que essas sanções penais do Antigo Testamento haviam sido ab-rogadas, nem que elas eram apropriadas apenas aos judeus da teocracia. Antes, ele insistiu que elas eram aplicáveis no tempo presente e que ele não buscaria evitar suas exigências. Ele estava disposto a se sujeitar à justiça divina, a justiça da lei de Deus – desde que ele verdadeiramente tivesse transgredido essa lei. Se a Bíblia há de ser o fundamento para a nossa ética política cristã, então devemos endossar a justiça do código penal de Deus.

Tentativas Inválidas de se Esquivar da Penologia Bíblica

Alguns cristãos tentaram fugir das exigências bíblicas concernentes às sanções penais para crimes. Sem responder às considerações positivas que foram expostas acima, eles sugeriram diversas razões pelas quais não deveríamos endossar as sanções penais da lei do Antigo Testamento. Podemos examinar brevemente algumas dessas razões.

Alguns dizem que o uso da pena de morte acabaria de forma prematura com as possibilidades de evangelismo. Isso pode ser verdade, mas devemos evitar retratar a palavra de Deus como se estivesse em conflito consigo mesma (como se a comissão evangelística da Igreja pudesse anular a justiça exigida pelo Estado). “As coisas escondidas [por exemplo, quem será convertido] pertencem a Jeová, nosso Deus, mas as coisas que são reveladas [por exemplo, as exigências da lei] nos pertencem a nós e a nossos filhos, para sempre, para que observemos todas as palavras desta lei” (Dt. 29:29).

Outros apelam para a emoção, dizendo que as sanções penais do Antigo Testamento levariam a um banho de sangue na sociedade moderna. Tal consideração é, por natureza, uma preocupação pragmática, em vez de uma consideração pela verdade e pela justiça. Mas, mais importante, ela diretamente contradiz o *próprio ensino da Bíblia* concernente ao efeito de seguir o código penal de Deus. Longe de resultar em um aumento excessivo no número de execuções, tal prática levaria outros a “ouvirem e

POR ESTE PADRÃO

temerem” (por exemplo, Dt. 17:13), para que poucos viessem a cometer tais crimes e precisassem ser punidos. As sanções de Deus trazem segurança, proteção, integridade e vida a uma comunidade – não um banho de sangue.

Alguns mestres compararam as sanções penais do Antigo Testamento às leis cerimoniais do Antigo Testamento, afirmando que elas não mais devem ser seguidas da mesma da mesma maneira que antes devido à obra de Cristo. Contudo, tais penas não eram cerimoniais em caráter, prefigurando a pessoa e a obra do Redentor (por exemplo, como o sistema sacrificial o era); elas não eram redentivas em propósito ou religiosas em caráter. Embora o Novo Testamento mostre que os sacrifícios, o templo, etc. foram postos de lado, o Novo Testamento endossa o uso e a autoridade contínuas das sanções penais. Elas simplesmente não estão na mesma categoria teológica que as leis cerimoniais.

As penalidades *sociais* prescritas pela lei do Antigo Testamento não podem ser vistas como cumpridas na morte de Cristo, na disciplina de excomunhão da Igreja ou no juízo final – pois nenhum destes trata da justiça social na história. Cristo não removeu as penas por infrações sociais, senão cristãos poderiam arguir que não precisam pagar multas de trânsito! A disciplina da Igreja não remove a necessidade de o Estado ter diretrizes justas para penas na sociedade. E, longe de confirmar penas sociais, esperar pelo juízo final as removeria por completo. Mesmo que fosse possível arguir (com indicadores bíblicos) que as sanções penais do Antigo Testamento prefiguravam o juízo final, seria algo totalmente diferente argumentar que essas penas *apenas* prefiguraram o juízo final. Afinal de contas, elas também tratavam das questões de crime e punição na história e, desse modo, continuam a fazê-lo nos dias de hoje (enquanto ainda prefiguram o juízo final vindouro).

Ab-rogaremos Todas, Exceto Uma?

Se os argumentos acima revelaram-se inconsistentes à luz do ensino Bíblico e da consistência lógica, pode-se compreender quanto mais difícil seria defender a posição de que todas as sanções penais foram ab-rogadas nos dias de hoje, exceto uma (a saber, a pena de morte para assassinato). Tal posição é incapaz de demonstrar que as sanções penais foram postas

de lado *de modo geral*. Na melhor das hipóteses, ela apela a um argumento falacioso baseado no silêncio, dizendo que tais penas sociais não foram mencionadas, por exemplo, por Paulo, quando ele falou à igreja em Corinto sobre um fornicador incestuoso. Claro, tampouco Paulo contestou essas sanções, visto que ele estava falando à igreja sobre a *sua* resposta ao pecador (não à do magistrado). O seu silêncio questiona ou respalda a validade das sanções? Nenhuma das duas alternativas, pois uma consideração baseada no silêncio é logicamente falaciosa. O que é importante é a *presunção* de validade contínua ensinada em outras passagens por Cristo (Mt. 5:19) e Paulo (At. 25:11; Rm. 13:4; 1 Tm. 1:8-10; cf. Hb. 2:2). O silêncio não pode anular essa presunção, apenas uma palavra definitiva de ab-rogação.

Conclusão

Não há repúdio geral das sanções penais no Novo Testamento. E, *se houvesse*, não haveria nenhuma forma textualmente legítima para preservar a pena prescrita para o assassinato. A tentativa de limitar nossa obrigação moral ao pacto noético (Gn. 9:6) é malconcebida, não apenas porque o Novo Testamento não reconhece tal limitação arbitrária (veja Mt. 5:17-19), mas também porque a lei mosaica é necessária para compreender e aplicar de forma justa a estipulação noética com respeito a assassinos (por exemplo, a distinção entre homicídio culposo e doloso não é estabelecida em Gênesis 9). O fato de que Paulo em Romanos 13 não estava limitando o poder da espada à orientação de Gênesis 9 fica claro por ele reconhecer o direito de cobrança de impostos, que não é mencionado em Gênesis 9. Se as sanções do Antigo Testamento tivessem sido ab-rogadas (e não temos motivo para pensar que elas o foram), então não parece haver maneira de preservar a pena capital para o assassinato, também. Porém, pouquíssimos evangélicos se contentariam em aceitar essa conclusão, especialmente pelo fato de ela deixar as palavras de Paulo sobre a “espada” do magistrado sem aplicação alguma.

Devemos concluir, portanto, que a palavra de Deus, mesmo concernente a questões de crime e punição, é fidedigna e imutável. Sem a sua orientação, o magistrado certamente acabaria por empunhar “a espada em vão.”

IGREJA E ESTADO

“É verdadeiramente impossível não possuir algum tipo de pressuposto religioso sempre que um legislador se posiciona de uma ou outra maneira com respeito a uma questão específica.”

Observamos que uma posição distintamente cristã com respeito à lei e à política exigirá promover o evangelho abrangente defendido pela fé reformada – um evangelho que possui implicações políticas porque Cristo estabeleceu o reino de Deus (com a sua influência em todas as áreas da vida) e agora governa como Rei dos reis sobre toda a humanidade. Crentes legítimos oram para que o Reino de Deus venha a se manifestar cada vez mais na história e que a vontade de Deus seja feita na terra como é no céu. O estudo da Escritura mostrou que a vontade de Deus para a justiça pública e para a política foi revelada nos padrões permanentes da lei de Deus. Portanto, os cristãos devem trabalhar para persuadir os outros acerca de sua obrigação para com os mandamentos de Deus, inclusive o magistrado civil de seu dever de aplicar as sanções penais da lei de Deus contra a atividade criminoso na sociedade. Sem a lei de Deus, o cristão pode até se interessar pela política, mas ele não terá nada a contribuir no que diz respeito a orientação concreta que não poderia igualmente ser contribuído pela sabedoria social autônoma. Assim, a lei de Deus é a chave para a atitude cristã com respeito à moralidade sociopolítica.

Uma queixa que é frequentemente ouvida em nossa sociedade secularizada (e até mesmo por parte de cristãos que sucumbiram à pressão da secularização) é que não podemos reconhecer a lei de Deus como o padrão para a moralidade política por causa da “separação entre Igreja e Estado.” Precisamos explorar essa queixa a partir de muitos ângulos para que possamos ver o quão fraca ela é.

A Separação no Antigo Testamento

Em primeiro lugar, há pessoas que rejeitam a lei de Deus como o padrão para a ética política nos dias de hoje porque creem que o arranjo social do Antigo Testamento não reconhecia qualquer separação entre Igreja e Estado, como fazemos na atualidade. O raciocínio parece ser o seguinte: visto que a lei Mosaica foi destinada a uma situação na qual Igreja e Estado estavam unificados, esses mandamentos seriam eticamente *inapropriados* para uma situação *diferente* como a nossa, na qual Igreja e Estado estão separados.

Essa linha de raciocínio pode ser comum, mas é inválida, todavia. Podemos começar observando o fato de que o Antigo Testamento certamente *reconhecia* muitos tipos de separação entre os aspectos cútico-religiosos e civil-políticos da vida. Reis não eram sacerdotes no Israel do Antigo Testamento, e sacerdotes não eram líderes civis (como nas culturas pagãs ao redor de Israel). De fato, quando um rei como Uzias atreveu-se a tomar para si mesmo as incumbências religiosas de um sacerdote, ele foi afligido com lepra por parte de Deus por ousar romper a reconhecida separação entre “Igreja” e “Estado” (2 Cr. 26:16-21). Havia uma clara diferença entre os ofícios e prerrogativas de Moisés e Arão, entre os de Neemias e Esdras. O arranjo social do Antigo Testamento, então, não “unificava” o culto religioso e a administração civil.

Lemos que Josafá pôs o sumo sacerdote sobre o povo com respeito a “todas as questões do SENHOR” (2 Cr. 19:11). Uma separação funcional entre rei e sacerdote – ambos respondendo a Deus – era conhecida e seguida. Assim, reis e sacerdotes tinham casas diferentes, oficiais diferentes, tesourarias diferentes, regulamentações diferentes e impunham diferentes formas de disciplina. A ideia de uma suposta união entre Igreja e Estado no Antigo Testamento é simplesmente baseada em pouca familiaridade com as realidades do Antigo Testamento conforme apresentadas na Escritura.

Recentemente foi sugerido por um professor de Antigo Testamento num seminário que a membresia do Estado judaico do Antigo Testamento era coextensiva com a da Igreja judaica do Antigo Testamento, pois (segundo ele) a circuncisão e a participação na Páscoa eram exigidas de todos os cidadãos em Israel. Apesar da força *prima facie* dessa sugestão, a encon-

POR ESTE PADRÃO

traremos aceitável apenas se ignorarmos o real relato bíblico sobre a situação social do Antigo Testamento. Na realidade, havia cidadãos de Israel (membros do Estado) que *não* eram circuncidados (carregando a marca de pertencimento à comunidade do pacto), a saber, as mulheres. Mas, ainda mais importante, havia homens em Israel que desfrutavam dos privilégios e proteções da cidadania, mas que, mesmo assim, não eram membros da “Igreja” – não eram circuncidados e não participavam da refeição redentiva da Páscoa. Esses eram os “estrangeiros” em Israel. Eles tinham a mesma lei (Lv. 24:22) e os mesmos privilégios (Lv. 19:33-34) que os israelitas natos, mas, a menos que estivessem dispostos a passar pela circuncisão e unir-se à comunidade religiosa, eles não participavam da Páscoa (Ex. 12:43, 45, 48).

De muitas formas, isso é comparável à situação de hoje. Todos os homens vivem sob as mesmas leis e privilégios em nosso Estado, mas apenas aqueles que recebem o sinal do pacto (o batismo, no Novo Testamento) seriam membros da Igreja e estariam livres para participar da Santa Ceia (a refeição redentiva). Mesmo nesse aspecto, não encontramos uma situação no antigo Israel que seja completamente diferente da nossa própria. A Igreja e o Estado não eram unificados de qualquer modo evidente nos tempos do Antigo Testamento.

Certamente havia muitos aspectos singulares à situação desfrutada pelos Israelitas do Antigo Testamento. De muitas formas, o seu arranjo social não é como o nosso na atualidade. E o caráter extraordinário do Israel do Antigo Testamento pode muito bem ter se referido a algum aspecto da relação entre o culto religioso e o governo civil no Antigo Testamento. Todavia, buscaríamos em vão por algum indício na Escritura de que a validade da lei mosaica para a sociedade dependeria, de algum modo, dessas características extraordinárias do arranjo social do Antigo Testamento. Apesar da singularidade de Israel, seu código legal foi proclamado como um *modelo* a ser imitado por outras nações (Dt. 4:6-8). O que *não* era extraordinário ou singular era a *justiça* manifesta na lei de Deus; sua validade era universal, aplicando-se até mesmo às nações que não se assemelhavam em todos os aspectos à situação social (ou de relação entre Igreja e Estado) de Israel. Consequentemente, mesmo que arguermos que, nos dias de hoje, nosso arranjo social difere de alguma forma daquele do Israel do Antigo Testamento, não estaríamos assim jus-

tificados em concluir que a lei revelada a Israel não é moralmente válida para a nossa sociedade contemporânea. Independentemente da relação precisa entre Igreja e Estado no antigo Israel, a lei revelada a Israel deve ser obedecida até mesmo por sociedades que possuem uma relação entre Igreja e Estado ligeiramente diferentes nos dias de hoje.

Portanto, uma consideração da separação de Igreja e Estado (ou falta desta) no Israel do Antigo Testamento não invalida a autoridade da lei do Antigo Testamento para a sociedade atual. Cristo ensinou que devemos dar a César as coisas que são de César, e a Deus, as coisas que são de Deus (Mt. 22:21). Há uma diferença entre César e Deus, certamente, e devemos obedecer a ambos tendo em mente essa distinção. Todavia, enquanto devemos obediência aos poderes constituídos (Rm. 13:1-2), o *magistrado civil* deve fidelidade à vontade revelada de Deus, pois ele é o “ministro de Deus” (Rm. 13:4).

Admitir que a Igreja é separada do Estado *não* é o mesmo que dizer que o Estado é separado de sua obrigação para com o próprio Deus e Seu governo. Tanto a Igreja quanto o Estado, como instituições separadas com funções separadas (i.e., a Igreja ministra o evangelho com misericórdia, enquanto o Estado ministra com justiça a lei pública pela espada), servem debaixo da autoridade de Deus, o Criador, Sustentador, Rei e Juiz de *toda* humanidade em *todos os aspectos de suas vidas*.

Diferentes Sentidos Dessa “Separação”

Quando as pessoas falam nos dias de hoje de seu compromisso para com a separação entre Igreja e Estado, precisamos perceber que esse compromisso pode ser compreendido ou interpretado de diversas formas. “Eu acredito na separação entre Igreja e Estado” pode ser a resposta para uma ou mais perguntas logicamente distintas. Por exemplo, poderíamos perguntar se a Igreja deve dominar o Estado (por exemplo, o Papa dando ordens aos reis) ou se o Estado deve dominar a Igreja (por exemplo, o Congresso ditando a política eclesiástica), e a resposta pode muito bem ser que devemos manter a separação entre Igreja e Estado – a saber, que nenhuma dessas instituições deve dominar a outra. Devemos ter uma Igreja livre em um Estado livre.

POR ESTE PADRÃO

Uma segunda pergunta poderia ser a de que se o estado deveria estabelecer uma denominação acima das outras como a Igreja estatal (ou impor tributos sobre à população para o sustento financeiro de uma igreja ou denominação específica), e a resposta novamente poderia muito bem ser a de que devemos manter a separação entre Igreja e Estado – a saber, que todas as igrejas devem ser sustentadas simplesmente por meio de ofertas voluntárias, e que nenhuma denominação deve ser favorecida acima das outras pelo Estado. Isso, historicamente falando, é o que a Primeira Emenda da Constituição dos EUA prescreveu quando proibiu o “estabelecimento” da religião. Ela não proibiu a expressão de visões religiosas por parte de políticos ou seus apoiadores; nem proibiu a obediência à Bíblia por parte de oficiais públicos. Ela meramente proibiu o estabelecimento de uma denominação como a Igreja estatal.

Finalmente, em tempos mais recentes, surgiu o questionamento sobre se um sistema ou revelação religiosa distinta deve ser o padrão para legisladores individuais ao definirem as políticas públicas. Em épocas mais antigas, as pessoas teriam o discernimento necessário para perceber a intenção por trás de tal pergunta, pois é verdadeiramente impossível *não* possuir algum tipo de pressuposto religioso *sempre que* um legislador se posiciona de uma ou outra maneira com respeito a uma questão específica. A única pergunta deve ser *quais* crenças religiosas devem guiá-lo, não *se* ele deve ser guiado ou não por crenças religiosas! Contudo, aqueles que hoje favorecem o pseudo-ideal de neutralidade religiosa com respeito à política tendem a expressar a sua posição como um comprometimento à “separação entre Igreja e Estado.” Com isso, eles querem dizer a separação da moralidade (ou moralidade baseada na religião) do Estado; eles favorecem, no lugar disso, leis seculares ou autônomas na sociedade. Aqueles que creem que magistrados estão debaixo de obrigação para com a lei de Deus são (erroneamente) acusados de violarem a separação entre Igreja e Estado – que deveria significar a separação entre duas instituições e funções.

Conclusão

Devemos ser cuidadosos em compreender como pessoas usam seus termos. O cristão que promove a obediência à lei de Deus dentro de sua

sociedade não está violando qualquer compreensão *bíblica* da separação entre Igreja e Estado. De fato, é esperado que crentes fortemente *defendam* tal separação – significando que nenhuma instituição deve dominar a outra em qualquer capacidade oficial, e que nenhuma denominação deve ser estabelecida como a Igreja estatal. No entanto, o Cristão pode muito bem estar violando a “separação entre Igreja e Estado” quando o humanismo secular usa essa terminologia como um bordão para a neutralidade religiosa na política pública. Mas, com respeito a esse ponto, nossa preocupação não é com uma lealdade a um slogan ambíguo, mas sim com a lealdade ao Rei dos reis. “Que Deus seja verdadeiro, e todo o homem mentiroso” (Rm. 3:4). Devemos ser fiéis às exigências da Escritura, incluindo a obrigação do magistrado civil para com a lei de Deus, em vez do que aos lemas populares de nossa época. Em suma, “devemos antes obedecer a Deus do que aos homens” (At. 5:29).

Parte III: Antagonismo à Lei de Deus

28

AUTONOMIA E ANTINOMIANISMO

“O pensamento autônomo pode rejeitar o nosso endosso da lei de Deus para a ética, mas a ética autônoma não possui nada a oferecer em seu lugar.”

A perspectiva teológica que foi exposta nos capítulos anteriores não foi formulada ou determinada por meio de enquetes de opinião, de um desejo de sintetizar a sábia variedade das atitudes humanas ou mesmo de buscar uma posição de “via média” em meio a expositores bíblicos e pastores evangélicos. Nosso objetivo foi o de ser fiel à plena amplitude da revelação bíblica concernente à validade da lei de Deus na ética para os dias de hoje; buscamos ser verdadeiros à palavra de Deus e não às tradições dos homens. Se esse esforço desfrutou de qualquer medida significativa de sucesso – isto é, se verdadeiramente ensinamos o que a Escritura ensina sobre os padrões morais de Deus – então não seria de se surpreender que existissem uma variedade de outras posições sobre a lei de Deus ou sobre a norma para a ética que se opõem ao que foi proposto aqui. Muitas teorias errôneas sobre a ética florescem nos dias de hoje (o que sempre aconteceu, na realidade). Algumas são *mais* perigosas que outras, certamente, mas, em *algum* nível, todas elas se apartam do que Deus disse sobre a Sua lei.

A Autonomia do Incrédulo

O antagonismo mais radical à lei de Deus que encontraremos será, naturalmente, expresso por aqueles que não tem fé em Cristo e que recusam a sujeitar seu pensamento e proceder à palavra revelada de Deus. Incrédulos, em princípio, não buscam conformar-se aos mandamentos de

Deus e não têm a convicção de que estão debaixo de obrigação para com a lei de Deus. Porém, incrédulos nunca carecem de pressupostos, crenças e atitudes éticas. Consequentemente, o incrédulo pensante se esforçará em formular uma filosofia da ética para si mesmo (se não para outros), e seu raciocínio ético será caracterizado como *autônomo*.

A palavra “autonomia” deriva-se de duas palavras gregas: *autos* (significando “próprio”) e *nomos* (significando “lei”). Operar autonomamente significa tornar-se *uma lei para si mesmo*. O filósofo autônomo presume ser capaz de definir o bem e o mal segundo suas próprias capacidades de raciocínio autossuficientes, sem ajuda alguma. Ele não está sujeito à autoridade de outro (especialmente a de Deus); antes, crê poder exercer competentemente sua própria autoridade em questões morais. O incrédulo busca deixar de lado a lei de Deus para que assim possa estabelecer uma lei própria em seu lugar.

Romanos 1:18-32 e 2:12-26 ensina que ninguém que já viveu na criação de Deus esteve inconsciente dos padrões de conduta do Criador. Todos os homens, até mesmo aqueles que nunca ouviram falar da Bíblia, detêm a verdade por meio de suas vidas injustas. Porém, mesmo que eles nunca possam ter sido privilegiados em receber uma revelação escrita da lei de Deus (p. ex., os “oráculos de Deus” dados aos judeus: cf. 2:17, 27; 3:1-2), “os gentios, que não têm lei, [...] mostram a obra da lei escrita em seus corações” (2:14-15). Em seu mais profundo íntimo, todos os homens conhecem as exigências da lei de Deus, mas eles buscam escapar desse conhecimento condenatório e construir teorias de ética substitutivas para si mesmos. “O homem natural não recebe as coisas do Espírito de Deus” (1 Co. 2:14), e, de fato, a mente controlada pela natureza pecaminosa “não é sujeita à lei de Deus, nem de fato, pode ser” (Rm. 8:7). Por natureza, o incrédulo deve se opor ao conceito da lei de Deus que esse livro promove. Como o seu pai, Adão, os incrédulos buscam “ser como Deus”, determinando para si mesmos o que será o bem e o mal – deixando de lado a revelação auto-autenticável de Deus na natureza e na Escritura, e seguindo pelo caminho da rebelião pecaminosa rumo à destruição da ética.

POR ESTE PADRÃO

Platão e Sartre

Platão ensinava que a ética é independente da religião, pois a forma (ou ideia essencial) do bem e da piedade existe à parte do pensamento dos deuses, que aprovam as ações esquadrinhando os padrões absolutos e imutáveis do bem e piedade que estão acima de si mesmos. Tal visão resgatou a teoria ética, pensava Platão, tanto do relativismo cético (uma vez que a forma do bem era imutável e absoluta, não dependendo da variabilidade da experiência ou opinião humanas) e da religião dogmática (uma vez que o bem e a piedade não recebiam o seu caráter daquilo que os deuses diziam sobre eles). Mas, ao assegurar a autoridade absoluta da ética dessa forma, Platão simultaneamente perdeu a relevância ética, pois como alguém que vive em meio à inconstância da história poderia saber o que esse padrão absoluto do bem exige na experiência cotidiana? Nunca encontraremos a forma imutável do bem em nossa experiência ordinária e, assim, por meio da observação, não podemos saber nada sobre ele (e especialmente nada sobre sua aplicação concreta a problemas e questões morais específicas). Platão tinha um “bem celestial” que “não era de valor terreno algum.” Ele dizia que homens poderiam conhecer “o bem” por meio da intuição racional; mas isso apenas mergulha a ética no caos do relativismo assim que percebemos que os homens diferem radicalmente naquilo que “intuem” como sendo bom ou mau.

De muitas formas, a filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre é bem incompatível com o platonismo da antiguidade. Tanto Sartre quanto Platão, no entanto, buscavam libertar a ética dos preceitos da religião dogmática. O ponto de partida de Sartre era a não-existência de Deus, a partir da qual ele inferiu que não existem quaisquer princípios fixos. O homem é completamente livre para determinar para si mesmo o que constituirá o bem e o mal. Não há ideia essencial de bem que preceda suas decisões e as julgue. Quaisquer princípios que surgirem na vida de um homem devem ser livremente escolhidos e definidos por ele mesmo, por sua própria conta. Diferente do platonismo, então, o existencialismo faz da ética muito relevante; longe de ser inatingível, o padrão de certo e errado é imediatamente acessível ao indivíduo, estando completamente sob seu controle voluntário! Ele pode prontamente saber o que fazer em situações éticas específicas, pois ele próprio decide o que é certo e errado em cada caso. É evidente que essa relevância ética é comprada pelo preço altíssimo

da perda de uma autoridade absoluta para a ética. Para Sartre, cada escolha feita por um homem é absurda, mas cada escolha (conquanto que tenha sido uma escolha genuinamente livre) é justificável. Não há escolhas boas e más, apenas escolhas. O que é escolhido como certo por um indivíduo em uma situação específica não governa o que deve ser visto como certo por outro indivíduo em uma situação similar. Cada um “faz o que é justo aos próprios olhos”, e, conseqüentemente, não há padrão universal e vinculante de conduta que possa guiar e corrigir nossa vida.

Platão tinha absolutos éticos sem aplicações relevantes. Sartre tinha aplicações relevantes sem um absoluto ético. Ambos os problemas – que inevitavelmente destroem a ética, cada qual à sua maneira – procedem da rejeição da lei divina revelada por Deus como padrão para o comportamento humano. Em contraste, a ética cristã possui autoridade absoluta, sendo baseada na revelação da vontade de Deus. Ela também possui relevância, pois aquilo que o Deus onisciente e todo-poderoso diz é especificamente relevante para nossas vidas e problemas cotidianos; Deus claramente revelou seus padrões imutáveis até mesmo para os aspectos mais específicos da vida. O pensamento autônomo pode rejeitar o nosso endosso da lei de Deus para a ética, mas a ética autônoma, em última instância, não possui nada a oferecer em seu lugar. Autonomia representa a morte de um padrão ético absoluto e relevante.

Variedades de Antinomianismo

Os oponentes da lei de Deus na ética cristã não estão restritos ao mundo do pensamento incrédulo, e por isso devemos continuar nossa investigação do antagonismo à perspectiva proposta nestes estudos. Muitos *cristãos* confessos similarmente rejeitariam a ideia de que a lei de Deus é hoje normativa para a ética. Eles, de uma maneira ou de outra, em um grau ou outro, e por uma razão ou outra, repudiariam a autoridade vinculante dos mandamentos revelados de Deus. Aqueles que fazem isso são geralmente conhecidos como “antinomianos” pois são *contra* (“anti-”) a *lei* (“nomos”), embora devemos cuidadosamente reconhecer que uma ampla variedade de diferentes atitudes (que não compartilham dos mesmos problemas) enquadram-se nessa descrição. Devemos traçar distinções.

POR ESTE PADRÃO

O antinomianismo *licencioso* – a forma mais grave de antinomianismo – sustenta que, já que fomos salvos pela graça, à parte as obras da lei, fomos libertos da necessidade de seguir *todo e qualquer* código moral. Leis e regras não têm lugar na vida cristã, e assim, em princípio, a porta está aberta para uma completa licenciosidade na maneira em que um crente vive. Tal raciocínio não se harmoniza com o ensino do Novo Testamento. Paulo não apenas insistiu que a salvação não era *pelas* obras, ele também prosseguiu em dizer que a salvação é com o *propósito* de fazer boas obras (Ef. 2:8-10). Ele reconheceu que a *graça* de Deus nos instrui a viver *com justiça* neste mundo (Tt. 2:11-12). João declarou enfaticamente: “o pecado é a *transgressão da lei*” (1 Jo. 3:4).

O antinomianismo *espiritual* admitiria que um cristão necessita de orientação para a vida santa esperada por Deus, mas negaria que tal orientação provém de um código escrito (ou verbalmente definido). Antes, a orientação ética é encontrada nas direções internas do Espírito Santo. Assim, essa posição é contra a insistência na normatividade da lei revelada de Deus, considerando tal insistência uma supressão da obra espontânea do Espírito em nós. Como era de se esperar, tal raciocínio leva rapidamente a um *subjetivismo* na ética cristã, com cada homem fazendo o que quer que alegue que “o Espírito” o direcionou a fazer – a despeito do fato que entre em conflito com o que o Espírito direcionou outros a fazerem ou (pior) com o que o Espírito revelou de uma vez por todas nas Escrituras. A Bíblia nos ensina que o Espírito opera por meio *da palavra*, não ao falar ou direcionar a partir de Si mesmo (Jo. 16:13-15). O Espírito opera para cumprir *a lei* em nós (Rm. 16:13-15). A presença do Espírito nos crentes traz obediência aos *mandamentos* de Deus (1 Jo. 3:24).

O antinomianismo *dispensacional* reconheceria de bom grado que Deus revelou padrões para vida (ao contrário do antinomianismo *licencioso*) e os revelou em uma forma escrita para serem guardados (ao contrário do antinomianismo *espiritual*). Contudo, se oporia ao uso da lei de Deus do *Antigo* Testamento como norma de conduta cristã na atualidade. Essa forma de antinomianismo é denominada “dispensacional” pois se opõe à lei da dispensação anterior (a lei de Moisés da Antiga Aliança); ele ensina que cristãos hoje devem governar suas vidas pelos mandamentos da *nova dispensação* (a Nova Aliança).

Tal perspectiva sugere algumas implicações teológicas totalmente inaceitáveis: por exemplo, que o caráter santo de Deus não é refletido na lei, ou que o Seu caráter mudou (uma vez que a lei mudou). Ademais, essa perspectiva certamente não está em concordância com a prática geral dos escritores do Antigo Testamento que dependem sem ressalvas da autoridade pressuposta dos mandamentos do Antigo Testamento. Outrossim, temos o endosso explícito da lei do Antigo Testamento em declarações como aquela em Mateus 5:19: “qualquer que quebrar um destes mínimos mandamentos, e assim ensinar aos homens, será chamado o menor no reino do céu”, ou em 2 Timóteo 3:16-17, Tiago 2:10, etc.

Cabe ainda questionar sobre as normas éticas do Antigo Testamento que o Novo Testamento não teve *ocasião alguma* para repetir; seriam elas *não mais* definitivas para o bem e o mal (por exemplo, a proibição de bestialidade)? Contudo, a dificuldade mais óbvia com o antinomianismo dispensacional é que ele não faz justiça às próprias palavras da Nova Aliança que ele busca exaltar. De acordo com a palavra de Deus, a Nova Aliança significaria, não a substituição da lei de Deus ou sua ab-rogação, mas sim a sua capacitação Espiritual dentro de nós. *Esta é* a Nova Aliança: “colocarei minha lei no seu íntimo” (Jr. 31:33) – *não* uma *nova* lei, mas “minha lei”, a *bem conhecida* lei revelada e conhecida por Moisés e os outros escritores do Antigo Testamento.

Finalmente, podemos mencionar o antinomianismo *latente* como uma variedade incipiente de oposição à lei de Deus. Antinomianos latentes não são explicitamente antagônicos à lei; em vez disso, eles endossariam *amplamente* os mandamentos do Antigo Testamento. Mas, nesse ponto, eles tratariam de selecionar arbitrariamente dentre a coletânea de leis encontradas no Antigo Testamento, aceitando umas e rejeitando outras como vinculantes para os dias de hoje *de acordo com algum outro fundamento que não seja o ensino especificamente revelado*. O antinomiano latente opõe-se a algumas leis no Antigo Testamento, mas *não possui amparo bíblico* para tal rejeição. Essa oposição não se trata de uma negação direta da categoria da lei, nem da lei escrita, nem da lei do Antigo Testamento, e é apenas incipientemente antinomiana pois, em seu cerne, se opõe à autoridade vinculante de certos mandamentos do Antigo Testamento com base em razões não-bíblicas para tal. Se o princípio dessa prá-

tica fosse *aplicado* consistente e deliberadamente, equivaleria a um antinomianismo genuíno.

Antinomianos latentes geralmente querem ter a lei do Antigo Testamento, mas *não* certas *categorias* dela (p. ex., civil) ou *não* seus detalhes plenos (p. ex., leis casuísticas ou sanções penais). Se os que pensam dessa maneira pudessem oferecer alguma tentativa de justificativa bíblica para deixar essas leis de lado, então eles poderiam apenas estar teologicamente equivocados, mas não seriam latentemente antinomianos. É a incapacidade de permitir que a *palavra de Deus* governe quais leis devemos aceitar como vinculantes e quais leis devemos deixar de lado que faz dessa posição *latentemente* antinomiana. Jesus disse que o homem deve viver de toda palavra que procede da boca de Deus (Mt. 4:4). Assim, não podemos subtrair da lei de Deus sem Sua autorização (Dt. 4:2).

Em contraposição à atitude incrédula da *autonomia*, estes estudos promoveram a *teonomia* (lei de Deus). Em vez de serem *antinomianos* (seja de forma licenciosa, espiritual, dispensacional ou latente), elas assumiram uma posição *pronomiana*. Na ética, *pressupomos* que a *lei de Deus* do Antigo Testamento *permanece* normativa para conduta *até que* o Legislador revele o contrário. Tanto a lei própria quanto a oposição à lei de Deus são incompatíveis com a teoria e a prática de uma ética genuína.

ARGUMENTOS CONTRA A VALIDADE GERAL DA LEI

“Insistir que somos crentes da Nova Aliança ou que os mandamentos mosaicos devem vir a nós por meio de Cristo não subtrai em nada de nossa obrigação para com a lei do Antigo Testamento.”

Estes estudos encontraram evidência bíblica extensa para a posição de que a lei de Deus é plenamente vinculante para a ética moderna (a menos onde alterações tenham sido reveladas). Vimos que se deve *pressupor* a continuidade dos padrões morais com o Antigo Testamento, e essa presunção se aplica tanto às *porções sociopolíticas* da lei quanto às porções pessoais da lei. Apenas a palavra de Deus possui autoridade suficiente para alterar nossa obrigação para com mandamentos previamente revelados por Deus.

No entanto, alguns mestres ou escritores cristãos sustentariam que a lei de Deus *não* possui uma *validade geral* na era do Novo Testamento. Eles buscariam reunir argumentos contra as posições às quais fomos impelidos pelo nosso estudo da Escritura. A bem da verdade, precisamos examinar algumas das principais razões oferecidas por alguns para afirmar que a lei de Deus não é válida de modo geral na dispensação da Nova Aliança, perguntando *se* tais considerações genuinamente *refutam* o que foi dito até aqui.

Mateus 5:17-19

Uma passagem da Escritura que claramente aparenta ensinar a suposição da continuidade moral dos mandamentos do Antigo Testamento para os dias de hoje é Mateus 5:17-19. Porém, alguns escrevem como se essa passagem não dissesse nada com respeito a isso. Eles argumentam, por exemplo, que o versículo 17 trata não da atitude de Cristo para com a

lei do Antigo Testamento, mas sim da vida de Cristo como o cumprimento profético de tudo o que há no cânone do Antigo Testamento.

Certamente é verdadeiro que o escopo da declaração de Cristo aqui é o Antigo Testamento em sua totalidade (“a Lei e os Profetas”). Contudo, não há absolutamente nada no contexto desse versículo ou em sua redação que trate da vida de Cristo (em distinção a Seu ensino) ou de profecia-tipologia. O foco está evidentemente nos *padrões morais* pelos quais Cristo deseja que vivemos e, especificamente, a questão dos mandamentos do Antigo Testamento é abordada. O versículo 16 fala de nossas “boas obras.” O versículo 17 nega por duas vezes que Cristo ab-roga a revelação do Antigo Testamento – deste modo, qualquer interpretação que sustente que “cumprir” implica simultaneamente a ab-rogação da lei torna o versículo autocontraditório.

O Versículo 18 fala “da lei” de maneira mais específica, e no versículo 19, Jesus refere-se ao objeto de Suas observações nos versículos 17-18 como “estes mandamentos.” Os versículos 20 em diante falam da questão da justiça e como os fariseus distorciam as exigências dos mandamentos de Deus. É bem evidente que encontramos nessa passagem uma declaração direta de Jesus concernente à validade da lei, e o que Ele disse foi que nem mesmo o menor mandamento – nem o menor traço da lei – foi ab-rogado ou passaria até o fim do mundo espaço-temporal.

Seria possível sugerir que a palavra “mas” em 5:17 não necessariamente indica um contraste direto entre “ab-rogar” e “cumprir.” Contudo, o grego possui dois adversativos, e é o mais forte deles que aparece aqui. Jesus não fala meramente de um contraste geral, mas de uma antítese direta entre ab-rogar e cumprir. Poderia, então, ser sugerido que a negação (o “não”) no versículo não necessariamente é uma de caráter absoluto, pois em outros lugares lemos frases no Novo Testamento que possuem a mesma forma (“*não* isso, *mas* aquilo”) e o sentido óbvio é um de negação *relativa* (i.e., “não tanto isso quanto aquilo”). Contudo, em tais casos, temos uma espécie de fórmula introdutória paradoxal, onde algo é afirmado e depois negado, apenas para a contradição ser então resolvida pela negação relativa (por exemplo, “Qualquer que me receber, não recebe a mim, mas [ainda mais] Àquele que me enviou”, Mc. 9:37). Não é isso que encontramos em Mateus 5:17.

POR ESTE PADRÃO

Em vez de algo ser afirmado e então negado, o que temos é algo sendo negado *duas vezes* seguidas: “Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim ab-rogar” (ARC). Isso não é uma introdução paradoxal, mas uma negação totalmente enfática! Mateus 5:17, juntamente com a vasta maioria dos exemplos de declarações do tipo “não isso, mas aquilo” no evangelho de Mateus, expressa forte contraste ou antítese, não negação relativa.

Outros que se opõem à validade geral da lei no Novo Testamento podem ter esperanças de explicar Mateus 5:17-19 argumentando que a cláusula subordinada “até que tudo seja cumprido” no versículo 18 limita a validade da lei ao ministério obediente de Jesus Cristo na terra. Para fazê-lo, eles precisam impor muito significado *sobre* uma frase bem simples com pouco caráter distintivo; a frase no grego diz pouco mais que “até que tudo aconteça.” A estrutura do versículo parece fazer essa frase ser paralela à precedente, que especificamente afirmava “até que passem o céu e a terra.” A interpretação em pauta, então, faria o versículo autocontraditório ao dizer que a lei era tanto válida até o fim do mundo e válida até que Jesus a cumprisse por completo (o que faria ela ser hoje simultaneamente vinculante e não-vinculante). Além disso, essa interpretação considera o “tudo” na frase “até que tudo seja cumprido” como referindo-se a todos os “iotas e traços de letra” da lei mencionados no versículo 18. Mas isso é gramaticalmente incorreto, visto que “tudo” e “iota e traço de letra” não concordam em gênero ou número de acordo com o texto grego.

Parece não haver como escapar da ênfase de Mateus 5:17-19. Devemos pressupor uma validade geral para a lei do Antigo Testamento nos dias de hoje. Mesmo que alguém queira observar (e bem corretamente) que o ensino aqui deve ser condicionado pela revelação do Novo Testamento em outras passagens, nosso argumento permaneceria válido. Nossa *presunção* é de que a lei do Antigo Testamento é vinculante *até que* o Novo Testamento nos ensine o contrário. Se um mandamento não é alterado ou posto de lado pelo Novo Testamento, devemos presumir uma obrigação de guardá-lo.

Supostas Rejeições da Lei no Novo Testamento

Apesar de negligenciar a extensa evidência positiva apresentada neste livro introdutório e em meu tratamento mais abrangente da questão, *Theonomy in Christian Ethics* [Teonomia na Ética Cristã] (2ª Edição, 1984), um procedimento para argumentar contra a validade geral da lei é apontar para passagens isoladas do Novo Testamento que parecem invalidar a lei do Antigo Testamento para os dias de hoje. O tratamento dado a tais versículos em outras partes deste livro demonstra que tais passagens, na realidade, não contradizem a validade geral da lei; pelo menos, elas *podem* ser compreendidas legitimamente de forma não-contraditória. Aqueles que insistem em lê-las de outra forma – de modo que entrem em conflito com claros endossos da validade da lei no Antigo Testamento – criam uma tensão teológica onde não é necessário existir.

Atos 15

Algumas passagens do Antigo Testamento aparentam aparecer com frequência nas polêmicas daqueles que se opõem à validade geral da lei para os dias de hoje. Atos 15 é comumente citada, como se o decreto do Conselho Apostólico tivesse a intenção de delinear precisamente aquelas leis do Antigo Testamento, e *tão somente* aquelas, que permaneceriam válidas. Porém, tal visão é incrível. De acordo com ela, uma vez que o Conselho não proibiu a blasfêmia e o roubo, tal comportamento seria tolerado hoje – com a proibição de tais coisas não se transpondo para o Novo Testamento!

1 Coríntios 9:20-21

Em 1 Coríntios 9:20-21, Paulo diz que “não [estava] debaixo da Lei” e poderia proceder como se estivesse “sem lei” (TB). Contudo, essas observações vêm no contexto de dizer que ele se comportava de uma forma entre os judeus e de outra entre os gentios. A diferença aqui certamente não era pertinente a questões morais (como se Paulo fosse um ladrão entre algumas pessoas, mas não agisse como ladrão entre outras!), mas sim às leis que separavam judeus e gentios. Assim, Paulo estaria se referindo aqui às leis *cerimoniais* que criavam um muro de separação (cf. Ef. 2:13-16).

POR ESTE PADRÃO

A fim de ministrar a todos os homens, Paulo observava tais leis entre os judeus, mas as desconsiderava entre os gentios. Ao mesmo tempo, ele declara que não estava “sem a lei de Deus, mas sob a lei de Cristo.” Obviamente, então, Paulo não está rejeitando a lei de Deus. Ele guardava a lei *sob a autoridade de Cristo*, e o próprio Cristo – sabemos isso a partir de outras passagens (por exemplo, Mt. 5:17-19) – ensinava que cada mínimo mandamento do Antigo Testamento era vinculante para os dias de hoje.

Gálatas 3 – 4

Em Gálatas 3 – 4, Paulo fala de uma época histórica em que a lei servia como um carcereiro e um tutor até que o objeto da fé (Jesus Cristo) viesse e fizesse dos crentes filhos maduros que não mais necessitassem de tal tutor. Alguns se agarraram a tais metáforas e declarações e tiraram a conclusão precipitada de que a lei de Deus em sua totalidade – a qual Paulo chama de “santa, justa e boa” em Romanos 7:12 – não é nada além de “rudimentos fracos e pobres” (Gl. 4:9, ACF) que já passaram. Contudo, uma leitura melhor de Gálatas levará em conta o *contexto histórico*: Gálatas é uma polêmica contra judaizantes que insistiam em guardar a lei *cerimonial* como uma forma de *justificação* (cf. At. 15:1, 5; Gl. 5:1-6).

A porção da lei do Antigo Testamento da qual Paulo fala em Gálatas 3:23 – 4:10 era um “tutor para trazer-nos a Cristo”, que ensinava que precisamos ser “justificados pela fé” (v. 24). A *lei moral* (por exemplo, “Não roubarás”) *não* serve essa função; ela nos mostra as justas *exigências* de Deus, mas não indica o caminho da *salvação* pela graça para aqueles que violaram tais exigências. Por outro lado, a lei *cerimonial* era verdadeiramente um instrutor da salvação pela graça, tipificado a obra redentora de Cristo. Contudo, agora que o objeto da fé veio, não estamos mais sob esse tutor (v. 25). Somos filhos maduros que desfrutam da realidade que antes era apenas prefigurada. Quando éramos apenas crianças, estamos sob os “rudimentos” – “os rudimentos fracos e pobres” (4:3, 9, ACF). Paulo falou em Colossenses 2:16-23 de “rudimentos” e “ordenanças”, explicando que elas eram “sombras das coisas futuras, mas o corpo é de Cristo” (cf. Hb. 10:1).

Paulo estava falando da lei *cerimonial* que prefigurava a obra do Redentor, mas que era fraca e pobre em comparação com a realidade inau-

gurada por Cristo. Se isso não é evidente o suficiente a partir do contexto histórico (insistência judaizante na circuncisão), a partir do vocabulário escolhido por Paulo (“rudimentos”), e a partir da função designada à lei específica que Paulo tinha em mente (apontar instrutivamente a Cristo e à justificação pela fé), deveria ser óbvio a partir do exemplo que ele oferece imediatamente ao fim da passagem. Em Gálatas 4:10, Paulo especifica o que ele quer dizer por meio da ilustração da observância do calendário cerimonial. Gálatas rejeita as sombras da lei cerimonial, mas *endossa* a exigência contínua da lei moral do Antigo Testamento, como vimos em 5:13-14, 23b, onde amor e o fruto do Espírito são exigidos para que haja conformidade com a lei.

Hebreus 7:11-25

Outra passagem à qual os que se opõem a validade geral da lei nos dias de hoje comumente apelam é Hebreus 7:11-25, pois ela fala no versículo 12 de uma “mudança na lei” que se fazia *necessária*. Se consultarmos a passagem cuidadosamente, contudo, ficará claro que a mudança que está em mente aqui é uma mudança específica ou singular com respeito a um requisito para o sacerdócio. O sacerdócio foi mudado da ordem levítica para a ordem de Melquisedeque (vv. 11-12), o que evidentemente aponta para o fato de que o sacerdote mencionado em Hebreus não necessita de vir da tribo específica de Levi, escolhida na lei mosaica para servir o altar (vv. 13-14). Em vez disso, o grande Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, veio na semelhança de Melquisedeque – “não [...] conforme a lei de um mandamento carnal [a saber, origem familiar levítica]” – de tal modo que houve “uma anulação do mandamento anterior”, para que assim a melhor esperança prometida em Salmo 110:4 fosse realizada (vv. 15-21). Essa mudança singular na lei é, primeiro, uma que diz respeito à *lei cerimonial*, e assim não contradiz a validade geral da lei do Antigo Testamento como apresentada neste livro. Segundo, essa mudança é apresentada como uma *mudança “necessária”*, surgindo de seu caráter cerimonial e do ensino bíblico de que o Sumo Sacerdote final viria segundo a ordem de Melquisedeque. Esse tipo de necessidade não comprova que alguma outra lei de Deus tenha sido alterada, a menos que ela também seja cerimonial em natureza e tal mudança tenha sido prescrita pela palavra do próprio Deus. Conse-

quentemente, Hebreus 7 não se opõe à posição de que a lei do Antigo Testamento é vinculante nos dias de hoje até que a Palavra de Deus nos ensine o contrário.

Considerações Teológicas Sobre Revelação e o Pacto

Se deixarmos agora os argumentos contra a validade geral da lei que surgem a partir de uma consideração de passagens específicas da Escritura, passamos a uma variedade de considerações teológicas que visam militar contra a perspectiva que foi adotada nestes estudos.

Há alguns que revelariam ter concepções errôneas sobre a nossa posição ao dizer que precisamos dar uma atenção corretiva ao “progresso da revelação” com respeito à história da redenção. A dificuldade é que nossa posição foi formulada pelo estudo do que o *Novo* Testamento diz sobre a lei do Antigo Testamento, juntamente com o que a Bíblia em sua totalidade revela sobre o caráter das normas éticas. Consequentemente, estivemos muito atentos à revelação progressiva que nos levou à convicção de que os mandamentos do Antigo Testamento devem ser considerados como vinculantes até que mudanças sejam declaradas pela própria palavra de Deus. Aqueles que apelam de forma vaga à “revelação progressiva” como uma refutação supostamente suficiente da posição assumida nestes estudos parecem ter confundido progresso de revelação *sobre* a lei de Deus com *evolução ética* dos próprios padrões de Deus. Outra consideração teológica que foi proposta no debate sobre a validade geral da lei de Deus é a observação de que Jesus Cristo é o mediador da Nova Aliança, o ápice da obra revelacional de Deus, e o Senhor das nossas vidas – sendo assim, devemos dar ouvidos a *Ele* e moldar as nossas vidas segundo a vida *d’Ele* se quisermos ter uma ética cristã. É claro, não há nada que necessitamos contradizer em tais observações. Nossa obrigação é certamente para com a palavra e o exemplo de Jesus Cristo. Contudo, a questão que permanece é se Cristo pela Sua palavra e exemplo nos ensinou a honrar a autoridade dos mandamentos do Antigo Testamento. Visto que Ele *o fez*, conforme demonstrado por evidências abundantes, então a sugestão de que devemos seguir Jesus e não Moisés é uma antítese falsa e enganadora. Uma vez que o Novo Testamento endossa os padrões morais do Antigo Testamento, não somos forçados a escolher entre uma ética do Antigo Testamento

mento e uma do Novo. Devemos seguir ambas, pois elas constituem um padrão moral unificado.

É verdade, como alguns alegam, que, uma vez que vivemos hoje sob a *Nova Aliança*, deveríamos formular nossa ética cristã exclusivamente com base nas Escrituras do Novo Testamento, vendo os padrões da Antiga Aliança como obsoletos? Se prestarmos atenção aos próprios termos na Nova Aliança, nossa resposta deve ser ‘não’. Jeremias 31:33 estipulou que, quando Deus fizesse uma Nova Aliança, Ele escreveria Sua lei nos corações do Seu povo – não que Ele ab-rograria Sua lei, a substituiria ou daria uma nova lei. Consequentemente, viver em sujeição à Nova Aliança é regozizar-se na lei da Antiga Aliança, pois ela está escrita em nossos corações, dos quais procedem as questões da vida.

Promessas e Exigências

Aqueles que sugerem que o estabelecimento da Nova Aliança nulifica a validade geral da lei do Antigo Testamento aparentam ter confundido o sentido no qual a Antiga se tornou obsoleta (Hb. 8:13) e o sentido no qual ela permanece a mesma (Hb. 10:16). Todos os pactos de Deus são unificados. Eles fazem as mesmas exigências morais e concentram-se nas mesmas promessas. Contudo, as promessas requerem cumprimento histórico – a transição da antecipação para a concretização – de uma forma que as exigências não requerem; há uma diferença de perspectiva entre a Antiga e a Nova Aliança com respeito às promessas de Deus, ao passo que os padrões morais de ambas permanecem absolutos e imutáveis. Assim, a administração da Antiga Aliança (sacrifícios, sinais do pacto, templo) pode ser posta de lado em favor das realidades da Nova Aliança, embora a lei moral da Antiga Aliança permaneça fundamentalmente a mesma. Eventos históricos são cruciais com respeito às promessas, ao passo que são irrelevantes para as exigências. De fato, a necessidade que tínhamos de que Cristo viesse e cumprisse historicamente as promessas redentivas de Deus surge precisamente do fato de que os justos padrões de Deus não podem ser postos de lado. Hebreus ensina especificamente que a Nova Aliança é um “melhor pacto” porque foi estabelecido sobre “melhores promessas” (8:6) – *não* uma lei melhor. Antes, a lei da Antiga Aliança é escrita no coração do crente da Nova Aliança (v. 10). Portanto, vivemos

POR ESTE PADRÃO

sob as *promessas concretizadas* – as realidades cumpridas – da *Nova Aliança*, não sob as sombras de redenção da Antiga Aliança; e, no entanto, vivemos sob o *mesmo pacto essencial* que os santos do Antigo Testamento pois todos os pactos de Deus são essencialmente unos. Eles constituem “os pactos da promessa” (Ef. 2:12), desdobramentos progressivos da única promessa de salvação. Dentro das administrações da Antiga Aliança, a lei não era contra as promessas de Deus (Gl. 3:21). Essa mesma lei é escrita no coração com o cumprimento da promessa da Nova Aliança (cf. Hb. 8:6-12).

Portanto, o fato de que Jesus Cristo é o Senhor da Nova Aliança e de que o Seu exemplo é o modelo para a ética cristã, e do fato de que o Novo Pacto é a administração da promessa singular de Deus sob a qual temos hoje o privilégio de viver, não implica de nenhuma maneira lógica ou bíblica que os padrões do Antigo Testamento foram postos de lado como inválidos para os dias de hoje. Insistir que somos crentes da *Nova Aliança* ou que os mandamentos mosaicos devem vir a nós *por meio de Cristo* não subtrai em nada de nossa obrigação para com a lei do Antigo Testamento, como interpretada e condicionada pela revelação posterior do Novo Testamento

Observações Relevantes às Categorias da Lei

Por fim, podemos examinar alguns argumentos populares contra a validade geral da lei do Antigo Testamento, todos relacionados às categorias comumente reconhecidas por teólogos (a saber, lei moral, lei judicial e lei cerimonial).

Primeiro, há o argumento de que a Bíblia nunca menciona tais categorias, de modo que a lei deve ser vista como um todo indivisível. Se a lei foi posta de lado em *qualquer* sentido, então afirma-se, por conseguinte, que *toda* a lei foi posta de lado. Tal raciocínio é simplista e falacioso.

Para começar, a Bíblia pode com frequência ser corretamente *sintetizada* em formas que não são realmente mencionadas na própria Bíblia (por exemplo, a doutrina da “Trindade”) e, desse modo, a categorização conveniente da lei não é inaceitável de antemão. Tudo depende de se as categorias e suas implicações são verdadeiras com respeito ao ensino bíblico. Segundo, *há* um sentido no qual a lei subsiste como uma unidade; de fato, a Bíblia não classifica cuidadosamente as leis

para nós segundo algum esquema explícito. Devemos manter esse fato em mente se a nossa tentação é ignorar *a priori* um segmento inteiro da lei do Antigo Testamento em virtude de nossos próprios esquemas de classificação; mandamentos não podem ser facilmente categorizados a fim de descartá-los. Terceiro, o ensino bíblico, todavia, exige reconhecimento de nossa parte de uma diferença fundamental entre leis morais e leis cúltico-simbólico-redentivas. Deus aludiu a essa diferenciação de categorias ao declarar: “eu desejei a misericórdia, e não sacrifício” (Os. 6:6); a diferenciação também é clara a partir do tratamento diferente dos mandamentos do Antigo Testamento no Novo Testamento – alguns são reforçados como nosso dever, enquanto outros são postos de lado como sombras obsoletas.

Algumas leis no Antigo Testamento tinham um *propósito redentivo*, antecipando a obra do Salvador (por exemplo, os códigos sacrificiais e sacerdotais), mas seria errôneo asseverar que todas as leis (por exemplo, “Não roubarás”) tinham esse mesmo caráter ou propósito. Assim, não devemos repudiar a noção de que há uma *divisão cerimonial* dentro da lei (talvez sejam melhor classificadas como “leis restaurativas”). Ademais, as leis cerimoniais, que, em sua própria natureza ou propósito, impunham uma separação entre judeus e gentios, foram designadas por Paulo como “a lei dos mandamentos contidos em ordenanças” (Ef. 2:15, TB; cf. Cl. 2:14, 17 para “ordenanças”). Ele reconheceu um sistema de leis “em ordenanças” (uma categorial especial de mandamento) que foi abolido pela obra redentora de Cristo.

As Leis Casuísticas

Outro argumento relacionado a categorias contra a validade geral da lei do Antigo Testamento para os dias de hoje sustenta que as aplicações e ilustrações do Decálogo que encontramos nas leis casuísticas (ou “leis judiciais”) do Antigo Testamento não são perpetuamente vinculantes. Alguns, ao dizer isso, querem dizer nada mais do que a verdade óbvia de que os exemplos e aplicações dos padrões de Deus serão diferentes entre o antigo Israel e a América moderna. Contudo, outros parecem afirmar algo além disso: a saber, que os princípios revelados ilustrativamente nas leis casuísticas do Antigo Testamento devem ser flexivelmente reaplicados

POR ESTE PADRÃO

nos dias de hoje de uma nova maneira – de uma maneira que é pessoal ou dirigida à nova forma eclesial do reino de Deus, e que a sua aplicação na atualidade deve ser restrita apenas a esses domínios.

Essa última visão é errônea. Considere o seguinte exemplo. Guardar o sexto mandamento (“não matarás”) antes significava, entre outras coisas, não ser descuidado com relação a casos em que a vida humana poderia estar em perigo (por exemplo, cortar lenha usando um machado com uma lâmina frouxa). Dizer que essa especificação que define o sexto mandamento não é mais aplicável – isto é, dizer que o descuido quando a vida é posta em perigo é agora moralmente aceitável (por exemplo, alguém poderia legitimamente dirigir com freios ruins) – é, na realidade, *alterar* o próprio significado e exigência do sexto mandamento. É adulterar aquilo que Deus pretende por meio de Seus mandamentos. Se mudarmos as explicações e aplicações da lei casuística dadas por Deus (os princípios que elas ilustram ou ensinam), então teríamos que responder pela adulteração do significado pretendido de Sua palavra. Dizer que o sexto mandamento é perpetuamente vinculante, mas não as leis judiciais ou casuísticas relacionadas, é transformar “não matarás” em um rótulo arbitrário que cobria um tipo de conduta no Antigo Testamento, mas é posto sobre um tipo *diferente* de conduta no Novo.

Uma vez que os princípios da lei casuística *definem* o Decálogo, eles (em seu escopo pleno: pessoal e social, eclesial e civil) são *tão perpétuos* quanto o Decálogo em si. Assim, a prática do Novo Testamento que observamos anteriormente é citar as leis casuísticas do Antigo Testamento tão prontamente quanto – e juntamente com – os dez mandamentos (por exemplo, a lista dos deveres morais pronunciada por Cristo para o jovem rico em Mc. 10:19 inclui “não defraudarás” juntamente com o Decálogo).

Conclusão

Examinamos textos específicos do Novo Testamento e refletimos sobre vários temas teológicos, mas em nenhum deles encontramos qualquer evidência convincente que contradiga a perspectiva formulada neste livro. Podem existir versículos bíblicos isolados que, quando lidos fora de seu contexto literário teológico, dão uma impressão passageira de que “a lei” não é mais vinculante ao nosso comportamento. Contudo, com um exame

mais cuidadoso, nem um único texto do Novo Testamento diz que os *padrões de conduta* ensinados na lei do Antigo Testamento são hoje imorais, antiquados ou incorretos na forma em que definem piedade. “Sabemos que a lei é boa”, disse Paulo (1 Tm. 1:8).

De maneira similar, podem existir certos conceitos ou considerações teológicas que, a princípio, sugeririam que “a lei” da Antiga Aliança teria passado. No entanto, quando corretamente compreendidos e bíblicamente analisados, nenhum desses temas teológicos implicam logicamente na revogação dos *padrões morais* da Antiga Aliança. Se assim fosse, não poderíamos ter nenhuma objeção fundamentada ao situacionismo ou ao relativismo cultural. Abandonaríamos a autoridade objetiva, absoluta e universal da moralidade bíblica. A pressuposição de Paulo era clara: “Ora, nós sabemos que todas as coisas que diz a lei, ela o diz aos que estão debaixo da lei, para que *toda* a boca se cale, e *todo o mundo* se torne culpado diante de Deus” (Rm. 3:19).

Argumentos persuasivos contra a bondade e a validade universal dos padrões morais ensinados na lei do Antigo Testamento simplesmente não foram encontrados. Os críticos foram incapazes de nos oferecer um *princípio* não-arbitrário, bíblicamente fundamentado e inequívoco pelo qual poderiam descartar *completamente* a definição de comportamentos e atitudes boas e más do Antigo Testamento – *ou* (ainda mais difícil) pelo qual poderiam distinguir entre *porções* válidas e inválidas da instrução moral do Antigo Testamento. A validade geral da lei de Deus para os nossos dias, à parte de condicionantes específicas bíblicamente fundamentadas, não pode ser evadida com êxito.

ARGUMENTOS CONTRA O USO POLÍTICO DA LEI

“Teonomistas pregam e promovem a autoridade e a sabedoria da lei bíblica, orando para que cidadãos sejam persuadidos de boa vontade a adotar os padrões de Deus como a lei da terra.”

Mesmo quando admitem que a lei de Deus possui uma validade geral na era do Novo Testamento, alguns cristãos, todavia, creem que é errado sustentar que essa validade e uso da lei estendem-se ao mundo político. Eles dizem: “A lei de Deus pode ser vinculante de modo geral com relação a assuntos pessoais, eclesiásticos e sociais interpessoais, mas não deve ser o padrão para justiça e prática política no mundo moderno.” Visto que essa atitude entra em conflito direto com as conclusões às quais fomos levados pelo nosso estudo do ensino bíblico concernente à lei, devemos ouvir as razões que são oferecidas para uma atitude negativa com respeito ao uso político da lei de Deus hoje. São elas suficientes para abandonar nossa compreensão das exigências bíblicas? Não parece ser o caso.

Argumentos Relacionados à Lei de Deus e o Estado

1. *Revelação sem Orientação*

Alguns buscariam nos convencer de que a revelação de Deus da Nova Aliança não possui orientações para a moralidade política, pois (conforme se pensa) reforma social em uma sociedade incrédula não é uma tarefa apropriada para o cristão. Essa visão truncada do cristianismo, no entanto, está em oposição à revelação da Nova Aliança. Cristo é hoje o “Rei dos reis” e, no futuro, Ele julgará todos os magistrados pelos seus governos. Cristãos devem ser “santos em toda a maneira de viver”, mesmo em sua relação para com os poderes constituídos. A Igreja foi comissionada a ensinar às nações tudo quanto Cristo ordenou, e isso inclui Suas palavras

concernentes à moralidade sociopolítica e à validade da lei do Antigo Testamento. O cristianismo deve ser o sal que influencia a terra e a luz que não deve ser posta debaixo do alqueire. De fato, o cristianismo é uma cosmovisão completa, não simplesmente uma mensagem estreitamente religiosa sobre a vida após a morte. Deus não é o Deus meramente das igrejas. Ele é o Deus vivo sobre toda a criação. Então, qual padrão de moralidade política o povo de Deus deveria adotar nos dias de hoje, se não o padrão da lei revelada de Deus? A oposição política deles ao “homem da iniquidade” (isto é, da aversão à lei) não nos diz, por contraste, onde eles encontram sua orientação?

2. A Singularidade do Israel sob o Pacto

Alguns argumentaram que é equivocado ver os aspectos civis da lei da Antiga Aliança como vinculantes aos Estados modernos porque tal visão negligencia o contexto da lei do Antigo Testamento como dada apenas a Israel como uma nação redimida posta em um pacto nacional para com Deus. Uma vez que nações modernas não estão na mesma posição ou situação que o Israel do Antigo Testamento (i.e., não sendo redimidas para um pacto nacional com o Senhor), pensa-se que “impor” a lei civil de Deus sobre aqueles que não participam do pacto redentivo com Deus – sobre aqueles que não foram convertidos ou não se uniram à Igreja – seria negligenciar o único contexto adequado para tal lei.

Em resposta, precisamos lembrar àqueles que expressam essa crítica que não estamos propondo a “imposição” forçada da lei de Deus sobre uma sociedade que não a deseja. “Teonomistas” pregam e promovem a autoridade e a sabedoria da lei bíblica, orando para que cidadãos sejam *persuadidos* de boa vontade a adotar os padrões de Deus como a lei da terra. Assim como secularistas fazem campanha e debatem para ver suas convicções influenciarem a lei civil, os cristãos devem, da mesma forma, empenhar-se para que a palavra de Deus influencie a lei civil. Não defendemos nenhum tipo de “guerra santa” moderna ou uso da força para forçar a submissão aos padrões de Deus.

Nem tudo que diz respeito ao Israel antigo deve tornar-se parte da nossa experiência moderna, como indicado acima. Estamos interessados simplesmente nas *leis permanentes de justiça civil*. “Guerra santa” durante a

POR ESTE PADRÃO

conquista da terra prometida por Israel se deu por ordem direta e específica de Deus, para um tempo e lugar definidos, com respeito a culturas abomináveis específicas daquela época; não era política civil permanente para todos os homens (como tampouco foi a ordem específica para que Samuel ungisse Davi como rei de Israel num tempo e lugar definidos). As leis que Deus revelou no Antigo Testamento com relação a categorias gerais de situações (por exemplo, assassinato, estupro, perjúrio) tinham um caráter permanente ou normativo, em contraposição a imperativos especiais para ocasiões específicas. Assim sendo, o Israel antigo experimentava de tempos em tempos uma variedade de diferentes tipos de administração política: líderes tribais, anciões de cidades, juízes-libertadores, a monarquia, conselho governante, etc. A partir disso, podemos ver que Deus não prescreveu uma forma administrativa específica para o governo político. Não temos a obrigação nos dias de hoje de abolir os três poderes do governo civil nos Estados Unidos, ou o Parlamento Britânico, ou a monarquia da Jordânia, etc. O que se propõe aqui é que todos os governos civis, independentemente de sua estrutura, devem ser encorajados a sujeitar-se a e aplicar as leis permanentes do Israel do Antigo Testamento.

Mesmo assim, alguns criticariam essa proposta, alegando que mesmo as leis permanentes com respeito ao governo civil eram unicamente para Israel como uma nação redimida por Deus e em um pacto nacional para com Ele. O que tais argumentos implicam é que a política pública moderna para nações “seculares” não deve ser moldada com base nos princípios da lei mosaica para o Israel “pactuado”.

Sendo assim, a lei de Deus ensina que a lei civil do Antigo Testamento era *restrita* em validade a Israel como nação num pacto redentivo com Deus? Capítulos anteriores claramente mostraram que esse não é o caso. Deus julgava nações fora de Israel por transgredirem aos padrões de Sua lei e, em Sua revelação a Israel, Ele encorajou a disseminação da lei às nações gentias. No Novo Testamento, Cristo endossou *cada* iota e traço de letra na lei de Deus (a menos quando condicionado pela Escritura em outros lugares), e os escritores apostólicos reconheceram a lei de Deus como o padrão para a ética política – mesmo nos dias dos imperadores romanos pagãos.

A história redentiva e o pacto nacional desfrutados por Israel certamente distinguiam os judeus do Antigo Testamento das nações modernas como significativamente singulares. Mas isso não significa que Israel era *em todos os aspectos* diferente de seus vizinhos ou das nações contemporâneas. Paulo ensina em Romanos 1 e 2 que os mesmos padrões morais revelados a Israel por meio dos “oráculos de Deus” foram revelados de maneira mais geral a *todos* os homens por meio da revelação geral ou natural. Israel não possuía um código moral exclusivo, como se Deus operasse com dois pesos e duas medidas para com Israel e os gentios.

Ademais, Israel não era completamente diferente das nações modernas ou de seus vizinhos gentios, pois, assim como esses outros, Israel enfrentou problemas históricos (i.e., pré-consumação) de crime, justiça social e punição. A lei do Senhor direcionou Israel com respeito às exigências da justiça divina em tais situações, e aquela lei *deve* ser o padrão de justiça para crime e punição em todos os outros lugares também (mesmo em nações que não tinham ou não tem um pacto redentivo e corporativo para com Deus) – pois a justiça social aos olhos de Deus não é racialmente variável ou diferente de nação para nação. *A justiça é absoluta*. Se os aspectos civis da lei de Deus eram destinados apenas a Israel, como alguns críticos dizem, então deveríamos pedir-lhes para que explicassem a aparente prática do Novo Testamento de adotar os padrões de ética política da lei de Deus – e perguntar-lhes qual é o padrão do Novo Testamento para a ética política, se não são os mandamentos de Deus. Aqueles que restringem a validade da lei do Antigo Testamento a Israel podem não o perceber, mas sua perspectiva filosófica é a do “relativismo cultural”, segundo a qual o que é considerado justiça varia de cultura a cultura.

Aqueles que insistem no argumento de que Estados modernos não estão vinculados aos aspectos civis da lei de Deus, uma vez que ela foi dada em um pacto nacional e redentivo com Israel, descobrirão que não podem manter com coerência, por muito tempo, *nenhum* dos mandamentos do Antigo Testamento para os dias de hoje. Não só os aspectos civis da lei foram revelados no mesmo contexto de um pacto nacional, mas também os aspectos pessoais e interpessoais desta. Se a extinção do pacto nacional significa a invalidação desses padrões morais revelados nela, então perderíamos até mesmo os dez mandamentos! Se for considerado que as leis

POR ESTE PADRÃO

judiciais do Antigo Testamento expiraram quando os propósitos para a nação judaica foram concluídos – isto é, se apenas os aspectos “nacionais” do pacto nacional tivessem passado – então estaríamos negligenciando a *justiça* dessas leis e a *plenitude* de seu propósito, que incluía o de ser um *modelo* para outras nações (Dt. 4:6-8). Além disso, a *palavra de Deus* nunca traça tal distinção entre os aspectos “pessoais” da lei e os aspectos “políticos”, como se um fosse uma reflexão em maior ou menor grau da santidade imutável de Deus que o outro. Quem somos *nós* para traçar tal distinção *por nós mesmos*, com o propósito de evadir ou deixar de lado uma porção desses deveres revelados por Deus? Impor isso *sobre* o texto (ao invés de extrair isso *a partir do* texto) é tentar ser senhor sobre a palavra do Senhor!

3. A “Pureza Elevada” de Israel

A direção que Deus deu à sociedade judaica não era um padrão “mais elevado” de pureza e não incorporava uma “severidade singular” – não era uma “intrusão” dos padrões do Juízo Final no curso da história ordinária. Padrões mais elevados e singulares dificilmente poderiam ser um modelo de justiça e não poderiam ser aplicados de maneira justa a outras nações, contudo, o Antigo Testamento apresenta a lei de Deus como tal modelo e aplicava seus padrões a outras nações. Ademais, se a lei civil do Antigo Testamento realmente fosse um reflexo dos padrões do Juízo Final, então *todos* os pecados seriam crimes e *todos* seriam puníveis com a morte, porém nem um nem outro é verdadeiro. Mesmo se as sanções penais da lei de Deus fossem sombras tipológicas do Juízo Final em certo sentido, elas *não são meramente* sombras; elas *também* são a direção de Deus para justiça em questões de crime e punição *antes* do Juízo Final. Sustentar que as leis com um aspecto simbólico ou tipológico atrelado a elas foram invalidadas nos dias de hoje seria renunciar à validade de mais do que apenas certos mandamentos civis do Antigo Testamento. Seria invalidar até mesmo as leis concernentes, por exemplo, ao casamento e à pureza sexual, pois elas simbolizam a relação de Deus para com o Seu povo!

4. *Múltiplos Padrões Morais*

Alguns que criticam a perspectiva proposta neste livro dizem que magistrados (do passado ou do presente) que estejam fora da “teocracia” de Israel devem governar segundo os padrões morais da revelação geral, não os da lei de Deus. A pressuposição incorreta aqui, claramente, é a de que Deus possui dois padrões morais: um revelado pela natureza e consciência e um diferente, revelado na Bíblia. A perspectiva bíblica é a de que a lei revelada aos judeus de forma verbal aos judeus foi revelada de forma não-verbal aos gentios, e os dois códigos morais são coextensivos. Paulo de maneira alguma restringiu a revelação natural ao Decálogo (veja, por exemplo, Rm. 1:32), *ainda que* fosse possível conceber como os dez mandamentos poderiam ser compreendidos à parte de suas explicações e aplicações nas leis casuísticas.

5. *Ignorar a Evidência*

Outros que discordaram da perspectiva proposta aqui têm buscado mitigar a força dos aspectos ou observações secundárias nos argumentos expostos (por exemplo, discordar da afirmação de que governantes judeus e gentios do Antigo Testamento tinham títulos religiosos). Contudo, mesmo se deixássemos tais detalhes sem defesa, as linhas principais de argumentação em favor da posição adotada com relação ao uso político da lei de Deus não seriam afetadas por essas críticas a pontos menores. Assim, não é necessário defender tais detalhes aqui, pois não são cruciais à posição que é proposta.

Outros que discordaram da posição proposta neste livro reclamaram que ela é estabelecida a partir de “inferências” da Escritura – aparentemente, em vez de declarações diretas e explícitas sobre a validade política da lei de Deus. Mas já que a mesma reclamação equivocada pode ser feita sobre as doutrinas fundamentais da fé (por exemplo, a Trindade e a união hipostática), ela de modo algum é uma argumentação eficaz contra o nosso posicionamento com respeito à ética política.

Outro argumento tem sido o de que, se temporariamente pusermos de lado a evidência principal no Novo Testamento que é utilizada para respaldar a perspectiva adotada nestes estudos, e se então lermos o Novo

POR ESTE PADRÃO

Testamento sem tomar em conta essa evidência, então não teríamos a impressão de que a lei de Deus, em seus aspectos políticos, é válida nos dias de hoje. Crê-se que a suposta evidência em favor da nossa posição foi erroneamente interpretada de uma maneira que não se harmoniza com o restante do Novo Testamento.

Essa forma de crítica mostra o quão desesperados alguns podem se tornar ao tentar refutar a tese de que o uso político da lei de Deus é válido nos dias de hoje. Em primeiro lugar, se subtraímos a evidência positiva para a tese, o restante do Novo Testamento *não seria contrário* à tese; ele simplesmente ficaria em silêncio sobre o assunto. Em segundo lugar, afirmar que uma posição não tem apoio quando suas principais linhas de apoio são postas de lado dificilmente é uma queixa legítima! Um advogado que argumentasse a favor de seu cliente meramente pedindo ao júri para que a evidência apresentada pelo promotor fosse ignorada não iria manter o seu emprego por muito tempo. Até que evidências *negativas* definitivas contra a tese possam ser apresentadas a partir do Novo Testamento, devemos reconhecer que a Escritura ensina o uso político da lei de Deus. Tal evidência negativa, porém, ainda não foi apresentada em forma publicada por qualquer crítico da perspectiva adotada nestes estudos. Apelos à “ênfase do Novo Testamento” ou à “impressão dada pelo Novo Testamento” são simplesmente vagos e subjetivos demais para ter qualquer peso crítico em decisões teológicas.

Argumentos Centrados nas Relações de Igreja-Estado

1. Diferenças no Novo Testamento

Os que discordam do uso político da lei de Deus às vezes argumentam que, pelo fato de a relação entre Igreja e Estado ser diferente hoje do que era no Antigo Testamento, as leis que governam a sociedade devem, do mesmo modo, ser diferentes. Contudo, é difícil compreender que raciocínio alguém poderia ter para tal linha de pensamento. Uma vez que a equidade, a validade e a autoridade das leis civis do Antigo Testamento *não dependiam* de alguma *relação específica* entre Igreja e Estado (isto é, Moisés nunca condicionou a obrigação dos magistrados civis a uma interação Igreja-Estado específica), quaisquer mudanças nessa relação que foram introduzidas no Novo Testamento seriam eticamente irrelevantes

à justiça do código civil cuja aplicação era exigida por parte dos magistrados. Não há um tipo de justiça contra um estuprador quando a relação entre a Igreja e o Estado é X, e outra quando a relação entre a Igreja e o Estado é Y. Estupro é estupro, e justiça é justiça – independentemente da proximidade entre Igreja e Estado, ou da falta dela. Magistrados do Antigo Testamento – não sacerdotes, lembremos – julgavam e puniam estupradores (e outros criminosos), assim como magistrados do Novo Testamento devem também tratar do problema criminoso do estupro. A relação extrínseca desses magistrados com os sacerdotes (ou a Igreja) não é pertinente à sua relação para com o criminoso, nem afeta o que a justiça exige no caso de crime; a relação entre Igreja e Estado é, na realidade, uma questão à parte.

A afirmação comum de que os aspectos religiosos e civis da vida comunitária eram fundidos no Israel do Antigo Testamento simplesmente não é compatível com uma leitura do texto do Antigo Testamento, como capítulos anteriores demonstraram. Isso não é dizer ou alegar, como alguns críticos pensaram, que a relação de Igreja-Estado no Antigo Testamento é idêntica em todos os aspectos à relação de Igreja-Estado no Novo; tal premissa não é indispensável à posição aqui adotada. A posição opõe-se à argumentação imprecisa frequentemente ouvida, segundo a qual *não havia* separação entre Igreja e Estado em Israel. A adoração do Antigo Testamento era claramente uma autoridade e uma função distintas do governo civil do Antigo Testamento. (Deve-se explicar a alguns críticos que essa observação não implica que a adoração do Antigo Testamento é considerada como completamente idêntica à da Igreja do Antigo Testamento; *existe*, porém, um paralelo ou analogia, como Paulo indica em 1 Co. 9:13-14.) Reis não podiam sacrificar e sacerdotes não podiam executar na situação do Antigo Testamento; o Estado e a Igreja tinham funções e orientações separadas.

Todavia, alguns escritores acreditam que há diferenças significativas (moralmente significativas?) entre a nossa situação nos dias de hoje e a situação da relação Igreja-Estado no Israel do Antigo Testamento. Israel era então uma *nação sacerdotal*, ao passo que a Igreja – não a América – possui esse status hoje. Isso está correto: a missão religiosa do corpo corporativo (a função sacerdotal da comunidade *como um todo*) foi

POR ESTE PADRÃO

assumida por um tipo diferente de corpo, a comunidade internacional da fé, em vez de uma nação específica. Contudo, isso nada diz sobre a relação entre Igreja e Estado *dentro* da nação de Israel, e certamente não contradiz a legítima separação entre os dois que lemos em outros lugares no texto.

2. O Argumento da “Teocracia”

Alega-se que a Igreja-Estado do Antigo Testamento (o sentido dado a “teocracia”) foi hoje substituída por uma igreja internacional (sem o Estado) no Novo. Isso esbarra na *suposição equivocada de que o Antigo Testamento nos mostra uma unificação entre Igreja e Estado*. Como explicado anteriormente, sacerdotes e reis tinham autoridades separadas, e a membresia do Estado não era coextensiva com a membresia do corpo religioso (por exemplo, os estrangeiros em Israel).

3. O Argumento da “Comunidade Redentiva”

As afirmações de que o Estado do Antigo Testamento era uma comunidade “redentiva” e que o Estado existia para um “propósito religioso” são demasiadamente ambíguas – sendo evidentemente corretas em algumas interpretações (por exemplo, o fato de que o Estado surgiu como fruto da redenção de Deus ao tirar o seu povo do Egito e servia ao objetivo religioso de punir o mal social), porém irrelevantes para a revogação dos aspectos civis da lei de Deus. Tal perspectiva de “Estado redentivo” está tão claramente equivocada com respeito às suas outras interpretações (por exemplo, de que as leis civis tinham um efeito redentivo, ou que as autoridades estatais eram também as lideranças cúlticas ou religiosas) – que ela não pode servir como argumento. Similarmente, alegações no sentido de que o Estado do Antigo Testamento punia crimes “religiosos” (por exemplo, blasfêmia) negligenciam o caráter “religioso” de outros crimes (por exemplo, assassinato, adultério). Tais argumentos baseiam-se numa falsa noção de uma *dicotomia entre secular e sagrado* que é promovida pelo humanismo moderno e são, portanto, inúteis para argumentação teológica.

O que os opoentes da lei bíblica precisam demonstrar – mas não o fazem – é que crimes “religiosos” como blasfêmia não têm nenhuma relevância ou importância contínua para a justiça social no Estado moderno.

Seria contrário à missão evangelística da Igreja promover o uso político da lei de Deus, se isso significasse que o Estado puniria blasfemos e idólatras declarados? Tal conflito seria possível apenas se primeiro presumíssemos que a palavra de Deus pudesse contradizer a si mesma (ensinando uma coisa com respeito a ética civil e outra contraditória com respeito a evangelismo). Promover a punição de blasfemos não é menos contrário à preocupação evangelística do que promover a punição de assassinos.

Argumentos Pertinentes às Sanções Penais

1. *Restritas a Israel*

Contra o uso político da lei de Deus nos dias de hoje, alguns insistem na consideração de que as sanções penais da lei foram dadas apenas a Israel. Contudo, visto que a Bíblia ensina que a lei de Deus em sua totalidade era a obrigação moral das nações que existiam fora de e em épocas anteriores a Israel (por exemplo, Sodoma e as tribos cananeias), *onde* é revelada a exceção condicionadora que declare que as sanções *penais* foram excluídas dessa obrigação? Ela não se encontra nas Escrituras. O argumento diante de nós é *imposto sobre* a Bíblia, não deduzido *a partir* da Bíblia. A Bíblia *louvava* líderes pagãos por aplicarem as sanções da lei de Deus (por exemplo, Ed. 7:25-27).

2. *Israel como Apenas a Igreja*

Alguns críticos alegam que as penas do Antigo Testamento foram reveladas a Israel *como Igreja*, em vez de como Estado, e que hoje *apenas* a Igreja deve punir ofensas “religiosas”. Contudo, não há respaldo bíblico algum para tal raciocínio. Era os *magistrados* de Israel que aplicavam as exigências de restituição e retribuição, pois tais exigências foram revelados para eles, não para os sacerdotes. Assim, *não* era Israel como Igreja, mas sim *Israel como Estado civil* que punia ladrões, estupradores e blasfemadores. Se apenas os “crimes” religiosos na lei são hoje (supostamente) reservados para a disciplina eclesiástica – deixando pelo menos alguns infratores para serem tratados pelo Estado – então precisaremos de um critério fundamentado e biblicamente definido para distinguir crimes “religiosos” de crimes “não-religiosos”. À parte disso, o

argumento em pauta é simplesmente inviável ou arbitrário; pior ainda, não possui fundamentação bíblica.

A premissa de que *apenas* a Igreja é chamada para tratar das ofensas “religiosas” nos dias de hoje (sejam lá qual forem) é um que necessitará de respaldo bíblico, dado o endosso por parte do Novo Testamento à lei de Deus no geral, bem como a doutrina do Novo Testamento de que magistrados devem aplicar a lei de Deus (do Qual são “ministros”, executando a ira contra malfeitores). É a blasfêmia menos hedionda aos olhos de Deus nos dias de hoje, ou menos destrutiva à justiça social, ou menos relevante às preocupações do “ministro de Deus” no Estado? É perfeitamente verdadeiro, como alguns ressaltam, que o “mal” que Paulo diz que o magistrado deve punir (Rm. 13:4) deve ser *restringido*, uma vez que nem todos os pecados são crimes. Mas o que parece razoável é restringi-lo *segundo* a lei de Deus, e *não* torná-lo mais restritivo *do que* a própria lei de Deus! O problema básico com a maioria dos argumentos contra a posição adotada neste livro é que os argumentos *não* possuem amparo e autoridade *bíblica* alguma. O povo de Deus deve então ignorá-los como inválidos.

3. A “Severidade” da Lei

Dizer que as sanções penais do Antigo Testamento são “severas demais” para um período de “graça comum” é ignorar pelo menos dois pontos importantes: (1) O antigo Israel desfrutou da graça comum de Deus (ao menos como definida em Gn. 8:22), e *ainda* se lhe exigia que aplicasse a Sua lei, e (2) as leis políticas de Deus serviam para *preservar* a ordem e justiça exteriores de uma civilização e, assim, eram um sinal da “graça comum” de Deus – em vez de diminuir essa graça comum. Se a “graça comum” realmente entra em conflito com a lei de Deus, então o crítico terá de demonstrar que *o ele quer dizer* por “graça comum” é verdadeiramente ensinado na Escritura e logicamente implica na ab-rogação da lei. Isso ainda não foi feito. A parábola do trigo e do joio (Mt. 13:24-30, 36-43) ensina que a execução dos incrédulos injustos aguarda o Juízo Final, não que magistrados civis nunca devem executar indivíduos culpados de crimes civis (mais específicos do que incredulidade geral) – se não, *não* ha-

veria sanção penal de morte (mesmo para assassinato) e o propósito específico do Estado (o poder da “espada”) desapareceria.

4. *A Ausência de Sanções Explícitas*

Foi sugerido – sem a devida reflexão – que as sanções penais do Antigo Testamento não infligiam aos crimes a punição que eles realmente e completamente mereciam (a saber, condenação eterna) e assim, nos dias de hoje, seria aceitável para magistrados punir de uma forma menos severa do que a exigida pela justiça da lei. Mas, em primeiro lugar, a lei do Antigo Testamento *prescrevia* o que cada ofensa justamente merecia (Hb. 2:2) dentro do campo da justiça *civil*. É por isso que ladrões eram punidos *de maneira diferente* de estupradores, embora *ambos* irão sofrer eternamente no Inferno. Em segundo lugar, *se* a lei de Deus prescrevesse menos do que a justiça plena exigiria de criminosos, como esse fato poderia justificar um magistrado a exigir *ainda menos* do que a lei prescrevesse? Tal magistrado simplesmente seria culpado de se recusar a fazer o que Deus o ordenou a fazê-lo, nem sequer satisfazendo a severidade penal (supostamente) limitada da lei.

5. *O Argumento Baseado no Silêncio*

Três últimos argumentos podem ser rapidamente mencionados, os quais são culpados de falácias notórias de raciocínio. Primeiro, há o “argumento baseado no silêncio” de que o Novo Testamento não nos convoca a militar explicitamente pela aplicação das sanções penais da lei, como no caso do fornicador incestuoso (1 Co. 5:1-5). Bem, pode não haver uma ilustração específica disponível (dado o caráter da sociedade e do magistrado naquela época), mas os *princípios* certamente são *ensinados* – como discutimos em estudos anteriores. Paulo não precisava dizer mais nada sobre o dever do magistrado concernente ao incesto, por exemplo, uma vez que o Antigo Testamento e a revelação natural já eram adequados. O que ele precisava revelar eram os procedimentos de disciplina exigidos da Igreja – para a qual a epístola aos Coríntios foi escrita, afinal de contas (não ao magistrado civil). Dada a doutrina bíblica da validade contínua da

POR ESTE PADRÃO

lei (Dt. 4:2; Mt. 5:17-19), precisamos de mais do que silêncio para nulificar os mandamentos de Deus.

6. *O Argumento Baseado no Abuso*

Segundo, existe o argumento baseado no abuso – o argumento de que magistrados que não eram salvos abusaram a lei de Deus no passado ao tentar aplicá-la, levando a horrores tais como a Inquisição. Mas Deus evidentemente nunca ordenou tais abusos em Sua lei (por exemplo, Ele nunca concedeu ao magistrado o direito de julgar hereges em primeiro lugar), e assim esse argumento é, na realidade, um argumento *em favor* de nossa tese. Uma vez que esses abusos violam a lei de Deus, a lei de Deus deve ser respaldada como válida para que se possa condenar autoritativamente os abusos da liberdade pessoal, dignidade e vida. Se os abusos da lei pelos magistrados forem corrigidos removendo a lei em si, para que essa não seja abusada, então não haverá lei a ser aplicada pelo magistrado exceto a sua própria vontade arbitrária – que é o caminho mais certo para se chegar à tirania!

7. *O Argumento Baseado na Tradição*

Terceiro, há o argumento baseado na tradição, a alegação de que a perspectiva proposta nestes capítulos nunca foi sustentada por quaisquer de nossos precursores na teologia. Contudo, tal argumento é teologicamente fútil, se nossa obrigação é crer no que a Escritura (somente e totalmente a Escritura) ensina, em vez de em nossas tradições falíveis (Mt. 15:3-9). Se alguém *não puder demonstrar* que a Escritura *não* endossa a posição aqui proposta, então ele terá de escolher entre a lei de Deus e sua tradição teológica. Aqueles que se sujeitam à autoridade do Senhor saberão qual deem escolher. Mas, além disso, podemos brevemente indicar que há evidência abundante de que teólogos respeitáveis do passado ensinaram e promoveram a perspectiva aqui adotada com respeito ao uso político da lei de Deus. Em meus outros livros sobre esse assunto, pode-se investigar as referências a Bucer, Calvino, Bullinger, Latimer, Cartwright, Perkins, Gillespie, Bolton, Ames, Cotton e *muitos outros* que reconheceram a autoridade geral da lei de Deus e o seu uso político para os

dias de hoje. Esse foi um dos pilares da ética política reformada por muitos séculos.

8. *O Último Recurso*

Visto que nenhum dos argumentos comuns ou publicados contra a posição que aqui adotamos tiveram êxito em refutar a validade geral da lei de Deus ou a sua obrigação política para os dias de hoje, tudo o que resta para os que desejam continuar a resistir à posição é apontar para certos “exemplos horrendos” do que a lei de Deus exige, apelando à nossa emoção ou razão autônoma de que tais coisas simplesmente não podem ser aceitas nos dias de hoje dentro de nossos padrões morais. Ou seja, os críticos recorrem à ridicularização das ordens morais reveladas por Deus a Israel. Isso nos obriga a escolher entre seguir a sabedoria e as avaliações de homens que não possuem nenhum padrão bíblico (e que realmente discordam das normas bíblicas) ou seguir de todo coração os preceitos da lei de Deus. Deixaremos nossos sentimentos corrigirem a Bíblia, ou deve a Bíblia corrigir nossos sentimentos? Qual terá a autoridade suprema, o raciocínio de homens pecaminosos ou a palavra infalível do Senhor? “Que Deus seja verdadeiro, e todo o homem mentiroso” (Rm. 3:4). “Escolhei neste dia a quem servireis!” (Js. 24:15).

Conclusão

No capítulo 29, não encontramos nenhuma refutação bem-sucedida da validade geral da lei do Antigo Testamento e, neste capítulo, vimos que essa validade geral se aplica tanto às questões políticas quanto às particulares, familiares e eclesiais. Deus é ofendido por todas as expressões de injustiça e impiedade, inclusive (se não especialmente) por parte daqueles postos nas posições de governo civil sobre o seu próximo. Se eles se recusarem a se sujeitar ao Senhor (Sl. 2), inevitavelmente prestarão contas ao “Rei dos reis” (1 Tm. 6:15) por sua rebelião. Isso significa que existem padrões de justiça pelos quais eles serão responsabilizados.

Se tais padrões não são encontrados no Antigo Testamento, então por que não o seriam? Então, onde mais poderíamos encontrá-los? Tais questões não recebem nenhuma resposta convincente e teologicamente

consistente por parte daqueles que rejeitam o uso político da lei do Antigo Testamento. Por acaso esses críticos da teonomia creem que os líderes políticos estão livres para fazer tudo quanto pareça justo aos seus próprios olhos?

Vimos tentativas de refutar a validade das leis sociopolíticas de Moisés apelando para alguma característica especial do Israel do Antigo Testamento. Contudo, tal característica especial nunca é definida de forma clara. O segmento da lei que é tido como invalidado nunca é delineado com base num princípio explícito; antes, leis específicas são incluídas ou excluídas do segmento arbitrária e subjetivamente pela pessoa que propõe tal argumento. A suposta característica singular, com frequência, nem sequer é verdadeira com relação ao Israel do Antigo Testamento. E, por fim, não foi demonstrado, com base na Escritura, que a validade do segmento da lei mosaica em questão baseava-se exclusivamente naquela característica singular específica do Israel do Antigo Testamento. Outros tipos de argumentos contra o uso moderno do Antigo Testamento na ética política apelam a considerações que são completamente irrelevantes à veracidade ou falsidade da ideia – argumentos baseados no silêncio, impressão subjetiva, abuso, tradição e ridicularização. Em suma, aqueles que argumentaram contra o uso político da lei nos dias de hoje caíram em erros e raciocínios falaciosos que nenhum estudioso cristão pode considerar como aceitáveis.

No fim, não foram encontradas boas razões para rejeitar os padrões morais para questões sociopolíticas encontrados na lei do Antigo Testamento. Quando se removem as camadas do raciocínio débil, o que resta como o cerne da oposição a tais padrões é o *sentimento pessoal* – o sentimento pessoal de que esses padrões são severos ou tirânicos demais para a nossa era de pluralismo.

Evidentemente, para ser intelectualmente honesto, alguém é então compelido a parar e perguntar se a lei de Deus deve mudar o pluralismo, ou se o pluralismo deve mudar a lei de Deus. Não se deve esquivar-se dessa questão (embora isso geralmente ocorra). Se os magistrados são verdadeiramente “ordenados” como os “ministros de Deus” na esfera pública (Rm. 13:1, 4), será que Jeová moralmente os permite servir vários deuses, ou será que Ele os exige a se sujeitarem somente ao Seu governo? Isso pode

parecer despótico para as mentes de alguns, mas a alternativa é simplesmente um outro tipo de despotismo, um que é infinitamente pior – o despotismo dos líderes civis que se consideram livres dos padrões objetivos da santa lei de Deus. Então temos o pior tipo de tirania imaginável, *onde o poder político não é restrito por aquilo que é moral e objetivamente correto*.

Por essa razão, devemos ver os argumentos refutados nesse capítulo como mais do que simplesmente ilustrações de raciocínio falacioso na esfera intelectual. Devemos vê-los, em última instância, como perigosos (mesmo que inconscientemente) ao bem-estar da civilização cristã.

31

A AUTORIDADE DA LEI DE DEUS NOS DIAS DE HOJE

“A pergunta é a seguinte: por qual padrão os juízos morais devem ser feitos? Como determinamos em um caso específico o que fidelidade a Deus requer de mim ou de minha sociedade?”

Há muito mais a ser tratado no estudo da ética cristã do que o que foi discutido neste livro. Existem as questões fundamentais sobre a percepção e o cultivo da piedade em nós mesmos e em nossa sociedade que não foram abordadas. Praticamente todas as questões morais específicas que nos rodeiam não chegaram a receber uma resposta aplicada. Muito foi deixado sem explicação, e muito mais estudo se faz necessário. Todavia, a questão abordada por este livro é sistematicamente fundamental ao raciocínio ético cristão. Ele faz uma pergunta que é impossível de ser evitada e que influencia todos os demais aspectos de nossa teoria ética. Muitos podem não refletir explicitamente sobre essa questão, e podem não a responder bem. Porém, todos procedem com base em uma ou outra resposta a essa pergunta inevitável na ética cristã.

A pergunta é a seguinte: *por qual padrão os juízos morais devem ser feitos?* Como determinamos em um caso específico o que fidelidade a Deus requer de mim ou de minha sociedade? Outras questões podem ser interessantes e até mesmo importantes. Mas a ética cristã – que em si é um reflexo da fé cristã – não pode ser persuasivamente formulada e aplicada de forma prática sem uma resposta à questão dos critérios. Como devemos viver? O que devemos fazer? Que tipo de pessoas devemos ser? Tudo isso depende do padrão que usamos. Melhor dizendo: tudo isso depende do padrão que *o próprio Deus* usa para julgar o bem e o mal. Se

soubermos as normas divinas de justiça, então a ética cristã naturalmente dependerá da autorrevelação de Deus e da compreensão adequada de Sua palavra.

Foi a Sua palavra corretamente interpretada por aqueles “que convertem a graça do nosso Deus em lascívia” e argumentam que devemos “permanecer em pecado, para que a graça possa abundar”? De modo algum (Jd. 4; Rm. 6:1-2). Não deve existir dúvida alguma sobre a premissa de que os crentes do Novo Testamento, aqueles que experimentaram a graça de Deus, devem “[viver] de maneira sóbria, justa e piamente neste mundo presente”, sendo “zelosos de boas obras” (Tt. 2:11, 14). A graça de Deus nos criou em Cristo Jesus “para as boas obras, as quais Deus estabeleceu para que andássemos nelas” (Ef. 2:8-10). O Novo Testamento não elimina o chamado para santidade (1 Pe. 1:15). A fé salvífica deve ser uma fé viva, ativa e operante (Tg. 2:14-16). Portanto, podemos asseverar como inquestionável que aqueles que amam o Salvador devem demonstrar vidas caracterizadas por obediência (Hb. 5:9; Jo. 14:15).

Deveria essa obediência se estender ao *Antigo* Testamento? Deveriam aqueles que foram salvos pela graça ter qualquer vínculo com a *lei* de Deus? E, em caso afirmativo, poderiam os mandamentos do Antigo Testamento ser o padrão de obrigação moral para a *sociedade e o Estado* também? Se a ética cristã não pode se esquivar de responder à questão normativa, como afirmado acima, então a ética cristã será inevitavelmente forçada a responder essas questões de interpretação bíblica, também. O que é perturbador é que muitos mestres e escritores cristãos respondem-nas sem evidência bíblica suficiente ou sem uma preocupação com consistência. É como se o sentimento pessoal lhes desse uma conclusão logo de início para a qual eles subsequentemente buscam algum tipo de “razão”. Muitos cristãos simplesmente aceitam sem questionar as palavras de tais mestres respeitados sobre essas questões – apenas para mais tarde descobrir, após refletir e examinar, que seus mestres não estavam pensando claramente sobre as questões envolvidas.

A multidão de opiniões negativas sobre a lei de Deus como um padrão para a obediência cristã em nossos dias representa um retrocesso em discernimento teológico com respeito à erudição teológica das gerações passadas, mais notavelmente a tradição dos puritanos e dos Padrões de

POR ESTE PADRÃO

Westminster. O que é aceito sem questionamentos como a resposta comum e “óbvia” à pergunta de se devemos obedecer ao Antigo Testamento com respeito a questões civis modernas, por exemplo, nem sempre desfrutou desse status aos olhos dos cristãos de épocas mais antigas. Os ventos da opinião geral mudaram de direção. Por quê? Por acaso alguma virada radical ou descoberta na erudição cristã, talvez alguma exegese brilhante ou raciocínio persuasivo, interveio entre a era puritana e a nossa própria época de modo a justificar essa mudança no sentimento generalizado sobre o uso da lei de Deus na vida cristã? Se esse é o caso, é difícil apontar precisamente o que pode ter sido. Na verdade, foram *mudanças nas circunstâncias sociais e opiniões*, e não avanços na erudição teológica, que produziram essa diferença.

“Mas a palavra do Senhor permanece para sempre” (1 Pe. 1:25; Is. 40:8). Se os nossos precursores reformados e puritanos estavam basicamente corretos em sua abordagem à lei de Deus do Antigo Testamento, como creio, então a verdade dessa posição ainda é discernível na revelação objetiva da palavra de Deus, mesmo que seja uma verdade impopular numa era secularizada. Sejam simpáticas à opinião popular contemporânea ou não, as conclusões às quais fomos impelidos em nosso estudo da palavra imutável de Deus indicam que o padrão pelo qual cristãos devem viver não está restrito ao Novo Testamento, mas *inclui* a lei de Deus revelada no Antigo Testamento. “A escritura não pode ser anulada” (Jo. 10:35). Em Deus “não há mudança, nem sombra de variação” (Tg. 1:17).

Nossos estudos nos levaram à conclusão de que crentes do Novo Testamento devem manter uma atitude *pronomiana*, em vez de *antinomiana*. Eles devem purificar-se de um raciocínio ético “autônomo” em favor de uma abordagem “teonômica” com respeito a questões morais. Eles devem pressupor que os mandamentos revelados por Deus no Antigo Testamento definem uma vida justa para si mesmos e para a sua sociedade, sendo cuidadosos para não “falar mal da lei, e julgar a lei” (Tg. 4:11). Aqueles que ensinam que podemos violar até mesmo o menor dos mandamentos na Lei e nos Profetas serão os menores no Reino de Deus (Mt. 5:19).

A abordagem teonômica e pronomiana que adotamos neste livro para as questões normativas sobre a vida cristã e a lei do Antigo Testamento estão convenientemente sumarizadas nas seguintes dez teses:

1. Desde a Queda, sempre foi ilegítimo usar a lei de Deus na esperança de estabelecer seu próprio mérito e justificação pessoal, em contraste ou complemento à salvação por meio da promessa e da fé; o comprometimento para com a obediência é apenas o estilo de vida da fé, um sinal de gratidão pela graça redentora de Deus.
2. A palavra do Senhor é o único, supremo e inquestionável padrão para as ações e atitudes de todos os homens em todas as áreas da vida; essa palavra naturalmente inclui as diretivas morais de Deus (a lei).
3. Nossa obrigação de guardar a lei de Deus não pode ser julgada por qualquer padrão extrabíblico, como, por exemplo, se os seus requisitos específicos (quando adequadamente interpretados) são simpáticos às tradições passadas ou aos sentimentos e práticas modernas.
4. Devemos pressupor que as leis permanentes¹ continuam a ser moralmente vinculantes no Novo Testamento, a menos se rescindidas ou modificadas por revelação adicional.
5. Com respeito à lei do Antigo Testamento, a Nova Aliança supera a Antiga em glória, poder e definitividade (assim reforçando os deveres revelados anteriormente). A Nova Aliança também suplanta as sombras da Antiga Aliança, mudando assim a aplicação dos princípios sacrificiais, de pureza e de “separação”, redefinindo o povo de Deus, e alterando o significado da terra prometida.

¹ “Lei permanente” é usada aqui para referir-se a diretrizes *normativas* aplicáveis continuamente a classes de indivíduos (p. ex., não matará; filhos, obedeçam a seus pais; mercadores; tenham pesos e medidas justas; magistrados, executem estupradores), em contraste a direções particulares para um indivíduo (p. ex., a ordem para que Samuel ungesse Davi em um momento e lugar específicos) ou ordens positivas para eventos isolados (p. ex., a ordem de Deus para que Israel exterminasse certas tribos cananeias em um ponto específico da história).

POR ESTE PADRÃO

6. As leis permanentes reveladas por Deus são um reflexo de Seu imutável caráter moral e, como tal, são absolutas no sentido de serem não-arbitrárias, objetivas, universais e estabelecidas previamente a circunstâncias específicas (sendo assim aplicáveis a tipos gerais de situações morais).
7. O envolvimento cristão na política exige o reconhecimento da lei de Deus transcendente, absoluta e revelada como um padrão pelo qual todos os códigos sociais devem ser julgados.
8. Magistrados civis em todas as eras e lugares estão sob obrigação de conduzir os seus ofícios como ministros de Deus, sendo vingadores para executar a ira divina contra criminosos e prestando contas no Último Dia por seu serviço diante do Rei dos reis, seu Criador e Juiz.
9. A continuidade geral que pressupomos com respeito aos padrões morais do Antigo Testamento se aplica de maneira tão legítima a questões de ética sociopolítica quanto a questões de ética pessoal, familiar ou eclesiástica.
10. Os preceitos civis do Antigo Testamento (as leis “judiciais” permanentes) são um modelo de justiça social perfeita para todas as culturas, inclusive no que tange à punição de criminosos

Essas proposições enfatizam os pontos essenciais e características distintivas da posição desenvolvida neste livro. A verdade preciosa da salvação pela graça somente (nº 1) é o contexto dentro do qual cada uma das outras teses é desenvolvida e compreendida. A ética “teonômica” compromete-se em desenvolver uma cosmovisão distintamente cristã (nº 2) segundo o princípio regulador de *sola Scriptura* (nº 3) e a hermenêutica da teologia do pacto (nº 4).² O novo e melhor pacto estabelecido por Cristo oferece amparo bíblico para reconhecer mudanças na administração pactual (nº 5), mas não mudanças nos padrões morais, para que assim a ética divinamente revelada não seja reduzida ao situacionismo ou ao relati-

² Em contraste, a teologia dispensacionalista sustenta que os mandamentos do Antigo Testamento devem ser considerados como ab-rogados, a menos se reiterados no Novo Testamento. Ver Charles Ryrie, “The End of the Law,” *Bibliotheca Sacra*, Vol. 124 (1967): 239-242.

vismo – sendo apenas uma perspectiva tribal em meio a muitas na história evolucionária da ética (nº 6). Justiça e juízo, segundo o ensino bíblico, possuem um caráter universal, excluindo qualquer possibilidade de dois pesos e duas medidas para a moralidade.

Igualmente, a ética “teonômica” rejeita um positivismo jurídico e sustenta que há uma “lei acima da lei (civil)”, à qual se pode apelar tanto contra a tirania de governantes quanto contra a anarquia de reformadores radicais (nº 7). Visto que Jesus Cristo é o Senhor sobre todos (cf. nº 2), magistrados civis são Seus servos e devem obediência aos Seus padrões revelados a eles (nº 8). Não há justificativa fundamentada na Bíblia (cf. nº 4) para isentar autoridades civis de responsabilidade para com os padrões universais de justiça (cf. nº 6) encontrados na revelação de Deus do Antigo Testamento (nº 3). *Portanto*, na ausência de argumentação bíblicamente fundamentada que desobrigue o magistrado civil das normas sociais do Antigo Testamento (cf. nº 4, 5), segue-se das nossas premissas anteriores que, no exercício de seus ofícios, governantes são moralmente responsáveis por obedecer aos padrões revelados de justiça social na lei do Antigo Testamento (nº 10).

À luz das teses que a precedem, a conclusão acima não parece tão controversa. Faz todo o sentido ético para um cristão. Além disso, essa conclusão possui um grande valor prático em nossos dias. Não é um acidente que os problemas gritantes sociopolíticos e criminais do final do séc. XX dizem respeito a questões em que nossa sociedade se voltou contra as diretrizes específicas da lei de Deus. O humanismo foi ensinado em nossas escolas e meios de comunicação; foi praticado na economia, medicina, política e em nossos tribunais. A vida humana passou a ser tratada como algo barato. Pureza sexual tornou-se um conceito ultrapassado. Verdade e honestidade têm pouco lugar no “mundo real” dos negócios ou da política. Infratores e crimes reincidentes que terminam completamente impunes depreciam nosso sistema de justiça criminal. Reforma prisional é desesperadamente necessária. Em suma, o humanismo demonstrou sua ineficácia de caso em caso. Onde podemos buscar a sabedoria sociopolítica que possa combater eficazmente a degeneração e a desintegração da nossa cultura? A única resposta aceitável será recorrer às diretivas de Deus para a justiça social, e essas são (em sua maior parte) encontradas nos manda-

POR ESTE PADRÃO

mentos do Antigo Testamento para Israel como nação, uma nação que enfrentava os mesmos problemas morais relativos à vida, ao sexo, à propriedade e à verdade que todas as nações devem enfrentar, inclusive a nossa.

Cristãos que alegam que os nossos padrões éticos estão restritos ao Novo Testamento não podem fazer frente de maneira consistente à totalidade dos problemas morais em nossos dias. Pergunte-os se hoje é imoral ter relações sexuais com animais. Eles se horrorizarão ao considerar a questão, mas não encontraram nada que proíba isso nas Escrituras do Novo Testamento. Na melhor das hipóteses, eles podem dizer que a “fornicação” é condenada, pressupondo assim o que originalmente negavam – a saber, que a moralidade do Novo Testamento é idêntica aos padrões do Antigo Testamento (sendo assim, a “fornicação” aplica-se aos mesmos atos proibidos em ambas as dispensações).³ Pergunte-os se hoje é imoral uma mulher casar-se com seu próprio pai. Eles podem dizer que sim, mas não encontrarão esse caso específico de incesto tratado nas Escrituras do Novo Testamento. Pergunte-os se o estupro é um crime punível. Novamente, nenhuma diretiva do Novo Testamento cobre essa questão. Pergunte-os qual a deveria ser a punição equitativa para o estupro. Nenhuma resposta no Novo Testamento. Pergunte-os se eles ao menos podem mostrar que o assassinato deve ser um crime punível com pena capital nos dias de hoje. Mais uma vez, eles não encontrarão nenhuma resposta específica para essa questão no Novo Testamento, a despeito do fato de que muitos crentes conservadores supõem que esteja lá.

Torna-se cada vez mais claro o fato de que é fácil *dizer* que se adere apenas à “ética do Novo Testamento”, mas quase impossível *sustentar* essa posição de forma sistemática e consistente. Na realidade, os cristãos acabam descobrindo que essa não é uma diretriz viável de se seguir, afastando-se da posição defendida sempre que lhes parece conveniente ou necessário. Mas isso simplesmente abre as portas para a arbitrariedade.

³ Cf. o tratamento dessa questão no debate Bahnsen-Feinberg, disponível de forma gratuita no website do *The Bahnsen Institute* (www.bahnseninstitute.com). O debate foi patrocinado pela *Evangelical Theological Society* em sua reunião anual de 1981 em Toronto.

Este livro buscou fornecer uma abordagem fundamentada, sistemática e consistente para a questão de se e como a lei do Antigo Testamento constitui um padrão para tomada de decisões morais nos dias de hoje.

GLOSSÁRIO

AB-ROGAR – abolir ou anular uma lei por meio de ação autoritativa.

ABSOLUTO – sem paliativos ou limitações.

AD HOC – aplicável apenas ao caso específico em pauta, sem levar em conta sistematicamente outras questões relevantes ou uma aplicação mais ampla.

A FORTIORI – inferir com força ou convicção maior ainda que em um caso de menor evidência ou importância.

ALTRUÍSMO – a visão ética de que se deve agir tendo em conta os interesses dos demais.

AMILENISMO – a visão escatológica de que não haverá na terra antes da volta de Cristo nenhuma era de domínio militar por Cristo (ao contrário do pré-milenismo), nem uma era de grande bênção e sucesso para o evangelho (ao contrário do pós-milenismo); na volta de Cristo, a ressurreição geral dos justos e injustos ocorrerá, seguida imediatamente pelo juízo final.

ANTINOMIANISMO – uma perspectiva que, de algum modo, opõe-se à lei.

APOLÍTICO – desinteressado no ou irrelevante para o governo civil.

ASCETISMO – a visão ética de que a santidade ou a pureza é alcançada por meio de abstinência obrigatória de comodidades físicas e prazeres materiais (p. ex., comida, álcool, sono, sexo, dinheiro)

AUTONOMIA – o estado de ser “uma lei para si próprio”, independente de autoridades externas.

AXIOMÁTICO – caracterizado como uma convicção primária da qual todas as outras conclusões são derivadas ou provadas.

CONTINUIDADE – a relação entre duas coisas de identidade essencial, similaridade, coerência ou harmonia; a ausência de mudança na transição de um princípio ou regime a outro.

CÚLTICO – (como usado aqui) pertinente a um ritual religioso específico.

DESCONTINUIDADE – a relação de diferença, dissimilaridade, incoerência ou desarmonia entre duas coisas; a mudança na transição de um princípio ou regime a outro.

DISPENSACÃO – uma administração distinta da relação pactual de Deus para com o homem ou da era caracterizada pela tal.

EGOÍSMO – a visão ética de que se deve agir levando em conta seu próprio benefício ou bem-estar.

EGOTISMO – a característica pessoal pecaminosa de se comportar como se seus próprios interesses fossem de suma ou exclusiva importância.

EQUIDADE GERAL – (expressão usada por teólogos reformados ou puritanos que denota:) a substância, o princípio ou o propósito central subjacente de uma lei – em contraste com o caso específico ou contexto cultural nela mencionado.

ESCATOLOGIA – a doutrina das “últimas coisas” com relação ao indivíduo (morte, vida após a morte), à redenção (a vinda, o progresso e a consumação do reino de Cristo, o milênio) ou ao mundo (a volta de Cristo, a ressurreição, o juízo final, o estado eterno).

ESTRANGEIROS – aqueles que não pertencem ao povo da terra, mas residem com eles.

EXEGÉTICO – pertinente à análise detalhada e significado linguístico de textos específicos da Escritura.

EX POST FACTO – aplicado “após o fato”, desconsiderando assim circunstâncias, status ou caráter legal anterior de um evento.

POR ESTE PADRÃO

FARISEUS – uma seita separatista no judaísmo que se considerava justa e se orgulhava de sua adesão estrita à lei mosaica, mas que zelava apenas pelos detalhes externos e superficiais, anulando a lei ao acrescentar a ela tradições humanas.

HERMENÊUTICA – um método para interpretar as Escrituras ou os princípios para fazê-lo.

HISTÓRIA REDENTIVA – o curso especial e unificado de eventos históricos, por meio dos quais Deus preparou, realizou e aplica a redenção ao Seu Povo e, desse modo, promove o avanço de Seu reino de salvação; História da Redenção.

INDUTIVO – caracterizado pelo estudo de casos (fatores, evidências) particulares um a um, a fim de se chegar a uma generalização.

JUDAIZANTES – um partido herético judaico na Igreja primitiva que sustentava que, além da fé em Cristo, é necessário conformidade aos costumes judaicos (p. ex., a lei cerimonial da circuncisão, as festas da Antiga Aliança) para assim, por meio de tal esforço próprio e obras da lei, ser justificado e santificado.

JUSTIFICAÇÃO – o ato da graça de Deus de perdoar os pecadores e tratá-los como se nunca tivessem pecado, baseado na imputação da justiça de Cristo, e apropriado pela fé viva.

LEGALISMO – a visão de que a salvação se dá pelo mérito do esforço próprio em praticar as obras da lei.

LEI CERIMONIAL – os mandamentos da Antiga Aliança que regulamentavam os rituais e ações simbólicas relacionadas à redenção do povo de Deus e sua separação do mundo incrédulo, em vez de ser prescrições sobre questões que eram intrinsecamente morais.

LEI JUDICIAL – (expressão teológica tradicional para:) os mandamentos na lei mosaica que determinam juízos sobre casos pertinentes a relações sociopolíticas, normas civis ou governo (p. ex., Ex. 21-22).

LEI PERMANENTE – diretrizes normativas aplicáveis continuamente a classes de indivíduos (p. ex., não matarás; crianças, obedeçam a seus pais;

mercadores; usem pesos e medidas justas; magistrados, executem estupra-dores), em contraste com orientações específicas para um indivíduo (p. ex., a ordem para que Samuel ungisse Davi em um momento e lugar espe-cíficos) ou preceitos positivos para eventos isolados (p. ex., a ordem de Deus para que Israel exterminasse certas tribos cananeias em um ponto específico da história).

LEI REDENTIVA – leis cerimoniais que ensinavam ou simbolizavam a forma de expiação ou a presença salvadora de Deus em meio ao Seu povo (e.g. leis que tratam do sacrifício, do sacerdócio, do templo).

LEI RESTAURATIVA – os mandamentos da Antiga Aliança que regu-lamentavam rituais e atos simbólicos relacionados à restauração de pecadores ao favor de Deus e à sua separação, como povo redimido, daqueles que ainda estavam debaixo de Sua ira (ver “lei cerimonial”)

LEI SIMBÓLICA – leis pedagógicas que comunicavam certas verdades por meios simbólicos, em vez de (ou não primariamente de) uma forma explícita (p. ex., leis sacrificiais, leis de pureza, leis de separação).

MANDATO CULTURAL – a ordem autoritativa de Deus para que o homem enchesse a terra e a sujeitasse, desenvolvendo e governando a or-dem criada debaixo do domínio de Deus, e assim trabalhando para fazer cada área da vida servir à glória de Deus.

MANDATO EVANGELÍSTICO – a ordem autoritativa de Deus para que o Seu povo pregue o evangelho aos pecadores perdidos, busque sua conversão, traga-os à comunhão sacramental da Igreja, ensine-os na vida cristã e, desse modo, faça as nações serem discípulas de Cristo; a “Grande Comissão”

NÃO-REGENERADO – não nascido de novo ou não espiritualmente renovado pelo poder do Espírito Santo; relacionado ao “homem natural” que está perdido no pecado, incapaz de realizar a vontade de Deus ou com-preender as coisas do Espírito.

OBJETIVO – a qualidade de ter uma natureza pública, independente de nossos pensamentos ou sentimentos.

POR ESTE PADRÃO

PACTO – um tratado mutualmente vinculativo entre Deus e o Seu povo, soberanamente estabelecido pelo Senhor, onde uma promessa é feita por Deus, a qual exige confiança da parte de Seu povo e envolve obrigações de sujeição que são sancionadas por bênçãos e maldições.

PADRÕES DE WESTMINSTER – a Confissão de Fé de Westminster e os Catecismos (Maior e Menor) que foram compostos entre 1643-1647 a pedido do Parlamento inglês e que, desde então, têm servido como os padrões doutrinários subordinados nas igrejas presbiterianas; considerados como um modelo para a doutrina “reformada”.

PEDAGÓGICO – pertinente ao ensino, instrução ou educação.

PENOLOGIA – o estudo ou teoria da punição, especialmente a punição de criminosos pelo Estado.

PERSPECTIVA CONSEQUENCIALISTA – uma abordagem ética distinta que enfatiza e toma decisões em termos das consequências, objetivos ou fatores situacionais da conduta individual.

PERSPECTIVA MOTIVACIONAL – uma abordagem ética distinta que enfatiza e toma decisões em termos de motivação pessoal e traços de caráter.

PERSPECTIVA NORMATIVA – uma abordagem distintiva à ética que enfatiza e toma decisões em termos de dever, regras ou padrões morais.

PLURALISMO – a visão de que a política civil deveria equilibrar os direitos das diversas esferas sociais (p. ex., família, educação, igreja, negócios) e proteger os direitos de todas as perspectivas conflitantes dentro da sociedade, não sendo assim baseada em ou favorecendo qualquer religião, filosofia, partido ou esfera da vida distinta.

POSITIVISMO JURÍDICO – a teoria imperativista do direito que afirma que todas as leis são meramente ordens de um soberano humano, de modo a não existir ligação conceitual ou necessária entre lei e justiça; nesse caso, aqueles dentro de um sistema legal são incondicionalmente obrigados a obedecer às suas leis, independentemente do quão imorais possam ser.

PÓS-MILENISMO – a visão escatológica de que Cristo voltará “após o milênio”; Cristo estabeleceu Seu Reino Messiânico na terra, ele está crescendo em número, área e influência por meio da pregação do evangelho e do discipulado cristão, e terá um sucesso visível, mundial e bendito antes da volta de Cristo na ressurreição geral para o juízo final.

PRÉ-MILENISMO – a visão escatológica de que Cristo retornará “antes do milênio” para ressuscitar os santos (a “primeira ressurreição”), estabelecer um governo militar a partir de Jerusalém sobre as nações rebeldes (a batalha do Armagedom) e inaugurar um período de mil anos de paz e prosperidade material; ao fim desse período, as nações (ainda em seus corpos naturais) se rebelarão e guerrearão contra Cristo e os santos ressurreitos (a batalha de Gogue e Magogue), que serão salvos por fogo dos céus, seguidos pela segunda ressurreição – agora de incrédulos – e o juízo final.

PRIMA FACIE – à primeira vista.

PRINCÍPIOS DE PUREZA – as verdades ensinadas ou simbolizadas pelas leis cerimoniais de purificação externa, tais como a contaminação do pecado e a sua repugnância diante de um Deus santo, de modo que apenas aquele que não foi maculado pela impureza pode se aproximar d’Ele (p. ex., leis sobre a purificação de sacerdotes, fluxo de sangue, deformidades e lepra).

PRINCÍPIOS DE SEPARAÇÃO – as verdades sobre a separação do povo de Deus do pecado e do mundo incrédulo que eram simbolizadas ou ensinadas por leis cerimoniais específicas da Antiga Aliança (p. ex., a distinção entre carnes puras e impuras, a proibição de misturar sementes ou tipos de tecido).

PRINCÍPIOS SACRIFICIAIS – regulamentações sobre sacrifícios, ofertas e sacerdotes ou as verdades gerais subjacentes ensinadas ou simbolizadas por eles (p. ex., não há expiação pelo pecado sem derramamento de sangue).

PRONOMIANO – caracterizado por favorecer, respaldar ou defender a lei.

POR ESTE PADRÃO

REFORMADO – (como usado na teologia:) caracterizado por concórdância com ou aderência à doutrina, culto, ética ou política da Reforma Protestante, mais especificamente a vertente suíça ou calvinista desta (em distinção do luteranismo, anabatismo).

RELATIVISMO CULTURAL – a visão de que aquilo que é moralmente certo ou errado não é absoluto, mas internamente adaptado a uma cultura específica, sendo determinado pelas atitudes, tradições ou valores tribais de uma sociedade em particular; assim, o conceito de “justiça”, por exemplo, mudaria de cultura para cultura (não simplesmente *crenças* sobre a justiça) e não poderia ser definido transculturalmente.

RETRIBUTIVO – relativo à retribuição ou punição de uma parte culpada de acordo com o merecimento da ofensa cometida.

REVELAÇÃO ESPECIAL – a revelação verbal e (geralmente) redentiva a um povo específico em épocas específicas; a revelação especial é comunicada a nós hoje por meio da Palavra escrita na Bíblia.

REVELAÇÃO GERAL – A revelação de Deus de Sua pessoa, glória e atributos a todos os homens em todas as eras por meio da natureza, consciência e história, para que assim eles fiquem inescusáveis por não adorá-Lo corretamente e levarem vidas justas; diferentemente da revelação especial, ela não é verbal em caráter ou redentiva em conteúdo.

SANÇÃO PENAL – uma punição civil coercitiva que honra e aplica uma lei ao ser imposta àqueles que a violam.

SANTIFICAÇÃO – a poderosa obra da graça de Deus em tornar os pecadores santos no coração e na conduta, por meio da operação interna do Espírito Santo, aplicando-lhes a morte e a ressurreição de Cristo, de modo que morram cada vez mais para o pecado e vivam para a justiça em todo o seu ser.

SITUACIONISMO – a visão ética de que certo e errado não podem ser definidos antecipadamente para categorias gerais de circunstâncias e ações, de modo que as decisões morais não devem se basear em leis; a atitude “amorosa” a ser tomada deve ser determinada pela própria situação,

mediante uma abordagem utilitarista (buscando o maior prazer ou felicidade para o maior número de pessoas).

SOLA SCRIPTURA – (expressão em latim com o significado de:) Somente as Escrituras.

SUBJETIVISMO – a visão de que verdade ou a moralidade são questões de sentimentos ou atitudes pessoais do indivíduo, carecendo de uma natureza objetiva.

TELEOLÓGICO – relativo a um fim, alvo ou propósito; a ética teleológica enfatiza e toma decisões em termos do objetivo supremo do homem ou do reino de Deus como o bem mais elevado da humanidade, etc. (cf. “perspectiva consequencialista”).

TEOCRACIA – literalmente “o governo de Deus”, independentemente de como se considere que este se manifeste (p. ex., por Seus princípios revelados, por Seus líderes escolhidos, por Ele mesmo na pessoa do Filho, etc.); a palavra é utilizada por diversos autores para designar diferentes concepções: alguns a utilizam como um termo para se referir à singularidade do Israel do Antigo Testamento; outros para qualquer sistema social em que a Igreja governe o Estado (ou não seja separada dele); e ainda outros para um governo civil que se esforça para se submeter às leis permanentes sociopolíticas reveladas por Deus (seja no Antigo ou no Novo Testamento).

TEOLOGIA DO PACTO – a posição de que todos os pactos estabelecidos por Deus após a queda são essencialmente um só, centrados na promessa da graça de Deus em Jesus Cristo, com cada pacto sucessivo expandindo os anteriores, em vez de descartá-los ou concorrerem paralelamente; os pactos anteriores a Cristo eram marcados pela antecipação e administrados por sombras, enquanto o cumprimento ou a substância encontra-se na pessoa e obra redentora de Cristo, estabelecendo a Nova Aliança nos dias de hoje; Teologia da Aliança, Aliancismo.

TEONOMIA – literalmente “a lei de Deus”, mas recentemente aplicada para uma visão específica de sua normatividade para os dias de hoje.

POR ESTE PADRÃO

TIPOLÓGICO – pertinente a um tipo, algo com o propósito de prefigurar uma realidade histórica posterior.

TRANSCENDENTE – pertinente àquilo que “vai além” do homem, da criação ou da experiência ordinária (usado assim na teologia para enfatizar o caráter misterioso, soberano ou singular de Deus).

